

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical - o discurso  
militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX.**

Tássio Franchi

Orientador: José Augusto Leitão Drummond

Tese de Doutorado

Brasília - DF, Janeiro de 2013

Franchi, Tássio.

F816d Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical : o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX / Tássio, Franchi. -- 2013.  
332 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: José Augusto Leitão Drummond.

1. Forças armadas - Brasil. 2. Meio ambiente - Amazônia Legal - Séc. XX. 3. Amazônia Legal - História ambiental.  
I. Drummond, José Augusto - (Drummond, José Augusto Leitão).  
II. Título.

CDU 911.3:32(811)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Franchi, Tássio. Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical - o discurso militar brasileiros sobre a Amazônia no século XX.**

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração de em Território, Meio Ambiente e Sociedade.

Aprovado por:

---

José Augusto Leitão Drummond, PhD (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)  
(Orientador)

---

Marcel Bursztyn, PhD (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)

---

Thomas Ludewigs, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)

---

Héctor Luís Saint-Pierre, Doutor (Unesp-Franca / São Tiago Dantas)

---

KelersonSemerene Costa, Doutor (Departamento de História - UnB)

Brasília-DF

Ao meu filho Arthur, pois nele reside o futuro

## Agradecimentos

Ao meu orientador, José Augusto Drummond, sou grato por sua objetiva orientação na conclusão deste trabalho. Seria impossível enfrentar tal empreitada sem ter ele como guia.

Aos meus pais, Maria Irani e Dalvi, pelo afeto e apoio incondicionais;  
Ao meu filho Arthur por sua compreensiva espera infantil em minha longa ausência;

À extensa e carinhosa família Barbosa, com destaque para os tios Inara e Lincoln pelo apoio logístico; ao primo Vitor por dividir a casa e suportar as angústias; À tia Ivanilda, pelas leituras críticas; Ao tio Dagoberto, companheiro sempre presente nos dias em Brasília;

Aos amigos de Gabriel, Daniel, Ernani, Heraldo, César, Guilherme, Enilton e Felipe, por compreenderem a minha ausência ao convívio;

Aos colegas do curso Rute, Marco Aurélio, Valéria e em especial Kátia, por tantos dias de críticas e estímulos trocados;

Aos colegas do Dinter UEA-UnB;

Aos professores José Luís de Souza Pio e Marilene Correa, pelo estímulo à pesquisa;

Aos seguintes militares e civis, pelo apoio dado com informações relevantes para esta pesquisa: Prof. Adriana Aparecida Marques; Cel Marco Aurélio Guimarães; Tem Cel Aviador Max da Silva Barreto; Tem Cel Gobert; Gal. Fraxe; Gal. Villas Boas e General Augusto Heleno, por meio de quem estendo meus agradecimentos aos outros não nominados aqui.

Ao Exército Brasileiro, Aeronáutica e Marinha do Brasil;

À Universidade do Estado do Amazonas, na figura de seu reitor José Aldemir de Oliveira;

À Universidade de Brasília;

Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e aos seus professores, que me possibilitaram criar mais dúvidas a cerca do mundo, dúvidas essas que ainda resultarão em novas pesquisas;

Ao Amazonas e à sua gente, a quem agradeço o longo e fértil convívio.

*“A meio caminho entre a fé e a crítica está a estalagem da razão.  
A razão é a fé no que se pode compreender sem fé; mas é uma fé ainda,  
porque compreender envolve pressupor que há qualquer coisa compreensível”*  
(Fernando Pessoa)

*“...pairando como vida e vingadora, sobre o inferno florido  
dos seringues, que as mattas opulentas engrinaldam e  
traíçoeiramente matizam das côres ilusórias da esperança.”*  
(Euclides da Cunha)

## RESUMO

A região amazônica estende-se ao longo de nove das 27 unidades administrativas do Brasil, com uma área equivalente a 60% do território brasileiro. A população desta área é de aproximadamente 25 milhões de habitantes. Seus recursos naturais como biodiversidade, riqueza mineral e água doce, assim como seu destacado papel na regulação do clima global, tem atraído a atenção de todo o mundo. No passado, a defesa militar desse vasto território era função das forças militares portuguesas e, depois, pelas forças militares imperiais que as sucederam. Atualmente, esta função está a cargo dos três segmentos das Forças Armadas brasileiras, Exército, Marinha e Aeronáutica, as quais exercem importante função no desenvolvimento da região. Este estudo procura compreender o significado das idéias e opiniões mais relevantes sobre a região amazônica idealizadas por pensadores das Forças Armadas Brasileiras ao longo do Século XX e início do Século XXI. Analisou-se a efetiva presença militar na região amazônica, a qual foi mapeada ao longo do período. Constatou-se que o trabalho desenvolvido pelas Forças Armadas brasileiras na região amazônica foi extremamente importante para o desenvolvimento e colonização desta área. Percebeu-se também que os argumentos em defesa do ambiente só foram incorporados ao discurso militar durante os últimos anos da década de 80 e ao longo dos anos 90. Esta pesquisa também analisou como o meio ambiente era percebido e vivenciado pelos pensadores militares do século XX, destacando-se o período em que a visão da região amazônica evoluiu da tradicional percepção de “Inferno Verde” para a moderna concepção de “El Dorado”. Ao abarcar um período de mais de um século, este estudo analisou tanto a criação como a difusão de idéias e observações relacionadas à região amazônica, tanto quanto a instalação e efetiva ocupação da floresta pelas Forças Armadas, inclusive as modificações que se processaram ao longo do tempo.

1. Forças Armadas. 2. Amazônia. 3. História Ambiental. 4. Meio Ambiente. 5. Século XX.

## *ABSTRACT*

The Amazon region comprises nine of the 27 administrative units of Brazil, with an area equivalent to 60% of the country's territory. The population of this area is about 25 million people. Its natural resources, like biodiversity, mineral wealth and fresh water, as well as its outstanding role in the process of regulation of global climate, have been drawn attention of the world. In the past, military defense of this vast territory was carried out respectively by the Portuguese forces and later by the succeeding Imperial forces. Nowadays, this task is accomplished by the three branches of the Brazilian military force, Army, Navy and Air Force, which play important part in the development of the region. This study seeks to comprehend the meaning of the most relevant ideas and opinions about the Amazon region devised by thinkers of the Brazilian Armed Forces throughout the twentieth century and early twenty first century. The actual military presence in the Amazon region was analyzed and the process of its installation was mapped over this period. It was realized that the work developed by the Brazilian Armed Forces in the Amazon region was extremely important for the development and colonization of this area. It was also acknowledged that arguments in favor of the environment were only incorporated into the military discourse during the final years of the 80's and all along the 90's. This research also analyzed how the environment was perceived and experienced by the military thinkers of the twentieth century, putting into relief the period when the vision of the Amazon region was replaced from the traditional perception of "green hell" to the modern conception of "el dorado". Comprising a period of more than a century, this study analyzed both the creation and diffusion of ideas and observations relating to the Amazon region, as well as the installation and effective occupation of the forest by the Armed Forces, including the modifications accomplished along the time.

1. Armed Forces; 2. Amazon; 3. Environment History; 4. Environment; 5. Twentieth Century.



## Lista de Elementos Gráficos, Quadros e Tabelas

Quadro 1.1 Legislação de criação e abrangência da Amazônia Legal	29
Quadro 1.2 O papel constitucional das Forças Armadas nos séculos XIX e XX	31
Quadro 2.1 Principais leis e instituições federais brasileiras envolvidas na gestão ambiental (1934-2002)	94
Quadro 2.2 Colônias Militares na área da Amazônia Legal séc. XIX e XX	127
Quadro 2.3 Ferrovias construídas na área da Amazônia Legal 1900-2010	137
Quadro 3.1 Bases Aéreas criadas na Amazônia Legal entre 1936 a 2010	152
Quadro 3.2 Evolução dos Esquadrões da FAB sediados na Amazônia, 1937 - 1960	153
Quadro 3.3 Histórico dos Esquadrões da FAB sediados na Amazônia, 1969 a 2010	153
Quadro 3.4 Aeronaves da FAB sediadas na Amazônia Legal, 2012	154
Quadro 3.5 Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo na Área da Amazônia Legal, 2012	156
Quadro 3.6 Municípios da Amazônia com presença permanente da Marinha, 2012	170
Quadro 3.7 Embarcações da Marinha atualmente ativos na Amazônia Legal, 2012.	172
Quadro 3.8 Colônias Militares instaladas na Amazônia no Séc. XIX	183
Quadro 3.9 Colônias Militares na Amazônia no séc. XX	183
Quadro 3.10 Municípios que sediavam Organizações Militares na Amazônia no séc. XIX 1900	188
Quadro 3.11 Organizações Militares criadas entre 1900 e 1961 na área da Amazônia Legal	189
Quadro 3.12 Organizações Militares do Exército criadas entre 1961 e 1985	191
Quadro: 3.13 Organizações Militares do Exército instaladas na Amazônia entre 1985 a 2011	193
Figura 2.1 Áreas das atividades produtivas predominantes na região Amazônica nos séculos XVIII-XX	38
Figura 2.2 Área de abrangência do Programa Calha Norte, em 1985	56
Figura 2.3 Intervenções estatais e mutações do espaço amazônico no final do século XX e início do século XXI	60
Figura 2.4 Conceitos de continentalidade e maritimidade retratados em Golbery	62
Figura 2.5 Conceitos de continentalidade e maritimidade retratados em Meira Mattos	63
Figura 2.6 Linhas de transporte de suprimentos dos EUA para a Europa em 1941	78
Figura 2.7 Centros de Poder Sul-americanos, conforme Golbery do Couto e Silva	115
Figura 2.8. Formação das Fronteiras Nacionais Brasileiras até o século XVIII	122
Figura 2.9 Os sistemas de defesa português entre os séculos XVII e XVIII	123
Figura 3.1 Divisão das áreas de atuação dos Comandos Aéreos (COMAR) da Aeronáutica no Brasil, 2012	146
FIGURA 3.2 Linhas do Correio Aéreo Militar até 1940	149
Figura 3.3 Área coberta pelas estações de radar (DTCEA), 2012	158
Figura 3.4 Estrutura da Marinha de Guerra brasileira – Distritos Navais e SALVAMAR, situação em 2012	163
Figura 3.5 Foto do navio de assistência hospitalar Carlos Chagas (U-19) e Navio de Patrulha Fluvial Roraima, em Tefé-AM, na cheia de 2010.	173

Figura 3.6 Distribuição dos Comandos Militares do Brasil, 2012.	180
Figura 3.7 As Fortificações na região Norte anteriores ao século XX na obra do Gen. Meira Mattos.	182
Figura 3.8 Mapa do Brasil e localização de Tabatinga, segundo o Tenente Baliú (1947)	201
Figura 3.9 Regiões Naturais Militares do Brasil, segundo Mário Travassos (1941)	203
Figura 4.1 Reprodução da foto de João Salustiano Lyra retratando a espingarda de Rondon com a ponta de flecha presa à bainha	233
Figura 5.1 Presença das Forças Armadas na Amazônia em 1900	243
Figura 5.2 Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1900 e 1938	245
Figura 5.3 Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1938 e 1961	247
Figura 5.4 Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1961 e 1985	251
Figura 5.5: Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1985 e 2010	252
Figura 5.6: Principais Eixos de Integração (fluviais e terrestres)	259
Tabela 2.1 Taxas de crescimento demográfico na Amazônia Legal 1900-2010 (UF)	45
Tabela 2.2 Grau de urbanização da Amazônia Legal por Estado 1950-2010 (como porcentagem da população total)	54
Tabela 2.3 Valores realizados pelo Programa Calha Norte (balanço 2011)	59
Tabela 2.4 População municipal das capitais das UF da Amazônia Legal 1900-1950	112
Tabela 2.5 População Urbana, municípios selecionados em 1940	113
Tabela 2.6 Evolução da população brasileira (1900-2010)	117
Tabela 2.7 Densidade demográfica nos Censos Demográficos brasileiros, por região e por estado da Amazônia Legal, 1900-2010 (hab/km <sup>2</sup> )	120
Tabela 3.1 Efetivos da Aeronáutica por Estado da Amazônia Legal e Município, 2012	159
Tabela 3.2 Efetivos da Marinha por Estado e município na Amazônia Legal, 2012.	175
Tabela 3.3 Hospitais Militares do Exército na Amazônia, 2012	186
Tabela 3.4 Distribuição dos Efetivos do Exército Brasileiro por Estado e município na Amazônia Legal, 2012	195
Tabela 5.1 Números de famílias beneficiadas pelos programas de Reforma Agrária 1964-1997	257
Organograma 3.1 Organograma simplificado da Aeronáutica, 2012	144
Organograma 3.2 Organograma simplificado do Exército, com destaque para os quatro Comando Militares que atuam na área da Amazônia Legal, 2012	179
Diagrama 5.1 Conexões entre os principais argumentos presentes no discurso militar	263
Gráfico 3.1 Efetivos da Aeronáutica na Amazônia Legal, 2012 (números absolutos e porcentagens)	159
Gráfico 3.2 Efetivos da Marinha, por Estado na Amazônia Legal, 2012	175
Gráfico 3.3 Distribuição dos efetivos do Exército por Estado na Amazônia Legal	194
Box 5.1 Dados técnicos do Mapa Organizações Militares das Forças Armadas com o território da Amazônia Legal	254
Mapa Organizações Militares das Forças Armadas com o território da Amazônia Legal (A3)	256

## Lista de abreviaturas e siglas

AgFlu – Agência Fluvial  
ANA – Agência Nacional de Águas  
Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica  
ASSOP - Operações de Assistência Hospitalar  
B E Cnst – Batalhão de Engenharia e Construção  
BatOpeRib – Batalhão de Operações Ribeirinhas  
BdaInfMtrz – Brigada de Infantaria Motorizada  
BdaInfSI – Brigada de Infantaria de Selva  
BEC Batalhão de Engenharia e Construção  
BIS – Batalhão de Infantaria de Selva  
CAM – Correio Aéreo Militar  
CAN – Correio Aéreo Nacional  
CEF – Companhia Especial de Fronteira  
CFAC - Comando de Fronteira do Acre  
CFRR – Comando de Fronteira de Roraima  
CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva  
CMA – Comando Militar da Amazônia  
Cmdo – Comando  
CmdoFron – Comando de Fronteira  
COMARA – Comissão de Aeroporto da Região Amazônica  
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CP – Capitânia dos Portos  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE)  
DEF – Destacamento Especial de Fronteira  
Dest Front – Destacamento de Fronteira  
DN – Distrito Naval  
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica  
DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral  
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna  
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social  
DRNR - Departamento Recursos Naturais Renováveis  
DSN - Doutrina de Segurança Nacional  
Esqd C SI – Esquadrão de Cavalaria de Selva  
FA – Força Armada  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FFAA – Forças Armadas  
GrpArtl – Grupamento de Artilharia  
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural  
IF – Instituição Federal  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
NAsH – Navio de Assistência Hospitalar  
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
PCN - Projeto Calha Norte  
PEF – Pelotão Especial de Fronteira  
PIM - Polo Industrial de Manaus  
SAVA - Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico  
Sema – Secretária Especial do Meio Ambiente  
SEMTA - Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia  
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia  
Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente  
SIVAM – Sistema de Vigilância de Amazônia

SNI – Serviço Nacional de Informação  
SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais  
Sudepe – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca  
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus  
TCA - Tratado de Cooperação Amazônica  
UHE – Usina Hidro Elétrica  
ZFM - Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONCEITOS, PARÂMETROS E BALIZAS METODOLÓGICAS	18
1.1 O ESPAÇO AMAZÔNICO E AS FFAA COMO ATORES INSTITUCIONAIS	27
2. A EVOLUÇÃO DA AMAZÔNIA NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS	35
2.1 OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA CONQUISTA RECENTE DO VALE AMAZÔNICO E A QUESTÃO DEMOGRÁFICA	35
2.2 A EVOLUÇÃO DA AMAZÔNIA NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DOS MILITARES NO SÉCULO XX	61
2.2.1. A QUESTÃO AMBIENTAL NA GEOPOLITICA MUNDIAL	86
2.2.2 O VAZIO DEMOGRÁFICO E A NECESSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À NAÇÃO	111
2.2.3 - COLONIZAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO. (ou) INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR, A CONSTRUÇÃO DO LEMA	125
3 AS FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA LEGAL NO SÉCULO XX e XXI	141
3.1 A AERONÁUTICA BRASILEIRA	143
3.1.1 OS PRIMÓRDIOS DA AERONÁUTICA E A SUA PRESENÇA NA AMAZÔNIA LEGAL	147
3.1.2 CINDACTA IV E SIVAM/SIPAM: OLHOS SOBRE A AMAZÔNIA	155
3.1.3 A AERONÁUTICA NA AMAZÔNIA: UM BALANÇO	160
3.2 A MARINHA DO BRASIL	162
3.2.1 A AMAZÔNIA AZUL OU MARINHA AZUL?	164
3.2.2 A PRESENÇA DA MARINHA NA AMAZÔNIA LEGAL	167
3.2.3 UM BALANÇO DA MARINHA NA AMAZÔNIA	176
3.3 O EXÉRCITO BRASILEIRO	178
3.3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O PAPEL POVOADOR DO EXÉRCITO	180
3.3.2 O EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA LEGAL	187
3.3.3 O EXÉRCITO NA AMAZÔNIA: BALANÇO PRELIMINAR	196
4. A CONSTRUÇÃO DA NATUREZA AMAZÔNICA NO DISCURSO MILITAR	199
4.1 A VISÃO DA NATUREZA	200
4.1.1 LUGAR SOBRE O QUAL SE FALA	200
4.1.2 A CONSTRUÇÃO DO TERMO INFERNO	205
4.1.3 O INFERNO VERDE	207
4.1.4 O PARAÍSO TROPICAL OU VISÕES DO 'ELDORADO': A NATUREZA COMO PROMESSA DE RIQUEZAS.	221
4.1.5 O OUTRO LADO DO INFERNO VERDE: A NATUREZA AMAZÔNICA E A PROMESSA DE PROSPERIDADE	224
4.1.6 OS POVOS DA FLORESTA E PARA A FLORESTA	230
5. A AMAZÔNIA ENTRE QUARTÉIS E DISCURSOS	242
CONCLUSÕES	267
REFERÊNCIAS	270
ANEXOS	295

## INTRODUÇÃO

O bioma amazônico se estende por territórios do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. No Brasil, ele está presente em nove dos 26 estados da federação. Os seus territórios compõem a Amazônia Legal, que é um recorte territorial oficial mais amplo do que o bioma e a bacia amazônica, limitado pelas fronteiras estaduais e nacionais. O recorte deste trabalho é a delimitação constitucional da Amazônia Legal. Essa área corresponde a mais de 60% do território nacional e abriga mais de 25 milhões de brasileiros. A região tem importantes reservas de matérias-primas, capazes de dar suporte parcial ao desenvolvimento nacional e regional. Destacam-se as suas riquezas minerais, a biodiversidade, o potencial hídrico e seu papel global na regulação do clima. Algumas dessas potencialidades já aguçavam os interesses dos colonizadores portugueses e espanhóis e de viajantes de outras nacionalidades que passaram pela região séculos atrás. A defesa militar de toda essa região coube, no passado, às forças coloniais e imperiais. Atualmente está a cargo das Forças Armadas (FFAA) brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica).

As FFAA são constitucionalmente definidas como “instituições nacionais permanentes e regulares”, cuja responsabilidade é “a defesa da Pátria” (Art. 142, CF-1988). Elas são, assim, um ator perene e importante para se pensar o território em questão. Na história nacional, por vezes, membros dessas instituições estiveram à frente do poder executivo nacional e as suas ideias e ideais nortearam a montagem de projetos voltados para a Amazônia. Isso fortaleceu a visão dos pensadores militares sobre a região (CARVALHO, 2005), aliado ao fato de que o país não tem uma tradição de debate civil a respeito de políticas e estratégias de defesa nacionais ou sobre outros temas ligados ao papel das FFAA na região amazônica.

Ao estudar a concepção dos militares sobre a Amazônia, buscou-se compreender o pensamento de indivíduos que não só comandaram as suas corporações, cumprindo o dever constitucional de “defesa da Pátria”, mas que, por vezes, refletiram sobre e até nortearam os rumos da nação. Ou seja, pesquisou-se o discurso sobre a Amazônia produzido por militares cujo reconhecimento não hierárquico, mas, sim, intelectual, tornou as suas ideias significativas dentro e fora das instituições fardadas. Nesse sentido, acompanhar as rupturas e continuidades das percepções desses autores, bem como a importância que imprimem à questão ambiental, tem por objetivo explicar como essas instituições definiram, e definem ainda, as suas prioridades estratégicas e os seus papéis na construção do desenvolvimento daquela região.

Pode soar estranho pensar sobre o papel que uma instituição militar deve ter no desenvolvimento de uma região, e não exclusivamente na sua defesa. Porém, 'desenvolvimento sustentável' é uma expressão empregada nos documentos mais recentes que norteiam a defesa nacional, tais como Política de Defesa Nacional, Estratégia de Defesa Nacional, Livro Branco da Defesa - 2012. Esses textos constituem projetos e documentos legais que demonstram a preocupação com a defesa militar aliada à questão ambiental. Todavia, para que isso fosse possível, o argumento ambiental teve que ser assimilado pelas FFAA.

Para a abordagem dessa questão, nesta tese estudaram-se as percepções sobre a Amazônia, enquanto território e natureza, a partir de um grupo de pensadores militares selecionados, atuantes entre o início do século XX e o início do século XXI. O intuito foi o de compreender como um ator institucional com presença secular na região Amazônica percebe o meio em que está inserido.

Existem estudos que buscaram compreender como os indígenas, os ribeirinhos, os migrantes e os demais grupos se relacionam e percebem o meio à sua volta; mas não foram registrados estudos cujo foco seja como os militares entendem a Amazônia ao longo do século XX. Existem sim estudos voltados principalmente para o período da ditadura militar e pós-redemocratização. Como são as FFAA um ator de presença ininterrupta na região desde o século XVII, pelo menos, acredita-se que seja necessário explicar como os homens que constituem e representam essas instituições sentiram e pensaram a Amazônia.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar os elementos constitutivos do discurso militar sobre a Amazônia ao longo do século XX e início do século XXI, em especial sua percepção sobre como a moderna questão ambiental se rebate ou não sobre a região. A análise recaiu sobre a produção discursiva de alguns escritores reconhecidos como expoentes do pensamento militar e que pertenceram aos quadros das FFAA no recorte temporal adotado.

De forma específica, nortearam o desenvolvimento da pesquisa os seguintes objetivos: identificar os principais argumentos associados à Amazônia no discurso militar brasileiro; estabelecer a cronologia da presença de efetivos militares na região Amazônica; e relacionar o discurso sobre a Amazônia com a presença das FFAA na região.

Tornou-se relevante, portanto, para entender como se formou o pensamento contemporâneo sobre a Amazônia, objetivo desta tese, investigar uma trajetória anterior à conjuntura atual. O presente trabalho, no entanto, não buscou reconstruir as origens do pensamento militar desde a longínqua presença portuguesa.

Nos textos de política e história ambiental produzidos por indivíduos ligados a instituições militares ao longo do século XX como um todo, não existem estudos que tratem dos ideais sobre a Amazônia. Os existentes são fragmentados, ora por períodos temporais, ora por instituição militar. Uma visão panorâmica, como a que foi adotada aqui, poderá servir, pois, de referência para estudos futuros, mais pontuais e aprofundados.

Atualmente, questões ligadas ao meio ambiente são entendidas e tratadas como questões de ordem política – a ecopolítica, principalmente no cenário internacional. No caso brasileiro, o papel das instituições militares deve ser melhor compreendido e avaliado, visto que as FFAA são um importante ator no processo de governança da região da Amazônia, assim como de proteção das suas fronteiras e eventualmente da própria natureza.

Quanto à história militar e à defesa, esta pesquisa trata de um tema pouco ortodoxo nos estudos de estratégias e manobras; porém, é um assunto que começa a ser percebido como relevante pelos pensadores militares nas últimas décadas.

A proposta de se trabalhar com um recorte temporal tão extenso requereu escolhas metodológicas e recortes mais específicos. O apoio teórico em Fernand Braudel possibilitou compreender se os argumentos observados eram elementos estruturantes de longa duração e, por consequência, noções que estão no cerne do discurso militar sobre a Amazônia, ou se não passavam de elementos conjunturais transitórios. Braudel, Worster, Hemming, Tocantins e outros autores referenciados forneceram os fundamentos teóricos para se pensar a relação dos humanos com a natureza e as cores da história ambiental.

As concepções de fontes e documentos foram buscadas nos franceses da escola dos *Annales* e da nova história política – Marc Bloch, Fernand Braudel, René Rémond, Philippe Tétard, entre outros. Para explicar conceitos de geopolítica e estratégias de defesa, recorreu-se à geografia e aos círculos militares de autores. Foram utilizados softwares de georeferenciamento, mais especificamente o ArcGis, para confecção de mapas e de parte das figuras que ilustram este trabalho. As informações para alimentar as bases de dados do programa foram obtidas junto a órgãos federais e geradas a partir de pesquisas próprias.

Se por um lado o recorte temporal extenso apresenta-se como uma possibilidade de investigação das estruturas discursivas de modo a compreender a sua permanência e o seu sentido ao longo do século, por outro ele torna imperativo outros recortes que viabilizem o texto. Nessa dimensão, os recortes incidiram sobre as fontes utilizadas. Optou-se por usar apenas as fontes produzidas por militares, que chegaram na casa das centenas. Essas fontes estão dispostas, em separado, nas referências e são constituídas de uma vasta



bibliografia produzida a partir do início do século XX. Livros, relatórios, relatos de experiência, documentos oficiais, entrevistas e informações foram obtidos diretamente nas FFAA, com base na Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Por não dialogar de forma mais profunda com o longo período temporal aqui focalizado e, vez ou outra, por não recorrer a visões de atores e estudiosos civis, reconhece-se que este trabalho apresenta limitações. No entanto, não houve a pretensão de, neste momento, construir um trabalho de história total, nos moldes de *O Mediterrâneo*, de Braudel. Por isso não houve a preocupação em se reconstruir toda a história política da região, o foco como anunciado foi a percepção do espaço e meio ambiente amazônicos pela perspectiva dos militares.

O estudo realizado tem cinco capítulos. No primeiro, *Conceitos, Parâmetros e Balizas Metodológicas*, discutem-se concepções, metodologias e processos que sustentam as interpretações e o direcionamento do estudo, incluindo um panorama do processo de ocupação do que se designa Amazônia Legal. No segundo, *A evolução da Amazônia no pensamento das FFAA*, trata-se tanto do pensamento geopolítico dos militares quanto dos argumentos conectados à questão ambiental, sempre que ligados à região Amazônica. No terceiro capítulo, *A presença das FFAA na Amazônia Legal*, descreve-se cronologicamente a construção da presença de cada uma das instituições na região, e chama-se a atenção para elementos específicos que reforçaram essa presença. O quarto capítulo, *A construção da Amazônia no discurso militar*, foca, no discurso em análise, menos a visão geoestratégica da Amazônia e mais um dado novo: a visão da natureza, ou seja, como os militares descreveram a natureza amazônica e como se constrói, nesse discurso, a dicotomia entre uma visão do 'Inferno Verde' e do 'Eldorado' tropical. No quinto capítulo, apresentam-se as análises e, por fim, as conclusões alcançadas.

# 1 CONCEITOS, PARÂMETROS E BALIZAS METODOLÓGICAS

*Os humanos são animais que carregam ideias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais consequentes delas tem o nome de 'natureza'.*

*Donald Worster*

Este capítulo visa identificar as principais referências metodológicas e conceitos utilizados ao longo do texto.

O recorte temporal que cobre todo o século XX e a primeira década do século XXI, definido para o presente estudo, motivou o desenvolvimento das análises com vista ao modelo temporal de longa duração histórica, proposto por Fernand Braudel, conforme delineado a seguir.

Em busca do entendimento de longa duração, Braudel (1995) desconstrói as outras temporalidades históricas em tempo breve e tempo conjuntural e as suas relações com as outras ciências humanas. O 'tempo breve' é aquele dominado pelo acontecimento, pelos fatos ruidosos do cotidiano. O historiador alerta que "o tempo breve é a mais caprichosa das durações" (BRAUDEL, 1995, p. 11), pois os acontecimentos são explorados por cronistas que marcam, em menor ou maior grau, a memória popular, sem apresentar a constelação de eventos e processos da conjuntura. O risco de se escrever uma história apenas com a leitura dos acontecimentos do tempo breve consiste em não perceber quais acontecimentos contribuem significativamente para um processo e quais são marginais a ele.

O tempo conjuntural é o menos trabalhado por Braudel, por dois motivos: por já ser validado entre os historiadores, é uma "posição consolidada" e "confortável"; e porque essa duração não se completa, pois ela seria uma etapa para o tempo de longa duração, como explica Braudel:

Surge uma nova espécie de narração histórica – pode dizer-se o <recitativo> da conjuntura, do ciclo e até do <interciclo> – que oferece à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, em última instância, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. [...] Este recitativo deveria ter conduzido, logicamente, pela sua própria superação, à longa duração" (BRAUDEL, 1990, p.12-13).

Esse tempo conjuntural consolidado, como aponta Braudel, está na base do ofício do historiador, seja ele ligado à história política, história cultural, história econômica ou outras. Trata-se de uma investigação que parte de ou conduz a um acontecimento, identifica os atores sociais relevantes, explora os eventos (tempo breve) em que estiveram envolvidos em um determinado período de tempo, em busca do entendimento de um processo histórico. Mas, ao se tratar de um período temporal mais longo, é preciso superar, como pensa Braudel, esse modelo e buscar a longa duração. A longa duração é um elemento estruturante, basilar, em torno do qual eventos e conjunturas se desenham e se desfazem. A esse respeito Braudel comenta:

Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma visão tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer (BRAUDEL, 1990, p. 14).

Com essas afirmações, já se pode mensurar essa longa duração braudeliiana, entendendo-a como uma temporalidade de gerações, inserida tão profundamente no meio social que, por vezes, pode ser percebida como ‘elementos estáveis’ desse meio. Mas, quais seriam essas estruturas a que o autor se refere e que ‘o tempo demora imenso a desgastar’? Em uma exemplificação apresentada por Braudel, pode-se entender como se processa essa duração na relação dos humanos com o meio. Segundo ele:

Parece que o exemplo mais acessível [para explicar a longa duração] continua a ser ainda o da reação geográfica. O homem é prisioneiro, desde há séculos, dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído de que não se pode separar nem correr o risco de voltar a pôr tudo em causa. Considere-se o lugar ocupado pela transumância na vida de montanha, a permanência em certos sectores da vida marítima, arraigados em pontos privilegiados das articulações litorais; repare-se na duradoura implantação das cidades, na persistência das rotas e dos tráficos, na surpreendente fixidez do marco geográfico das civilizações (BRAUDEL, 1990, p. 14).

Como se observa, para Braudel, o meio ambiente tem um papel fundamental na constituição das sociedades. As suas relações com os rios, com a fauna e flora existentes são fatores a que grupos humanos estão sujeitos. Porém, salienta: “O meio não explica

tudo, embora represente um grande papel, na forma de vantagens dadas ou adquiridas (BRAUDEL, 2009, p. 32). As estruturas estáveis da longa duração podem ser mais que mesológicas ou econômicas. Elas podem, também, ser intelectuais, como deixou claro esse historiador: “Pense na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração” (BRAUDEL, 1990, p. 14).

Esse pensador abre, assim, um horizonte de expectativas que se aplica diretamente ao presente trabalho: são essas reações espirituais e enquadramentos mentais construídos no meio amazônico que interessam, prioritariamente, ao analisar os escritos dos militares brasileiros, dentro de um recorte temporal de longa duração, ou seja, durante o século XX. Nessa perspectiva, o trabalho abre o diálogo com a história ambiental que “em termos bem simples, (...) trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 201).

A história ambiental enquanto disciplina surgiu na década de 1970, como apontam Drummond (1991) e Pádua (2010). Todavia, o estudo da temática ambiental entre historiadores é bem mais antigo. Quando se vasculha a produção historiográfica, há relevantes trabalhos que levaram em conta a relação entre o meio ambiente e o ser humano. Entre eles, podem ser citados: *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha ou, ainda, *Caminhos e fronteiras*, *Monções* e *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda. Embora não sejam reconhecidos como historiadores ambientais e tidos, no máximo, como ensaístas (DRUMMOND, 1991), as suas obras levaram em conta a influência do meio sobre os indivíduos e as suas sociedades. Dos autores amazônidas, podem ser citadas duas obras representativas de Leandro Tocantins: *O rio comanda a vida* (2000) e *Amazônia, homem, natureza e tempo* (1960).

Worster (1991) apresenta três conjuntos de questões inerentes à história ambiental. Um primeiro estuda a natureza em si e os humanos como um organismo nela inserido; um segundo introduz no primeiro conjunto as comunidades humanas com as suas características socioeconômicas, estabelecendo as suas relações com o meio ambiente; e um terceiro, que consta da “interação mais intangível e exclusivamente humana, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). Na mesma direção, Drummond (1991) identifica cinco temáticas predominantes:

[...] (a) origens e efeitos de políticas ambientais e da 'cultura' científico-administrativa de organismos governamentais com responsabilidade pelo meio ambiente; (b) usos conflitivos de recursos naturais por povos com marcadas diferenças culturais (nativos americanos *versus* europeus, por exemplo), ou por grupos sociais distintos de sociedades complexas (protetores de animais *versus* caçadores); (c) **valores culturais coletivos relativos à natureza, ao meio ambiente e aos seres animais e vegetais**; (d) idéias de escritores ou militantes ambientalistas individuais; (e) estudos de casos notáveis de degradação ambiental (DRUMMOND, 1991, p. 186. Grifo nosso.).

Entre as temáticas da história ambiental, algumas reflexões presentes neste trabalho se inserem nessa busca pela compreensão das construções mentais sobre a natureza produzidas por determinados grupos humanos.

No aporte teórico utilizado para a seleção das fontes, mesclam-se duas correntes distintas do pensamento historiográfico. De um lado, esse aporte se apoia nas concepções da escola dos *Annales*, que desde a primeira metade do século anunciou a necessidade de se investigarem “novos problemas, novos objetos e novas abordagens” (BURKE, 1992, p. 9). Com os *Annales*, o conceito de fonte se amplia, extrapolando as tradicionais fontes documentais e oficiais. As obras de arte, os relatos de experiência, as cartas, inscrições em monumentos, entre outras formas de escrita, foram incorporados como material passível de análise. De outro lado, a história política, ao usar relatórios, leis, discursos oficiais, políticas e programas de governo, ajuda a compor o entendimento da sociedade, não na forma da narrativa clássica, mas, sim, do diálogo com os outros campos do conhecimento (REMOND, 2003).

Parte do material aqui analisado foi colhida de relatos de experiências e vivências de militares na região da Amazônia Legal. Os textos, de modo geral, apresentam um caráter muito mais descritivo do que analítico. Todavia, fica evidente, em parte deles, o propósito dos autores de analisar a região de maneira mais racional e interpretativa, buscando compreender a sua importância no contexto brasileiro e global. O instrumento que encontraram foi a geopolítica ou geografia política, fazendo delas um arcabouço teórico importante para essa investigação, pois, vários autores pesquisados buscaram, em suas obras, pensar o Brasil a partir de referências desse campo do conhecimento.

No entanto, é importante questionar: como esses atores-autores entendiam a geopolítica? As origens desse campo do conhecimento, bem como as principais influências sobre os pensadores brasileiros, militares ou não, se devem principalmente ao geógrafo alemão Frederich Ratzel. Segundo Costa e Miyamoto (2000) a influência de Ratzel foi generalizada sobre pensadores brasileiros tais como Mário Travassos, Lysias Rodrigues,

Golbery do Couto e Silva<sup>1</sup> e Everaldo Backheuser. Ratzel viveu e publicou na virada do século XIX para o século XX. Para ele, os Estados eram organismos que deviam ser pensados e geridos em íntima conexão com o espaço onde estavam inseridos:

O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre (RATZEL, *apud in*: COSTA, 2000, p. 35)

Embora Ratzel possa ser considerado o ‘pai’ da geopolítica, ele não foi o único a pensar as relações entre os Estados e o território. O holandês Nicholas Spykman, o almirante da marinha norte-americana Alfred T. Mahan, o britânico John Mackinder e o general alemão Karl Haushofer são apenas algumas das referências importantes desse campo da Geografia<sup>2</sup>. No Brasil, fora dos círculos militares, o principal nome que impulsionou os estudos da geopolítica foi Everaldo Backheuser (MIYAMOTO, 1981), embora, segundo o próprio Backheuser, esse ramo da ciência fosse mal visto no Brasil, por ser considerada uma ‘ciência alemã’, como ele coloca na introdução que escreve ao livro de Lysias Rodrigues:

A ‘Ciência Alemã’, e essa sentença, a olhos de muitos, principalmente dos ignorantes, valia por condenação irreparável. A geopolítica fora inventada por demônios teutônicos ou por vassalos do pensamento germânico com o fim precípua de dar *substratum* científico às aspirações de conquista de um povo sequioso de dominar outros. (...) Quem falasse em Geopolítica no Brasil era para logo incriminado de inimigo da democracia (BACKHEUSER, *in*: RODRIGUES, 1947, p. 6).

Entretanto, essa visão estereotipada não levava dois pontos em consideração. Primeiro, que foi o britânico John Mackinder quem difundiu a teoria de que a “*Heartland*” (o “coração da terra” - em uma alusão a sua centralidade e à importância do coração no corpo) do mundo estaria situado na Eurásia, entre a Alemanha e a Rússia. Tal região, devido à sua centralidade e conectividade com diversas outras regiões, seria a chave para o controle

---

<sup>1</sup> O general Golbery do Couto e Silva é tratado por seus pares por seu ‘nome de guerra’ Golbery e não pelo seu sobrenome Silva. Optamos no decorrer do texto por usar o nome Golbery para facilitar sua identificação, usando o sobrenome Silva apenas nas citações.

<sup>2</sup> Outros nomes de geógrafos e militares que se dedicaram à geopolítica encontrados nos textos foram Rudolf Kjellén, Otto Maull, Vidal de La Blanche, Camille Vallaux, Karl Schmidt, Heinz Kloss, Karl Haushofer. Um excelente artigo que trata da evolução do pensamento geopolítico nacional e suas diferentes influências é: “Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação”, de Shiguenoli Miyamoto (MIYAMOTO, 1981). O General Golbery do Couto e Silva também faz uma análise das principais correntes geopolíticas em sua obra *Geopolítica do Brasil* (SILVA, 1981. pp. 160-172).

mundial. Para Mackinder, a nação que controlasse a Eurásia seria hegemônica em relação às outras nações. Esse pensamento, aliado às noções de que uma nação somente pode se realizar em um território apropriado, é tido como fundamento da teoria do “Espaço Vital - *Lebensraum*” alemão, a justificativa intelectual da expansão da Alemanha nazista, de 1933 a 1945 (ARENDETT, 1998; COGGIOLA, 1995, MYAMOTO, 1981). Segundo, que o argumento da necessidade de um “espaço vital” para o desenvolvimento da nação enquanto potência já era usado pelos teóricos do imperialismo, que haviam, inclusive, conduzido o mundo à Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918 (HOBBSAWN, 2003; MOTTA 2003). Mas a importância da geopolítica como responsável por ter mergulhado o mundo na Segunda Guerra Mundial era clara para o discípulo de Backheuser, o Brigadeiro Lisyas Rodrigues, que afirmou: “A Geopolítica foi, não há de negar, em grande parte a culpada da presente situação do mundo” (RODRIGUES, 1947, p. 20).

Esses fatos contribuíram para que a disciplina não se desenvolvesse no Brasil, como aponta Wanderley Messias da Costa: “Não há como avaliar uma ‘geografia política brasileira’”, pois esse ramo da Geografia, “tal como desenvolvido em alguns países da Europa e dos Estados Unidos, não logrou ainda firmar-se no país” (COSTA, 2000, p. 177). Se a geopolítica não encontrou na academia um espaço fértil para se desenvolver, o mesmo não aconteceu nos quartéis. Transformada em geografia militar, tornou-se disciplina obrigatória nos cursos de formação de oficiais (COSTA, 2000). Isso explica porque a maioria dos primeiros autores que pensaram a geopolítica nacional foi constituída por militares.

Para desenhar o entendimento da geopolítica brasileira, buscamos três autores reconhecidos como expoentes do pensamento geopolítico entre os militares brasileiros, tendo seus pensamentos sido reproduzidos por outros autores militares e civis. O General Mário Travassos (1891-1973) produziu, entre outros, um dos primeiros livros de geopolítica brasileiros, (*Projeção Continental do Brasil*, 1931; *As condições geográficas e o problema militar brasileiro*, 1941; *Introdução à geografia das comunicações brasileiras*, 1942).

O General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) inicia sua produção acadêmica com uma série de textos nas décadas de 1950 e 1960 principalmente, chegando ao começo da década de 1980 (*Aspectos geopolíticos do Brasil*, 1952; *Aspectos geopolíticos do Brasil II*, 1959; *Aspectos geopolíticos do Brasil III*, 1960; *Geopolítica e geoestratégica*, 1959; *Dois polos da segurança nacional na América Latina*, 1959; *Áreas internacionais de entendimento e áreas de atrito*, 1959; *O Brasil e a defesa do Ocidente*, 1958; *Formulação de um conceito estratégico nacional (ensaio metodológico)*, 1966; *Esboço de um plano de pesquisa geopolítico*, 1966; *Conjuntura política nacional o poder executivo*, 1981; *Geopolítica do Brasil*, 1981). Golbery foi um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

durante a Guerra Fria, que identificava o Brasil como um país aliado do bloco ocidental. Ativo durante o regime militar, criou e comandou o Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964.

O General Carlos de Meira Mattos (1913-2007) inicia seus escritos na década de 1960, todavia suas obras ligadas a questões geopolíticas mais importantes se iniciam em meados de 1975. Ávido escritor, Meira Mattos produziu diversos livros (*Brasil-Geopolítica e Destino*, 1975; *A Geopolítica e as Projeções de Poder*, 1977; *Uma Geopolítica Pan-amazônica*, 1980; *Geopolítica e Trópicos*, 1984; *Geopolítica e Destino*, 1984; *Estratégias Militares Dominantes, Sugestões para uma estratégia militar Brasileira*, 1986; *Nova estratégia de defesa nuclear: guerra nas estrelas*, 1988; *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil*, 1990; *Castello Branco e a revolução*, 2000; entre outros). Meira Mattos pode ser considerado um dos últimos grandes pensadores geopolíticos militares, não havendo após sua morte outro militar com produção de semelhante relevância.

Em comum esses três homens ainda dividiam o fato de todos terem sido ex-febianos, tendo participado da Segunda Guerra Mundial em algum momento de suas carreiras. Tanto Mário Travassos como Meira Mattos foram comandantes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e Golbery foi instrutor na AMAN quando esta era comandada pelo General Juarez Távora, de modo que todos também estiveram ligados à instrução dos futuros oficiais do Exército.

Travassos, em sua obra fundamental, *A projeção continental do Brasil* (1935), não se preocupa em conceituar a geopolítica, partindo direto para a análise do Brasil no espaço sul-americano. No ensaio de 1941, denominado 'As condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro', ele afirma: "em se tratando do problema militar não interessa muito abrir discussão em torno dos limites entre os múltiplos desdobramentos da Geografia. [...] O mesmo acontece com as doutrinas geográficas, em relação às quais não interessa tomar partido" (TRAVASSOS, 1941, p. 11). Todavia, ele reconhece que "[a]s influências dos fatores geográficos na solução da generalidade dos problemas da vida moderna é questão passada em julgado" (TRAVASSOS, 1941, p. 11). De forma clara, indica quais são as suas referências, ao afirmar que "tanto convém, ao tratamento das questões geomilitares, o espírito sistemático da doutrina alemã (Ratzel), como a flexibilidade da doutrina francesa (De la Blache)" (TRAVASSOS, 1941, p. 12).

Golbery constrói uma discussão em torno dos conceitos de geopolítica antes de apresentar uma definição própria, conforme se pode entender no fragmento a seguir:



Temos, pois, que a Geopolítica, baseada na ciência geográfica e, em particular, no ramo denominado Geografia Política, serve de fundamentação geográfica e propõe diretrizes, calçadas nos conceitos básicos de espaço e de posição, à Política Nacional, tanto no domínio não-estratégico desta e onde se visa ao bem-estar, ao progresso, ao desenvolvimento atingíveis sem a ameaça de antagonismos internos ou externos, quanto na esfera da segurança, isto é, da Estratégia (SILVA, 1981. p. 166).

Meira Mattos foi mais direto em sua definição : “Em termos genéricos entendemos por Geopolítica a ‘política aplicada aos espaços geográficos’. [...]. Se assim a aceitarmos, a Geopolítica tem por base a Geografia, dela extraindo os meios necessários à realização dos interesses do Estado.” Esclarece: “Este conceito, por sua amplitude, cobre todos os demais, com mérito de evitar a polêmica retórica sobre o assunto” (MATTOS, 1984. p. 3).

Observando as diferentes falas, vemos que, de uma maneira mais simples ou mais elaborada, as definições de geopolítica no seio da elite militar brasileira eram vistas como o entendimento e a articulação dos conhecimentos sobre o espaço nacional e o seu lugar no contexto internacional, pensados de maneira aplicada ao direcionamento das ações do Estado.

Um outro conceito retirado do pensamento geopolítico é o de “*heartland*”, que foi utilizado por Travassos para pensar a centralidade geopolítica sul-americana e o papel da Bolívia nesse contexto. Esse mesmo conceito foi tomado para pensar o espaço brasileiro e justificar, ainda mais, o argumento político e estratégico da necessidade de mudança da capital federal para o “*heartland*” do território nacional, garantindo, assim, um melhor controle sobre o território. O conceito de “*heartland*” amazônico é utilizado por vários outros autores, militares e civis, chegando até às obras de Meira Mattos nas décadas finais do século XX. Foi um conceito usual na construção de análises do espaço nacional e do lugar da Amazônia nesse espaço.

A evolução da percepção sobre a Amazônia no discurso dos militares brasileiros é o ponto central deste trabalho. A abordagem se deu de duas formas: em um primeiro momento, identificaram-se os argumentos centrais do discurso castrense em relação à região, com destaque para a percepção militar sobre o meio ambiente e para as responsabilidades estatais desse ator para com o meio ambiente; no segundo momento, estabelece-se um diálogo com a história ambiental, mais pontualmente com o tema da identificação da construção de valores relativos ao lugar, à fauna e à flora por parte de um grupo determinado, cuja construção parte da influência do meio natural sobre a vida humana (DRUMMOND, 1991).

Devido ao fato de o estudo trabalhar com um ator estatal, optou-se por adotar uma definição também estatal de meio ambiente, entendido como “o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Resolução 306, CONAMA. 2002). Por ‘questão ambiental’ entende-se todo o conjunto de fatores ligados ao meio ambiente que foram imbuídos de valores científicos e políticos em um período historicamente datado. Estes fatores foram não somente o resultado de pesquisas de grupos de cientistas que apontavam interconexões globais entre os problemas ambientais, mas o reconhecimento internacional, fora do meio estritamente acadêmico, do meio ambiente como um tema importante. Isto ocorreu entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. O âmbito político da questão ambiental se situa temporalmente no mesmo período de transição entre as décadas de 1960 e 1970 e é entendido aqui como uma aceitação da questão do meio ambiente por parte dos Estados como um objeto com significado próprio, passível de políticas públicas específicas e inserido na agenda política nacional e internacional. O marco temporal é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972; no Brasil, o marco é a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Ambos eventos deram reconhecimento político à questão ambiental. As FFAA também não estão alheias a esse debate e a essa temporalidade, conforme identificamos: “a preocupação com o meio ambiente adquiriu relevância e notoriedade internacional a partir da publicação em 1972, do relatório “Os Limites do Crescimento”, elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, por encomenda do Clube de Roma” (NUNES *et al.*, 2012. p. 3).

É preciso fazer algumas advertências ao leitor sobre os limites do texto. A primeira é com relação as próprias FFAA. Assim como outros grupos sociais as FFAA não são um grupo homogêneo, existem diferenças internas, em alguns momentos estas diferenças podem aparecer apagadas dentro do texto, mas não o são. Todavia, como se buscou identificar quais eram os principais argumentos com relação a Amazônia, sem se preocupar com a postura política dentro da instituição do militar que as proferia, não foi detalhado de forma explícita neste trabalho as heterogeneidades existentes internamente as instituições militares. O objeto maior do texto é a Amazônia e não as disputas de poder dentro das instituições fardadas.

Outra baliza necessária foi com relação a história da atuação política dos militares na Amazônia. Construir a história desta atuação política implicaria em fazê-lo para todo o período de mais de cem anos, um trabalho longo que fugiria a proposta inicial. Além do que já existem trabalhos que abordam questões relacionadas ao papel político das FFAA, tais como: ARRUDA (2007), CARVALHO (1987; 2005), CASTRO (2004; 2009), DORATIOTO

(2002), DREIFUSS (1981), GASPARI (2002; 2002a; 2003), HAYES (1991), McCANN (1982; 2007), OLIVEIRA (1976; 1987), SAINT-PIERRE (2000; 2009), SAINT-PIERRE; MATHIAS (2001), SKIDMORE (1988), ZAVERUCHA (2000). Caso o leitor sinta a necessidade desta leitura com relação a atuação política dos militares na região amazônica sugerimos: BECKER (2006), BENCHIMOL (1992), BIGIO (2000; 2003), HEMMING (2007; 2008; 2009), MAHAR (1989), MAIA (2010), MARQUES (2001; 2007), NASCIMENTO (2005; 2006; 2009), SILVA (1998), SCHMINK; WOOD (1992), SOUZA (2009). Outros autores são mencionados no decorrer do texto.

## 1.1 O ESPAÇO AMAZÔNICO E AS FFAA COMO ATORES INSTITUCIONAIS

Um dos desafios encontrados ao trabalhar o espaço amazônico em uma temporalidade estendida é lidar com a evolução das divisões político-administrativas internas ao território. Entretanto, trabalhar com a região Amazônica de forma integral, tal como Braudel fez com o espaço mediterrâneo, faz com que a questão da referida divisão se dilua na imensidão do território cindido por fronteiras nacionais e estaduais. Apesar de se reconhecer que em um espaço de 100 anos países inteiros são criados às custas de perdas territoriais ou do desmembramento completo de outros, este não é o caso brasileiro. No Brasil, desde 1900, ocorreram apenas três casos fronteiriços que envolveram a redefinição dos limites nacionais: a definição do território contestado entre Brasil e França (no atual Estado do Amapá) em 1900; a anexação do Acre, em 1903; e a Questão Pirara, envolvendo Roraima, quando o Brasil perdeu uma parte do seu território para a Guiana Inglesa, em 1904. Desde então, as fronteiras brasileiras adquiriram contornos inalterados<sup>3</sup>.

Internamente, alguns estados, territórios e municípios tiveram os seus espaços alterados no período<sup>4</sup>. Não ignoramos tais transformações, mas o caminho escolhido para as análises tomou como base a divisão da Amazônia Legal, tal como a conhecemos atualmente. Assim, a presença militar é registrada nos estados e não nos municípios que os compõem. Os limites das unidades da federação foram construídos ora pela criação e posterior mudança de categoria dos territórios federais — Rondônia, Roraima e Amapá —

---

<sup>3</sup> O mesmo não acontece com os países vizinhos da América do Sul, onde desacordos fronteiriços ainda existem como apontam MARTÍN (2001) e COSTA (2007; 2009; 2010)

<sup>4</sup> Segundo o IBGE o Brasil tinha 1.121 municípios em 1900, e 5.565 municípios em 2010. Todavia, a maioria desses novos municípios está concentrada nas regiões Sudeste, Sul, e Nordeste (IBGE, 2011, p. 18). O país possuía 20 estados e o Distrito Federal no Rio de Janeiro, o Acre ainda não havia sido anexado e os territórios federais ainda não haviam sido criados. Em 2010, são 26 estados e o Distrito Federal, em Brasília.

para estados, ora pela desagregação do território de um estado para a criação de outro, quais sejam: Mato Grosso e Tocantins. Tais mudanças foram levadas em conta, sempre que necessário.

Entende-se que essas ocorrências não prejudicam a compreensão espacial da distribuição das bases militares na Região Amazônica, uma vez que, embora novos municípios tenham sido criados, em nenhum dos casos a criação implicou a mudança da sede de uma base militar. Isso se explica pelo fato de a instalação das bases levar em conta aspectos geográficos e estratégicos, que não estavam sujeitos às alterações dos limites municipais e estaduais no século XX <sup>5</sup>.

O que é a Amazônia Legal? Qual a diferença entre Amazônia Legal e Bacia Amazônica? Quais seus limites geográficos e políticos? Essas questões aparentemente simples são de grande importância para este estudo. A Bacia Amazônica é delimitada pela área de drenagem do rio Amazonas e Tocantins, isto é, um espaço físico mensurável que abrange cerca de 7 milhões de km<sup>2</sup> na América do Sul. Essa área se estende por oito países e um território: Brasil, Peru, Guiana Francesa (um departamento do Estado Francês), Guiana Inglesa, Suriname, Venezuela, Bolívia, Equador e Colômbia. Já a Amazônia brasileira é a área da Amazônia que se situa dentro dos limites territoriais do Brasil. Tem cerca de 5 milhões de km<sup>2</sup>, estendendo-se pelos estados Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Finalmente, por Amazônia Legal entende-se um espaço construído temporal e politicamente instituído pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e ampliado pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, e pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Foi ratificada pela Constituição Federal de 1988. Esses documentos estabelecem a sua abrangência, conforme pode ser verificado pelos dados do no Quadro 1.1, a seguir.

---

<sup>5</sup> Para pensar a formação das fronteiras nacionais brasileiras, ver MORAES, 2000; BANDEIRA, 1998; PEREGALLI, 1982. A Amazônia Legal tem atualmente mais de 770 municípios, distribuídos por nove estados. Entretanto, para compreender as mudanças dos limites municipais, sugere-se consultar a obra “Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010” (IBGE, 2011), em que se identificam as divisões político-administrativas das unidades da federação e municípios do país e conseqüentemente, da Amazônia Legal. Os *shape files* referentes às divisões territoriais municipais entre 1900 e 2010 foram solicitados formalmente ao IBGE, que se negou a fornecê-los alegando que estão sendo reformulados e que estarão disponíveis ao público em julho de 2013. Por isso, os mapas produzidos para este trabalho não contam com tais divisões.

Quadro 1.1 Legislação de criação e abrangência da Amazônia Legal

Lei	Abrangência definida para a Amazônia Legal
Lei Nº 1.806, de 6.1.1953	Art. 2º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano [PVEA] definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º, e do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.
Lei Nº 5.173 de 27.10.1966	Art. 2º A Amazônia para efeitos desta lei abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.
Lei Complementar Nº 31 de 11.10.1977	Art. 45 A Amazônia, a que se refere o artigo 2º da lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, compreenderá também toda a área do Estado de Mato Grosso. [O Estado de Mato Grosso foi dividido em 1977 formando os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.]
Constituição Federal de 1988 (Disposições Transitórias)	Art. 13 É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. Art. 14 Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos. ESTADOS QUE COMPÕEM A AMAZÔNIA LEGAL: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (a oeste do meridiano de 44º).

Fonte: Legislação disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis)> Acessado em: 07/07/2011.

Em documento da Câmara dos Deputados, encontra-se, ainda, a seguinte definição:

Região compreendida pela totalidade dos estados do Acre, do Amapá, de Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, de Tocantins e do Maranhão. A região engloba uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política captadora de incentivos fiscais com o propósito de promoção do seu desenvolvimento regional.<sup>6</sup>

A definição da Amazônia Legal como um espaço delimitado geograficamente para facilitar o investimento e os aportes de recursos federais destinados aos estados e municípios nela incluídos não é uma leitura atual, conforme se depreende da análise de Moreira (1960), ao afirmar que esta delimitação que:

(...) surgiu como num passe de mágica da noite para o dia não pode ser considerada uma área geográfica definida ou uma região natural, [e sim] um conjunto de problemas que precisam ser encarados em função de um dado espaço para efeito de equacionamento e solução. Daí a amplitude que lhe

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/70447.html>> Acessado em 07/07/2011.

foi dada – mais da metade do território nacional – a falta de atenção geográfica na sua delimitação (MOREIRA, 1960, p.46).

A citação de Moreira leva a refletir sobre dois aspectos desta questão: primeiro, o da criação da Amazônia Legal, como um marco delimitador de espaços considerados sensíveis em função da necessidade da intervenção do Estado nacional. Isso é percebido na medida em que foram criados órgãos e elaborados projetos e programas específicos para gerir e incentivar o desenvolvimento deste espaço. Segundo, sendo um espaço definido por parâmetros político-sociais, a região tem características geográficas e bióticas diversas, algumas das quais fortemente conectadas às de outras regiões do país, como, por exemplo, o bioma Cerrado, encontrado no Centro-Oeste e no Sudeste<sup>7</sup>.

Embora genericamente se usem expressões como floresta amazônica, selva amazônica e hiléia, entre outras, a Amazônia é constituída por diferentes tipos de vegetação: campinaranas, florestas estacionais decíduais e semidecíduais, florestas ombrófilas abertas e densas, formações pioneiras, refúgios montanos e savanas amazônicas (IBAMA).<sup>8</sup>

Diferentes atores sociais estão inseridos nesse vasto território – indivíduos, grupos étnicos, populações tradicionais, populações não-étnicas, instituições, organizações não governamentais, empresas privadas e estatais e pequenos comerciantes, além dos poderes públicos municipal, estadual e federal. Enfim, existe um mosaico de sujeitos históricos, abrangendo desde a concepção de novos sujeitos da Escola dos *Annales* até atores consagrados pelas linhas analíticas do positivismo clássico (VEYNE, 1998). Entre esses atores estão as instituições militares, com presença secular. Mas, quem são os militares e qual a importância deles enquanto atores sociais? Para responder a essa questão, é necessário compreender a função constitucional das FFAA.

A presença de militares na história republicana do Brasil se faz sentir desde o seu início, na figura dos primeiros presidentes. A imagem da proclamação da República, ilustrada na tela do pintor Benedito Calixto (1893), mostra o Marechal Deodoro da Fonseca montado em um cavalo baio, cercado de militares e civis, no ato de proclamação, em 15 de novembro de 1889. Após Deodoro, o Marechal Floriano Peixoto assumiu o cargo supremo do executivo nacional. Dessa forma, nasceu a República com militares de carreira como os dois primeiros presidentes. Outros militares também ocupariam a presidência no decorrer século XX.

---

<sup>7</sup> Outro recorte territorial que se fará uso quando necessário é a divisão do país em regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/tipos.htm>> Acessado em 02/06/2012.

No Império, as FFAA tinham um caráter elitista e pouco profissional, uma vez que todo brasileiro poderia ser arrematado para lutar, como explicita o ‘Art. 145 – todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência e integridade do Império’ – Constituição do Império de 1924. A conscrição compulsória foi utilizada durante a Guerra do Paraguai e em outros momentos da história nacional (DORATIOTO, 2002; CARVALHO, 2006). Com a República, desde a Constituição de 1891, as FFAA adquiriram o caráter constitucional de ‘instituições nacionais permanentes’, o qual se mantém até a atual Constituição Federal, como demonstrado no Quadro 1.2.

Quadro 1.2 O papel constitucional das Forças Armadas nos séculos XIX e XX

Constituição	Missão das Forças Armadas
1824	Art. 145 – todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos.
1891	Art. 14 – As Forças de Terra e Mar são <b>instituições nacionais permanentes</b> , destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.
1934	Art. 162 - As Forças Armadas são <b>instituições nacionais permanentes</b> e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei.
1937	Art. 161 - As Forças Armadas são <b>instituições nacionais permanentes</b> , organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República.
1946	Art. 176 – As Forças Armadas, constituídas essencialmente pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são <b>instituições nacionais permanentes e regulares</b> , organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. Art. 177 – Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.
1967	Art. 92 – As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica, são <b>instituições nacionais permanentes e regulares</b> , organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. § 1º - Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem.
1988	Art. 142 - As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são <b>instituições nacionais permanentes e regulares</b> , organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses poderes, da lei e da ordem.

Fonte: ARRUDA, 2007. p. 108. Adaptado pelo autor. Grifos nossos.

A designação constitucional básica das FFAA nasceu na Constituição de 1891, na qual, além serem caracterizadas como ‘instituições nacionais permanentes’, receberam como missão a defesa externa da pátria e a ‘manutenção das leis no interior’. Na Constituição de 1934, foi acrescentada a missão de garantir ‘a lei e a ordem’, que permaneceu até a Constituição de 1988. A exceção foi a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, na qual as FFAA deveriam prestar ‘fiel obediência à autoridade do

Presidente da República'. Essa característica de instituição permanente, com funções ligadas tanto à defesa externa quanto interna, contribuiu para tornar as FFAA um ator institucional relevante na vida da nação.

A importância das FFAA no período republicano deu-se, também, na medida em que os diversos grupos sociais que formavam as elites nacionais não tinham um caráter nacional, como destaca McCann (2007):

Os partidos políticos em 1889-1930 não eram nacionais, e sim regionais e/ou personalistas. (...) Embora o catolicismo fosse certamente o cimento da cultura brasileira, como salientou Gilberto Freire, nem a Igreja nem os partidos políticos mantinham a unidade do território brasileiro; quem fazia isso era o Exército.

[...] A história política do Brasil republicano é a história do crescimento da nação-Estado brasileira. O Exército, como a única instituição nacional, foi um ator central desta história, levando o poder central às pátrias, o Exército contribuiu para a mudança política, para a formação da nação-Estado e para o engrandecimento da pátria nacional (McCANN, 2007, p. 11-19).

Essa identificação do grupo militar como 'instituição nacional', que se via acima das disputas regionais de poder, ocorria independentemente dos desequilíbrios da distribuição das forças pelo território nacional. Essas forças, no período entre o final do século XIX e início do século XX, estavam muito mais presentes nas regiões Sul e Sudeste, segundo McCann: "Embora o maior número de unidades estivesse no Rio de Janeiro e no Rio Grande no Sul, a presença do Exército era sentida por todo país, e seu pessoal, interesses, ideologia, visão e compromisso eram nacionais" (MCCANN, 2007. p. 11).

Sobre a questão do pertencimento a um grupo, um exemplo interessante é a afirmativa do líder acreano, Castilhos de Goyochêa, que afirmou: "Não importa que minha estada sob a bandeira [do Brasil] houvera sido curta no tempo, quando sinto que ela cooperou fundamente na minha formação moral. *Soldat d'un jour, soldat pour toujours* (Soldado por um dia soldado para sempre), dizem os franceses" (GOYOCHEËA, 2007. p. 7). Isso talvez se deva ao fato de as instituições militares serem 'instituições totalizantes', no sentido de abarcarem a vida de seus integrantes de uma forma ampla, conforme analisa Castro (2009; GOFFMAN, 2001). Outro exemplo dessa noção de forte pertencimento oriunda da experiência militar está na análise Marc Bloch:

No entanto, em nenhum grupo humano os indivíduos são tudo. Suas particularidades tendem necessariamente a se atenuar assim que passam a fazer parte de uma comunidade fortemente constituída. Uma formação inicial conduzida por cada um em linhas mais ou menos semelhantes, o exercício de uma mesma profissão, a submissão a regras coletivas de vida talvez não sejam o cimento mais forte. É preciso ainda, junto com as



tradições transmitidas dos mais velhos aos mais jovens ou do chefe ao subordinado, o sentimento de uma espécie de prestígio coletivo. Esse é eminentemente o caso do que poderíamos chamar de corporações militares (BLOCH, 2011, p. 38).

Um ponto interessante nessa fala de Bloch é que ela é, ao mesmo tempo, análise e relato, pois foi escrita durante a Segunda Guerra Mundial, quando Bloch serviu tanto como soldado regular quanto como membro da resistência francesa. Ele vai além da experiência coletiva dos treinamentos, apontando o papel das tradições e a questão do prestígio como componentes da construção do senso de pertencimento à corporação.

Outra face do sentimento de pertencimento a um grupo especial era mais conturbada. Inúmeras vezes os militares recorreram ao papel constitucional de defesa da pátria, da lei e da ordem para tentar assumir o poder político. O ‘Poder Desestabilizador’, de que fala Carvalho (2006) manifestou-se em diversos momentos conturbados da história nacional. Influenciados pelos ideais positivistas, os militares brasileiros adotaram, desde muito cedo na República, uma visão nacionalista e progressista com a qual impregnaram a instituição. O movimento tenentista, a Coluna Prestes, o apoio ao golpe que colocou Getúlio Vargas no poder e o golpe de 1964 são alguns exemplos da intervenção de militares na história política da nação.

Essas intervenções na vida política recente do país geraram um receio nos meios universitários com relação aos militares. Durante os anos 1980-90, houve muitos estudos sobre intervenções militares. A historiografia que buscou abordar o período a partir de 1964 focou os seus esforços em tópicos, situações, eventos e temas em que os militares apareciam como atores perversos e coadjuvantes. Pensar os militares era pensar a ditadura, os anos de chumbo, a tortura, os movimentos de resistência, os desaparecimentos, as articulações continentais dos governos militares e outros. Obras com esse foco são abundantes e importantes para lançar luz sobre um período conturbado da nação (ARNS, 1985; OLIVEIRA *et al.*, 1987; SKIDMORE, 1988; PORTELA, 2002; GORENDER; FICO, 2001; GASPARI, 2002; 2002a; 2003).

Todavia, a produção acadêmica sobre os militares como atores institucionais e atores no processo de desenvolvimento nacional foi pouca e tímida. Eliézer Rizzo de Oliveira já chamava a atenção para esse fato, ainda nos anos 1980, refletindo que era “uma tarefa urgente superar a visão determinista da dicotomia ‘sociedade civil = democracia’ versus ‘aparelho militar = ditadura’” (OLIVEIRA, 1987. p. 147).

Na historiografia, um movimento de retorno da história política e da história do tempo presente, apontam para a reabilitação dos atores institucionais, como indicam Rémond

(2003), Tétard e Chauveau (1999). Nesse ínterim, o estudo das FFAA como atores institucionais se insere.

Na área da Amazônia Legal, as FFAA são representadas por grandes comandos militares de área, aos quais estão subordinadas as organizações militares que atuam no território. Para o Exército são os Comandos Militares (CM-Amazônia, CM-Planalto, CM-Nordeste e CM-Oeste); para Força Aérea os Comandos Aéreos, (COMAR I, II e IIV); e para a Marinha os Distritos Navais (4ºDN, 6ºDN, 7ºDN e 9ºDN). Isto será detalhado adiante no texto.

Um último ponto que é pertinente lembrar sobre esse ator a que chamamos FFAA é que, desde 1999, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estão subordinadas ao Ministério da Defesa, por meio da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho “[...] que, mantendo a destinação constitucional das FFAA, atribuiu-lhes, também, o cumprimento das missões subsidiárias listadas naquela lei e outorgou ao Ministro da Defesa o exercício da direção superior das FFAA” (ROCHA, in: CÂMARA dos DEPUTADOS, 2008. p.328).

Essas são as balizas teóricas que norteiam o trabalho. Em seguida, o capítulo dois traz uma necessária contextualização do panorama histórico que atravessa o período estudado antes de mergulhar no pensamento dos militares propriamente ditos.

## 2. A EVOLUÇÃO DA AMAZÔNIA NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS

### 2.1 OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA CONQUISTA RECENTE DO VALE AMAZÔNICO E A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

No vale amazônico, antes da chegada dos europeus, havia numerosas e diversificadas populações nativas (Roosevelt, 1989; Meggers, 1976; Denevan, 1976; Mann, 2006). Os documentos dos diversos naturalistas e viajantes que singraram as águas do grande rio ao longo dos séculos deixaram relatos e ilustrações dessas populações e de seus costumes. Um exemplo é o relato de Gaspar de Carvajal, escriba da expedição de Francisco de Orellana, que descreveu inúmeros encontros com os índios da bacia amazônica, ocorridos na primeira descida do rio Amazonas (1541-1542):

(...) pero no habíamos andado mucho, cuando a la mano siniestra, **vimos muy grandes provincias y poblaciones**, y éstas estaban en la más alegre y vistosa tierra que en todo el río vimos y descubrimos, porque era tierra alta de lomas y **valles muy poblados**, de las cuales dichas provincias salió a nosotros a medio río muy gran copia de piraguas a nos ofender y dar guerra (CARVAJAL, 1542. Grifo nosso.)<sup>9</sup>

Mann afirma que atualmente antropólogos, arqueólogos, geógrafos e historiadores revisitam os relatos de Carvajal e as suas descrições de numerosas sociedades indígenas residentes na região Amazônica. Para ele, *“these scientists say, today’s forest is the product of a historical interaction between the environment and human beings – human beings in the form of populous, long-lasting Indian societies described by Carvajal”* (MANN, 2006, p. 320). O estudo arqueológico da ‘terra preta de índio’<sup>10</sup> também tem contribuído para contestar e desconstruir a visão de que na Região Amazônica, devido a suas características mesológicas, não existiram grandes populações (COSTA & KERN, 2004; NEVES, 2006). As estimativas do tamanho

---

<sup>9</sup> Documento sem numeração de páginas. Disponível em: <<http://www.biblioteca.org.ar/libros/153797.pdf>> Acessado em 23/07/2012.

<sup>10</sup> Outras denominações da Terra Preta de Índio (TPI) podem ser: Terra Preta Arqueológica (TPA), ou simplesmente Terra Preta (TP).

dessas populações indígenas variam de acordo com os diferentes autores (DENEVAN, 1976; MANN, 2006; HEMMING, 2007, 2008, 2009; RIBEIRO, 2010).

Para Darcy Ribeiro, as características sociais e culturais dessas populações dificultaram a sua dominação e, paralelamente, a sua mensuração:

Paradoxalmente, a incapacidade cultural e política dos índios para se unificarem frente à invasão europeia contribuiu positivamente para sua sobrevivência. Não houve aqui nada semelhante à subordinação alcançada pelo europeu sobre as sociedades indígenas com nível de civilização. A ausência de uma instituição política capaz de decisões, a indisciplina de chefaturas guerreiras, mas sobretudo a condição de macroetnias fechadas em si mesmas conduziu os índios a enfrentamentos cada vez mais destrutivos, dos quais só podiam escapar fugindo sertão adentro, onde acabavam sendo encontrados. Assim é que cinco ou seis milhões de índios se reduzem a trezentos mil (RIBEIRO, 2010, p. 60).

No novo mundo hispânico, as 'sociedades com nível de civilização' permitiram aos colonizadores o controle e a mensuração da mão de obra indígena por meio de diferentes instrumentos, como as *encomiendas* e *repartimientos* (BETHELL, 2004). Na América portuguesa, a impossibilidade de um tipo de controle semelhante levou a uma política de escravização ou de extermínio dos indígenas que, geralmente, teve como protagonistas grupos de bandeirantes (OLIVEIRA & FREIRE, 2006), ou, mais tarde, nos rincões da Amazônia, os seringueiros (HEMMING, 2007).

Desse modo, vale ressaltar que, neste estudo, ao se referir à ocupação da Amazônia, está se referindo à sua ocupação por elementos exteriores às populações nativas, que se sucederam em diferentes tempos e em quantidades variadas de indivíduos. Não se procura aqui levantar de modo preciso as populações em períodos anteriores às coletas sistemáticas de dados censitários, até porque isso não se enquadra no recorte temporal aqui proposto<sup>11</sup>. Tampouco será detalhada a ocupação feita por ordens religiosas, uma vez que elas não tinham capacidade de atrair grandes volumes populacionais de fora do território (HEMMING, 2007; MANN, 2006). O foco será no panorama dos processos do final do século XIX ao início do século XX, como uma forma de introduzir a questão da reocupação humana da região, especialmente neste último século.

Os primeiros ciclos econômicos na região estiveram ligados às atividades extrativas. A partir do século XVII, a busca das chamadas 'drogas do sertão'

---

<sup>11</sup> O primeiro Censo Demográfico brasileiro data de 1872.

impulsionou a ocupação do vale do Amazonas, subindo pelos rios Negro e Solimões (FONSECA, 2008). Os próprios indígenas eram, segundo Hemming, o 'ouro vermelho', objetos de comércio, caçados e vendidos como escravos (HEMMING, 2008). Outros exemplos de atividades econômicas na região eram a exploração da pesca e da moqueadura<sup>12</sup> dos peixes para venda, a coleta de castanha e a comercialização de derivados da tartaruga, manteiga e óleo (PAPAVERO *et al.*, 2011). O óleo de tartaruga era tão importante que no século XVIII foi instituída uma praia real especialmente para suprir a guarnição no forte de Barcelos (SMITH, 1979. p. 90). Esse óleo era utilizado para abastecer os candeeiros que forneciam iluminação. No entanto, esses ciclos extrativos iniciais não se sustentaram por muito tempo, ocorrendo o mesmo com os fluxos migratórios para a região, que declinaram tão logo se esgotou o ciclo econômico que os originou (LOUREIRO, 2008, p. 99).

A tipologia de ocupação da região Amazônica está intrinsecamente relacionada com a atividade produtiva predominante em cada período histórico, conforme ilustra o Mapa (Figura 2.2.1) a seguir.

---

<sup>12</sup> Moqueá é uma técnica de secagem de peixe indígena que dispensa o uso de sal.



O mapa elaborado por Théry (figura 2.1) aborda diferentes ciclos econômicos em períodos cronológicos distintos. Serão feitas referências a ele no decorrer do texto, quando necessário.

Estímulos mais recentes à ocupação da região datam do final do Império, com a introdução de colônias militares, fortes e presídios. Todavia, foi durante os chamados ciclos da borracha (1879-1912 e 1942-1945) que milhares de pessoas, provenientes principalmente dos estados do Nordeste, migraram para a Região Amazônica para trabalhar na extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) (DEAN, 1989; WEINSTEIN, 1998; GARFIELD, 2012). Na figura 2.1 podemos observar que a busca pela borracha se estende por toda a calha central do rio Amazonas/Solimões e seus principais afluentes (Negro, Juruá, Purus e Madeira), estando todavia limitada às proximidades desses rios. Levados, primeiramente, por ‘aviadores’ particulares, ou fugindo das secas que assolavam o Nordeste, os migrantes ocuparam as calhas dos principais rios amazônicos durante o primeiro ciclo da borracha, entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

Em um segundo momento, durante a Segunda Guerra Mundial, novos seringueiros, apelidados oficialmente de “soldados da borracha”, adentraram a região. Para Benchimol (1992. p. 147), “esse foi o começo da explosão urbana na Amazônia. Esse deslocamento serviu para corrigir a extrema dispersão demográfica, criando-se um novo processo de concentração humana ao longo da calha central do Amazonas”.

O segundo ciclo da borracha fez parte do chamado ‘esforço de guerra’ aliado. Com os avanços das tropas japonesas no sudeste da Ásia, os aliados haviam perdido o acesso às principais fontes de borracha. A borracha era uma matéria importante na indústria bélica, e por isso houve intensos esforços para revitalizar os seringais brasileiros, a única alternativa viável. Os Acordos de Washington (1942) firmados entre o Brasil e os Estados Unidos previam, entre outros pontos, a cooperação para o incremento da produção de borracha destinada ao ‘esforço de guerra’. No entanto, segundo Garfield já existiam iniciativas anteriores aos acordos, em 1940 (GARFIELD, 2009)

Em associação a esse recrutamento de seringueiros, foram criados o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a *Rubber Development Corporation*, responsáveis pela seleção, envio e apoio aos trabalhadores

arregimentados para a 'Batalha da Borracha'<sup>13</sup>. O Decreto-lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, ratifica e publica em forma de lei os acordos estabelecidos. Nele está a cláusula terceira do acordo, que sanciona o recrutamento, segundo a qual o Governo Brasileiro se comprometeu com:

(...) o recrutamento e encaminhamento de aproximadamente 16.000 (dezesesseis mil) trabalhadores, os quais deverão ser colocados nos seringais em tempo de iniciar a extração da borracha na safra de 1944, bem como [na] assistência às famílias dos trabalhadores já recrutados pelo SEMTA e dos que o forem em virtude do presente Acordo (Decreto-lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943).

Ao longo do período da Segunda Guerra, o número total de recrutados pelo SEMTA foi cerca de 60 mil, a maioria dos estados do Nordeste brasileiro assolados pela seca de 1942 (MACIEL, 2011, p. 5).

Para Neves, o recrutamento em um “momento favorável permitiu a formação de um ‘Exército da Borracha’, formado para lutar no *front* dos seringais amazônicos e arregimentado nas áreas secas do semiárido nordestino, especialmente do Ceará” (NEVES, 2001, p. 119). Outros autores, como Garfield, identificam o Estado do Ceará como uma fonte importante de migrantes para a Amazônia: “Ceará *influentials in 1942-43 actively promoted state-sponsored migration to the Amazon as a humanitarian and patriotic endeavor*” (GARFIELD, 2012, p. 1003).

O envio de milhares de homens à Amazônia, mais do que uma iniciativa restrita ao ‘esforço de guerra’ ou uma solução de um problema social criado por fatores climáticos, tornou-se, também, uma política para ocupação dos ‘espaços vazios’, com moldes ideológicos semelhantes aos da chamada “Marcha para o Oeste” (NEVES, 2001; SECRETO, 2007). Esse argumento aparece nos discursos de Getúlio Vargas, em Manaus (09/10/1940), quando ele afirma que “é tempo de cuidarmos, com sentido

---

<sup>13</sup> Em Secreto descreve o funcionamento da estrutura responsável por enviar os trabalhadores para a Amazônia: “No ano de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica foi incumbida de realizar um plano geral para seleção e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia, que seriam conhecidos como “soldados da borracha”. Pelo Decreto-Lei nº 4.750, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA), e pelo Decreto-Lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, foi criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). O primeiro encarregava-se de recrutar e levar o trabalhador até Belém; a partir dali, a SAVA colocava o trabalhador nos seringais e se encarregava, com a *Rubber Development Corporation* (RDC), de fornecer gêneros essenciais diretamente aos seringueiros” (SECRETO, 2007, p. 126).



permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão”. Vargas explicou o modo como isso deveria ser feito:

o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (VARGAS. *In*: D'ARAUJO, 2011, p. 402-403).

É importante destacar que alguns desses ‘núcleos de cultura agrária’ de que falou Vargas já estavam sendo instalados na região. Em 1939, foram fundadas colônias militares na Amazônia, tema que será tratado em capítulo posterior.

De um lado, o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) enviavam milhares de ‘soldados da borracha’ pela calha do rio Amazonas. Muitos nunca voltaram ao Nordeste, fixando residência e engrossando a população permanente daquela região. Por outro lado, pelas bordas inferiores da Amazônia, a Fundação Brasil Central (FBC) e a Expedição Roncador Xingu (ERX) começavam a abrir linhas de penetração e fundar cidades e povoados como suporte ao programa da “Marcha para o Oeste”.

O *heartland* amazônico começava a ser envolvido em um movimento de pinça que trouxe em sua retaguarda, nas décadas seguintes, ondas migratórias que possibilitaram o aumento significativo da população regional.

A ‘Marcha para o Oeste’ foi todo um conjunto de medidas governamentais iniciadas pelo Estado Novo (1937-1945). Essas medidas estavam voltadas para a ocupação da região central do Brasil, identificada como uma enorme área vazia de habitantes e passível de ser desenvolvida e povoada. Naquele período, a esmagadora maioria da população brasileira estava concentrada na zona litorânea. O objetivo da Marcha para o Oeste era promover um equilíbrio da distribuição populacional pelo território do país. Como ponta de lança desta iniciativa estavam a Fundação Brasil Central e a Expedição Roncador-Xingu, ambas vinculadas à Presidência da República, por meio da Coordenação de Mobilização Econômica, presidida pelo Tenente Coronel João Alberto Lins de Barros, colaborador de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Contavam com apoio direto da Aeronáutica, por meio do Correio Aéreo Nacional (CAN), do Exército e de outros órgãos governamentais. Orlando Villas Bôas e Cláudio

Villas Bôas estiveram durante anos envolvidos com a FBC e a ERX. Segundo os sertanistas Orlando e Cláudio Villas Bôas:

Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia 'mais distante que a África'. A faixa-limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. E a Segunda Guerra, com sua tônica do espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas. Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo governo: o primeiro, a Expedição Roncador-Xingu (ERX), com a atribuição específica de entrar em contato com os 'brancos' das nossas cartas cartográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central (FBC), com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. O primeiro órgão era assim, a vanguarda do segundo" (VILLAS BÔAS, 2012, p. 34).

Dessa forma, desenhava-se uma segunda frente rumo à Amazônia, que partia do Triângulo Mineiro e de Goiás, penetrando o sertão em direção a Mato Grosso, ao atual Tocantins, alcançando o sul do Amazonas e Pará. Assim, o governo Vargas começava a abrir o 'coração do país' (HEMMING, 2008, p. 291). Embora no primeiro momento o fluxo populacional não tenha sido significativo, a pacificação dos índios, que impediam a colonização de certas áreas, e os entrepostos e bases fundados possibilitaram a colonização posterior da região pela ERX.

Outro ponto importante da relação de Vargas com a Amazônia foi a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), pela Lei nº.1.806, de 6 de janeiro de 1953, por ele sancionada. Durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, havia sido criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), pela Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950. A Lei nº 1.806 proporcionou a criação de um órgão responsável pela implementação do plano e a primeira delimitação da área da Amazônia Legal. Lembrando que o restante do território do Estado de Mato Grosso (atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) somente foi incorporado oficialmente à Amazônia Legal pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, Art. 45. Anteriormente apenas a parte acima do paralelo 16º pertencia a delimitação da Amazônia Legal. Após a separação o território restante

do recém separado estado de Mato Grosso passou a integrar a área da Amazônia Legal que norteou o investimento de recursos<sup>14</sup>.

Durante a década de 1950, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, começa e termina a construção de Brasília, que foi um importante polo de atração da população para o Centro-Oeste. O Plano de Metas anunciado em 1955 previa a construção de novas rodovias de integração, algumas das quais alcançariam a Amazônia, como a rodovia Belém-Brasília<sup>15</sup>. Todavia, a modernização rodoviária buscava integrar Brasília ao restante do país. Foram abertas e asfaltadas também rodovias em direção ao Nordeste e Sudeste. O foco prioritário da integração não era a Amazônia e, sim, a nova capital, localizada no Centro-Oeste.

Em 1964, os militares assumem o poder no país. O pensamento nacionalista e geopolítico dominante entre os líderes militares do golpe era embasado nas teorias clássicas influenciadas pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, entre outros. Ele preconizava como fatores importantes para o desenvolvimento de uma nação o tamanho do território e a distribuição equilibrada da população nesse território<sup>16</sup>. A integração nacional e o desenvolvimento foram metas permanentes durante o período militar. Esse projeto desenvolvimentista militar, iniciado na década de 1960, toma forma na década seguinte, com os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), válidos para os períodos de 1972-1974 (Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971) e 1975-1979, respectivamente.

O processo de 'ocupação' das 'áreas vazias' e a construção de uma infraestrutura produtiva necessária ao projeto desenvolvimentista são organizados em torno do Programa de Integração Nacional (PIN) (Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho

---

<sup>14</sup> Alguns dos objetivos que norteavam os planos da SPVEA, e nos quais pode-se ver a gênese de ações posteriores voltadas à região, eram: "a) zonas agrícolas próximas que supram os centros industriais de alimentação farta, fisiologicamente equilibrada e a preço acessível; b) serviços públicos de energia elétrica a preço suficientemente baixo para que permitam uma produção industrial a preço competitivo; c) boas condições sanitárias locais; d) ensino profissional, que assegure mão de obra especializada; e) instituições de pesquisa tecnológica, que cooperem com as indústrias na solução de seus problemas peculiares; f) crédito bancário especializado, capaz de emprestar a longo prazo e a juros suportáveis; e g) sistemas adequados de transporte, de movimentação de cargas e armazenagem" (SPVEA, 1954, p. 9).

<sup>15</sup> O Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek era composto por 30 metas divididas da seguinte forma: metas do Setor de energia (1 a 5); Setor de transporte (6 a 12); Setor de alimentação (13 a 18); Setor da indústria de base (19 a 29); e Setor da educação (30). Ver: CASTRO, Lavinia Barros de. **Financiamento do desenvolvimento: experiência comparada Brasil-Coreia (1950-1980)**. Disponível em: <[www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.../rev3201.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.../rev3201.pdf)> Acessado em: 08/10/2012.

<sup>16</sup> Outro pensador geopolítico que serviu de referência foi o francês Vidal de Le Blanche. No Brasil Everardo Beckeuser foi também uma forte influência sobre os militares que pensavam geopoliticamente a nação. Esses autores foram citados em conjunto ou separadamente por diversos militares, como: Lysias Rodrigues (1947); Mario Travassos (1931, 1941, 1942); Juarez Távora (1959); Golbery do Couto e Silva (1952, 1956, 1967, 1980); Meira Mattos (1980, 1984, 1986).

de 1970) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) (Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971). O PIN era parte do I PND. Inúmeros órgãos e leis foram criados para viabilizar esse projeto, como será apresentado ao longo do texto.

As estratégias do I PND, voltado para a integração da Amazônia à economia nacional, podem ser sintetizadas em três grandes linhas: a primeira, que abrangeu a integração espacial, por meio da construção de uma malha rodoviária; a segunda, que se ocupou da implementação de projetos de colonização de terras devolutas ou desapropriadas, por iniciativa estatal ou privada; e a terceira, que compreendeu a disponibilização de subsídios (fiscais e financeiros) para atrair pessoas e empresas (ROCHA, 2009.). Neste ínterim o programa PROTERRA tinha como objetivo “promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agro-indústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE” (Art 1º Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971), fazendo isto por meio de incentivos fiscais, liberação de verbas para financiamentos e desapropriações.

A campanha do regime militar em torno da integração da região da Amazônia Legal foi preconizada no PIN, um slogan comum a época foi: ‘integrar para não entregar’. Esse slogan se tornou popular e a ele se somou outro que era ‘uma terra sem homens, para homens sem terra’, uma analogia ao slogan sionista que havia ficado popular durante a criação do Estado de Israel poucas décadas antes<sup>17</sup>. A respeito desse slogan escrevem Le Tourneau e Bursztyn:

A abertura de novos espaços produtivos na Amazônia representava a materialização do slogan “*uma terra sem homens [a Amazônia] para homens sem terra [do Nordeste]*”. Milhares de migrantes foram atraídos para a região, não só na perspectiva de ganharem terras nos polígonos de colonização, mas também interessados em trabalhar nos grandes empreendimentos amazônicos, financiados ou incentivados pelo governo federal (barragens de Tucuruí e Balbina, construção das estradas, abertura das minas de Carajás, Pitinga etc.), ou simplesmente na busca de fortuna com o garimpo (como o de Serra Pelada) (LE TOURNEAU & BURSZTYN, 2011, p. 115).

---

<sup>17</sup> Embora o Slogan seja parecido não há qualquer ligação direta com o movimento sionista moderno. O Estado de Israel foi criado em 1949, já o movimento sionista moderno tem origens no final do século XIX com o teórico **Theodor Herzl**. Sobre a presença judaica na Amazônia ver BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia**. Manaus: Valer, 2008.

Para orientar esse processo, foi criada, em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituindo a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Foi criado ainda o Banco da Amazônia (BASA), a partir do Banco de Crédito da Borracha. As duas instituições foram responsáveis pelos financiamentos de projetos na área da Amazônia Legal (BECKER, 2001).

Com o objetivo de “conhecer a realidade cartográfica e os recursos naturais da Amazônia”<sup>18</sup>, foi criado em 1970 o projeto RADAM Brasil, vinculado ao Programa de Integração Nacional, com o nome de Comissão de Levantamento Radagramétrico da Amazônia (CRADAM), incorporado ao IBGE em 1985<sup>19</sup>. Em 1974, parte desses estímulos girava em torno do programa Polamazônia, que previa a implantação de polos agropecuários e agro-minerais para promover o desenvolvimento da região (MONTEIRO, 2005). Os polos ‘agro-minerais’, iniciados entre as décadas de 1960 e 1980, receberam estímulos devido à orientação dos presidentes militares. Esses polos foram estruturados de forma a atrair fluxos populacionais para a região. De modo geral, havia interesse em se aumentar a população da região amazônica (os motivos desse interesse serão explicados mais adiante no trabalho), e de fato houve um aumento nas taxas de crescimento da população nos estados da região. Embora haja variações, as taxas de crescimento da Amazônia se mantêm acima da média nacional, com exceção do Estado do Maranhão (Cf. Tabela 2.1).

Tabela 2.1 Taxas de crescimento demográfico na Amazônia Legal 1900-2010 (UF)

UF	1900- 1920	1920- 1940	1940- 1950	1950- 1960	1960- 1970	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000	2000- 2010
Brasil	2,86	1,50	2,34	3,17	2,90	2,51	1,77	1,61	1,32
Acre		<b>-0,73</b>	3,70	3,39	3,13	3,48	2,83	<b>3,27</b>	<b>3,10</b>
Amapá				6,28	5,39	4,45	<b>4,38</b>	<b>5,71</b>	<b>3,87</b>
Amazonas	<b>1,89</b>	<b>0,94</b>	<b>1,61</b>	3,44	2,91	4,19	3,44	<b>3,29</b>	2,41
Maranhão	<b>2,84</b>	1,74	2,51	4,64	<b>2,00</b>	3,04	<b>1,69</b>	<b>1,51</b>	1,71
Mato Grosso	3,75	<b>-1,20</b>	<b>0,94</b>	4,51	<b>6,37</b>	<b>6,68</b>	<b>5,10</b>	2,39	2,17
Pará	4,04	<b>-0,20</b>	<b>1,75</b>	3,28	3,54	4,79	<b>3,61</b>	1,99	2,28
Rondônia				6,72	5,12	<b>15,74</b>	<b>7,64</b>	2,22	1,41
Roraima				4,99	3,51	<b>7,01</b>	<b>9,20</b>	<b>4,62</b>	<b>3,72</b>
Tocantins			<b>2,13</b>	4,88	5,05	3,23	2,02	2,57	2,02

Em **negrito** índices abaixo da média nacional; em **vermelho** índices acima da média nacional.

Fonte: Censo demográfico - IBGE/SIDRA, 2012. Taxas calculadas pelo autor.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/radambrasil.html>> Acessado em: 03/08/2012. Ver também: <http://www.projeto.radam.nom.br>

<sup>19</sup> Uma iniciativa anterior de se conhecer as possibilidades relativas a recursos naturais da região foi realizada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), criado por Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934.

A partir dos dados da Tabela XV, pode-se inferir algumas observações até chegar ao período do regime militar. Em negrito na tabela estão destacados os índices que estão abaixo da média nacional. Nota-se que no período entre 1900-1940, após o fim do primeiro ciclo da borracha (1912) acontece um movimento geral de decréscimo das taxas. Alguns estados (PA, MT e AC) chegaram inclusive a apresentar taxas negativas, o que significa que houve perdas populacionais. Na década de 1940, com o segundo ciclo da borracha, as taxas voltam a crescer, mas em sua maioria ainda permanecem abaixo da média nacional. Durante o período que abrange o regime militar e seus projetos de desenvolvimento e integração da região amazônica, as taxas ficam acima da média nacional, superando-a em mais de 100% em alguns casos (assinalados em vermelho na Tabela XV). A única exceção é Maranhão, entretanto pode-se levantar a hipótese de o Maranhão ter ‘perdido população’ para os outros estados dentro da própria região amazônica, visto que o estímulo oficial era voltado para suprir com mão de obra oriunda do Nordeste o desenvolvimento amazônico.

Em suma, no período do regime militar as taxas de crescimento populacional internas à região são altas se comparadas à média nacional. Como nesse período não houve nenhum ciclo econômico ‘nativo’, como havia sido a borracha, há que se supor que os projetos de desenvolvimento agro-minerais e de infraestrutura foram responsáveis por estimular o crescimento populacional, tanto com o aumento das taxas de natalidade quanto dos fluxos migratórios.

O aumento das taxas de crescimento se reverteu em aumento da população absoluta. O Estado do Pará passou de 1.123.273 habitantes em 1950 para 5.181.579 habitantes em 1991 (IBGE, 2011). A população do estado praticamente dobrou a cada 10 anos. Como veremos no decorrer do texto, parte desse crescimento absoluto da população ocorrido no período do regime militar ficou restrita ao meio urbano, em cidades geralmente próximas a grandes empreendimentos.

Esses projetos impactaram as regiões onde foram instalados, uma vez que exigiram a construção de infraestruturas sólidas, como ferrovias, rodovias e portos, para atender às empresas no escoamento do minério, ou voltadas para os trabalhadores e as suas famílias na construção de vilas, hospitais, escolas e serviços básicos de saneamento. De forma direta ou indireta, as populações locais usufruíram e usufruem de tais infraestruturas criadas pelos ou para os projetos.

A título de exemplo, pode-se destacar as atividades de mineração de manganês pela Indústria de Comércio de Minerais (ICOMI), na Serra do Navio, no Amapá. Elas começaram na década de 1950, e o auge da produção foi atingido em meados da década de 1980 (DRUMMOND & PEREIRA, 2007, p. 27)<sup>20</sup>. Durante o seu período de funcionamento, a ICOMI construiu e manteve portos, ferrovias, estradas, hospitais, escolas de educação primária, serviços de saúde preventiva, coleta e tratamento de lixo e esgoto, entre outros programas e infraestruturas (DRUMMOND & PEREIRA, 2007, p. 175). Esses estudiosos apontam inclusive que a ICOMI pode ter contribuído, não isoladamente, de forma positiva para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano estadual (DRUMMOND & PEREIRA, 2007, p. 374). No entanto, o caso da ICOMI não se aplica indiscriminadamente a todos os empreendimentos realizados na região. Cada um tem o seu contexto histórico, comercial e regional específico.

De forma geral, esses projetos contribuíram para o fluxo de indivíduos internamente, ou originários de outras regiões do país, para a Amazônia Legal. Monteiro aponta a mineração na Serra do Navio como um marco inicial do “processo de **valorização industrial** de recursos minerais – entendida como a agregação de valor e conversão de recursos minerais em mercadoria” na Amazônia (MONTEIRO, 2010, p. 187. Grifo nosso). De fato Drummond analisa a mineração da Serra do Navio como um empreendimento maciçamente extrativo, e não transformador-industrial, sendo, no entanto, o **primeiro grande empreendimento minerador de escala industrial na Amazônia** (DRUMMOND, 2007). Tal como Drummond e Pereira fizeram em relação à ICOMI, a mensuração do impacto de cada projeto deve ser realizada separadamente.

Dentre os empreendimentos na região, alguns se destacam. No final da década de 1960, o Projeto Jari, situado na divisa dos estados do Pará e Amapá, consistia em mineração de caulim, usado para o clareamento do papel, e na plantação de árvores em larga escala para produção de celulose. A lavra do caulim teve início somente em 1977, no município de Laranjal do Jari, no Amapá, pela empresa mineradora Caulim da Amazônia (CADAM) (MONTEIRO, 2005, p. 188).

O polo mineral do rio Trombetas, próximo aos municípios de Oriximiná e Santarém, no Pará, teve as suas primeiras tentativas de desenvolvimento no período entre 1962 e 1972. No entanto, somente começou a sobressair a partir de 1972

---

<sup>20</sup> As atividades de prospecção e negociações dos contratos com o governo começaram já na década de 1940 (p. 121). Para mais informações ver: DRUMMOND & PEREIRA, 2007.

(MACHADO & MACHADO, 2007). Um conglomerado de empresas voltadas para a extração da bauxita e a produção do alumínio se formou no entorno do projeto da bauxita do Trombetas. Dentre elas destacam-se: Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN), Mineração Rio do Norte (MRN), Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS), *Nippon Amazon Aluminium Corporation* (NAAC), Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) (MONTEIRO, 2005, p. 189). Devido à necessidade de grande quantidade de eletricidade para beneficiamento da bauxita, esse projeto contribuiu para a instalação da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (1975-1984), no município de mesmo nome, no Pará<sup>21</sup>.

No entanto, o maior polo 'agro-mineral' criado no período do regime militar foi o Projeto Grande Carajás (PGC), destinado a explorar, beneficiar e escoar os recursos de uma enorme reserva poliminerál (ferro, manganês, cobre, ouro, bauxita, níquel e cassiterita). O projeto abrange vários municípios nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão. As áreas de mineração estão concentradas na Serra dos Carajás, no sudoeste paraense. O PGC tem uma série de infraestruturas para o apoio a suas indústrias de extração e beneficiamento dos minérios, como estradas de ferro, estradas de rodagem, vilas e portos. A Estrada de Ferro Carajás (EFC) se estende por 890 quilômetros, passando por 23 municípios, alcançando o porto de Itaquí, em São Luís, no Maranhão. Transporta cerca de 130 milhões de toneladas por ano e aproximadamente 1.100 passageiros por dia<sup>22</sup>.

Outro mineral lavrado na região da Amazônia Legal é o ouro. Do final da década de 1970 até o início dos anos 1990, assistiu-se a uma corrida do ouro. A

---

<sup>21</sup> Outras usinas hidroelétricas construídas na região amazônica foram Balbina (1981-1988), no rio Uatumã, em Presidente Figueiredo, próximo a Manaus, no Amazonas; UHE de Samuel (1982-1996) no rio Jamari, município de Candeias do Jamari, em Rondônia, próxima a Porto Velho. A construção de uma UHE é ditada pelas demandas de energia elétrica na região, seja essa demanda industrial ou pública. A UHE de Balbina atende à demanda de Manaus e do PIM. A UHE de Samuel supre a região de Porto Velho (PAZ, 2006). A UHE de Tucuruí foi projetada e construída para atender às demandas industriais da região do sudoeste do Pará e Belém e possui uma rede de distribuição que alcança o Maranhão (FEARNSIDE, 1999; 2001). Outra fonte energética explorada na região é o petróleo, prospectado desde o período Vargas. Apenas em 1986 é que as primeiras jazidas em escalas comercializáveis foram descobertas na região do médio rio Solimões, entre os municípios de Coari e Tefé, no Amazonas. A província petrolífera de Urucu iniciou a extração de gás natural e petróleo nos anos seguintes, sendo que o gás natural é seu principal produto. Em 2009 o gasoduto Coari-Manaus ligou a província mineral diretamente a Manaus. O petróleo continua sendo escoado por navios de granel líquido abastecidos nos terminais situados às margens do rio Solimões.

Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/depoentes/rafael-schettini-frazaio/descoberta-do-campo-de-urucu-amazonas#.UB1mLkqhDw4>> Acessado em: 03/06/2012.

<sup>22</sup> Disponível em: < <http://www.vale.com.br/pt-br/o-que-fazemos/logistica/trens-de-passageiros/estrada-de-ferro-carajas/Paginas/default.aspx> > Acessado em: 03/06/2012.



emblemática mina de Serra Pelada, situada no atual município de Curionópolis, no Pará, foi apenas uma das diversas minas em que se garimpou o metal. O alto preço do grama do ouro na década de 1980 levou numerosos ‘aventureiros’ a tentar a sorte em garimpos artesanais espalhados pela Amazônia, mas a extração do metal também foi realizada por empresas de porte, como a Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE) (MONTEIRO *et al.*, 2010, p. 138; MONTEIRO, 2005, p. 192). Esse episódio de reencenação do mito do ‘eldorado’ amazônico gerou mais passivos ambientais e sociais do que desenvolvimento para a região. O fato de a mina de Serra Pelada estar dentro da província mineral de Carajás gerou atritos entre a CVRD e os garimpeiros (MONTEIRO *et al.*, 2010, p. 140)<sup>23</sup>.

Visando estimular atividades agropecuárias na Amazônia, é criado em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O INCRA nasceu da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA) (Decreto Lei nº 1.106, 16 de junho de 1970). Desde 2000 está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Durante o regime militar, o INCRA promoveu a migração para Amazônia Legal de agricultores, oriundos do Nordeste e do Sul. A distribuição de terras e o assentamento de famílias ocorreram nos principais eixos rodoviários que estavam sendo abertos, como, por exemplo, as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Segundo dados do órgão, até 2011 mais de 600 mil famílias foram assentadas nos estados da Amazônia Legal (INCRA/DT/Gab-Monitoria-Supra Web 06/02/2012). Sobre a atuação do órgão na Amazônia nos primeiros anos, o próprio INCRA admite que “a experiência não foi bem sucedida”<sup>24</sup>. No entanto, a visão contemporânea do órgão não necessariamente espelha a visão dos gestores naquele momento.

A massiva criação de assentamentos não gerou os resultados esperados, degradando mais que produzindo. Autores apontam os assentamentos e demais projetos agropecuários como responsáveis pelo aumento do desmatamento (HEMMING, 2008; CASTRO 2008), devido às características inerentes às atividades agropecuárias tradicionais, como a criação extensiva do gado, que necessitava de

---

<sup>23</sup> Atualmente parte dos ex-garimpeiros de Serra Pelada estão organizados em torno da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOMIGASP) (<http://coomigasp.com.br/>)

<sup>24</sup> “À época da criação do INCRA, mais do que reforma agrária, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Levas de migrantes de vários estados do Brasil foram levadas a ocupar as margens da estrada Transamazônica, e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida.” Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/historico-da-questao-agraria>> Acesso em: 14/07/2012.

pastos e gera desmatamento em áreas onde não havia campos naturais. Os locais de maior impacto estavam geralmente ao longo dos principais eixos de integração criados pelo Estado — as rodovias. O processo de aquisição das terras necessárias aos assentamentos era de responsabilidade do Governo Federal, como descreve Castro:

O INCRA recebeu jurisdição sobre as áreas desapropriadas pelo governo federal no Pará, por meio do Decreto Lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971, que transferia à União todas as terras devolutas situadas numa faixa de 100km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas (CASTRO, 2008, p.14).

Assim sendo, as rodovias e as cidades existentes, ou que deveriam ser criadas de uma forma hierarquizada, ‘rurópolis’, ‘agrópolis’ e ‘agrovilas’<sup>25</sup>, formavam uma malha interconectada. Para Becker, “a formação de inúmeros núcleos urbanos [...] nos leva a compreender que se tratava de um processo associado ao projeto nacional de rápida modernização da sociedade e do território sob o comando do Estado” (BECKER, 2006, p. 19.). Essa ‘malha programada’ era conectada por uma extensa rede de rodovias instaladas na região, cortando-a em diferentes direções.

Seguindo as bordas de terras firmes adjacentes às terras baixas da margem sul do rio Amazonas, foi construída a rodovia Transamazônica, que ligaria a região Nordeste ao coração da Amazônia e dali à sua extremidade ocidental. Os trechos entre Altamira e Itaituba, no Pará, e Humaitá, no Amazonas, são hoje áreas com significativa ação antrópica, seja por assentamentos do INCRA e fazendas legalizadas, seja por assentamentos ilegais. Na altura do município de Itaituba a Transamazônica (BR-230) cruza a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), que por sua vez foi projetada para passar próximo à área da Base da Força Aérea na Serra do Cachimbo (Campo de Treinamento Brigadeiro Veloso).

A BR-010 ou Belém-Brasília foi projetada durante o governo JK para ligar a nova capital do país ao Norte. Na verdade a Belém-Brasília foi pensada aproveitando-se trechos de diversas outras rodovias (BR-060; BR-153; BR-226; GO-118; TO-050;

---

<sup>25</sup> *The settlement of this land was to be founded on the formation of a hierarchy of small urban nuclei of progressive size: the Agrovila, the Agropolis and the Ruropolis. The Agrovila was a small urban centre destined for the inhabitation of agriculturalists and pastoralists and had as its object the social integration of the inhabitants of an area 1 or 2 km in radius. Between eight and twelve Agrovilas would form an Agropolis, a small agro-industrial, cultural and administrative centre. A Ruropolis was to be the central development pole, the principal centre of a large rural community constituted of Agropolises and Agrovilas distributed over an area of between 70 and 140 km (BAKX, 1987, p. 536).*

TO-225; TO-365; TO-040), passando pelos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. Ela intercepta a Transamazônica em Imperatriz (MA).

Na Amazônia Ocidental a BR-319, BR-174 e BR-364, são os principais eixos de penetração e articulação do território, não só internamente, mas também com os países vizinhos. A BR-319 liga Manaus a Porto Velho. Deveria servir de via de escoamento aos produtos do Polo Industrial de Manaus, mas ainda não assumiu esse papel, pois faltam pontes seguras e asfalto em diversos trechos, o que impossibilita o uso para o transporte comercial. Cruzando a linha do equador, a BR-174 liga Manaus a Boa Vista e ao mar do Caribe, pela Venezuela, sendo identificada como um dos novos eixos de articulação regional por Théry (2005). Já Mato Grosso, Rondônia e Acre se ligam a Goiás, Minas Gerais e São Paulo pela BR-364.

A BR-364 foi planejada no governo JK para interligar Cuiabá e Porto Velho e de lá Rio Branco. Como Cuiabá já possuía ligações rodoviárias com Brasília, a BR-364 possibilitaria alcançar o Acre por terra saindo da nova capital federal. Atualmente a BR-364 liga Limeira-SP à fronteira Brasil-Peru no Acre, mas não passa diretamente por Brasília. As origens do traçado da rodovia BR-364 remontam aos caminhos das linhas telegráficas abertas pelo Marechal Rondon na primeira década do século e ao projeto da BR-029 do governo JK (FIORI, 2012. p. 73), que ligaria Brasília ao Acre completando uma 'cruz' que cortava todo território nacional e ligava a nova capital federal aos extremos do país.

As áreas às margens da rodovia BR-364 sofreram um intenso processo de ocupação e degradação ambiental, gerando um modelo caracterizado como 'espinha de peixe' (BATISTELLA & MORAN, 2005). A dinâmica de ocupação dessa área ocorreu de forma diferente da que ocorria no norte do Pará, onde era o INCRA que buscava os trabalhadores para assentá-los nas terras. Ao longo da BR-364 o que houve segundo Fiori foi que:

Enquanto colonizadores eram levados para a região da Transamazônica pelo governo federal, em Rondônia os colonizadores estavam sempre à frente, esperando pelo órgão de colonização para receberem suas terras. Por aqui não precisava de o governo federal trazer os agricultores; eles vinham por conta própria pela BR-364 (FIORI, 2012, p. 77).

Com a chegada das rodovias ocorrem alterações na lógica das comunicações e interações da região. Os rios atualmente dividem com as rodovias a posição de

principais eixos de articulação populacional e comercial (THÉRY, 2005), com duas exceções. Primeiro, a do Estado do Amazonas, onde a malha rodoviária ainda é incipiente. Segundo, a margem esquerda do rio Amazonas, no Estado do Pará, e na fronteira deste com o Amapá, onde as rodovias ainda são poucas e não penetram boa parte do interior do território.

Com o foco na industrialização da região, foi criada em 1967 a Zona Franca de Manaus (ZFM), uma área de isenção fiscal, que tinha a intenção de atrair para Manaus indústrias. Para gerir a ZFM, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Inserido na ZFM, o Polo Industrial de Manaus (PIM) promoveu deliberadamente uma dinâmica de atração e concentração das populações do interior do estado para a capital, embora essa concentração já fosse historicamente representativa. No início da década de 1970, a população urbana de Manaus era de pouco mais de 280 mil habitantes, o que correspondia a cerca de 20% da população estadual, de cerca de 1,4 milhão. Durante as décadas de 1970 e 1980, essa relação se alterou de modo que, no Censo de 1991, a população do estado contava com pouco mais de 2,1 milhões de habitantes, dos quais mais de 50% residiam na capital (IBGE, 2011).

Entretanto, a industrialização não foi o único processo a influenciar a urbanização. A colonização privada, impulsionada pelo setor dos agronegócios, tanto no formato de grandes empresas quanto no associativismo, foi outro fator que contribuiu para a migração de populações e a formação de núcleos urbanos de pequeno e médio portes (MONTEIRO, 2008; ROCHA, 2006). Esses núcleos urbanos estavam geralmente associados aos eixos rodoviários. Segundo Rocha:

a construção da BR-163 tornou-se um caso emblemático, já que no rastro da abertura da rodovia surgiram inúmeros projetos de colonização organizados por empresas particulares que mobilizaram grande contingente de migrantes e deram origem à vários municípios tais como Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Cláudia etc. (ROCHA, 2008, p. 2).

Outro exemplo em Mato Grosso é o do município de Lucas do Rio Verde, cuja origem está ligada à colonização privada e ao agronegócio. Foram identificadas 26 famílias pioneiras, que chegaram à região em 1976, juntamente com o 9º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) e a construção da BR-163 (ROCHA, 2006, p. 3). Esse processo de colonização apresentou uma dinâmica própria: tratou-se de “[...] um pequeno agricultor no sul do país que foi estimulado a vender suas terras para o

vizinho imediato e com o capital comprar grandes extensões de terras no Mato Grosso (ROCHA, 2006. p. 4).” Ao chegarem, os agricultores reproduziram o modelo de organização que havia no Sul, que se constituía de cooperativas e associações.

Paralelamente, determinadas áreas atraíram empresas privadas que investiram em plantações de escala como a Fordlândia e o projeto Jarí. Os produtos variaram conforme a região e as empresas. Podemos exemplificar o grupo HERMASA, do grupo André Maggi, que se estabeleceu em Mato Grosso, com plantações, e no Amazonas, com o transporte e o esmagamento de soja para produção de óleo (ZYLBERSZTAJN *et al.*, 1997). O Agropalma e a Biopalma, recentemente adquirida pela Companhia VALE, se fixaram no sudeste paraense, devido ao clima propício para a produção de dendê, usado na produção de biodiesel (FRANCHI, 2012).

Os assentamentos regulares do INCRA, as populações já existentes, a colonização por iniciativa privada e os posseiros convergiram na construção da fronteira agrícola, composta na verdade de muitas e variadas frentes agrícolas. Diferentemente de uma colonização feita exclusivamente com famílias rurais, esse processo atraiu trabalhadores também para os núcleos urbanos em formação ou expansão. Prova disso é que já na década de 1980 a população estava concentrada nas pequenas cidades, e não mais na zona rural, como aponta Becker (2006).

No censo de 2000, 70% da população na região Norte estavam localizados em núcleos urbanos, embora carentes de serviços básicos. Muitos discordam desta tese, porque não consideram tais nucleamentos como urbanos. Mas esse é o modelo de urbanização no Brasil e, ademais, a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade. Por essa razão, desde a década de 1980, chamo a Amazônia de uma “floresta urbanizada” (BECKER, 2005, p. 73).

Essa população urbanizada é uma realidade no cenário amazônico, segundo dados do IBGE (Tabela 2.2), a urbanização começa pelo Estado do Amapá, já na década de 1950, o que coincide com o início das atividades de mineração na Serra do Navio, e se estende aos demais estados amazônicos nas décadas de 1970 e 1980. Na virada do milênio, a urbanização já é uma tendência regional consolidada, pois que a maioria dos estados que integram a Amazônia Legal atingiu um índice de mais de 70% de suas populações residindo no meio urbano.

Tabela 2.2 Grau de urbanização da Amazônia Legal por Estado 1950-2010 (como porcentagem da população total)

		1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	Urbana	36,16	45,08	<b>55,98</b>	67,7	75,47	81,23	84,36
	Rural	63,84	54,92	44,02	32,3	24,53	18,77	15,64
Amazônia	Urbana	27,03	33,97	39,65	49,91	<b>62,03</b>	72,23	75,96
	Rural	72,97	66,03	60,35	50,09	37,97	27,77	24,04
Rondônia	Urbana	37,41	43,57	<b>51,91</b>	47,59	58,2	64,09	73,55
	Rural	62,59	56,43	48,09	52,41	41,8	35,91	26,45
Acre	Urbana	18,54	21,22	27,78	44,23	<b>61,85</b>	66,4	72,56
	Rural	81,46	78,78	72,22	55,77	38,15	33,6	27,44
Amazonas	Urbana	26,79	33,23	42,59	<b>59,97</b>	71,42	74,8	79,09
	Rural	73,21	66,77	57,41	40,03	28,58	25,2	20,91
Roraima	Urbana	28,33	43,12	43,06	<b>60,5</b>	64,58	76,12	76,55
	Rural	71,67	56,88	56,94	39,5	35,42	23,88	23,45
Pará	Urbana	34,63	40,66	47,21	48,54	<b>50,37</b>	66,51	68,48
	Rural	65,37	59,34	52,79	51,46	49,63	33,49	31,52
Amapá	Urbana	37,09	<b>51,37</b>	54,76	59,1	80,89	89,02	89,77
	Rural	62,91	48,63	45,24	40,9	19,11	10,98	10,23
Tocantins	Urbana	12,89	17,64	25,07	40,1	<b>57,69</b>	74,31	78,8
	Rural	87,11	82,36	74,93	59,9	42,31	25,69	21,2
Maranhão*	Urbana	17,32	18	25,41	31,64	40,01	<b>59,51</b>	63,08
	Rural	82,68	82	74,59	68,36	59,99	40,49	36,92
Mato Grosso	Urbana	30,23	36,88	39,08	<b>57,54</b>	73,23	79,35	81,8
	Rural	69,77	63,12	60,92	42,46	26,77	20,65	18,2

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

\* Embora parte do Maranhão não pertença à Amazônia Legal optamos por não desagregar os dados por município. As informações demográficas são da base os dados do IBGE/ SIDRA. Sobre os dados cabem as seguintes notas do IBGE: a unidade da federação Tocantins foi criada em obediência à Constituição Federal de 1988; os dados populacionais referentes ao novo estado, para os Censos de 1950 a 1980, foram desmembrados da unidade da federação de origem, neste caso Goiás; a unidade da federação Mato Grosso do Sul foi criada pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, e a sua implantação em 1º de janeiro de 1979. Para os Censos de 1950 a 1970, os seus dados populacionais foram desmembrados da unidade da federação de origem, nesse caso Mato Grosso.

Observando a Tabela 2.1, na década de 1950 a população nos estados que compõem a Amazônia Legal era majoritariamente rural, assim como no Brasil. Suas médias seguem próximas, ou abaixo da média nacional. Na década seguinte o Amapá é o primeiro desses estados a ter uma população urbana maior que a rural, com 51,37%, ultrapassando inclusive a média nacional, que estava em torno de 45%. Vale lembrar que desde a década de 1950 já havia a extração comercial de manganês realizada pela empresa ICOMI. Na década de 1970, apenas no estado de Rondônia a população urbana atinge índices mais elevados que os rurais. É nesse período que a população do próprio país se urbaniza.

Não é nosso objetivo aqui avaliar os processos particulares que levaram à urbanização da população em cada estado da Amazônia Legal. Mas podemos levantar

a hipótese de que os projetos voltados para a região na década de 1970 incentivaram a urbanização da mesma, pois nos dados de 1980 as populações de Amazonas, Roraima e Mato Grosso atingem índices de urbanização que superam o rural. Esse período, da década de 1970, coincide com a criação do INCRA, da ZFM, do Plano de Integração Nacional, do Plano de Desenvolvimento Nacional, bem como dos projetos de mineração. No censo de 1990 os dados já mostram que Acre, Pará e Tocantins também passam a figurar como estados de maior população urbana. Nos anos 2000 o estado do Maranhão passa a ter sua população concentrada nas cidades. No Censo de 2010, a maioria da população da região já esta urbanizada, as percentagens em todos os estados ultrapassam os 60%, chegando a 89% no Amapá. É interessante perceber ainda que seis dos nove estados tiveram suas populações retratadas como urbanizadas nos Censos de 1980 e 1991. Isso corresponde a dizer que alguns dos processos que levaram à urbanização estão situados entre as décadas de 1970 e 1980.

A população urbana demanda uma série de infraestruturas e aparelhos públicos necessários ao bom funcionamento das cidades: redes de esgotamento sanitário, de distribuição de água e de energia elétrica, estradas, escolas, hospitais, segurança pública, entre outros componentes inerentes à vida em aglomerações urbanas<sup>26</sup>. Da mesma forma, nesse período outros projetos continuavam a ser desenvolvidos, para atender a essas demandas dessa população. O projeto Grande Carajás, a construção de usinas hidroelétricas e o Programa Calha Norte são exemplos de ações do governo na década de 1980. É interessante perceber que a maioria desses estados se urbanizou durante o período do regime militar, entre meados dos anos 1960 e meados dos anos 1980. Mesmo depois do fim do regime militar algumas de suas iniciativas se mantiveram, como foi o caso do Programa Calha Norte.

Contemporâneo ao período da redemocratização, é lançado em 1985, pelo governo Sarney, o Programa Calha Norte (PCN), cujos objetivos eram a defesa e o desenvolvimento (PCN, 1985). Segundo Miyamoto (2011), o PCN foi apresentado pela primeira vez pelo general Rubens Bayma Denys, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Sua Exposição de Motivos nº 018/85, de 19 de junho de

---

<sup>26</sup> Burztyń e Bartholo (2006) apontam estas necessidades para o caso de Rondônia: "L'urbanisation croissante entraîne une forte demande d'infrastructure d'assainissement de base, dans un cadre général de précarisation des conditions de vie (habitation, transports, santé et éducation), qui montrent clairement le besoin de donner la priorité aux éléments de «l'agenda marron » (eau, égouts et ordures) comme exigence stratégique du développement durable." (BURZTYN; BARTHOLO. 2006. p. 149.)

1985, foi escrita sob o título original de “Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas – Projeto Calha Norte” (ver figura 2.2).

Figura 2.2 Área de abrangência do Programa Calha Norte, em 1985



Fonte: Disponível em: <[http://noticiasmilitares.blogspot.com.br/2012\\_01\\_01\\_archive.html](http://noticiasmilitares.blogspot.com.br/2012_01_01_archive.html)> Acessado em: 07/10/2012

O PCN foi projetado inicialmente como um projeto interministerial que propiciaria maior presença do Estado nas áreas da fronteira, mas sua gestão acabou sendo absorvida pelos militares, em especial pelo Ministério do Exército, que passou a geri-lo (NASCIMENTO, 2005). Com a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, o PCN passou a ser responsabilidade direta do Ministério<sup>27</sup>. Estava embasado no trinômio defesa, segurança e desenvolvimento regional e direcionava-se para áreas identificadas como de frágil presença do aparato estatal (FERREIRA, 2010, p. 201). A área de atuação do PCN estava originalmente delimitada pelos municípios na faixa de fronteira (150 km) dos estados de Amapá, Pará, Roraima e Amazonas (ver Figura PCN). Essa área foi estendida, chegando atualmente até Acre e Rondônia e cobrindo todo o território de Amazonas e Pará. Seus limites atuais são:

Abrangendo 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 km da Faixa de Fronteira, em 6 Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), o Programa Calha Norte tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional (PCN/Ministério da Defesa, 2012).

<sup>27</sup> Embora o PCN tenha sido instituído pelo presidente José Sarney, foi planejado durante o regime militar, como um grande projeto interministerial. Porém, foi gerido prioritariamente pelos militares do Exército (DURBENS, 2008, p. 180). Autores apontam que durante o governo Sarney o Brasil ainda vivia sob tutela militar, pois os militares ainda tinham uma significativa influência sobre a gestão do país (OLIVEIRA *et al.*, 1987; ARRUDA, 2007).



O PCN é gerido com verbas federais destinadas, em parte, a aquisição/construção/ampliação/restauro de infraestruturas e equipamentos destinados tanto ao uso civil quanto militar, tais como aquartelamentos (Pelotões Especiais de Fronteira e Destacamentos) e vilas militares, combustível para veículos, embarcações e aeronaves, construção e manutenção de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), hospitais, construção e manutenção de rodovias e aeródromos (em parceria com a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - COMARA/FAB) (Ministério da Defesa, PCN, Relatório de situação-2011, 2012). Embora não tenha atraído diretamente populações para a região Amazônica, atuou e ainda atua com o objetivo de melhorar a infraestrutura local em diferentes pontos da região fronteiriça.

Atualmente, esse programa tem por objetivo principal o “aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região” (PCN/Ministério da Defesa, 2012)<sup>28</sup>. Essa mudança do objetivo do PCN ocorreu, segundo Nascimento, no “Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, em que se acrescenta a frase ‘fixando o homem na região’, isto é, garantindo o desenvolvimento regional com a manutenção da soberania” (NASCIMENTO, 2005, p. 116). A concepção de fixar o homem à região vai de encontro a um antigo *modus operandi* do Exército na região, do qual trataremos mais detalhadamente à frente. O MD explicita isso tanto no texto do PCN como também nos relatórios de situação do programa desde 2003, onde lê-se:

1.2 Para implantação dessa estratégia, o PCN tem atuado em duas vertentes: militar e civil. Na vertente militar, o PCN executa suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários diretamente para as Forças Armadas, visando à implantação e à ampliação de unidades da Marinha, Exército e Força Aérea na região. Na vertente civil, têm sido celebrados convênios entre o Ministério da Defesa (MD) e os estados e prefeituras abrangidos pelo Programa para permitir a realização de projetos de infraestrutura básica, complementar e a aquisição de equipamentos, que servirão de pólos irradiadores do desenvolvimento social sustentável (Ministério da Defesa, 2012. p.1).

---

<sup>28</sup> O Ministério da Defesa disponibiliza em seu website, além de texto atual do Programa Calha Norte, relatórios com os gastos do PCN em cada projeto específico. Ver <https://www.defesa.gov.br/index.php/relatorio-de-situacao.html>

Embora o PCN aponte estar buscando promover o 'desenvolvimento social sustentável' por meio da construção de infraestruturas e compra de equipamentos, em projetos desenvolvidos junto aos governos estaduais e municipais na área do PCN, esses projetos específicos não constam dos relatórios. Além disso não há uma clara conceituação pelo MD sobre o que seja o desenvolvimento sustentável. Pode-se supor de fato que trata-se aqui do atendimento, via MD, de necessidades básicas dos municípios abrangidos pelo PCN, onde a fraca presença de outros órgãos de Estado e do poder público é compensada pelo MD. Essa função civil, de promover o desenvolvimento social, em um órgão cujas obrigações são voltadas para a defesa e, portanto, para assuntos mais ligados à esfera militar e de política externa, pode ser evidenciada na própria estrutura do PCN, que possui duas vertentes, civil e militar. Essas vertentes norteiam as ações do PCN, visando, conforme a citação, ao desenvolvimento social e à defesa, respectivamente. A mensuração da vertente civil do PCN pode ser avaliada nos mesmos relatórios de situação do programa em que são apresentados os gastos anuais:

O Programa Calha Norte foi contemplado com um total de créditos de R\$ 484.951.546,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões novecentos e cinquenta e um mil e quinhentos e quarenta e seis reais), na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011. Desse montante, R\$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais) foram alocados diretamente ao Ministério da Defesa para aplicação interna e na **vertente militar do Programa**, cujo total foi limitado, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao valor de **R\$ 47.811.546,73** (quarenta e sete milhões oitocentos e onze mil quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos), ou seja, 70,31% do total. O restante, R\$ 416.951.546,00 (quatrocentos e dezesseis milhões novecentos e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e seis reais), foram alocados a partir de Emendas Parlamentares para aplicação na **vertente civil do PCN**. Desta quantia, até o final do ano de 2011, foram celebrados 185 (cento e oitenta e cinco) Convênios com Estados e Municípios da região do PCN, num valor de **R\$ 121.324.011,86** (cento e vinte e um milhões trezentos e vinte e quatro mil onze reais e oitenta e seis centavos), ou seja, 29,09% do total (Ministério da Defesa, 2012. Grifo nosso).

A partir de balanço do orçamento do PCN, pode-se perceber que os gastos da vertente militar foram os que sofreram menores cortes, entretanto os valores da vertente civil são superiores, correspondendo a mais de 70% do orçamento realizado (cf. Tabela 2.3).

Tabela 2.3 Valores realizados pelo Programa Calha Norte (balanço 2011)

Vertente Militar	R\$47.811.546,73	28%
Vertente Civil	R\$121.324.011,86	72%
Total	R\$169.135.558,59	100%

Fonte: Ministério da Defesa, 2012.

Percebe-se que, embora seja um programa ligado ao MD no qual estão envolvidas as três FFAA, o PCN está intrinsecamente imbuído de ações subsidiárias à defesa propriamente dita e voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura regional.

O PCN não é o único projeto que busca integrar e desenvolver a região amazônica. Durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, os programas “*Brasil em Ação* (PPA 1996-1999) e *Avança Brasil* (PPA 2000-2003) faziam parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul” (THÉRY, 2005, p. 46).

Por isso, a prioridade dos investimentos estava na recuperação e ampliação da malha rodoviária, recuperando os eixos de integração que haviam sido pensados e executados anteriormente, mas que não estavam totalmente consolidados. É o caso da ligação Porto Velho-Manaus-Boa Vista-Caribe, formada pela BR-319 e BR-174, e da ligação Cuiabá-Santarém, pela BR-163, além de um novo eixo ligando Macapá à Guiana Francesa (conforme Figura 2.2.).

Essa ação respondia, de certa forma, às novas dinâmicas que estavam sendo estabelecidas na região amazônica desde a década de 1960, em que os eixos rodoviários se firmaram como vias de integração, articulando-se com os eixos hidroviários já existentes. Gradativamente o transporte de bens e pessoas tem passado do exclusivamente fluvial da primeira metade do século para um modelo misto, com a preponderância do rodoviário em alguns casos, como por exemplo a ligação Manaus-Boa Vista (ver figura 2.3).

Figura 2.3 Intervenções estatais e mutações do espaço amazônico no final do século XX e início do século XXI



Fonte: THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no Continente. *Estudos Avançados (USP)*. São Paulo: 19(53), 2005. p.44

Os atuais investimentos em infraestrutura advêm do governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), válido para todo o país. Estão voltados para a construção de projetos de infraestrutura, com exceção da construção das usinas hidroelétricas, como as UHE de Belo Monte, Tucuruí II, entre outras<sup>29</sup>. Não existe no PAC a previsão de implantação de grandes projetos agro-mineradores como os realizados na década de 1970 e 1980. Desse modo não há incentivo claro à migração para a Amazônia Legal como houve no período anterior. Conforme mostrado na Tabela XV, as taxas de crescimento para o período 2000-2010 mantiveram-se acima da média nacional, mas no geral caíram em relação ao período anterior (1991-2000).

Com isso, identifica-se como os principais períodos de fluxos populacionais para região amazônica no século XX os ciclos e o período que coincide com o regime militar.

## 2.2 A EVOLUÇÃO DA AMAZÔNIA NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DOS MILITARES NO SÉCULO XX

O pensamento geopolítico desenvolvido no meio militar brasileiro ao longo do século XX tem como expoentes os generais Mário Travassos (primeira metade do século); Golbery do Couto e Silva (a partir da década de 1950); e Carlos Meira Mattos (no último quarto do século). No presente estudo, as suas produções bibliográficas são tomadas como a base das informações e visões sobre a Amazônia aqui analisadas.

Outros autores cujas obras integram o *corpus* da análise são: o General Lyra Tavares, cujos apontamentos sobre a Amazônia no cenário nacional fornecem uma descrição detalhada da 'geografia militar' brasileira durante a primeira metade do século; da mesma forma o Coronel. F. de Paula Cidade; o Brigadeiro Lysias Rodrigues, que contribuiu para pensar a importância da integração; e o Coronel Gélio Fregapani, com apontamentos sobre questões sensíveis da soberania nacional.

Embora esses sete autores figurem com destaque no texto, sempre que foi necessário outros foram usados para somar ou detalhar a visão de pensadores militares sobre o lugar que a Amazônia ocupou no cenário da vida política brasileira no decorrer do século XX.

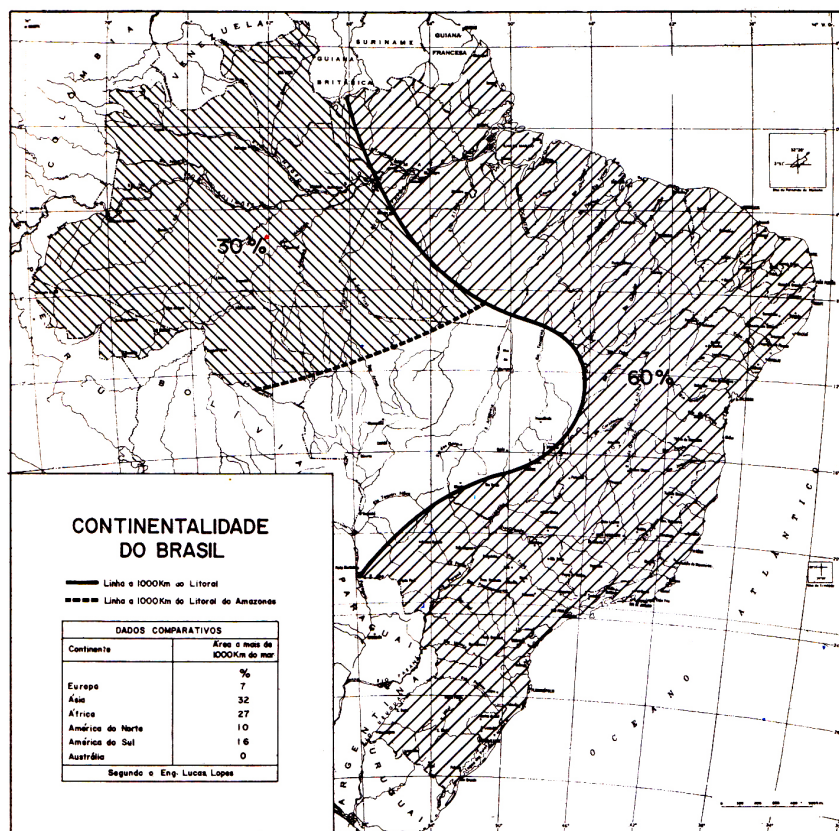
---

<sup>29</sup> Para conhecer as diferentes linhas de atuação do PAC, ver: <http://www.brasil.gov.br/pac/>

Na visão de Travassos, o continente sul americano era regido por dois grandes antagonismos, que opunham “duas vertentes continentais, a do Atlântico e a do Pacífico”, e, inserido na vertente atlântica, “a oposição das duas grandes bacias que se engravam nela, a do Amazonas e a do Prata” (TRAVASSOS, 1935, p. 19).

Dessa forma, o Brasil, situado na vertente atlântica, era polarizado pelas duas grandes bacias hidrográficas, a do Prata e a da Amazônia. Isso se devia a alguns fatores: o país tinha um vasto litoral Atlântico e precárias linhas de comunicação com o Pacífico, o que maximizava a maritimidade do país em detrimento de sua continentalidade. Esses conceitos de continentalidade e maritimidade foram reproduzidos por contemporâneos e sucessores de Travassos, como Golbery (SILVA, 1981, p. 48) (Ver figura 2.4). A continentalidade e a maritimidade são conceitos emprestados da geografia física. Eles denotam a área de influência do mar, medida em aproximadamente 1.000 km, que seria mais propícia ao desenvolvimento de cidades e áreas produtivas. Golbery admitia, além da linha a partir do litoral, outra linha de 1.000 km a partir da calha central do rio Amazonas. Travassos já havia mencionado que o Rio Amazonas poderia exercer uma influência sobre o território de forma parecida ao litoral, entretanto isso não ocorreu, sendo apenas uma hipótese levantada pelos dois pensadores (TRAVASSOS, 1935; GOLBERY, 1981).

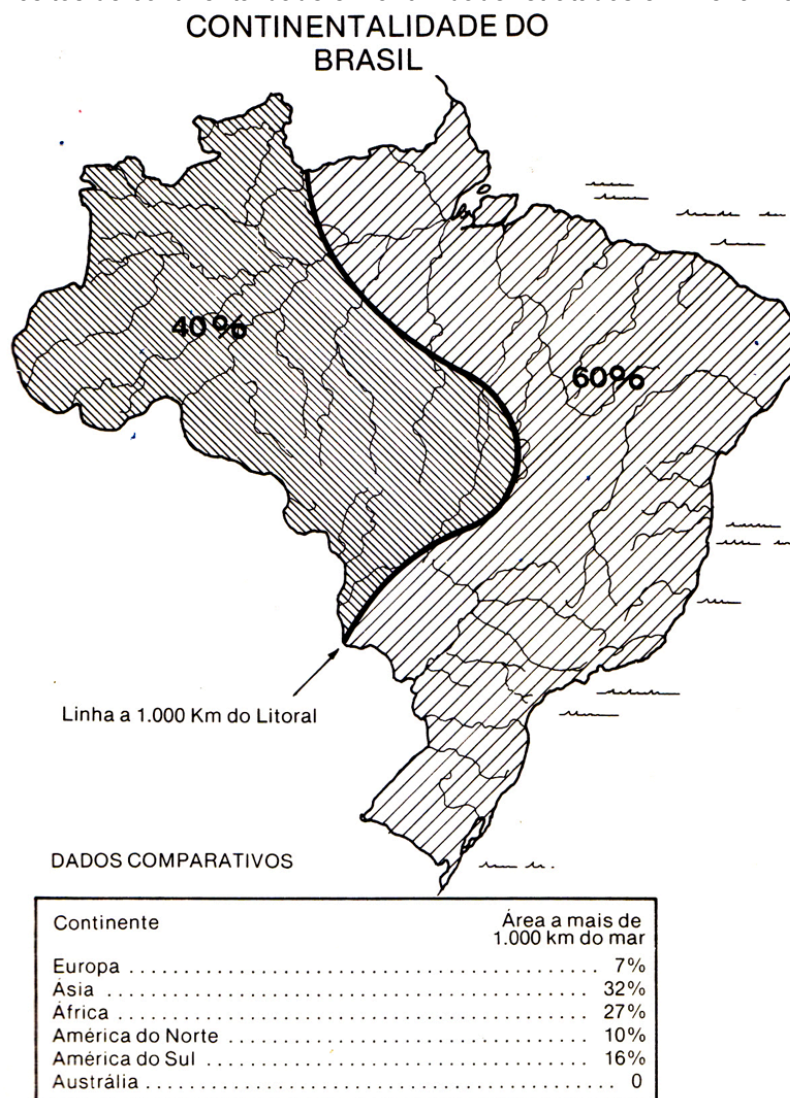
Figura 2.4 Conceitos de continentalidade e maritimidade retratados em Golbery



Fonte: SILVA, 1981, p.48.

Consta mais de 40 anos depois de Travassos, na obra de Meira Mattos, a permanência dessa tentativa de entendimento da relação entre o território, a influência marítima e o conseqüente desenvolvimento do espaço nacional. Mattos apenas renomeia como vocação marítima e vocação continental, mantendo a ideia básica (MATTOS, 1980) (ver Figura 2.5).

Figura 2.5 Conceitos de continentalidade e maritimidade retratados em Meira Mattos



Fonte: MATTOS, 1980, p. 143.

Nas figuras 2.4 e 2.5 Golbery e Meira Mattos trazem um quadro análise comparativo mostrando as proporções de continentalidade e maritimidade de outras regiões do planeta. A área de influência do mar é vista como historicamente mais propícia ao desenvolvimento. No quadro comparativo Mattos mostra como Europa e América do Norte (por exemplo) possuem taxas de continentalidade menores que as

brasileiras. Todavia, ele não aborda casos como o do México que, devido à geografia longilínea do país e ao fato de ser banhado pelo Pacífico e pelo mar do Caribe, não possuiria significativas áreas ditas continentais e nem por isso era um país que figurava entre os desenvolvidos. Mas voltando aos argumentos teóricos, percebe-se que as áreas de continentalidade brasileiras são dominadas pela bacia Amazônica e pela bacia do Prata. Essa dualidade foi resumida por Travassos da seguinte forma: “em primeiro lugar admitimos os dois imensos brasis que se procuram até as mais longínquas regiões da parte central do continente, representando ambos verdadeiros territórios de penetração tendo como base o litoral atlântico. São eles o Brasil Amazônico e o Brasil Platino (TRAVASSOS, 1935, p. 113).

Todavia, o papel central da bacia Amazônica não a transforma necessariamente em uma área prioritária, segundo Travassos, pois, historicamente, a fronteira sul, devido às características dos países da região, acumulou tensões desde a Guerra do Paraguai (1864-1870). Travassos reconhece a importância de se consolidar a vertente platina, mas não descarta as questões políticas, os conflitos e as capacidades dos países limítrofes. Com relação às fronteiras, ele afirma:

Consideradas também a extensão e natureza das fronteiras terrestres com os hispano-americanos (vivas quanto ao Brasil Platino e ainda mais ou menos mortas quanto ao Brasil Amazônico) e o predomínio econômico da vertente atlântica sobre a do pacífico, resta evidente importância decisiva desses dois brasis nos vastos domínios, não só da política interna, como nos da política continental (TRAVASSOS, 1935, p. 114).

A região amazônica é importante tanto internamente quanto para a projeção externa da política brasileira, mas Travassos salienta que as fronteiras platinas são ‘vivas’, enquanto as amazônicas são ‘mais ou menos mortas’. Esse desequilíbrio entre as fronteiras Norte e Sul se dá por causa de fatores ligados à população. É explicitado nos seguintes termos:

Ainda há os fatos declaradamente desconcertantes, como sejam a excentricidade da AMAZONIA, no extremo NORTE, mas paupérrima de gente, em sua maior parte imprópria a ecúmeno senão mesmo **antiecumênica, devido, principalmente a motivos de ordem mesológica**. Em contraposição, registra-se, no extremo SUL, o engarrafamento da rica rede hidrográfica do RIO GRANDE [afluente do rio Paraná, divisor entre São Paulo-Minas Gerais], bloqueada por difícil acesso ao oceano e dissociada pela força de atração do PRATA (TRAVASSOS, 1942, p. 114-115. Grifo nosso. Caixa alta do autor).



É interessante perceber nesse pensamento de Travassos que o motivo da ‘excentricidade’ amazônica e de seu caráter impróprio à civilização (antecumênico) está associado ao argumento mesológico. Ou seja, a sua visão é de que a natureza amazônica constitui fator oposto ao desenvolvimento da região. Esse argumento indica a influência de ideias oriundas de um determinismo geográfico, comum à época.

Outro ponto que concentra a atenção no Sul é o histórico de conflitos entre os países limítrofes e a condição de continentalidade do Paraguai e, principalmente, da Bolívia, entendida por alguns autores como Travassos, Cidade e Golbery como um elemento desestabilizador. De fato, o século XIX foi marcado por uma série de conflitos na região sul do continente. Além da Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual o Brasil esteve diretamente envolvido, Chile e Argentina tiveram áreas em litígio nos campos de gelo ao sul da Patagônia, desde 1888. Peru, Bolívia e Chile se enfrentaram na Guerra do Pacífico (1879-1884), quando a Bolívia perdeu para o Chile a sua saída para o Pacífico e o Peru também sofreu perdas territoriais para o Chile (DORATIOTO, 2002).

O coronel Moura reconstrói detalhadamente fatos e personalidades presentes na política platina (Argentina, Uruguai e Paraguai), mostrando uma série de conflitos e atritos políticos entre aqueles países e o Brasil, desde o período imperial. Ele atribui parte da responsabilidade relativa à postura do Brasil, que identifica os países platinos como rivais, aos rancores históricos entre lusitanos e espanhóis: “as malquerenças herdadas dos tempos coloniais e oriundas das contendas entre Espanha e Portugal vieram à tona muitas vezes, provocando sérios conflitos entre o Brasil e as repúblicas do Prata e outras do continente” (MOURA, 1937, p. 425).

Por causa de sua larga escala e do fato de ter atingido diretamente o território nacional, a Guerra do Paraguai teve uma longa influência no pensamento militar brasileiro. O conflito iniciado quando forças paraguaias invadiram o Brasil e a Argentina, em 1864, se prolongou até 1870, com a vitória da tríplice aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Na primeira fase da guerra, forças paraguaias invadiram as províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Em Mato Grosso, as forças brasileiras não conseguiram repelir os paraguaios, que permaneceram em território brasileiro por mais de um ano. A distância geográfica em relação ao Rio de Janeiro, capital do país, e a falta de vias de comunicação dificultaram o envio de tropas, que levaram meses para alcançar o teatro de operações (DORATIOTO, 2002). Esse fato foi lembrado mais de 100 anos depois por Meira Mattos: “por ocasião da

Guerra da Tríplice Aliança (1864-1869), não fomos capazes de enviar os efetivos militares necessários à contenção da invasão estrangeira do território de Mato Grosso” (MATTOS, 1980, p. 148). Para o General Frederico Rondon, filho do Marechal Rondon, “a Guerra do Paraguai, inesperadamente, chamou para o interior a atenção do Governo e da Nação” (RONDON, F, 1934, p. 9).

Embora o conflito não tenha atingido diretamente a região Amazônica (naquele período não existia a Amazônia Legal), a guerra afetou o pensamento militar sobre a Amazônia de duas maneiras: primeiro, canalizou as atenções e os efetivos militares para o Sul do país; segundo, despertou a atenção para a necessidade de integração das regiões mais ocidentais do Brasil com o restante do país. Nesse contexto é que se insere a construção das linhas telegráficas: “Já por este tempo [1899] se havia tornado bastante sensível a insuficiência da ligação telegráfica de Cuiabá ao Rio de Janeiro, para nos garantir a defesa das vastas e desguarnecidas fronteiras mato-grossenses (MISSÃO RONDON, 2003, p. 33).

Os problemas entre os países fronteiriços eram outro ponto que chamava a atenção dos homens que pensavam a defesa nacional. Bolívia e, posteriormente, a Argentina ocuparam o pensamento militar brasileiro durante décadas por diferentes motivos. Devido ao fato de o território boliviano ocupar geograficamente uma posição central na América do Sul, podendo se articular tanto com as duas bacias hidrográficas da vertente atlântica (Prata e Amazônica) quanto com o Pacífico, somado à perda do seu acesso ao mar na guerra com o Chile, a condição boliviana preocupou os militares brasileiros durante toda a primeira metade do século XX, como admite Travassos:

Com efeito; a situação da Bolívia é hoje das mais delicadas. Amarrada geologicamente à Cordilheira dos Andes, sofre diretamente os efeitos das discordâncias entre o Chile e o Peru. Trabalhada pelas bacias amazônica e platina oscila, instável, entre a Argentina e o Brasil. Como a verdadeira amputada da Guerra do Pacífico e ante a indiferença brasileira, teve que sujeitar-se, sem direito de escolha, à influência argentina (TRAVASSOS, 1935, p. 63).

Alguns anos antes, em 1930, Barroso também destacava a necessidade de a Bolívia ter uma saída para o mar para que o país deixasse de ser um fator de instabilidade.

A questão do Chaco, [da Bolívia] com o Paraguai, prende-se fundamentalmente a essa necessidade iniludível. É o escoadouro do Atlântico que ela [Bolívia] demanda, não podendo obter o do Pacífico. (...) A cláusula boliviana representa até certo ponto um perigo para a América. Porque ou essa nação rompe as muralhas que a cercam ou para sempre renuncia ao direito de se desenvolver de acordo com suas ambições (BARROSO, 1952, p. 337).

Cidade expressa as consequências da falta de acessos ao mar para a Bolívia e analisa como esse problema poderia vir a afetar o Brasil:

Sendo a Bolívia um estado central, tem apenas como respiradouros naturais os grandes rios tributários do Amazonas e ainda, graças aos convênios com o Brasil, o rio Paraguai. A força expansiva do estado boliviano tem atuado várias vezes sobre a linha considerada de menor resistência, visando alcançar uma das orlas marítimas do continente. A guerra com o Chile parece haver demonstrado que pelo momento não é daquele lado que deve ser buscada a solução do problema. A ação geográfico-militar da Bolívia interessa a duas regiões do Brasil, posto que pode visar tanto a fronteira amazônica, como a de Mato-Grosso (CIDADE, 1940, p. 162-163).

De fato a possibilidade de a Bolívia buscar a solução por meio de uma confrontação bélica existia e, mais ainda, havia o receio de que isso pudesse arrastar outros países para o conflito. Travassos afirmou, em 1931, que a “Bolívia como o centro geográfico do continente é a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração” (TRAVASSOS, 1935, p. 64). Foi o que realmente ocorreu quando, na década de 1930, as tensões entre Paraguai e Bolívia em torno da região do *Gran Chaco* chegaram às vias de fato, deflagrando a Guerra do *Chaco* (1932-1935).

Estevão de Leitão Carvalho foi membro da Comissão Militar Neutra observadora das cláusulas de paz acordadas em 1935, quando do final dessa guerra. As suas observações mostram as apreensões dos militares brasileiros com relação à fronteira Sul. Carvalho recuperou todo o histórico do litígio, mostrando que somente no início do século vários incidentes e protocolos de entendimentos haviam sido “mediados pela Argentina, em 1907, 1913, 1915, 1917, 1927 e, posteriormente, em 1928, inclusive pela Sociedade das Nações com sede em Washington” (CARVALHO, 1958, p. 114).

Tais iniciativas não conseguiram evitar o conflito armado entre os dois países, deflagrado em junho de 1932. A guerra arrastou-se por três anos, atraindo a atenção dos militares para fronteira Sul e Centro-Oeste. Para Carvalho, “o motivo da luta no *Chaco*, era sabido, estava no choque de duas políticas de interesse nacional

[paraguaias e bolivianas] inconciliáveis: o acesso da Bolívia ao rio Paraguai, tornando-a ribeirinha desta via fluvial” e do Paraguai de manter sua integridade territorial (CARVALHO, 1958, p. 337). Ao final do conflito, o Paraguai conquistou a maior parte do território do Chaco, negando à Bolívia a saída ao mar e o acesso à região onde pretensamente haveria reservas de petróleo que nunca vieram a ser confirmadas. Embora as escaramuças tenham cessado em 1935, o reconhecimento dos limites entre os dois países foi ratificado apenas em 2009<sup>30</sup>.

O fato de o Estado de Mato Grosso (composto de MT, MS e Guaporé/RO antes da separação, em 1956 e 1977<sup>31</sup>) ter fronteiras com os dois países e estar próximo à área do confronto bélico despertou reações tanto da Marinha quanto do Exército, que deslocaram efetivos para a região. Em 1932, a Marinha instalou um grupamento de fuzileiros na base naval de Ladário. O Exército, em 1931, criou três novas unidades: em Cáceres, Guajará-Mirim e Costa Marques; em 1934, criou a 9ª Região Militar, sediada em Cuiabá.

O impacto da disputa em torno do *Chaco* se deve também à sua proximidade com o “triângulo boliviano”. Situado no planalto central da Bolívia, esse triângulo compreende as cidades de Cochabamba (próxima à capital, La Paz), Sucre e Santa Cruz de la Sierra. Para entender a sua importância no contexto dos países da América do Sul, é preciso pensar em termos logísticos e geográficos. As ferrovias que cortavam a região, ou estavam planejadas, a conectariam tanto a Cuzco, no Peru, e a Arica, no Chile (saída para o Oceano Pacífico), quanto a Buenos Aires, ao sul. Com o Brasil, a ferrovia Madeira-Mamoré ligava a região à hidrovia do rio Madeira, que a partir de Porto Velho se liga ao Rio Amazonas e ao Atlântico. A área entre Porto Soares e Baía Negra conecta o planalto boliviano ao rio Paraguai e à Bacia do Prata, e poderia se ligar a Corumbá, por ferrovia. Essa conectividade potencial do planalto boliviano perpassou as análises dos militares nas décadas posteriores (TRAVASSOS, 1935; CIDADE, 1940; RODRIGUES, 1947). Após o conflito, a não concretização dessas conexões fez com que “a fronteira boliviano-brasileira de Mato Grosso nenhum valor [tivesse] como teatro de operações, pelas suas condições econômicas, notadamente quanto a transportes” (CIDADE, 1940, p. 163). Ainda assinalava o receio

---

<sup>30</sup> Disponível em: <[www.ultimahora.com%2Fnotas%2F205867-Guerra-del-Chaco-Fijan-limites-definitivos-entre-Paraguay-y-Bolivia-&ei=8AkpUJWgBoX36gH9voGwCA&usg=AFQjCNH4owBIRGLGhOPRNIE980P ONa0djw](http://www.ultimahora.com%2Fnotas%2F205867-Guerra-del-Chaco-Fijan-limites-definitivos-entre-Paraguay-y-Bolivia-&ei=8AkpUJWgBoX36gH9voGwCA&usg=AFQjCNH4owBIRGLGhOPRNIE980P ONa0djw)> Acessado em: 11/05/2012.

<sup>31</sup> O Território Federal do Guaporé foi criado pela lei Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro 1943, sendo que antes disto seu território pertencia ao então estado do MT. O Território Federal de Rondônia foi criado pela Lei Ordinária nº 2731, de 17 de fevereiro de 1956, se tornando Estado apenas pela Lei Complementar Nº 41, de 22 de Dezembro de 1981. O Estado do MS foi criado em 1977 pela Lei Complementar Nº 31, de 11 de Outubro de 1977.

de que, concretizadas essas grandes conexões, a defesa nacional pudesse ser posta em risco. Se completadas as estradas de ferro La Paz-Santa Cruz de La Sierra e, com a ligação desta última a Corumbá, argumentava Cidade: “desaparecem, para o Brasil, as defesas passivas constituídas até agora pelas enormes distâncias a serem transpostas através de verdadeiros desertos, por um invasor que marche de oeste para leste” (CIDADE, 1940, p. 164). Alguns anos mais tarde, Rodrigues sintetizava as três ameaças para as quais o país devia se manter atento:

- 1) No triângulo boliviano, formado pelas cidades de Cochabamba – Saucés – Santa Cruz de la Sierra, região petrolífera; [e pressões internas ao território boliviano]
- 2) Na fronteira equato-peruviana, com centro na cidade de Letícia, próximo a Tabatinga (Brasil), nó de transportes de toda a classe.”
- 3) Na fronteira do Brasil com a Argentina: território do Iguaçu (Brasil)  
Território de Las Misiones (Argentina), região das quedas d’água; [potencial elétrico] (RODRIGUES, 1947, p. 63-64).

Dessa forma é importante compreender que, embora atualmente a Bolívia não seja encarada como uma ameaça, ou que a região do ‘Triângulo Boliviano’ nunca tenha realmente alcançado o papel de destaque no subcontinente, ela o foi na década de 1930, estando ainda presente no ideário militar até a década de 1940.

Associadas à questão da importância estratégica do planalto boliviano, as relações com os países do Cone Sul são importantes para se entenderem as prioridades da defesa estabelecidas durante mais de três quartos de século. A Argentina, embora tivesse sido historicamente uma aliada durante a Guerra do Paraguai, impunha desconfianças devido ao seu sucesso econômico e poderio militar. Esse poder militar era estruturado muito mais em função das disputas territoriais com o Chile, mas ele sempre foi objeto de atenção por parte dos militares brasileiros.

Na primeira metade do século XX, Uruguai e Paraguai eram vistos de forma secundária pelos militares brasileiros, devido ao fato de terem pouca expressão territorial, econômica e populacional. Eram, todavia, vistos como territórios de acesso ao Brasil, como sintetiza Cidade:

O território do Paraguai, pode servir, no caso desse país não se achar por qualquer motivo em condições de defender a sua neutralidade, de **região militar de passagem em relação ao território brasileiro**, ameaçado por aí em suas regiões vitais (CIDADE, 1940, p. 190);

A mentalidade da população da República Oriental, valente e robusta, tem um grande interesse para os seus vizinhos, a República Argentina e o Brasil, porque **através de seu território é que se encontram os caminhos militares mais expeditos de um país para o outro**. Não há dúvida de que a independência e a inviolabilidade do solo uruguaio são exigências geográficas da segurança coletiva desta parte do continente (CIDADE, 1940, p. 202).

Conforme se percebe pela análise de Cidade, Paraguai e Uruguai têm esse papel de “estados tampões” entre o Brasil e a Argentina. Isso fica claro quando ele pondera sobre uma possível ação Argentina contra o Brasil. Ele conclui que “[...] em relação ao território brasileiro, passada a linha fronteira do rio Uruguai, as portas do Rio Grande do Sul acham-se geograficamente abertas ao exército argentino” (CIDADE, 1940, p. 234). A disputa entre Brasil e Argentina pela influência sobre os dois pequenos países platinos durou até a constituição do bloco econômico do Mercosul, décadas mais tarde.

A Argentina foi o país que magnetizou as atenções dos pensadores militares durante parte significativa do século XX. O seu desenvolvimento socioeconômico e a sua rede ferroviária eram comparados aos dos países europeus: “[...] a República Argentina, pela sua situação econômica, pela gênese de seu solo, pela atividade e pela inteligência de sua gente, parece destinada a ser, em tempos mais ou menos remotos, um dos polos da vida coletiva da humanidade (CIDADE, 1940, p. 232).

Cidade destacou a logística de transportes, pela sua dupla utilidade, tanto no comércio quanto na mobilização rápida de tropas:

A mobilização argentina apresenta condições de facilidades que são desconhecidas para quase todos os demais países da América do Sul. Basta considerar o fato da população urbana representar mais de 60% da população (...) que é servida por uma rede de ferro-carris comparável às de certos países da Europa central” (CIDADE, 1940, p. 233).

O desenvolvimento argentino e a importância da rede de comunicações não passaram despercebidos a Travassos:

Com efeito, o quadro político argentino é, em nosso continente, exemplo notável do que de melhor se admita, no ponto de vista doutrinário, sobre o assunto. Não lhe falta nem extensão, nem

equilíbrio. Traduz, exatamente, ação coordenadora sobre os fatores geográficos e humanos condicionados pela nação argentina.

Em conjunto, suas atividades constituem verdadeiro sistema de forças, segundo as aspirações da própria nação e para o qual a política do Estado argentino é a resultante lógica. (...) Tudo isso se compreende e sente quando se toma conhecimento do caráter expansionista da política de comunicações platinas (TRAVASSOS, 1935, p. 29-30).

Rodovias e ferrovias ligavam a Argentina tanto ao Paraguai e Uruguai quanto à Bolívia. Todavia, como ressalta Cidade, faltava-lhe “ferro e carvão, pelo menos em quantidades notáveis”, fato que a colocava “entre os extremos do dilema: ou apossar-se de territórios que possuam tais elementos, ou criar um tipo novo de civilização, que pouco tenha de comum com as modernas civilizações militares (CIDADE, 1940, p. 232). O objetivo da conquista de territórios como forma de ter acesso às matérias-primas essenciais ao desenvolvimento, embora sujeito a crescentes críticas no âmbito do debate diplomático entre as nações, ainda era adotado, aberta ou tacitamente, em várias nações. Essa dinâmica iniciada durante o período do Imperialismo (1875-1914), quando várias nações haviam dominado militarmente outras, como forma de garantir o acesso às matérias primas e aos mercados consumidores, não estava de todo encerrado<sup>32</sup>. Muitas nações ainda tinham colônias que lhes forneciam matérias primas de alta importância. Na década de 1940, a preocupação de Travassos permanecia:

Assim é que o desenvolvimento das estradas de ferro na ARGENTINA chegou a atrofiar sua rede rodoviária. (...) Onde retardar-se o aparecimento da auto-estrada, hoje o problema n° 1 para os argentinos (inclusive, talvez, por motivos de ordem militar), a julgar-se pela amplitude do plano rodoviário que adotaram, pelo esforço de mão de obra que dispendem e pelos créditos sucessivos que têm invertido na execução das obras (TRAVASSOS, 1942, p. 161).

Ainda durante a década de 1940, mais precisamente em 1946, a chegada ao poder do Coronel Juan Domingos Perón foi outra mudança na Argentina que chamou a atenção dos militares brasileiros. Identificado como um líder totalitário e populista, despertava receios na elite fardada brasileira que via nele aspirações expansionistas. Vale lembrar que Vargas, cujo Estado Novo possuía inclinações totalitárias, havia deixado o poder em 1945. O receio com relação a Perón pode ser confirmado por um

---

<sup>32</sup> Eric Hobsbawm situa o período do Imperialismo entre 1875 e 1914. Para saber mais sobre o Imperialismo, ver Arendt, 1989, e Hobsbawm, 1989.

relatório do Estado Maior do Exército (EME), de 1948, entregue ao Ministro da Guerra, que deixava claras as preocupações dos militares brasileiros com a Argentina:

A Argentina, dirigida por um governo de tendências totalitárias e gestos espetaculares, procura modificar a balança de poderes na América do Sul: dá novo alento às suas aspirações de hegemonia, consubstanciadas no reatamento dos laços que formavam o vice-reino do Prata. (...) Tornando-se, assim, um vizinho incômodo, cujas tendências expansionistas podem colidir com nossos interesses, e obriga-nos a tomar medidas que nos ponham em situação de protegê-los de maneira eficaz (ESTEVES, 1996, p. 297).

Esse documento não cita a Amazônia em momento algum, mas deixa bem claras as preocupações com uma Argentina peronista supostamente com aspirações expansionistas. Nos anos 1950, o General Anapio Gomes retrata a continuidade dos receios dos militares brasileiros quanto à Argentina:

**“(...) as Forças Armadas não poderão se conservar por muito tempo impassíveis em face da situação inquietante a que foi conduzido o Brasil** não só em razão de suas responsabilidades quanto à segurança interna senão também quanto à posição externa do país. Em relação a esta e observando apenas a América Latina, que vemos? Ao sul, sentimos que vai se plasmando um bloco que será a concretização dos sonhos de Rosas<sup>33</sup> com um século de atraso, na revivescência, ampliada e modernizada, do Vice-reino do Prata; logo acima, não são poucos os estatistas, sociólogos e historiadores que admitem a reconstituição da Grã-Colômbia. A formação desta tenaz, desse movimento de pinça que abrangerá a maior fronteira terrestre do Brasil, estará naturalmente em função do fortalecimento econômico dos dois epicentros do fenômeno” (GOMES, 1955, p. 9. Grifo nosso).

A gravidade com que os militares brasileiros encaravam o governo argentino ficava evidente na afirmação “[...] as Forças Armadas não poderão se conservar por muito tempo impassíveis em face da situação inquietante a que foi conduzido o Brasil”. O receio do expansionismo argentino se expressa na alusão ao governo de Rosas e a uma reedição ‘modernizada do Vice-reino do Prata’. Gomes se referia também ao Norte do Brasil, mas isso será analisado posteriormente, na análise do contexto amazônico. A sombra de Juan Perón permaneceu até os primeiros anos da década de 1970, quando ele volta à Argentina, se reelege presidente, mas falece em 1974.

---

<sup>33</sup> O texto se refere ao Brigadeiro General argentino Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osornio (1793-1877) que tentou conquistar o Uruguai.



Após a morte de Perón, em 1974, a Argentina passou por uma sucessão de golpes políticos e presidentes que se alternam em meio às crises econômicas e políticas, até a chegada ao poder, em 1981, do General Leopoldo Fortunato Galtieri Castell. Galtieri escreveria uma das páginas mais importantes da história recente da Argentina, ao autorizar a invasão das ilhas Malvinas, em 1982. A guerra das Malvinas, ou Falklands, como são conhecidas pelos ingleses, colocou em lados opostos a Argentina e a Inglaterra. A guerra no Atlântico Sul foi acompanhada pelos militares brasileiros. A Argentina foi derrotada, o que acelerou o processo de redemocratização do país. Isso levou ao poder, em 1983, o presidente Raul Alfonsín. A derrota, as perdas materiais e a crise política e econômica desacreditaram, perante os olhos das FFAA brasileiras, a capacidade militar da Argentina, tida, até então, como principal oponente do Brasil no subcontinente sul-americano.

É importante lembrar que, mesmo antes da derrota argentina na guerra das Malvinas/Falklands, já existia uma série de acordos de cooperação entre Brasil e Argentina em diversas áreas. Eles buscavam estreitar os laços entre os dois países e culminariam na criação do Mercosul, em 1994. Desse modo, os antigos desafetos do Cone Sul tornaram-se importantes aliados comerciais. Não havia mais inimigos claros ou preocupações significativas no Prata para os militares brasileiros. Nesse momento, a Amazônia começava a ganhar destaque no cenário internacional.

Para compreender como a região amazônica ganha esse destaque, é preciso voltar às primeiras décadas do século e analisar a visão dos militares brasileiros sobre as fronteiras no Norte do país. A questão boliviana tangencia a questão amazônica na faixa de fronteira mato-grossense, na medida em que o Mato Grosso foi englobado pela Amazônia Legal em 1953. Antes de 1953 não havia um marco legal que delimitasse a região. A delimitação era feita com base no tipo de cobertura vegetal ou, genericamente, associava-se aos estados do Norte.

Novamente, Cidade colabora para o entendimento dessa questão, ao tratar diretamente do tema e abordar, além da Bolívia, os demais países fronteiriços — Colômbia, Peru e Venezuela, detendo-se, todavia, mais neste último. A Venezuela estava voltada para o mar do Caribe e sob forte influência norte-americana. Operava no Caribe a diplomacia das canhoneiras dos Estados Unidos. A população venezuelana se concentrava no litoral e não apresentava grandes riscos ao Brasil, conforme observa o Coronel: “[...] as partes vitais da Venezuela acham-se ao abrigo de uma invasão brasileira e as fronteiras brasileiras não correm grandes riscos quanto a uma invasão de importantes forças venezuelanas” (CIDADE, 1940, p. 110).

No caso colombiano, a geografia era o grande limitador ao contato mais intenso com o Brasil. Pois embora possuísse uma fronteira terrestre, suas principais cidades estavam sediadas do outro lado da cordilheira dos Andes, voltadas para o oceano Pacífico. Para as tropas sediadas no litoral do Pacífico alcançarem a Amazônia seria necessário transpor os Andes e a própria floresta Amazônica, e não havia estradas ou linhas férreas estruturadas o suficiente para isto, de modo que Cidade concluía que:

No momento atual, e enquanto permanecerem as atuais condições, a Colômbia não pode lançar dentro do território brasileiro mesmo um pequeno exército, ao passo que o Brasil, dispondo de uma importante frota comercial e da linha fluvial do Amazonas, poderá transportar grandes forças para o ponto atacado e reabastecê-las convenientemente” (CIDADE, 1940 [1934], p. 123).

O rio Amazonas aparece, assim, como uma via de acesso importante, um diferencial que outros países não tinham. Além disso, a Colômbia é um Estado com uma fronteira marítima, voltada para o Pacífico e para o Caribe. O país não sofre, segundo Cidade, de uma ‘continentalidade perniciosa’ como Bolívia e Paraguai (CIDADE, 1940). Nessa época, convém lembrar que não existia o atual problema do tráfico de drogas na fronteira brasileira-colombiana.

De certa forma, situação semelhante ocorria em relação ao Peru, cuja orientação ecumênica pendia mais em direção ao Pacífico do que ao Atlântico, mesmo tendo acesso à bacia amazônica. Esse acesso não estava, no entanto, segundo Cidade, articulado com o restante do país. A respeito disso ele afirma:

O estado em que ainda se encontra a viação peruana mostra claramente que esse país não pode facilmente concentrar na bacia amazônica nem mesmo um efetivo comparável a uma divisão de infantaria. (...) Da parte do Brasil, as condições geográficas-militares são imensamente favoráveis para a defensiva, uma vez que o rio Amazonas assegura-lhe todas as facilidades de transporte até Iquitos (CIDADE, 1940, p. 149).

Novamente as limitações impostas pela falta de vias de comunicação de um país vizinho são apresentadas como um obstáculo a quaisquer ações de risco contra o Brasil. Da mesma forma, à exceção do caso venezuelano, o rio Amazonas é tido como peça-chave na defesa do Brasil, como fica evidente na seguinte afirmação: “De qualquer modo, a posse da grande estrada fluvial, constituída pelo rio Amazonas, dá ao Brasil uma vantagem de tal ordem naquela região, que ainda por muitos anos poderá ele antecipar-se em qualquer ponto” (CIDADE, 1940, p. 162-163). Na década

de 1930 não existia uma rede estruturada de caminhos ligando as regiões Sul e Sudeste onde estavam a maioria das tropas, à fronteira entre Brasil e Peru de modo que era o rio Amazonas o principal caminho para a fronteira. O interior do Brasil ainda era desconhecido e em grande parte inacessível. Da mesma forma que os rios da bacia amazônica e do Prata promoviam o contato com as regiões fronteiriças do Norte, qualquer obstrução à navegação em suas calhas isolaria regiões inteiras, tal como ocorreu na bacia do Prata durante a Guerra do Paraguai décadas atrás. Essas leituras dos militares conduziam a uma conclusão em relação à situação das fronteiras amazônicas, como se esclarece a seguir:

Os nossos estudos patentearam as enormes e mesmo insuperáveis dificuldades de transportes e reabastecimento, com que ainda hoje devem contar os exércitos invasores que se lancem sobre o extremo-norte do país, ao passo que a via fluvial do rio Amazonas permite ao Brasil concentrar o seu exército onde mais lhe convenha e desferir golpes poderosos contra os seus adversários separados entre si. O panorama geo-militar altera-se ao afastar-se da bacia amazônica, mas a situação dos vizinhos não melhora consideravelmente até atingir a fronteira argentina (CIDADE, 1940, p. 321).

A conclusão de Cidade deixa clara a confiança na hegemonia brasileira nas fronteiras do Norte, devido à facilidade de acesso ao rio Amazonas e à vantagem logística que ele proporcionaria em caso de um conflito na região. A situação precária dos países vizinhos só melhora segundo ele ao atingir a fronteira com a Argentina, onde diminui a vantagem brasileira sobre os outros. A concepção é clara e está em consonância com o pensamento de outros militares do período, no sentido de que a fronteira sul é mais problemática do que a fronteira norte. Isso justificava que: “Do ponto de vista militar [...] é cedo ainda para pensar em operações de larga envergadura naqueles vastos desertos, separados de suas metrópoles por milhares de quilômetros de péssimos caminhos” (CIDADE, 1940, p. 327)<sup>34</sup>.

Essa dupla concepção, de que o rio era o caminho para qualquer teatro de operações e de que a fronteira amazônica estava relativamente segura devido às dificuldades dos países limítrofes em promover qualquer ação de envergadura, se

---

<sup>34</sup> Essa concepção de que os rios eram os principais caminhos perdurou nas décadas seguintes como podemos observar na fala do General Juarez Távora: “A pequena significação econômica-social da maioria dos núcleos populacionais esparsos do interior, agravada, já pela presença, em algumas regiões de solos desfavoráveis, já pela ocorrência de densos e quase impenetráveis recobrimentos florísticos, não justifica a construção imediata de vias caras e potentes de transportes (ferrovias ou mesmo rodovias), aconselhando antes, o aproveitamento das vias naturais já existentes – os rios – para a ligação dos centros interiores ribeirinhos aos centros litorâneos” (TÁVORA, 1957. p.163).

expressava no baixo número de quartéis na região amazônica. Aparece também na localização das unidades, majoritariamente situadas às margens do rio Amazonas ou de seus principais afluentes. Esse quadro começaria a mudar apenas após a Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um ‘divisor de águas’ para a história mundial. De forma direta ou indireta, inúmeros países do globo foram afetados por ela, durante o conflito ou depois dele, por causa do mundo bipolar que ficou como herança dela (HOBSBAWN, 1995). No Brasil, os impactos do conflito foram diversos. A política varguista oscilou entre os blocos do Eixo e o dos Aliados durante os primeiros anos da guerra; iniciaram-se as negociações com os Estados Unidos para aquisição da tecnologia de siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional-CSN); a participação direta do país na guerra<sup>35</sup>; o uso de bases militares brasileiras para o patrulhamento de Atlântico Sul; o uso do território e do espaço aéreo brasileiros para transporte aéreo e marítimo de equipamentos e pessoas para o teatro de operações no Norte da África. Internamente, houve estímulos para que o país participasse do esforço de guerra aliado com o fornecimento de matérias-primas, com destaque para a borracha.

Durante o Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas e diversas figuras fortes ligadas ao governo eram simpatizantes do totalitarismo. Entre eles, o chefe da polícia, Filinto Müller (oficial do exército), e as “duas principais lideranças militares brasileiras, os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Goes Monteiro, manifestavam apoio a um acordo com os alemães” (FERRAZ, 2005, p. 17). No Exército, havia também um grupo expressivo de oficiais conhecidos como “Jovens Turcos” que, devido a experiências e estágios, eram influenciados pela doutrina militar alemã, muito antes da guerra e da ascensão do nazismo. Esse grupo editava a revista *A Defesa Nacional* e teve como um de seus expoentes o General Bertoldo Klinger (McCANN, 2007). O Brasil ficou ao lado dos países aliados. Isso foi selado com os chamados Acordos de Washington, firmados entre Brasil e Estados Unidos, em 1941, e com a declaração brasileira de guerra à Alemanha, em 22 de agosto de 1942<sup>36</sup>.

A partir de 1942, o Brasil participou ativamente do conflito em diversos *fronts*, ao lado dos países aliados. O Exército enviou à Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou de uma série de combates importantes junto ao V Exército

---

<sup>35</sup> A participação direta no conflito garantia às FFAA brasileiras treinamento e experiência de combate com as mais modernas técnicas e equipamentos. Isso possibilitaria uma superioridade técnica sobre as FFAA dos demais países latino-americanos, em especial a Argentina, que se manteve neutra durante todo o conflito.

<sup>36</sup> Para aprofundamento da reflexão sobre atores e relações políticas nesse período, ver: COGGIOLA, 1995; FERRO, 1995; D'ARAUJO, 2011; McCANN, 2007; REIS FILHO, 2000.

Norte-americano. A recém-criada Força Aérea Brasileira enviou ao teatro de operações europeu o 1º Grupo de Caças, denominado 'Senta a Pua', e a 1ª Esquadilha de Ligação e Observação. A FAB participou também da campanha antissubmarino no Atlântico Sul, a partir das bases no litoral brasileiro. A Marinha de Guerra destacou navios que patrulhavam a costa brasileira e participavam de comboios de escolta a navios mercantes que rumavam para a Europa. No *front* interno, diferentes setores da sociedade foram mobilizados para o 'esforço de guerra' (COGGIOLA, 1995).

Nesse período da guerra (1939-1945), a posição geográfica do Nordeste brasileiro foi reconhecida pelos Aliados como duplamente estratégica, por estar mais próxima à África do que qualquer outro ponto dos litorais do Oceano Atlântico Sul. Por um lado, essa distância menor, conhecida como 'cintura do Atlântico', permitia o transporte aéreo de aeronaves de bombardeio e transporte, necessários no teatro de operações africano e, mais tarde, europeu (ver figura 2.6). Da mesma forma, a faixa oceânica entre as cidades de Natal-RN e Dakar no Senegal/África, era uma área propícia para os submarinos alemães da *Kriegsmarine* emboscarem navios mercantes que supriam a máquina de guerra aliada (SANDER, 2007).

Ao longo do conflito, cerca de 35 navios brasileiros foram perdidos durante a guerra, a maioria deles torpedeados por submarinos alemães e italianos. De modo que, em 1942, foi criada em território brasileiro uma série de aeródromos para apoiar o transporte de aviões e equipamentos, oriundos dos EUA, via o estreito do Atlântico. Um dos mais importantes foi a Base Aérea de Natal, conhecida na época como 'Parnamirim Field', ou 'trampolim' da vitória<sup>37</sup> (ver figura 2.6). Dessa base, compartilhada entre brasileiros e norte-americanos, decolavam aviões de patrulha antissubmarino e outros destinados às operações na Europa. O Atlântico também era um caminho importante para o fluxo de matérias-primas vindas da América do Sul e das colônias europeias na África e Ásia<sup>38</sup>, pois os caminhos terrestres e o canal de

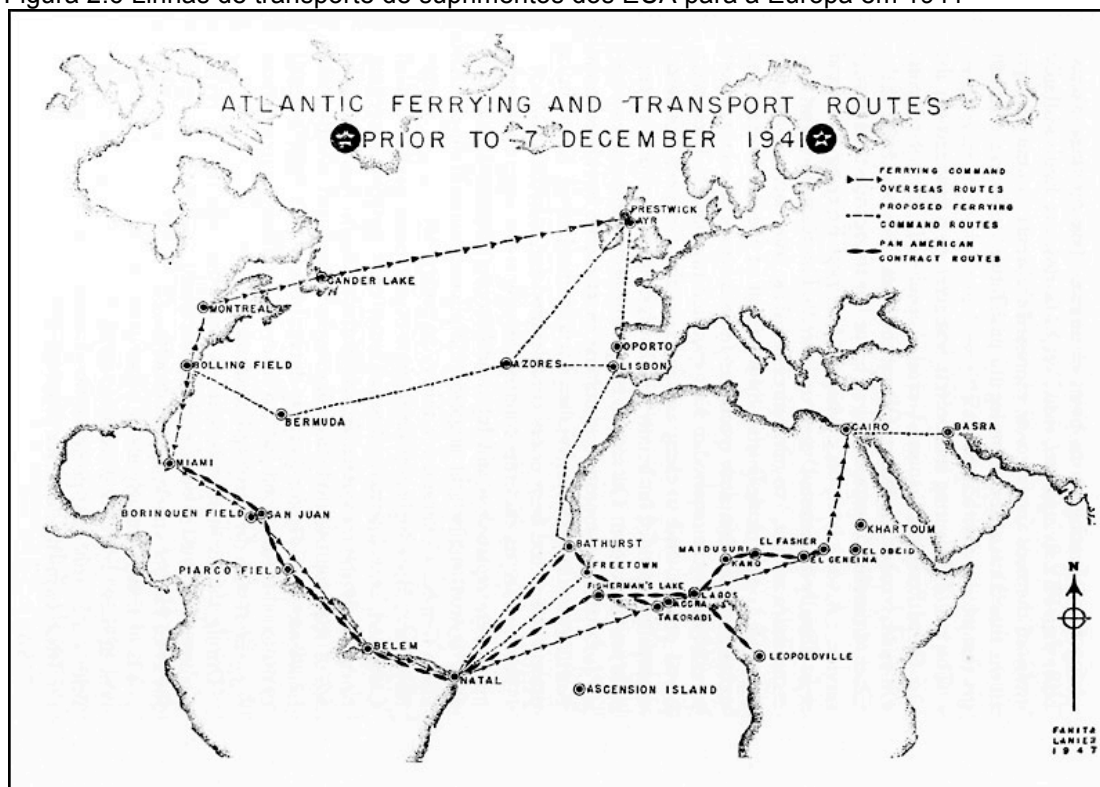
---

<sup>37</sup> Os aeródromos brasileiros na rota do Atlântico Sul eram divididos em duas categorias, os que serviam para paradas intermediárias e reabastecimentos: Amapá, São Luís, Adjacente-Fortaleza, Val de Cães-Belém (usado também como base de patrulha antissubmarino); e os utilizados como pontos de partida para a travessia do Atlântico: Parnamirim-Natal, que era também usado na patrulha antissubmarino; e Ibura-Recife, usado como aeródromo secundário para travessia. Havia planos de incluir Fernando de Noronha na rota, mas isso nunca aconteceu de fato.  
Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=1085>> Acessado em: 12/06/2012.

<sup>38</sup> Naquele momento, o sul do país já era tido como um ponto sensível pelos militares brasileiros. Travassos, em 1942, chamava a atenção para a importância dos espaços ao sul do país: "Encerrando as considerações sobre os subespaços do SUL e do extremo SUL, é preciso não esquecer o significado político-militar das fronteiras terrestres que os delimitam, especialmente as mais vivas, as que despertam desde a colonização, as de maior atrito em consequência do povoamento, da vida de relação entre as populações fronteiriças. Esses fatos são de real importância no conjunto global das influências marítimas e continentais em apreço" (TRAVASSOS, 1942, p. 137).

Suez estavam fechados pelas tropas do *Deutsches Afrikakorps* (DAK), comandadas pelo General Erwin Rommel.

Figura 2.6 Linhas de transporte de suprimentos dos EUA para a Europa em 1941



Fonte: Disponível em: <<http://www.ibiblio.org/hyperwar/AAF/I/maps/AAF-I-10.jpg>> Acessado em: 12/09/2012

Na figura 2.6 pode-se ver com clareza a proximidade entre o Nordeste brasileiro e a África, que foi um dos caminhos para o envio de suprimentos para o teatro de operações europeu. Embora o ‘trampolim’ fosse a pista da Base Aérea de Natal, Belém era usada como suporte para que os aviões alcançassem Natal. Para a Marinha Brasileira, o Atlântico Sul sempre foi o seu espaço principal de operações em detrimento da imensa rede fluvial do país. Pode-se constatar isso desde o início do século, com a aquisição, dos grandes encouraçados (*Dreadnought*) Minas Gerais e São Paulo, em 1910, que se tornaram os navios capitais da esquadra oceânica nacional. O foco da atenção da Marinha brasileira estava na Esquadra Argentina, considerada uma rival pelo controle do Atlântico Sul (BEIRÃO, 2012). Com a Segunda Guerra Mundial, o Atlântico Sul e o Nordeste ganham destaque, mas a importância da Amazônia, e por consequência da foz do rio Amazonas, também foi ressaltada. Conforme analisou Rodrigues:

A porta de entrada da Amazônia [fuz do rio], foi, nas eras coloniais, devidamente protegida pelos fortes construídos pelos portugueses, depois de haverem dali expulsados os franceses, ingleses e holandeses. [...] Porém, o resto da costa marítima norte de Belém do Pará à fuz do rio Oiapoc, esta completamente desamparada. Ali não há abrigos seguros para as naves de guerra; ali, não há alojamentos adequados para as tropas de terra, nem há instalações que permitam o acantonamento de uma unidade aérea. [...] Assim, em território brasileiro, essa possível defesa da embocadura do rio Amazonas, o portão aberto daquela imensidade, só pode ser feita mais do que precariamente. É o nosso calcanhar de Aquiles” (RODRIGUES, 1947, p. 116).

Pouco após o fim do conflito, a Marinha ampliou as suas instalações em Belém, criando sua primeira Base Naval na região amazônica (1948). Vale lembrar, no entanto, que em Ladário-MS já existia uma base naval, situada na margem esquerda do rio Paraguai, herança da Guerra do Paraguai que exercia influência sobre parte das águas da fronteira da Amazônia entre Mato Grosso e Bolívia.

Em 1941, um novo front é aberto na guerra. Com o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, marcando a entrada dos EUA na guerra. Durante a campanha no sudeste asiático, as tropas japonesas conquistaram vários países, alguns dos quais colônias holandesas, francesas e britânicas (Indochina, Singapura, Filipinas, Indonésia, Papua Nova Guiné). Foi vetado aos países aliados o acesso a importantes matérias-primas, entre as quais a borracha, produzida principalmente nas Filipinas e Indonésia. Isso fez com que os Estados Unidos buscassem outras fontes de matérias-primas. É nesse momento que o foco se volta para a Amazônia, antiga provedora de látex.

Esse foi o sinal para o segundo ciclo da borracha, como é conhecido o breve período em que se tentou reestruturar o comércio da borracha na Amazônia brasileira (COGGIOLA, 1995). A necessidade do produto para atender as demandas dos Aliados envolvidos no conflito cessou juntamente com a guerra. Depois da guerra, a ampliação do uso da borracha sintética e a reabertura dos seringais plantados do sudeste asiático fizeram com que a borracha amazônica caísse pela segunda e aparentemente definitiva vez no ostracismo comercial (DEAN, 1989).

Todavia, o mais importante, para região Amazônica talvez não tenha sido a demanda repentinamente ampliada por borracha, mas sim a percepção da fragilidade da presença militar e da necessidade de sua integração ao restante do país. Nas palavras de Aurélio de Lyra Tavares:

**A Segunda Guerra Mundial veio abrir-lhe os olhos para as graves vulnerabilidades do distanciamento e da falta de interligações pelo interior**, causas de tantos males, como foram as perdas que sofremos com a ação dos submarinos alemães e os episódios dramáticos da exploração da borracha na Amazônia. Somente então ele [o país] acordou. Vieram Brasília e a abertura da rodovia para Belém, com o presidente Kubistchek (TAVARES, 1978, p. 93. Grifo nosso).

Tavares apresenta como problemas a distância e a falta de comunicação (estradas) da Amazônia com o restante do país. De fato, em 1938, a ligação entre Belém e Manaus só era possível por via fluvial. Melhor: nesse momento só se chegava a Belém de navio ou avião. Nem mesmo os aviões do Correio Aéreo Militar alcançavam nesse momento a região com linhas regulares que cortassem o interior do país. De fato, o primeiro voo do Rio de Janeiro para Manaus, via interior, só ocorreu em 1948 (VILLAS-BÔAS, 2012).

Ainda durante a guerra, em 1942, Vargas criou a Fundação Brasil Central (FBC) e lançou o projeto da Expedição Roncador-Xingu (ERX) (1943), com apoio da recém-criada Força Aérea Brasileira (1941) e do Exército. Essas instituições estavam inseridas em meio à chamada 'marcha para o Oeste' que "foi um projeto governamental [do Estado Novo] que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico." (GALVÃO, 2011. s/p). Nas palavras dos sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Bôas, que estavam na vanguarda da ERX:

Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia 'mais distante que a África'. A faixa-limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. E **a Segunda Guerra, com sua tônica do espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas. Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado.** Dois organismos foram criados pelo governo: o primeiro, a Expedição Roncador-Xingu (ERX), com a atribuição específica de entrar em contato com os 'brancos' das nossas cartas cartográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central (FBC), com **a função definida de implantar núcleos populacionais** nos pontos ideais marcados pela Expedição. O primeiro órgão era assim, a vanguarda do segundo" (VILLAS BÔAS, 2012, p. 34. Grifo nosso).



O território da Amazônia Legal e o Brasil estavam cobertos por essas 'enormes manchas brancas' a que se referem os irmãos Villas Bôas. A solução dada era 'implantar núcleos populacionais' como forma de 'pintar' o mapa. Ora, embora fossem órgãos civis, a FBC e a ERX trabalhavam em cooperação estreita com os militares do Exército e da Aeronáutica. A FBC teve como primeiro chefe o Tenente-coronel Flaviano Matos Vanique, do EB. Em 1949, quando ele saiu, foi substituído por Orlando Villas-Bôas. Parte significativa do esforço para fazer chegar suprimentos aos postos e aeródromos criados pelos dois órgãos foi feita diretamente pela Aeronáutica, por meio dos voos do Correio Aéreo Nacional e de aviões de pequeno porte, em voos avulsos. Esse ideal colonizador estava presente de forma vívida, principalmente no Exército Brasileiro. O Marechal Rondon afirmou em 1942:

É o exemplo edificante que o Chefe da Nação [Getúlio Vargas] quis imprimir à sua fórmula administrativa, indicando o rumo às iniciativas particulares na **ocupação do vazio** existente no território nacional, em que a atividade econômica do país poderá se desenvolver, **fomentado o povoamento do sertão** (RONDON, 1942, p. 6. Grifo nosso).

A posição de Rondon sobre a iniciativa de Vargas é clara. Ele concorda com e frisa a necessidade de se 'ocupar' e 'povoar' o território como forma de promover o desenvolvimento. Perpetuava-se na Amazônia o processo de colonização do espaço nacional pelo próprio Estado. Ora, esse debate sobre a necessidade de integração e ocupação da região remontava ao Império. A guerra do Paraguai já havia chamado a atenção para a situação e as próprias linhas telegráficas, às quais Rondon havia dedicado décadas de sua vida, foram uma resposta a esse isolamento. Durante a Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, o tema foi retomado. Nos anos 1950 essa discussão se combinou com o tema, igualmente antigo, da necessidade de transferir a capital federal para o interior do país.

A ideia da transferência da capital remonta ao período colonial. Foi retomada no início da República, quando se transformou em um artigo constitucional, em 1891. A transferência era defendida tanto para garantir a segurança da sede administrativa quanto para promover a integração nacional. Rodrigues já acenara com "[...] a necessidade de uma nova Capital Federal localizada no interior do país para promover a integração nacional e facilitar a defesa da mesma, não a deixando tão exposta à beira mar" (RODRIGUES, 1947, p. 101-113). A recomendação de Rodrigues deixa claro que, embora os argumentos a favor da necessidade de integração nacional e da

transferência da capital federal tivessem origens remotas, eles não estavam completamente realizados em 1947. De fato Lysias identificava dois problemas nacionais: “a questão das divisões territoriais entre Estados e Territórios, que, segundo ele, criava dificuldades e entraves ao desenvolvimento e à boa administração destes espaços” (RODRIGUES, 1947, p. 87); e a mudança da capital federal. A transferência da capital e a abertura de grandes eixos de integração nacional se materializaram durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, no final da década de 1950 e início da década de 1960.

Mas, recuperando o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, uma nova conjuntura internacional se estabeleceu em torno da disputa pela hegemonia global entre os países que haviam se sagrado como os grandes vencedores do conflito, os Estados Unidos e a União Soviética. A Guerra Fria, como ficou conhecida essa disputa de poder, dominou o cenário mundial pelas próximas quatro décadas e interferiu na dinâmica das relações dos países periféricos com as duas superpotências em diferentes intensidades, culminando em alguns lugares em intervenções e guerras. Para Magnoli, a Guerra Fria se operacionalizava na “[...] confrontação entre blocos geopolíticos subordinados às super-potências nucleares, delineadas já nas conferências de paz de 1945, tornava-se o vetor principal das relações internacionais” (MAGNOLI, 1995, p. 419). O final da Segunda Guerra Mundial foi visto como um período de novas possibilidades para o Brasil. Rodrigues afirmou:

Com a guerra, apresenta-se ao Brasil uma situação política particular magnífica, mercê da qual fácil e rapidamente assumiu ele a liderança das nações latinas; a seguir, continuando nessa progressão invejável, vem ele agora, natural e logicamente, apresentar-se candidato privilegiado a um lugar na primeira fila das nações mundiais (RODRIGUES, 1947, p. 18).

A concepção de que o Brasil se encontrava numa situação política ‘magnífica’ após a guerra dava-se pelos dividendos arrecadados depois da participação direta no conflito, como aliado dos EUA. Na América Latina, apenas o Brasil e o México haviam participado na guerra ao lado dos EUA. O México enviou o Esquadrão 201, as ‘águias astecas’, para o teatro de operações do Pacífico; o Brasil havia enviado uma Divisão de Infantaria, um grupo de caças completo e um esquadrão de observação para a Itália, atuado na escolta de comboios e na campanha antissubmarino no Atlântico Sul, além de todo apoio com materiais estratégicos como ferro, borracha e alimentos. Com

a participação direta, o Brasil conseguiu treinar, equipar e prover em experiência de combate as FFAA, tornando-as as mais modernas do subcontinente. A convivência no campo de combate italiano aproximou oficiais brasileiros e autoridades norte-americanas e promoveu um estreitamento de laços que perdurou para além do conflito (CERVO & BUENO, 2008). O Brasil estava na esfera norte-americana, e, segundo Lysias, era “[...] fundamental o apoio ao ‘núcleo geopolítico do Atlântico’ comandado pelos EUA como forma de salvaguardar o Brasil das pressões imperialistas russas” (RODRIGUES, 1947, p. 140). Golbery, em 1959, assim pontuou essa filiação brasileira aos Estados Unidos:

O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda germe nesta fronteira em expansão, integra o mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa Geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma Geopolítica consciente e decididamente partícipe da Geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissolivelmente ligados, quer o queiramos ou não (SILVA, 1981, p. 170).

A objetividade de Silva quanto a estar o Brasil ‘indissolivelmente’ ligado ao mundo Ocidental e à luta contra o comunismo aponta, claramente, para duas vertentes. Uma é externa, voltada à colaboração com os países do bloco liderado pelos Estados Unidos, e a outra é interna, voltada ao combate ao comunismo em território nacional. De fato, essas filiações a movimentos anticomunistas no Brasil têm origens na década de 1930. Mas, foi este movimento de alinhamento com os Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial que ajudou a formular a doutrina de segurança nacional (DSN), adotada pelos governos militares na década de 1960. Além do inimigo externo, materializado pela URSS e países por ela influenciados, havia inimigos internos, formados por elementos subversivos infiltrados em diversos espaços da sociedade. Borges (2003) explicita da seguinte forma a DSN:

Criada na época da guerra fria, nascida do antagonismo leste-oeste, a Doutrina de Segurança Nacional (...) é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre **uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais**. (...) a guerra é total, no sentido de que o antagonismo dominante se encontra, igualmente, nas fronteiras. Portanto, **a agressão pode vir tanto do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno)** (BORGES, 2003, p. 24. Grifo nosso).

Os impactos da guerra fria e da doutrina de segurança nacional na Amazônia seriam sentidos principalmente no início da década de 1970. Silva foi um dos homens fortes do Exército que argumentaram sobre o perigo interno do comunismo nos termos da DSN:

Importa considerar, porém, que a América Latina – e, em seu contexto, o Brasil – por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os EUA tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descurar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas. E quem viver, o verá! (SILVA, 1981, p. 246-247).

O medo de o comunismo chegar ao poder era tão real para alguns militares brasileiros que, quando o presidente Jânio Quadros renunciou em 1961, o vice-presidente João Goulart (Jango), em visita a China, era tido simpático aos comunistas, e houve a ameaça de que ele fosse impedido de assumir o cargo, o que foi resolvido após adoção do regime parlamentarista, que teve curta duração. Jango se tornou presidente até 1964, quando foi deposto por setores da elite militar e teve início o regime militar que perdurou até 1985. Após a golpe de 1964, a necessidade de combater o chamado inimigo interno levou à criação de órgãos especializados nessa tarefa, como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a utilização de outros órgão já existentes como o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o DOPS e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), além de setores dentro das próprias FFAA<sup>39</sup>. O regime militar e os impactos desses aparelhos de repressão na vida política e privada no Brasil, entre

---

<sup>39</sup> Sobre os órgãos nacionais: o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964 e substituído pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) criada pela Lei nº 9.883, de 7 de Dezembro de 1999. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) foi criado pelo Decreto nº 42.688, de 21 de dezembro de 1957, portanto antes do golpe, mas foi usado durante o regime militar na repressão à luta armada. Sobre os órgãos estaduais que se reportavam ao governo federal: o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) era composto por seções estaduais que contavam com membros das polícias militar, civil e federal, subordinados ao Exército, por meio do comandante do DOI que sempre era uma oficial do Exército. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) era composto por seções regionais criadas em 1924, que posteriormente foram usadas durante o regime militar para repressão. Juridicamente cada estado possuía seu Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), como o de São Paulo, criado pela Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924 (ARNS, 1985; PIMENTA, 1995; GASPARI, 2002).

1964 e 1985, têm sido tema de diversos estudos (SAINT-PIERRE & MATHIAS, 2001; OLIVEIRA, et al. 1987; FICO, 2001; STUDART, 2006; PORTELA, 2002; GORENDER, 1987; DREIFUSS, 1981).

Ao levar os militares ao poder, o golpe de 1964, possibilitou que concepções e projetos nacionais deles fossem colocados em prática. Se, de um lado, o alinhamento com o mundo ocidental capitalista gerou um movimento de repressão violento, de outro as necessidades de integração e desenvolvimento das fronteiras norte do país, presentes nas concepções de soldados como Rondon, Travassos, Tavares, Silva, e outros, se concretizaram. O impacto do regime militar sobre a Amazônia Legal foi sentido de diferentes formas, pois havia uma concepção dual em que se via a Amazônia tanto como uma região-problema quanto como uma promessa de prosperidade econômica nacional. Tavares assim reflete sobre a situação:

A Revolução [de 1964], consciente do imperativo estratégico, não vacilou em consolidá-las, mesmo a custo de sacrifícios tremendos. A interiorização do desenvolvimento nacional era ponto prioritário do seu programa. **O Brasil tinha que conquistar o Brasil.** E esta passou a ser, também, a grande batalha das três Forças Armadas, em apoio à ação global do Governo. **O rumo a seguir seria a Amazônia. Veio o dilema 'Integrar para não entregar.'** Era preciso levar a outra metade do Brasil ao encontro da Amazônia, para ligá-la com o Sul e com o Nordeste. Além da pavimentação da Belém-Brasília, viriam a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Zona Franca de Manaus, onde foi inaugurado o moderno aeroporto internacional, além de números empreendimentos (TAVARES, 1978, p. 93. Grifo nosso).

Tavares não deixa dúvidas: “o Brasil tinha que conquistar o Brasil”, e o rumo a ser seguido deveria ser a Amazônia. Essa noção de conquista, nas décadas de 1960 e 1970, marcou a região com grandes projetos e mesmo com o estímulo à migração interna de grupos de homens destinados aos assentamentos do INCRA e a se tornarem mão de obra na fronteira agrícola em marcha. Mas a década de 1960 foi marcada também, fora do país, pela ascensão dos movimentos ambientalistas e pelas discussões de temáticas ligadas ao meio ambiente, de tal forma que aos poucos os Estados nacionais não mais puderam ignorar a questão ambiental em suas agendas.

Como pode-se observar pelo exposto, a Amazônia já figurava como uma área que merecia atenção especial dos militares desde o início do século XX. Entretanto, os países da bacia platina preocupavam muito mais esses militares que os países no entorno da bacia amazônica, de modo que após a crise da borracha e até a Segunda

Guerra Mundial pouca atenção efetiva foi dada à região. Durante o segundo conflito mundial houve um novo movimento de valorização e conquista do espaço amazônico. Urgia, para aqueles militares-autores integrar a Amazônia ao restante do país, pensamentos e concepções que vieram a colocar em prática durante o regime militar. Para Mahar:

When a military government came into power in 1964, Amazonia again gained public attention. In a series of legislative acts and decrees enacted in 1966 and 1967, the new government firmly committed itself to the development and occupation of the region, as well as the eventual integration of Amazonia with the rest of Brazil (MAHAR, 1981, p.10)

Mas em meio ao período da ditadura acontece a ascensão do tema ambiental como um tema político, criando um novo pano de fundo no cenário nacional e internacional que seria aos poucos assimilado pelo pensamento militar.

## 2.2.1 A QUESTÃO AMBIENTAL NA GEOPOLITICA MUNDIAL

A partir da década de 1970, aos temas clássicos das agendas dos Estados nacionais somou-se progressivamente o debate em torno da proteção à natureza, que evoluiu para a questão das responsabilidades coletivas para com o meio ambiente natural. Le Preste julga que esse processo foi uma:

[...] 'revolução silenciosa' que sofreram as relações internacionais contemporâneas através da regulamentação crescente de um número sempre maior de atividades. A política internacional do meio ambiente não pertence mais aos ecólogos, aos politecnólogos ou a especialistas movidos principalmente por considerações normativas. Ela constitui um terreno privilegiado das relações internacionais contemporâneas. Mesmo os indiferentes às questões ambientais não podem ignorar suas implicações para a segurança interna e externa dos Estados e suas populações, tanto quanto para os modos e as condições da cooperação internacional que ilustram (LE PRESTE, 2005, p. 481).

Se um determinado tema afeta questões relativas à segurança interna e externa de um Estado Nação, ele implica a intervenção das Forças Armadas, constitucionalmente responsáveis pela segurança do Estado. Mas a regulamentação

da natureza não é um tema novo. Pelo contrário, nas sociedades humanas, a existência de leis que regulamentam os usos dos recursos naturais é bastante antiga. É encontrada entre as altas culturas pré-colombianas na América e na Antiguidade Clássica romana<sup>40</sup>.

No Brasil, a legislação portuguesa sobre o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) limitava o direito de exploração da árvore a concessionários e instituía o não uso agrícola das terras onde ocorria a árvore. Essa lei, datada de 1605, dá origem à expressão ‘madeira de lei’, isto é, protegida por lei, que “garantiu a manutenção e a exploração sustentável das florestas de pau-brasil até 1875” (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008, p. 36). Essa lei é apenas um exemplo de que existiam leis de proteção a determinadas espécies no Brasil antes do período tratado neste trabalho. Na primeira metade do século XX, o Brasil já tinha um código florestal e um código de águas e minas. Muitos países que dependiam da exploração de recursos naturais comuns, como a pesca oceânica, ou necessitavam de espécies de pássaros benéficos à agricultura que migravam de um país para o outro, começavam, no início do século XX, a estabelecer acordos internacionais para tentar proteger essas espécies (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008). Esses acordos ora eram bilaterais, ora envolviam determinados grupos de países interessados.

Se a atenção à natureza tem raízes muito anteriores aos Estados nacionais e se acordos para preservação remontam ao início do século XX, o que veio a motivar um destaque gradativamente crescente às questões relativas ao meio ambiente até as últimas décadas do século XX? Os indícios apontam que a questão reside no entendimento do que vinha a ser meio ambiente.

O meio ambiente, ou a natureza, era entendido, via de regra, pelas nações e instituições como recursos naturais. Nos termos da economia neoclássica, o meio ambiente era tratado como um insumo produtivo, a base do crescimento econômico. Mesquita Filho & Barreto admitem que tem origens em Adam Smith e na Revolução Industrial do século XVIII a concepção de natureza, por um lado, “como uma fonte ilimitada de matérias-primas e por outro lado uma capacidade inesgotável de absorver detritos” (MESQUITA FILHO & BARRETO, 2012, p.13).

Cavalcanti (2004) também se refere a essa concepção bilateral da natureza, quando pensada em termos econômicos:

---

<sup>40</sup> Um exemplo era a exclusividade de acesso à lã da vicunha (espécie de lhama) no império Inca, a qual era destinada apenas à nobreza incaica. Outro é a legislação sobre a água no Império Romano.

Toda atividade humana, qualquer que seja ela, incide irreversivelmente no ecossistema, quer pelo lado da extração de recursos (caso em que a natureza funciona como fonte), quer pelo lançamento de dejetos sob a forma de matéria ou energia degradada (caso em que atua como cesta de lixo). A respiração extrai oxigênio e devolve gás carbônico à ecosfera; a alimentação serve-se de solo, água, fotossíntese etc. e converte-se em fezes e urina, além de energia térmica degradada; o automóvel, queimando combustível retirado de petróleo, produz um trabalho, polui e aquece o ar, virando sucata no final de sua vida útil. A natureza, enfim, é nossa fonte primordial e insubstituível de vida, atuando ao mesmo tempo como derradeiro escoadouro de sujeira (CAVALCANTI, 2004, p. 149).

A explicação de Cavalcanti acrescenta uma conexão de pontos essenciais: a natureza permanece como fonte de recursos, todavia como parte de um sistema global, com diversas interfaces e, em última instância, relacionada ao próprio suporte da vida. Essa concepção foi sendo construída e popularizada durante as décadas de 1960 e 1970. Fortaleceu-se um entendimento sobre a natureza como um sistema complexo e intrinsecamente integrado. A ciência da ecologia provou que as relações entre espécies e meios ambientes estavam sujeitas à interferência humana. O estudo *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, sobre a presença e os efeitos do inseticida DDT (*Dicloro-Difenil-Tricloroetano*) na cadeia alimentar das aves, é tido como uma das referências do início da preocupação ambientalista.

Outro autor relevante é Garrett Hardin. A publicação *The Tragedy of the Commons*, na revista *Science*, em 1968, levantou a questão de que o uso (demanda) dos bens comuns (recurso/natureza) por um número cada vez maior de indivíduos poderia levar à super-exploração e ao exaurimento deles, o que prejudicaria, em última instância, todos os indivíduos. O estudo reacendeu o debate em torno do crescimento populacional e das limitações da capacidade da natureza de prover a população. Hardin questionava: “*Population, as Malthus said, naturally tends to grow ‘geometrically,’ or, as we would now say, exponentially. In a finite world this means that the per capita share of the world’s goods must steadily decrease. Is ours a finite world?*”<sup>41</sup>. Ele apontava que o avanço tecnológico não solucionaria a questão, pois o aumento do número indivíduos e das suas demandas esbarraria inexoravelmente na

---

<sup>41</sup> O artigo de Hardin pode ser encontrado na íntegra no website da revista *Science*. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full>> Acessado em: 22/09/2012. HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons*. In: **Science**, December 13, 1968. Outra referência importante do debate sobre crescimento populacional e recursos naturais em finais dos anos 1960 é EHRlich, Paul & EHRlich, Anne. *The Population Bomb*. Ballantine: Nova York, 1968.



capacidade de suporte do próprio meio natural: “*The population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality*” (HARDIN, 1968, 243).

No final dos anos 1960, um grupo reunido em torno do economista italiano Aurélio Peccei, conhecido como o “Clube de Roma”, apontava limites para o crescimento populacional e tecnológico da humanidade devido a problemas como diminuição da disponibilidade de recursos naturais, essenciais para o desenvolvimento e a produção de alimentos, graças à demanda crescente fruto do crescimento populacional. A lacuna se estabelecia entre a industrialização acelerada e o crescimento populacional, com o esgotamento dos recursos naturais e a degradação ambiental (CORAZZA, 2005). Com um olhar influenciado pelo viés científico da ecologia e da teoria dos sistemas, eles alertavam para os impactos do crescimento demográfico e do consumo ampliado de recursos naturais sobre a capacidade de suporte do ambiente natural, prevendo diversas crises que poderiam chegar mesmo a um colapso da sociedade humana pelo esgotamento da natureza que a sustenta.

Fruto dos estudos feitos para o Clube de Roma, *The Limits to Growth* (Limites do Crescimento) foi publicado em 1972. Foi escrito pela equipe formada por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III, além de vários consultores e colaboradores (MEADOWS, et al., 1972). Nesse influente texto os autores procuraram demonstrar que o crescimento contínuo da produção e do consumo, baseado no uso ampliado de recursos naturais e movido pelo aumento constante da população mundial, esgotaria as reservas de recursos naturais e poluiria o ambiente para além da sua capacidade de receber resíduos. Eles propunham que a sociedade buscasse a estabilidade, ao invés do crescimento econômico. Para Bursztyn, esse documento é “uma proposta de moratória do crescimento econômico” (BURSZTYN, 1995, p. 57).

Essas são apenas algumas das obras consideradas clássicas sobre a questão ambiental no terceiro quarto do século XX. De forma paralela, os Estados nacionais participaram de grandes conferências cujo mote central era a relação entre o meio ambiente e o homem, tais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo (Suécia), e a Conferência da ONU sobre População e Desenvolvimento, ocorrida em 1974, em Bucareste (Romênia). Fora do circuito tradicional de Estados e instituições internacionais, como a ONU, inúmeros grupos não governamentais e ambientalistas foram criados em todo o

mundo. Um dos mais emblemáticos, e que permanece atuante, é o *Greenpeace*, fundado em 1971<sup>42</sup>.

Durante a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, foi elaborada a Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano (Organização das Nações Unidas, 1972), que contém uma série de questões relevantes. O documento foi dividido em duas partes, proclamação e princípios, conforme excertos a seguir:

Proclama:

**2 - A proteção e a melhoria do meio ambiente humano** constituem desejo premente dos povos do globo e dever de todos os Governos, por **constituírem o aspecto mais relevante que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento do mundo inteiro.**

[...]

4 - Nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais são causados, na maioria, pelo subdesenvolvimento. [...]

5 - O crescimento natural da população suscita a toda hora problemas na preservação do meio ambiente, mas políticas e medidas adequadas podem resolver tais problemas.[...]

6 - Atingiu-se um ponto da História em que devemos moldar nossas ações no mundo inteiro com a maior prudência, em atenção às suas consequências ambientais. Pela ignorância ou indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao ambiente terrestre de que dependem nossa vida e nosso bem-estar. [...] **Tornou-se imperativo para a humanidade defender e melhorar o meio ambiente, tanto para as gerações atuais como para as futuras,** objetivo que se deve procurar atingir em harmonia com os fins estabelecidos e fundamentais da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo.

7- Um número crescente de **problemas, devido a sua amplitude regional ou global ou ainda por afetarem campos internacionais comuns, exigirá ampla cooperação de nações e organizações internacionais** visando ao interesse comum. A Conferência concita Governos e povos a se empenharem num esforço comum para preservar e melhorar o meio ambiente, em

---

<sup>42</sup> Le Preste, ao pensar a importância dos atores não governamentais na construção contemporânea do que ele chama de Ecopolítica, afirma: “Seria errôneo reduzir a Ecopolítica às interações entre os Estado. A multiplicidade dos atores participantes e os papéis importantes que eles desempenham em quase todas as fases das políticas públicas tornam seu estudo indispensável em toda análise da dinâmica de Ecopolítica. Sem dúvida, os Estados continuam sendo os atores mais importantes [...], no entanto, a emergência de atores não estatais é significativa” (LE PRESTE, 2005, p.156). Sobre a fundação do Greenpeace ver: <http://www.greenpeace.org.br>.

benefício de todos os povos e das gerações futuras (Organização das Nações Unidas, 1972. Grifo nosso).

Pontualmente, nos proclamas da declaração, constatam-se: a aceitação de que o problema ambiental é global e afeta o bem-estar e o desenvolvimento dos povos (item 2); a inserção do paradigma malthusiano, recolocado em voga pela ciência (item 5); a necessidade de as ações sobre o meio ambiente serem realizadas com maior prudência do que vinham sendo feitas (item 6), pois elas podem, sim, causar danos ambientais. Na segunda parte do item 6 e no item 7 se enuncia o que viria a ser o paradigma do desenvolvimento sustentável — buscar garantir o acesso aos recursos e ao meio ambiente, tanto para as gerações atuais como para as futuras. Mas, ao se proclamar, ao mesmo tempo, ser **‘imperativo para a humanidade defender e melhorar o meio ambiente’** e existir **‘um número crescente de problemas’** que exigiria uma cooperação entre as nações e os organismos internacionais (item 7), se está afirmando que a responsabilidade pela defesa do meio ambiente cabe à humanidade, ou seja, aos organismos internacionais, aos Estados nacionais e a todos os povos. Ora, nesse sentido o meio ambiente pode ser considerado, em última instância, o território de uma nação. Como organizações internacionais e a própria ‘humanidade’, uma vez que são responsáveis pelo meio ambiente, poderiam interferir em um determinado território para buscar solucionar problemas ambientais, sem ferir a soberania do Estado-nação? Esta discussão em particular está relacionada ao direito de ingerência, que será abordado *a posteriori*. Quanto aos princípios da Declaração de Estocolmo, destacam-se:

#### Princípios

[...]

**8 - O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável** e criar, na Terra, as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida.

[...]

21 - De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, **os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental, desde que as atividades levadas a efeito, dentro da jurisdição ou sob seu controle, não prejudiquem o**

**meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda a jurisdição nacional<sup>43</sup>.**

Esses dois princípios implicam o direito de exploração dos recursos e desenvolvimento econômico, enquanto garantia de vida e trabalho, a construção de limites e a perspectiva da ingerência ligada a assuntos ambientais sobre um país, à medida que se invocam a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional. Cabe acentuar a ênfase dada, no item 21, ao que ficou conhecido como 'direito ao desenvolvimento'. Esse item reaparece citado na Resolução nº 41/128, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986, que aprovou a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

O artigo primeiro dessa Declaração estabelece, com clareza, que:

*Artigo 1º*

**§1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político,** para com ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

**§2. O direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos à autodeterminação que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável à soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.**

Conforme se observa no segundo parágrafo, a soberania plena sobre os recursos naturais é definida como direito nacional inalienável, o que deixa explícito que não seria aceita qualquer interferência internacional sobre as riquezas e recursos naturais de países isolados. Isso, todavia, não colocou fim à discussão sobre o tema da soberania versus questões ambientais. Se em *The Limits to Growth* havia uma proposta implícita de desacelerar o crescimento dos países como uma forma de diminuir os impactos sobre o meio ambiente natural e garantir benefícios contínuos à humanidade que depende desse meio ambiente, na Declaração de 1986 a soberania

---

<sup>43</sup> Texto integral disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc)> Acessado em 07/08/2012.

sobre esses recursos ficou ratificada no segundo item. De fato desde o encontro de Estocolmo, em 1972, esse debate não agradou aos delegados dos países em desenvolvimento que estiveram presentes, pois não concordavam com metas que cerceassem o seu crescimento. Identificavam que muitos impactos sobre o meio ambiente vinham, exatamente, dos países desenvolvidos, nos quais os índices de produção e consumo eram os mais elevados. Para além disso, a decisão sobre como gerir os recursos naturais era uma questão que tangenciava a soberania nacional. Sobre esse quesito, Le Preste (2005) observou:

O universalismo do discurso ecológico, a problemática das mudanças mundiais, a proclamação por certos grupos de um 'direito de ingerência ecológica' e a imposição de condições ambientais para a concessão de ajuda ao desenvolvimento conduziram os países em desenvolvimento a reafirmar a primazia do princípio da soberania nacional (LE PRESTE, 2005, p. 256).

Entretanto, não cabe aqui discutir o documento de Estocolmo, mas mostrar como ele introduziu os conhecimentos e apontamentos da ciência que estavam sendo gestados no meio político internacional. Como referido, existiam precedentes de legislações e acordos que contemplavam questões ambientais e recursos naturais e buscavam preservar ou regular. O que tornou a questão ambiental uma questão global foi a chancela dada ao tema, trabalhado por cientistas como Carson, Meadows, Ehrlich, Hardin e outros, assim como por entidades internacionais consagradas, como a ONU, e pelos Estados nacionais que passaram a reconhecer o problema.

À medida que o Brasil reconhecia a importância da questão ambiental, as FFAA, como instituições permanentes do Estado brasileiro, tiveram que dar atenção aos direcionamentos ambientais do país. No tocante à Amazônia, a questão se tornou mais sensível por três motivos: primeiro, por suas características (grande sociobiodiversidade; parte significativa da área de floresta estava preservada), a região entrou no foco do debate ambiental; segundo, o Estado brasileiro estava promovendo políticas de desenvolvimento naquela região que causavam visíveis impactos ambientais; e, terceiro, como o Poder Executivo Federal era exercido, exclusivamente, pelos militares e os seus aliados civis, as FFAA ditavam os rumos da nação.

A preocupação do Estado brasileiro com o meio ambiente, foco novo e específico de regulação pública, ficou clara com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Ela nasceu dos compromissos que o país assumiu

na Conferência de Estocolmo, em 1972. Mas, tal como ocorreu com a valorização do tema ambiental, já existia uma preocupação de regular a natureza e os recursos naturais por parte do Estado brasileiro. Foram criadas nas décadas anteriores diversas leis, códigos e agências reguladoras e fiscalizadoras. No Quadro 2.1 constam algumas das principais leis brasileiras relacionadas aos recursos naturais e ao meio ambiente ao longo do século XX.

Quadro 2.1 Principais leis e instituições federais brasileiras envolvidas na gestão ambiental (1934-2002)

Ano	Instrumento legal	Instituições relacionadas
1934	Código de Águas (seguida pela Política Nacional de Recursos Hídricos – 1997)	DNAEE (atual Aneel) ANA
1934	Código Florestal (modificado em 1965; 2012)	Serviço Florestal (desde 1921), depois DRNR (1959), IBDF (1967), atual IBAMA (desde 1989)
1934	Código de Minas (posteriormente Código de Mineração – 1967, modificado em 1996)	DNPM
1937	Decreto-lei de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Iphan (também ao longo dos anos Sphan e IBPC)
1938	Código de Pesca (modificado em 1967)	Sudepe (1962) (atual IBAMA)
1961	Lei sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos	IPHAN
1967	Lei de Proteção à Fauna	IBDF (atual IBAMA)
1973	Decreto 73.030 (criação da SEMA)	SEMA (1973), atual IBAMA
1979	Lei 6.766 – parcelamento do solo urbano	Ministério das Cidades
1980	Lei 6.803 – zoneamento ambiental	SEMA, órgão regionais, municipais
1981	Lei 6.938 – Política Nacional do Meio Ambiente (alterações: leis 7.804/89 e 9.028/90)	Sisnama Conama MMA
1988	Lei 7661 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente
1998	Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Alterada pela lei Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010	
1999	Decreto Presidencial nº 3.179 - Lei de Crimes Ambientais	IBAMA
1999	Lei Nº 9.966, de 28 de Abril de 2000. Lei do óleo	Marinha do Brasil, IBAMA
2000	Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC	ICMBio; Poder Público
2000	Decreto Lei 1.413 – Controle da Poluição Industrial	SEMA, atual IBAMA
2001	Lei 10.257 – Estatuto da Cidade	Ministério das Cidades
2002	Decreto 4.297 – Zoneamento Ecológico Econômico	Parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente

Nota: Estão referidas somente as datas de criação das instituições e as leis que lhes deram origem. A maioria delas foi alterada diversas vezes, mas foram indicadas apenas algumas mudanças principais. Fonte: Baseado em SÁNCHEZ, 2011, p. 71; complementado e tabulado pelo autor.

É importante observar, nas leis dispostas no Quadro 2.1, que, antes da criação da SEMA (1973), a maioria das leis e códigos regulavam de forma isolada um determinado recurso natural, como no caso dos códigos de Águas, Florestal e de Minas (1934); de Pesca (1967), ou, ainda, bens histórico-arquitetônicos, como as leis em prol de patrimônios históricos (1937) e pré-históricos (1961). O fato é que não

havia ainda uma concepção abrangente de meio ambiente que incluísse as características biofísicas e sociais ou humanas (ODUM & BARRETT, 2008). Essa concepção complexa de meio ambiente só veio a se estruturar na legislação brasileira em 1981, com a publicação da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938/81, que definia, em seu “Art. 3º- Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Art. 3º. Lei 6.938/81).

Essa legislação ambiental afetou sobremaneira as FFAA, pois, como instituições públicas, estão obrigadas a cumpri-la, podendo ser chamadas a participar de atividades subsidiárias a elas. Isto é regulado pela Lei Complementar Nº 117/2004, que prevê:

Art. 17A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares: IV – **atuar, por meio de ações preventivas e repressivas**, na faixa de fronteira terrestre, **contra delitos transfronteiriços e ambientais**, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: a) patrulhamento; b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e c) prisões em flagrante delito (Art. 17a. Lei Complementar Nº 117 - de 2 de Setembro de 2004. Grifo nosso)

A lei delega ao Exército um papel preventivo e repressivo com relação a crimes ambientais na faixa de fronteira (150 km), e essas ações podem ser realizadas segundo a lei de maneira isolada ou coordenada com outras instituições. Fica claro que o Exército a partir dessa lei tem autonomia para planejar e executar ações relacionadas ao meio ambiente. Capacidade operacional para tais ações é presumível que o Exército possua, todavia é importante questionar se os efetivos e oficiais estão capacitados e possuem suficiente conhecimento da legislação ambiental e do próprio funcionamento dos ecossistemas em que atuam. Isso se torna particularmente especial na região da faixa de fronteira na Amazônia, pois em diversas localidades o Pelotão Especial de Fronteira do Exército é a única instituição representativa do Estado nacional.

A questão ambiental torna-se, portanto, um elemento a mais para equacionar o lugar da Amazônia no pensamento militar brasileiro. A importância dos recursos naturais para o desenvolvimento e a relação de dependência que alguns países mantinham em relação a tais recursos ficaram mais evidentes, um ano após Estocolmo, com o chamado “choque do petróleo”, iniciado em 1973. Ele serviu de

alerta aos Estados nacionais, em escala global, sobre a importância de controlar e usar de forma racional os recursos energéticos e de definir estratégias visando reduzir a dependência de recursos naturais importados.

É importante lembrar que o Brasil, embora fosse altamente dependente da importação de petróleo e derivados, havia feito desde a década de 1950 a opção de ampliar a sua malha rodoviária. Na década de 1970, grande parte do processo de integração pensado para a Amazônia dependia do transporte rodoviário. Foi em 1973 que surgiu a criação da nomenclatura do sistema rodoviário, válida até hoje<sup>44</sup>. O país já explorava petróleo na região do Recôncavo Baiano, mas em meados da década de 1970 a produção não cobria mais do que 25% do consumo interno. Embora desde meados do século houvesse prospecções para a busca de petróleo na Amazônia, somente em 1986 foram descobertas as primeiras jazidas comercialmente exploráveis.

Uma resposta brasileira à crise de fornecimento do petróleo foi a criação do Pró-Álcool, em 1975, com o objetivo de atender parte da demanda interna por combustíveis automotivos. A temática dos recursos energéticos renováveis e não-renováveis permeou o debate ambiental internacional, principalmente depois do chamado “segundo choque do petróleo”, em 1979. Na década de 1980 países dependentes da importação de petróleo viviam sob a influência do medo do esgotamento ou cerceamento do acesso ao petróleo e outros importantes recursos naturais. Assim, reconheceu-se tanto a necessidade de regular e proteger localmente esses recursos, bem como de pensar alternativas exequíveis. O Pró-Álcool era uma alternativa em curso e era vista pelo governo como uma resposta à dependência brasileira do petróleo. Meira Mattos ilustra a visão do tema pelos militares:

As experiências que vimos realizando em nosso país [Pró-álcool] comprovam que não existem obstáculos intransponíveis à substituição dos derivados do petróleo pelos derivados de biomassa. Na realidade, o próprio petróleo outra coisa não é senão biomassa fossilizada.

O Brasil é apontado, em vários estudos realizados por institutos de pesquisa internacionais, como o país que dispõe de maior área beneficiada pelos índices máximos de fotossíntese. Em termos práticos, isto não significa que o Brasil possui a maior reserva de biomassa vegetal, mas que o sol e o solo do nosso país possuem as melhores condições para produzir e repor, de maneira contínua e

---

<sup>44</sup> Rodovias radiais que partem de Brasília têm o prefixo BR-0 (BR-050); rodovias longitudinais que travessam os estados na direção dos meridianos usam o prefixo BR-1 (BR-153); rodovias transversais, ligando os portos ao interior, têm o prefixo BR-2 (BR-262; BR-230, a Transamazônica); rodovias diagonais que estejam ligando eixos rodoviários, prefixo BR-3 (PEIXOTO, 1977, p. 92).



por tempo indefinido, uma quantidade de energia originária da biomassa (MATTOS, 1984, p. 91).

O incentivo à ocupação de terras na Amazônia vinha sendo praticado há alguns anos, desde 1970, com a criação do INCRA, que embora fosse um órgão nacional foi importante no processo de assentamento de famílias na região. O discurso de incorporação do espaço territorial da Amazônia na forma de espaço produtivo integrado ao território nacional coincidiu com o processo de valorização da natureza e com a crise do petróleo e a necessidade de acesso a combustíveis.

As discussões sobre a questão ambiental na década de 1970 gradativamente tomaram corpo, de modo que na década seguinte a Amazônia começou a ser caracterizada pela imprensa nacional e internacional como o “pulmão do mundo”, uma caracterização temerária que não levava em conta o funcionamento da estrutura trófica dos ecossistemas, ou a própria anatomia vegetal (Fotossíntese e oxidação/decomposição) (ODUN, 2007). A Amazônia era representada como um repositório de biodiversidade, grande reserva de água, sede de enormes florestas tropicais e de outros recursos naturais, merecedora de proteção e preservação. Foi com base nesse tipo de representação da Amazônia que foram feitas declarações que apontavam para a necessidade de um envolvimento internacional para preservar a região. Um exemplo amplamente citado por autores civis e militares brasileiros é o trecho de um discurso do presidente francês François Mitterrand, em que ele diz que “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” (BENATTI, 2007, p. 27).

O termo “direito de ingerência” tem as suas origens na assistência humanitária internacional e no atendimento aos direitos humanos (ALVES, 2002). Para alguns autores, o surgimento desse direito tem como marco histórico o fim da Guerra Fria, pois antes qualquer ação de um dos lados (URSS ou EUA) poderia, ou não, gerar uma reação do outro lado, dependendo da existência de interesses. Entretanto, sob a capa humanitária da ingerência internacional pode-se abrigar interesses não explícitos e novos contornos ambientais, desde que o meio ambiente passou a ser percebido como um todo integrado (CERVO, 2002; TILIO, 2003). Para os militares brasileiros, a faceta mais preocupante da ingerência proposta está na relativização da soberania nacional brasileira sobre a região amazônica (MARTINS, 2001, p. 259). Essa perspectiva reacendeu a luz vermelha para as esferas militares nacionais quanto ao antigo tema de “cobiça internacional” sobre a Amazônia que, para eles, aparecia agora travestida de uma roupagem ecológica-ambiental:

Ultimamente, a tese da internacionalização da Amazônia vem reaparecendo sob nova roupagem – defesa da ecologia. [...] O pretexto é outro: - a devastação da Amazônia ameaça a estabilidade do meio ambiente mundial. Sabem todos os cientistas que a devastação da floresta amazônica, que nós brasileiros devemos evitar, não é a responsável pela poluição do planeta, se o for, é em percentagem mínima. As grandes poluições de nossa atmosfera são as fábricas, usinas e veículos a motor do Primeiro Mundo, e a maior ameaça de destruição que pende sobre a humanidade é o colossal arsenal de armas nucleares das chamadas superpotências, cujos governos se mostram tão preocupados com os ‘perigos para humanidade do desmatamento da Amazônia’ (MATTOS, *in*: BARRETO, 1995, p. 216).

Esse argumento de Mattos recupera a discussão sobre o direito ao desenvolvimento e sobre quem teria a responsabilidade, a ‘culpa’, pelo atual estado do meio ambiente global. Põe novamente em pauta a questão da soberania nacional, uma vez que ele associava o discurso ambiental a uma forma de cobiça sobre as riquezas amazônicas. Para Le Preste, esse era um tipo de reação comum ao discurso ecológico universalista e à proclamação do ‘direito de ingerência ecológica’ proferido por alguns grupos, que “conduziram os países em desenvolvimento a reafirmar a primazia do princípio da soberania nacional” (LE PRESTE, 2005, p. 256).

A resposta brasileira a esse risco de ingerência sobre Amazônia foi articulada no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e posteriormente em sua agência executora, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O TCA foi assinado em 1978 entre os oito países da bacia Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Suriname e Guiana), excluindo apenas o território da Guiana Francesa. O TCA reconhecia a característica transfronteiriça da Amazônia e proclamava:

[das partes] animadas do propósito comum de conjugar os esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais. [...]

Art IV – As partes Contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivos dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não

terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional (TCA, 1978. Texto integral *in*: MATTOS, 1980, p. 204)<sup>45</sup>.

O artigo IV do TCA era uma resposta clara a quaisquer afirmações que pudessem ser associadas a algum tipo de ingerência sobre o espaço amazônico. Embora tenha sido elaborado e assinado no período do governo militar, sob a presidência do General Ernesto Geisel, o tratado merecia ressalvas entre os militares, como se percebe na fala de Tavares:

É certo, porém, que ele [o Pacto Amazônico] não terá condições para concretizar-se, podendo até criar problemas, caso não concilie e respeite os interesses comuns e as soberanias intocáveis de todas as nações ribeirinhas do grande rio [Amazonas], cuja bacia, com tão fabulosas reservas naturais, reclama e impõe a união de todas elas, tanto em benefício da redenção econômica do Continente, como na defesa contra as interferências estranhas (TAVARES, 1978, p. 118).

De fato o TCA deu origem à OTCA apenas em 1998, entidade que permanece ativa e desenvolve projetos visando à melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas. O seu mais recente projeto é de 2009. É ligado à promoção da Vigilância em Saúde Ambiental<sup>46</sup>.

Na década de 1970, em meio a todo o frenesi das políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia, inicia-se na região um movimento guerrilheiro de orientação comunista, a chamada Guerrilha do Araguaia. A guerrilha se inseria nos movimentos de luta armada contra o regime militar iniciados em 1965, quando determinados grupos optaram pela ação armada contra a ditadura militar, na forma de guerrilha urbana e ou de guerrilha rural (STUDART, 2006, p. 13). O grupo ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que havia optado pela via da guerrilha rural começou a se instalar na região do Bico do Papagaio em 1966. Essa região, no extremo norte do então Estado de Goiás (atual Tocantins), fica perto das fronteiras do Pará e Maranhão. As referências urbanas mais próximas são as cidades de Marabá-PA, Xambioá-GO e São Geraldo do Araguaia-PA. O movimento foi descoberto prematuramente e os combates se iniciaram 1972. Foram necessários dois anos e a mobilização de milhares de soldados em três diferentes períodos para vencer definitivamente a guerrilha, em 1974 (STUDART, 2006; PORTELA, 2002; CABRAL, 1993).

---

<sup>45</sup> O texto integral do TCA também pode ser encontrado em: [www2.mre.gov.br/dai/tca.html](http://www2.mre.gov.br/dai/tca.html); ou <http://www.otca.info/portal/tratado-coop-amazonica.php?p=otca>

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.otca.org.br/> Acessado em 18/12/2012.

Como 'herança' da guerrilha, dois anos depois, em 1976, foi criada a primeira grande brigada do Exército na região Amazônica, a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (BdaInfSI), sediada em Marabá-PA. Essa brigada foi assentada próxima ao local influenciado pela guerrilha, mas também junto aos eixos rodoviários da Transamazônica e da Belém-Brasília. Fica também nas proximidades de grandes empreendimentos governamentais de desenvolvimento, como o complexo de mineração de Carajás (jazidas descobertas na década de 1960; início das explorações na década de 1970) e a usina hidroelétrica de Tucuruí (início das obras em 1976).

Nem a luta armada nem a repressão a ela acabaram, pois foram embaladas pelas contínuas promessas à esquerda ou pelo persistente conservadorismo à direita. A violência de ambos os lados continuou até a anistia, em 1979, e a redemocratização do país, em 1985<sup>47</sup>.

No início da década de 1980, um acontecimento exterior à região Amazônica teria implicações que a alcançaram. Em 2 de abril de 1982, no extremo sul do Atlântico uma força de combate argentina atacou e ocupou as ilhas Malvinas/Falklands, passando para as ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, todas territórios britânicos. Não cabe aqui discutir os motivos do conflito ou o desenrolar da campanha, mas interessam seus impactos sobre a distante Amazônia. Após uma curta campanha os ingleses retomaram as ilhas<sup>48</sup>. Soldados argentinos (649) e britânicos (255) morreram em combate. A derrota colocou fim à curta presidência do General Leopoldo Fortunato Galtieri e acelerou o processo de redemocratização na Argentina. Como mencionado, a Argentina figurava no imaginário militar brasileiro como um importante adversário, de modo que o conflito foi acompanhado com interesse.

Em 1986 o General Paulo de Queiroz Duarte publicou uma extensa obra, em dois volumes, analisando pormenorizadamente o conflito. Duarte aponta uma série de fatores para mostrar em que pontos as forças argentinas foram ineficientes política e estrategicamente (a ação psicológica; a inteligência; a inteligência estratégica militar), entre outros fatores como as operações militares, que a seu ver, foram mal planejadas. Pontualmente, elogia a atuação do Regimento de Infantaria 25, do Exército e do Batalhão nº 5 da Marinha pela atuação na defesa Stanley e a ação da aviação Argentina, embora restrita. Critica os demais conjuntos das forças por despreparo ou ineficiência nas linhas de comando. Resume as causas da derrota em nove diferentes itens (DUARTE, 1986). Em síntese, a derrota, as perdas em equipamentos e a crise econômica-social que atravessava a Argentina fizeram com

---

<sup>47</sup> Sobre a repressão e a luta armada no período da ditadura militar no Brasil existe uma vasta bibliografia, como FICO, 2001, MATHIAS, 1995; GORENDER, 1987; SAINT-PIERRE & MATHIAS, 2001; para contraponto: CARVALHO, 1977; JÚNIOR, 1959; SILVA, 1981; MATTOS, 2000; BENTO, 1998.

<sup>48</sup> Las Malvinas son Argentinas!

que o país não fosse mais considerado uma prioridade, um inimigo em potencial do Brasil no subcontinente sul-americano. As mudanças na conjuntura mundial entre o final da década de 1980 e 1990, bem como o processo de aproximação comercial com a Argentina possibilitaram uma mudança na balança geoestratégica militar na qual a Amazônia passaria, gradativamente, às esferas mais elevadas de prioridade das FFAA.

Ainda em relação ao Cone Sul, em 1991, é assinado o Tratado de Assunção, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o qual se criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Ele nasceu de uma série de acordos e tratados menores de cooperação multi e bilaterais, contemplando diferentes áreas durante as décadas de 1970 e 1980, e promoveu o estreitamento de laços entre os países do Cone Sul, a exemplo da construção de usinas hidroelétricas binacionais como, UHE de Yacyreta (Paraguai-Argentina) e a UHE de Itaipu (Paraguai-Brasil). O Mercosul foi a mais emblemática iniciativa de abertura das fronteiras, na direção da criação de um mercado comum. Com a fronteira sulina estabilizada, as atenções do Brasil se voltam de modo ainda mais forte para a Região Norte e a Amazônia. A alocação de bases, portos, aeroportos, efetivos e demais recursos militares, aumentaram gradativamente, nas décadas de 1980 e 1990.

O período entre 1985 e 1992 foi muito conturbado e teve implicações para o país, para o pensamento militar sobre a Amazônia e para a questão ambiental. Nesse curto espaço de sete anos, o Brasil iniciou um projeto de redemocratização (1985); foi publicada *Our Common Future*, obra de referência no debate ambiental (1987); o Brasil lançou o Programa Nossa Natureza (1988); as Alemanhas Oriental e Ocidental se unificaram (1989); Gorbachev anunciou o fim da União Soviética, pondo fim à Guerra Fria (1990); o Iraque invadiu o Kuwait, dando início à Primeira Guerra do Golfo (1991); ocorre o incidente do rio Traíra do Amazonas/Brasil com a Colômbia que vitima soldados brasileiros (1991); é assinado o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul (1991) e o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992).

A abertura política iniciada durante o governo Geisel em 1974 chegava ao final entre 1985 e 1989, quando o Brasil se redemocratizava, voltando a ter eleições livres e representantes eleitos pelo voto direto. Entretanto, os militares mantiveram forte influência sobre diversas pastas do governo do presidente José Sarney (MARQUES, 2001). Durante esse período de democracia tutelada foi lançado o Programa Calha Norte (PCN), que havia sido idealizado durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985), e foi executado durante o governo Sarney. O PCN/1985 foi uma primeira tentativa governamental ampla de associar o

papel dos militares à proteção da Amazônia, como fica expresso no seguinte fragmento do discurso do presidente José Sarney, na XLIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1989:

[...]

Duas grandes questões devem igualmente ser objeto da nossa preocupação prioritária: a proteção ambiental e o combate ao tráfico e uso de drogas. [...]. Nossa política, nesse campo, é enérgica e profilática. Há quatro anos, com o “Programa Calha Norte do Amazonas”, ocupamos e fiscalizamos nossas extensas fronteiras para assistir às populações locais e impedir a entrada de traficantes perseguidos de outros países (COSTA, 1995, p. 500).

Entre 1985 e 1999, o PCN foi responsável pela construção de quartéis de brigadas (2), pelotões de fronteira (8), aeródromos (20), trechos de rodovias (BR-307 e BR-156), hospitais (2), centros de saúde em terras indígenas (15), poços artesianos, escolas e salas de aula, além de dar apoio à demarcação de terras indígenas (36). Durante os governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, incluídos no período acima citado, essas ações tiveram continuidade. O orçamento do PCN foi incluído no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003. Em 2004, a sua área de atuação abrangia 2.186.252 km<sup>2</sup> da Amazônia Legal (SILVA, 2007; SILVA, 2008). O PCN seguiu investindo na construção e manutenção de infraestrutura civil e militar, dando ao Ministério da Defesa uma visibilidade maior junto às populações locais, “já que a construção de infraestrutura é sempre valorizada” (SILVA, 2007, p. 62). Atualmente, segue como um dos principais programas do Ministério da Defesa para a Região Norte, com duas linhas de ação: soberania e desenvolvimento.

Em 1987 foi publicado o documento *Our Common Future* (ONU, 1987), um relatório contendo as conclusões da Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (*United Nations World Commission on Environment and Development - WCED*) chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Essas conclusões serviram de base para os debates da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, conhecida Rio-92 ou Eco-92. Emerge do referido documento o conceito de desenvolvimento sustentável, que se incorporava ao debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. O conceito é fundado na noção de que as relações entre os humanos e o meio ambiente devem ocorrer de forma a que se atenda as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Estabeleceram-se os três pilares básicos do que se entende por

desenvolvimento sustentável: viabilidade econômica, justiça social e equilíbrio ecológico (BURSZTYN & PERSEGONA, 2008). Desde então, inúmeros autores se debruçaram sobre o conceito, que hoje incorpora uma série de críticas e se constrói de forma mais ou menos complexa, variando de autor para autor (SACHS, 2008).

Entre 1989 e 1990 a geopolítica mundial alterou-se completamente por causa da queda do muro de Berlim, do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, com ela, o final da Guerra Fria. O fim do socialismo real foi tão profundo que causou reações intelectuais, de certa forma, apaixonadas. O filósofo e economista norte-americano Francis Fukuyama chegou a dizer em um de seus artigos que era o fim da História, no sentido de que não haveria mais mudanças históricas significativas, pois não mais havia impedimentos para o liberalismo atingir seu ápice de desenvolvimento (FUKUYAMA, 1992). De outro lado, o historiador inglês Eric Hobsbawm alertava para que no futuro, ao se olhar o século XX, este seria marcado pela experiência da construção e desagregação do socialismo real. No subtítulo de uma de suas principais obras, *A Era dos Extremos: nosso breve século XX -1914-1991*, fica a baliza temporal atrelada à ascensão e queda do modelo de Estado pensado por Karl Marx (HOBSBAWM, 1998). Ninguém supunha que as mudanças políticas (Perestroika e Glasnost) implementadas por Mikhail Gorbachev, a partir de 1985, pudessem desestruturar o império soviético (AARÃO, 2003). Em 1988, Meira Mattos assim discorreu sobre o possível cenário mundial do final do milênio:

Estamos em maio de 2000. Uma forte tensão militar, há 7 dias, envolve as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esta crise militar aumenta a ameaça do irrompimento de uma Guerra envolvendo armas nucleares pela primeira vez desde a 2ª Guerra Mundial. [...] No dia 15 de junho do ano de 2000, às 2 horas da madrugada (hora de Washington), inúmeros mísseis balísticos intercontinentais soviéticos, do tipo SS24, cada um armado com 10 cabeças nucleares, foram lançados de seus silos (MATTOS, 1988, p. 35).

A convicção de Mattos de que no ano 2000 a URSS ainda existiria e que, da mesma forma, ainda haveria a possibilidade de uma guerra total, não era isolada. O medo de uma guerra nuclear, aparentemente distante nos dias atuais, era algo quase iminente para as pessoas que viveram o período da Guerra Fria, como demonstram os trabalhos de BOBBIO (2003) e BONANATE (2001), entre outros. Todavia, o mais impressionante é que, com o fim do comunismo e da possibilidade de uma guerra total dos Estados ocidentais contra os Estados orientais, a doutrina de segurança nacional que até então norteava o pensamento estratégico brasileiro perdeu o significado.

Seriam necessários alguns anos até que uma nova orientação da defesa nacional, a Política de Defesa Nacional (PDN-1996), fosse estruturada<sup>49</sup>.

Antes mesmo de a PDN-1996 ser preparada, ocorreram eventos importantes que influenciaram a sua elaboração. Um foi a primeira Guerra do Golfo, em 1990, quando o Iraque invadiu o Kuwait. Uma força de coalizão liderada pelos Estados Unidos da América atacou as tropas iraquianas, em janeiro de 1991, forçando-as a recuar. Durante a retirada, os iraquianos incendiaram centenas de poços de petróleo kuwaitianos. Em 13 de fevereiro de 1991, George Bush condenou o ‘terrorismo ambiental’ iraquiano. Para Le Preste, o episódio mostrou que “mais que uma arma militar, o meio ambiente pode se tornar uma arma política em tempo de guerra” (LE PRESTE, 2005, p. 418).

De fato não ocorreu qualquer intervenção armada que tivesse como motivo central a degradação ambiental ou outro fator relacionado com o meio ambiente. Mas, inegavelmente, houve, no último quarto do século XX, uma politização do tema, a ponto de ele ser entendido como uma ameaça à soberania por determinados países. Para alguns membros das FFAA brasileiras, sensíveis ao peso da questão ambiental nas mudanças geopolíticas internacionais, a primeira Guerra do Golfo deixava clara essa ameaça. O temor de uma intervenção militar estrangeira na Amazônia estava, em parte, associado à questão ambiental, como mostra a posição assumida pelo vice-almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal:

Os princípios básicos que regeram as relações internacionais até a Guerra do Golfo – não-intervenção e autodeterminação – são, no mundo atual, ignorados pelas grandes potências que pregam a intervenção, sempre que, na sua exclusiva avaliação, há risco para a democracia, violação grave dos direitos humanos, possibilidades de tragédia ecológica, ameaça à paz, ou qualquer outra nobre razão que os idealistas de plantão saberão achar no momento oportuno (VIDIGAL, apud: MARTINS FILHO, 2001, p. 262).

Para uma parte dos pensadores castrenses, algo havia mudado na ordem internacional, e a questão ambiental deveria ser levada em conta para não se tornar um pretexto para uma intervenção estrangeira. Tal ideia era plausível para o teórico canadense Philippe Le Preste, que afirmava: “a guerra do golfo mostrou como os valores ambientais podem ser utilizados para fins políticos” (LE PRESTE, 2005, p. 417). Outros autores, como Brand e Görg (2003), apontavam que a questão da ingerência dos países desenvolvidos nos recursos naturais dos países não-desenvolvidos girava em torno não de uma preocupação com o meio ambiente em si,

---

<sup>49</sup> Sobre a evolução do cenário estratégico e político brasileiro que levou aos atuais documentos de defesa ver SAINT-PIERRE (2009); OLIVEIRA (2007); ACIOLY e MORAES, (2011).



mas, sim, sobre quem pode usar tais recursos (BRAND & GÖRG, 2003). O paralelo entre as perspectivas de Brand e Görg e a visão de Vidigal deixa evidente que a preocupação real dos militares brasileiros não era com o meio ambiente em si, mas com o acesso aos recursos naturais e o poder de decisão sobre eles. Para os militares brasileiros, o tema passava a ser uma questão de “[...] defesa da soberania nacional, diante de um mundo onde velhos princípios da política internacional eram abandonados e no qual o realismo das grandes potências aparecia disfarçado de idealismo universalista” (MARTINS FILHO, 2001, p. 262). Era o retorno do velho tema da cobiça internacional sobre as riquezas nacionais.

Mas, ainda em 1991, um evento chamaria a atenção das FFAA para a Amazônia. No início do ano, um destacamento avançado do Exército foi atacado na fronteira com a Colômbia. Essa unidade, conhecida como Destacamento do Rio Traíra (devido à proximidade à este rio), estava localizada no município de Vila Bittencourt, no estado do Amazonas. O Coronel Álvaro Pinheiro descreve o ocorrido:

[...]1 2:00 horas de uma terça-feira, dia 26 de fevereiro de 1991. Cerca de 40 elementos que se declararam guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)-Comando Simón Bolívar-Facção Força e Paz, realizam uma incursão em território nacional e atacam um Destacamento do Exército Brasileiro estacionado em instalações semipermanentes, às margens do rio Traíra, fronteira entre o Brasil e a Colômbia. [...] Em decorrência da ação, da guarnição de 17 homens, resultaram três soldados mortos e nove feridos. Morreram também dois garimpeiros clandestinos colombianos que estavam detidos no posto aguardando evacuação para Vila Bittencourt/AM. Na finalização da operação, os guerrilheiros colombianos apropriaram-se de estações rádio, munição, uniformes e todo o armamento do posto, conduzindo todo o material para o seu território” (PINHEIRO, 1995, p.24).

Mesmo destacado pela mídia, esse evento costuma passar despercebido por alguns estudiosos das FFAA, talvez por lapso de memória, talvez porque não o valorizem devidamente. O destacamento do rio Traíra foi substituído pelo 1º Batalhão Especial de Fronteira (BEF), que atualmente recebe o nome de 8º Batalhão de Infantaria de Selva. Até 1990, não existiam brigadas desconectadas de centros urbanos importantes, mesmo na Amazônia. A 23ª BdaInfSI estava em Marabá-PA; em Cuiabá-MT, a 13ª BdaInfMtrz; Porto Velho-RO sediava a 17ª BdaInfSI; e Boa Vista-RR sediava a 1ª BdaInfSI. Em 1993, a 16ª BdaInfSI foi instalada em Tefé-AM e assumiu a responsabilidade sobre a região do destacamento de Vila Bittencourt. Mais de dez anos depois, a 2ª BdaInfSI foi criada em São Gabriel da Cachoeira-AM, aproximando ainda mais o Exército da região de fronteira. Outra resposta ao ataque foi a operação Traíra, planejada conjuntamente com as Forças Armadas Colombianas, que matou

sete guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), aprisionou vários outros e recuperou armas que haviam sido roubadas do destacamento durante o ataque. O planejamento da operação Traíra promoveu a aproximação das Forças Armadas de Brasil e Colômbia, segundo Pinheiro (1996). O incidente do rio Traíra alertou Pinheiro, que escreveu:

Por outro lado, não podemos ignorar que os vazios demográficos, o desconhecimento da área, a existência de fronteiras não vivificadas, o posicionamento marginal em relação aos sistemas de circulação, enfim, a deficiência de integração de inúmeras regiões da Amazônia aos centros de poder nacionais podem criar condições potenciais [sic] de risco de fragmentação, com conseqüente perda do patrimônio nacional (PINHEIRO, 1995, p.27).

Assim, todo um repertório de argumentos ‘clássicos’ sobre a região volta à tona: ‘vazios demográficos’; ‘fronteira não vivificada’; ‘deficiência de integração’ e ‘risco de perda do patrimônio nacional’.

Em 1992, o Brasil foi sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. O documento *Our Common Future* norteou parte importante dos debates da conferência. O evento foi palco de discussões ligadas a questões ambientais, entre as quais o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 definiu as diretrizes desse desenvolvimento sustentável de longo prazo e foi endossada por mais de 150 países. No encontro foram lançadas também a Convenção da Diversidade Biológica e a Convenção de Mudanças Climáticas. Ficou evidente a necessidade de se criar modelos de desenvolvimento e de mudanças de comportamento que garantissem a preservação do planeta. Ficou claro ainda o papel importante que o Brasil poderia assumir nesse novo contexto, inclusive pelo fato de ter soberania sobre a maior parte da ambientalmente valorizada Amazônia.

O ano de 1992 foi marcado no Brasil por outros eventos na área ambiental. O Ministério do Meio Ambiente, antes apenas uma secretaria ligada à Presidência da República, retomou, durante o governo Itamar Franco, o *status* de ministério. Cresceu o esforço de reverter as críticas feitas, desde a década anterior, à degradação ambiental, em especial, na Amazônia. Entre 1990 e 1991, instalado o sistema SIVAM/SIPAM, foi dado novo alento ao Projeto Calha Norte, a ser detalhado em capítulo posterior.

Em 1995, início do governo Fernando Henrique Cardoso, é lançado o documento intitulado *Política de Defesa Nacional – 1996* (MINISTÉRIO DA DEFESA, 1996). Nele se indicavam publicamente as prioridades e as diretrizes a serem seguidas pelas FFAA. Esse documento foi reformulado em 2005 e 2011 sendo a

origem e a base da Política de Defesa Nacional-2006 (Decreto nº 5.484, de 30 de Junho de 2005) e PDN-2012<sup>50</sup>.

Vale examinar esse documento, que norteou as ações dos militares na Amazônia. Ele versa sobre o papel prioritário da defesa da região, pelo fato de se tratar de uma importante fonte de recursos/riquezas naturais, conforme fica evidente em dois de seus itens:

[...]

4.3 O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas.

4.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. (...) O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia (BRASIL, Decreto nº 5.484, de 30 de Junho de 2005.)

A PDN-2006 assume de forma veemente o discurso ambientalista como razão estratégica e de segurança nacional, paralelamente à não menos relevante referência ao desenvolvimento. Convém, entretanto, voltar a um ponto anterior da referida política:

[...]

1.6. A implementação de uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de auto-proteção, depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática (BRASIL, Decreto nº 5.484, de 30 de Junho de 2005.)

O documento se reporta, portanto, a dois pilares do conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecidos no Relatório *Brundtland*, de 1987. Contudo, omite o eixo “ecologicamente correto”. O argumento ambiental serve de pano de fundo para

---

<sup>50</sup> A PDN-2012 ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, tendo sido encaminhada juntamente com os textos da Estratégia de Defesa Nacional e Livro Branco da Defesa Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 323, de 17 de julho de 2012, “Encaminhamento ao Congresso Nacional dos textos da proposta da Política de Defesa Nacional, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.” Ver também SAINT-PIERRE, (2009).

justificar o aumento da presença militar, como fica evidenciado no fragmento, a seguir, que se refere à estratégia do Programa Calha Norte: “Ela [a estratégia] é baseada principalmente na implantação e ampliação de unidades militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea, como também no apoio aos polos irradiadores do desenvolvimento social sustentável e ambientalmente correto na região amazônica”(PCN, 2009). O discurso do PCN em 2009, reafirma, portanto, esse propósito e está recheado de outros exemplos. Mas fica a incômoda pergunta: o que seria, na prática, uma “defesa sustentável”?

A assimilação da questão ambiental pelas FFAA pode ser percebida à medida que adotam políticas de gestão ambiental específicas. A Marinha do Brasil segue a norma ISO 14001 para a gestão ambiental da Armada e bases. Ela tem, inclusive, funções de órgão da fiscalização do meio ambiente aquático (Lei Complementar 117/2004 e Lei nº 9966/2000; e art 91 § 1º da Constituição Brasileira).

O Exército Brasileiro publicou, em 2001, duas portarias relevantes, com os seguintes títulos: “Política de Gestão Ambiental do EB” (Portaria nº 570, de 18 de julho de 2001) e “Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do EB” (Portaria nº 571, de 18 de julho de 2001). Esses documentos demonstram preocupação de adequação às normas e à legislação ambiental. Eles responderam ao crescimento da importância da questão ambiental no cenário internacional, como podemos ler no tópico “Premissas Básicas”, da mencionada Portaria nº 571:

A gestão ambiental assume importância cada vez maior no cenário mundial, tornando imprescindível, portanto, o zelo e diretrizes vigentes, quando da realização de atividades e empreendimentos militares, principalmente dos passíveis de causar degradação ao meio ambiente (Portaria nº 571).

A relação explícita argumentada entre o “cenário mundial” e o fato de que o Exército deve ter como “imprescindível o zelo pela fiel observância de toda a legislação ambiental” evidenciam a importância que a questão ambiental assumiu para o EB no início do século atual. Tal preocupação se manteve por meio da Portaria nº 386, de 29 de junho de 2008, que aprovou o sistema de gestão ambiental do EB. Posteriormente, uma nova portaria (nº 1.138, de 22 de novembro de 2010) aprovou a Política de Gestão Ambiental do Exército, em vigor. Sendo instituições federais, suas legislações abrangem todo o território nacional, não fazendo qualquer diferenciação quanto à região amazônica. Entretanto as legislações citadas mostram que o tema ambiental atualmente está presente nas FFAA.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas do *World Trade Center*, nos Estados Unidos, o equilíbrio mundial é novamente alterado, com implicações para o pensamento brasileiro sobre a defesa nacional, como alude o Almirante Vidigal:

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, formulada no final de 1991, por George Bush, pai do atual presidente, apontava como principais ameaças o narcotráfico ('a maior ameaça'), agressões ao meio ambiente, a violação dos direitos humanos em países periféricos, as migrações ilegais, a proliferação das armas de destruição em massa e de seus veículos lançadores etc. O terrorismo só foi incluído mais tarde" (VIDIGAL, 2002, p.17).

A guerra ao terror não admitiria posições neutras, como deixava inferir a expressão dura usada por Bush – 'quem não está comigo é meu inimigo'. Esse enunciado reflete o sentimento do povo americano após os atentados. O que "não é branco é definitivamente preto, não se admitindo o cinza" (VIDIGAL, 2002, p. 24). Percebam que, para Vidigal, após os atentados de 11 de setembro de 2001, a postura norte-americana se radicaliza de forma geral. Vidigal não busca compreender ou ponderar se as afirmativas do então presidente George W. Bush refletem o sentimento da sociedade norte-americana, ela absorve unicamente a fala do dirigente da nação. Para Vidigal, no contexto da Segunda Guerra do Golfo (2003) e do Afeganistão (2001), o oceano Atlântico volta a ganhar relevo no pensamento estratégico.

O Atlântico Sul é a área prioritária de defesa da Marinha. Durante a Guerra Fria, uma série de ameaças se sucederam: a presença de submarinos e navios russos no Atlântico Sul em apoio à guerra em Angola ou em viagens oceânicas; os conflitos no Oriente Médio que fecharam temporariamente o canal de Suez; a Guerra das Malvinas, entre Argentina e Inglaterra demonstrava claramente a importância estratégica que o Atlântico Sul tinha no contexto global (DUARTE, 1986; FLORES, 1972, 2002; VIDIGAL, 1985, 2006; LIMA, 2011). Embora vistos como conflitos menores, se comparados às guerras mundiais ou às operações levadas a cabo por EUA e URSS durante a Guerra Fria, esses conflitos têm sua importância regional, sendo encarados como relevantes pelos militares das nações envolvidas ou próximas.

Entretanto, as preocupações estratégicas mais recentes da Marinha com relação ao Atlântico Sul vieram, em 2008, com a reativação da 4ª Frota da Marinha dos Estados Unidos, extinta desde 1950. Subordinada ao Comando Sul (*United States Southern Command*), cuja área de responsabilidade abrange a América Central, a América do Sul e o Caribe (exceto Porto Rico e Bahamas), a 4ª Frota, juntamente com a 6ª frota, subordinada ao Comando Africano (*United States Africa Command*), criado

em 2007, estão direcionadas a coibir o terrorismo, participar de operações de paz e prestar assistência humanitária, promover a integração e treinamentos conjuntos com forças armadas de países amigos e coibir atividades ilegais, tais como a pirataria, o tráfico de armas e de pessoas<sup>51</sup>. Todavia, a criação desses comandos foi interpretada com ressalvas dentro da Marinha brasileira, como demonstra a fala do Comandante de Mar e Guerra Marco Aurélio Lima:

[...] Contudo, esta atitude unilateral por parte dos Estados Unidos gerou sérias desconfianças quanto aos seus reais objetivos. Na África, estaria relacionada à competição com a China para assegurar o acesso a recursos naturais, sobretudo o petróleo. Na América do Sul, a eleição de governos de esquerda e o aumento do sentimento antiamericano, sem desconsiderar a importância do subcontinente como fonte de recursos naturais, seriam os verdadeiros propósitos ação (LIMA, 2011, p. 36).

Ao mencionar “a importância do subcontinente como fonte de recursos”, Lima alude às inúmeras reservas petrolíferas, exploradas ou não, nos territórios africano e sul-americano nas últimas décadas. As reservas angolanas já eram exploradas; as descobertas de jazidas ainda não tinham sido totalmente mapeadas nas Malvinas/Falklands; e as jazidas do pré-sal no litoral brasileiro foram descobertas em 2007.

Podemos perceber que o período entre a década de 1970 e o início do século XXI é marcado por profundas mudanças geopolíticas no cenário internacional, regional e nacional. Internamente houve a continuidade do ‘projeto’ de integração da Amazônia ao restante do país, durante o regime militar mais especificamente. A ascensão da questão ambiental foi um fator que chamou a atenção para a Amazônia, mas é um elemento recente se comparado a outros fatores que já despertavam a atenção dos militares para com a região. Abordaremos na sequência a questão da identificação pelos militares da Amazônia como um ‘vazio demográfico’ e a necessidade de integração dela ao país.

---

<sup>51</sup> Para mais informações sobre as funções de ambos Comandos, acessar [www.africom.mil](http://www.africom.mil) e [www.southcom.mil](http://www.southcom.mil)

## 2.2.2 O VAZIO DEMOGRÁFICO E A NECESSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À NAÇÃO

Dois temas são fortemente transversais no pensamento militar sobre a Amazônia no século XX. O primeiro é a percepção da região como um imenso vazio demográfico vulnerável à cobiça internacional. E o segundo é a necessidade de integração dessa região ao restante do país.

Muitas décadas antes de a floresta amazônica e a sua biodiversidade serem identificadas e valorizadas como uma riqueza da humanidade, o receio de o país ter uma extensa área pouco conhecida e pouco povoada já despertava a atenção dos militares. Em resposta a essa percepção — da região como um deserto verde em termos populacionais — surge o argumento da necessidade de integrá-la ao corpo da nação. Os textos pesquisados apontaram que essa concepção de integração apoiava-se em, pelo menos, duas linhas de pensamento evidentes e complementares. A primeira tinha como prioridade a construção de meios de transporte e comunicação, entendidos aqui como rodovias, estradas de ferro, aeródromos, linhas telegráficas, enfim, uma infraestrutura que possibilitasse a interligação sistemática da região Amazônica com o restante do país. A segunda estava direcionada ao desenvolvimento e povoamento da região, de modo a assegurar a posse e o usufruto do território. Não há como compreender o pensamento militar sobre a Amazônia sem essas concepções básicas, tão caras aos pensadores da caserna.

No início do século XX, Euclides da Cunha, ao se referir à região, criou uma metáfora, igualando a Amazônia a um deserto, termo usado por seus admiradores em muitos relatos aqui examinados. Esse deserto não estava relacionado ao clima, mas à escassez de povoados e pessoas no trajeto que ele fez de Manaus até o alto Purus, durante os trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Peruana, em 1905. Frederico Rondon o usou para descrever a região: “A interminável floresta. [...] **O deserto**. É o mar doce condicionando a vida humana aos tratos descontínuos da terra firme. **São os agrupamentos humanos esparsos**” (RONDON, 1934, p. 28. Grifo nosso). Da mesma forma, Travassos recupera e amplia a imagem do deserto: “[...] as águas do Amazonas e levam, através do **maior dos desertos líquidos**” (TRAVASSOS, 1942, p. 97).

O termo deserto, em sentido *lato*, designa uma região geralmente muito seca, esparsamente habitada, imprópria às grandes povoações por causa das dificuldades impostas por uma natureza extremamente hostil. A Amazônia era o deserto líquido, no

olhar daqueles homens. Olhando os dados populacionais da década de 1900 a 1950, apenas o município de Belém contava mais de 200 mil habitantes em 1920, mas, segundo Travassos (1935), estava sob a influência Atlântica. Nas décadas seguintes, devido à crise da borracha, em Belém, a população diminuiu. De fato as taxas de crescimento populacional de praticamente todas as capitais que estavam conectadas com o comércio da borracha apresentaram quedas no período após o fim do I ciclo da borracha em 1912. Apenas Manaus não registrou perda de população. (Ver Tabela 2.4)

Tabela 2.4 População municipal das capitais das UF da Amazônia Legal 1900-1950\*

Município	População (em hab.)				Taxas de crescimento populacional		
	1900	1920	1940	1950	1900-1920	1920-1940	1940-1950
Manaus	34.713	75.704	106.399	139.620	3,98	<b>1,72</b>	2,75
Boa Vista	3.046	7.424	10.509	17.247	4,56	<b>1,75</b>	5,08
Belém	96.560	236.402	<b>206.331</b>	254.949	4,58	<b>-0,68</b>	2,14
Macapá	6.707	18.387	<b>16.234</b>	20.594	5,17	<b>-0,62</b>	2,41
São Luís	29.475	52.929	85.583	119.785	2,97	<b>2,43</b>	3,42
Porto Velho	-	5.305	8.316	27.244	-	2,27	12,60
Rio Branco	-	19.930	<b>16.038</b>	28.246	-	-1,08	5,82
Cuiabá**	34.393	33.678	56.394	25.065	-0,10	2,61	-7,79

\* Palmas e o Estado do Tocantins não haviam sido criados.

\*\* Cuiabá tem perda populacional por desagregação de seu território do município de Poxoréo. "Elevado à categoria de município com a denominação de Poxoréo, pelo decreto-lei estadual nº 208, de 26-10-1938, desmembrado do município de Cuiabá. Sede no atual distrito de Poxoréo (ex-localidade). Constituído de 4 distritos: Poxoréo, Coronel Ponce, Ponte de Pedra, Rondonópolis e Ponte de Pedra (ex-Serra da Jibóia ), alterado pelo decreto-lei acima citado. Todos desmembrados do município de Cuiabá. Instalado em 01-01-1939" (IBGE/Cidades, 2012).

Fonte: IBGE, 2012. Elaborado pelo autor

Os dados discriminados por população urbana e rural passaram a ser registrados apenas no Censo de 1940. Nesse Censo, a cidade de Belém tinha cerca de 177 mil habitantes, enquanto Manaus tinha 67 mil. Em Santarém, o núcleo urbano contava com 8.500 habitantes. Porto Velho tinha parques 3.000 habitantes. Olhando para o interior, São Gabriel da Cachoeira-AM tinha cerca de 1.100 habitantes. Tefé-AM não alcançava 2.000 habitantes em sua sede. Boa Vista-RR tinha em torno de 1.300. Macapá-AP, eclipsada pela proximidade de Belém, tinha magros 1.012 habitantes (Ver Tabela 2.5).



TABELA 2.5 População Urbana, municípios selecionados em 1940

Município	População (em habitantes)
Belém	177.156
Manaus	67.437
São Luís	60.966
Cuiabá	24.833
Santarém	8.697
Rio Branco	4.945
Marabá	4.027
Porto Velho	3.148
Tefé	1.968
São Gabriel da Cachoeira	1.122
Macapá	1.012

Fonte: IBGE, 2012. Elaborado pelo autor

Essa parca população era percebida como um problema. Travassos alertava: “Ainda há os fatos declaradamente desconcertantes, como sejam a excentricidade da AMAZONIA, no extremo NORTE, mas paupérrima de gente, em sua maior parte imprópria a ecúmeno senão mesmo antiecumênica” (TRAVASSOS, 1942, p.114. Maiúsculas no original). Isso se ligava a características da distribuição espacial da população brasileira como um todo, conforme argumentava Rodrigues: “A massa dos 45 milhões de habitantes do Brasil de hoje [1947] continua aglomerada na orla marítima, havendo na quase totalidade do *hinterland* uma fraca densidade demográfica” (RODRIGUES, 1947, p. 83).

Em 1946, o General Ênio Pinheiro, comentando os trabalhos que vinham sendo realizados na “Marcha para o Oeste”, admitia o problema da ‘escassa densidade de população’ e destacava a importância de alguns núcleos populacionais existentes que poderiam ajudar a reverter esse quadro:

Não resta dúvida que a conquista total e completa da Amazônia não é coisa fácil e, talvez, seja coisa impossível, nas nossas condições atuais, com a nossa **escassa densidade de população** e falta de recursos. Porém, a localização de centros importantes de população em **pontos estratégicos da Amazônia, como o são Belém, Manaus, Santarém, Porto Velho, servirão de ponta de lança para a futura e definitiva conquista da região** pelos homens. (...) Esses homens penetram isoladamente pelo interior da Amazônia em busca do Eldorado e, após meses de luta com o meio ambiente, voltam às cidades, cheios de desânimo e maleita. Essas cidades são como oásis na imensidão da água e mata. Curam-se e, novamente cheios de coragem, partem em busca da aventura. Tempo virá em que esses bandeirantes modernos, protegidos pela ciência, penetrarão na mata e conquista-la-ão para a grandeza de economia nacional (PINHEIRO, [1946] 1985, p. 44. Grifo nosso).

Pinheiro destacava que esses núcleos estavam sendo modernizados e interligados com os estímulos iniciados no governo Vargas. É interessante notar que ele ressalta a atribuição de uma funcionalidade para esses núcleos populacionais como elementos-chave para a conquista da Amazônia, imprimindo essa ideia de que ainda era necessário conquistar a região, não naquele momento, mas no futuro.

No início da década de 1950, Golbery analisou a questão demográfica no contexto sul-americano e nacional. Em um primeiro momento ele destaca que “[...] a densidade demográfica média do Brasil é inferior à que apresentam os diversos países da América do Sul, exceção feita da Bolívia e Paraguai” (SILVA, [1952] 1981, p. 42). Ao analisar o Brasil, Golbery admite as influências da maritimidade e da continentalidade na dinâmica demográfica brasileira, constatando, assim como Travassos e Golbery, a aglutinação litorânea da população. Essa aglutinação era, segundo Golbery, fácil de perceber:

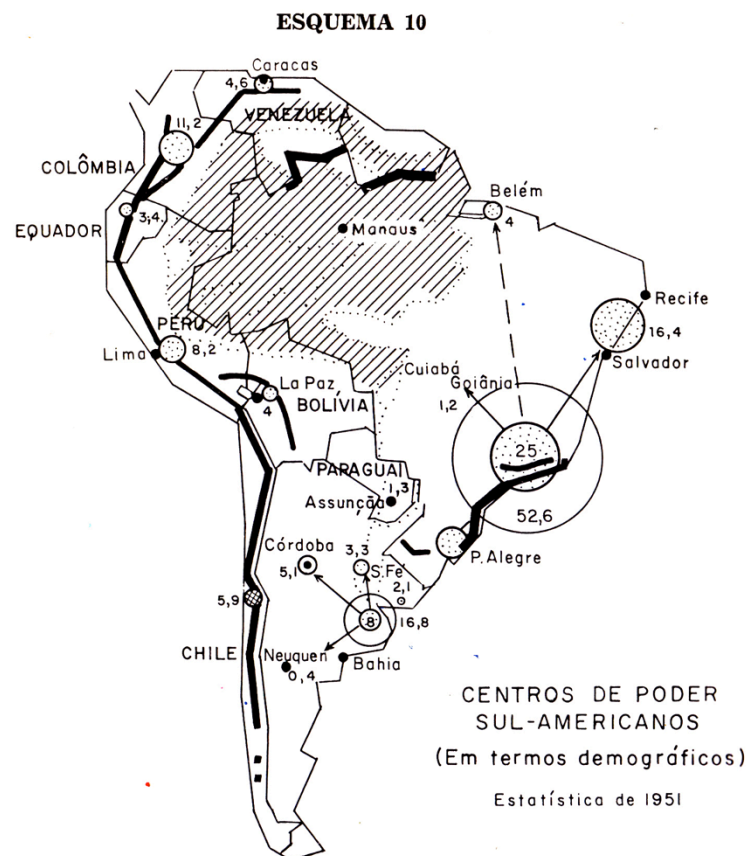
**Com um mapa demográfico à mão, podemos traçar o limite avançado dessa nossa efetiva conquista do território (...).** A partir de uma faixa costeira quase toda habitada e onde avultam esparsos nódulos importantes de condensação demográfica no Nordeste e no Sul e, sobre a base Iguape-Vitória, um grande bolsão ao centro (...) apresentando-se muito retardada a oeste do Parnaíba e com notável endentação entre Bahia e Pernambuco. **A oeste desta fronteira de civilização,** além de alguns raros transbordamentos e apenas uma mais funda na direção de Goiás, em que se vai exaurindo a onde colonizadora que avança do litoral, **restam nada mais que ilhas esparsas de população** – o Mato Grosso de Goiás, Cuiabá, Manaus, as mais importantes – **se destacando em meio ao vasto deserto – o enorme espaço vazio** da classificação de Supan (menos de 1 hab/km<sup>2</sup>) (SILVA, [1952] 1981, p. 42. Grifo nosso).

As afirmações de Golbery comprovam a permanência da leitura da região como um deserto humano. Essa conquista pode ser traduzida como o povoamento, pois é o ‘mapa demográfico’ que traça os limites da ‘efetiva conquista do território’. Essa ideia de que o povoamento ratifica a conquista do território foi cultivada pelos militares e constantemente associada à ideia de integração. Integrar, mais que delimitar fronteiras com fortificações avançadas no meio da selva, significava promover condições para o povoamento.

Para Golbery, não só características geográficas ou capacidades bélicas e efetivos eram essenciais à concepção da defesa, mas também a demografia. No tocante à defesa da região Amazônica, ele admitia que a floresta densa era um

obstáculo comum que limitava as penetrações de tropas apenas pelas vias fluviais (exceção feita ao Planalto das Guianas e à região de cerrados na fronteira com a Venezuela, onde havia a possibilidade de manobras por terra firme), embora pareça lógico que a penetração seja feita por vias navegáveis. Caso se trate do Exército, suas doutrinas operacionais e táticas de combate são pensadas para o ambiente terrestre e não fluvial, daí uma explicação ao ‘desconforto’ de Golbery com a movimentação limitada aos rios. Ele argumenta, ainda, que a “ [...] linha divisória [entre os países amazônicos] era praticamente desguarnecida de ambos os lados, [...] o núcleo central de forças [exércitos] e de recursos se encontra distante, com ligação única pelo mar e Amazonas acima” (SILVA, [1952] 1981, p. 53). Esses argumentos ficam evidentes ao se observar a Figura 2.7, em que Golbery descreve a Amazônia como um imenso território de baixa densidade, cujo único centro populacional de peso era Belém.

Figura 2.7 Centros de Poder Sul-americanos, conforme Golbery do Couto e Silva



FONTE: SILVA, 1981, p. 54. [Obs. O mapa original não possui legenda]

Pode-se notar na figura 2.7 a falta de conexões terrestres da região Amazônica com o restante do país. Cuiabá e Goiânia figuram nela como as cidades de referência mais interiorizadas do mapa, mais próximas da Amazônia. Apenas uma linha intermitente segue em direção a Belém e outra para Goiânia. Em vista disso, Golbery conclui:

O tamponamento efetivo dos caminhos naturais de penetração, que de além-fronteira conduzem à Amazônia, é medida que se impõe, e se impõe com urgência, para que, como dissemos, possamos levar a cabo, quando oportuno, tranquila e metodicamente, um plano de integração e valorização daquele imenso mundo ainda perdido (SILVA, [1952] 1981, p. 55).

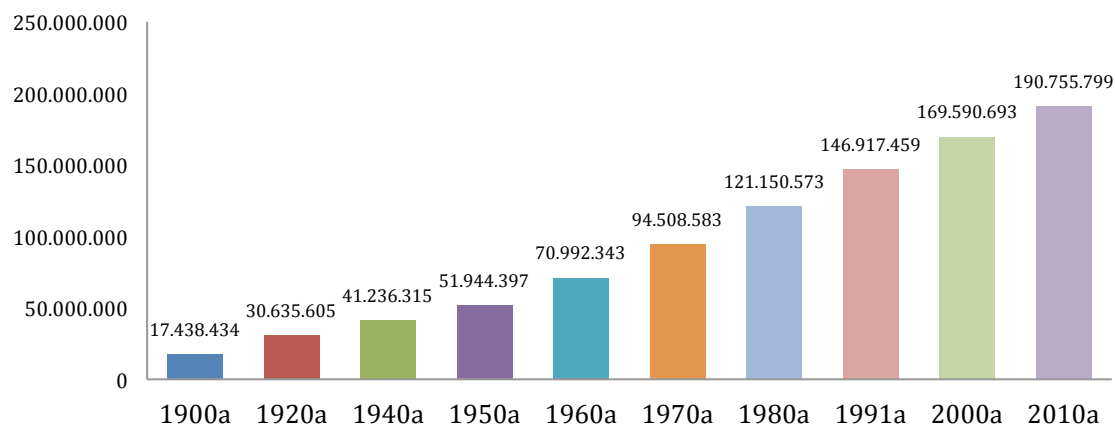
É importante lembrar que não havia ainda a expectativa real da construção de Brasília<sup>52</sup>, que embora não esteja na Amazônia influenciou no nosso entender os planejamentos futuros de integração da região, pois as novas rodovias foram pensadas ligando as cidades amazônicas à nova capital no Planalto Central do país. Se a capital permanecesse no Rio de Janeiro talvez a lógica fluvial se mantivesse por mais tempo, visto que poderia ser possível atingir a capital via oceano, numa continuidade do movimento de navegação.

Voltando à questão demográfica, para o General Juarez Távora, a baixa densidade demográfica não era um problema limitado à Amazônia, pois, segundo ele "O Brasil é ainda um dos países menos povoados da Terra, com uma densidade de população de pouco mais de 6 habitantes por quilômetro quadrado, insuficiente para uma ocupação efetiva do território" (TÁVORA, 1959, p. 35). Quando Távora faz essa afirmação, às vésperas da década de 1960, o Brasil contava com aproximadamente 70 milhões de habitantes (Cf. Tabela 2.6).

---

<sup>52</sup> O tema da transferência da capital federal remonta ao período colonial. Luiz Cruls recupera, em seu relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central (1894), nomes como de J. da Costa Furtado de Mendonça, que em 1808 escrevia sobre o Rio de Janeiro não ser apropriado para uma capital. Já no Império José Bonifácio em 1823 redigiu "Memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova capital", em que argumentava sobre o papel integrador que isso traria; o local propício na comarca de Paracatu em Minas Gerais; e os possíveis nomes como sendo Petrópole ou Brasília. O Artigo 3º da Constituição de 1891 reposicionou a área da futura capital no Planalto Central. O Marechal Floriano Peixoto, então presidente do Brasil, criou no ano seguinte a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", sob comando de Luiz Cruls, com o objetivo de identificar o local da construção da futura capital. Em 1953 foi realizado um levantamento aéreo da área indicada no relatório da comissão e conhecida como "Quadrilátero Cruls". Nessa área viria a ser instalada Brasília, anos mais tarde, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Juscelino inaugurou Brasília em abril de 1960, sendo o primeiro presidente a governar o país a partir do Planalto Central. Para saber mais ver o relatório na íntegra da Comissão Cruls [2ª ed. 1947], disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/3/Relatorio-da-Comissao-Exploradora-do-Planalto-Central-do-Brasil> Acessado em 14/07/2012. Ver também: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7a\\_o91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7a_o91.htm)> Acessado em: 14/07/2012

Tabela 2.6 Evolução da população brasileira (1900-2010)\*



\* Não existem dados populacionais para a década de 1910 e 1930

Fonte: IBGE, 2012.

Na década de 1970, o tema da distribuição da população permaneceu na retórica dos oficiais. O Gal. João Batista Peixoto volta a se deter demoradamente sobre o tema demográfico, não só no âmbito nacional, mas também internacional. Atento ao tratamento dado à temática por organismos internacionais, como a ONU na Conferência Mundial da População, em Bucarest, em 1974, Peixoto focalizou os argumentos da explosão demográfica em determinadas áreas do planeta e avaliou a situação das desigualdades nacionais (PEIXOTO, 1975). Escrita provavelmente nos anos iniciais da década de 1970, essa obra incorporou o argumento da tensão Norte-Sul em termos demográficos:

**[...] a curva do crescimento populacional adquiriu gravidade política e social e a explosão demográfica começou a ser encarada como uma sombria ameaça à paz mundial** exatamente porque o rápido aumento da população se efetua justamente nos países situados na periferia da economia mundial (Ásia, África e América Latina), configurando uma luta épica entre dois hemisférios: um de atraso e pobreza e outro de grande progresso e riqueza (PEIXOTO, 1975, p. 12. Grifo nosso).

A percepção de que o crescimento populacional poderia se tornar mais que um problema político e social, mas uma questão de ameaça à paz mundial, provinha de debates contemporâneos. A argumentação era que o atraso tecnológico dos países subdesenvolvidos, os seus problemas estruturais e as suas elevadas taxas de

crescimento poderiam conduzi-los a cenários de subalimentação e de elevação do analfabetismo e dos desníveis sociais, de modo a desestruturá-los (PEIXOTO, 1975).

Nacionalmente, Peixoto percebia o problema. Comparava a disparidade entre o povoamento das “regiões (Norte e Centro-Oeste) e das outras, quadro esse que reflete o acentuado desequilíbrio econômico e social entre o Brasil setentrional e o Brasil meridional, assim como entre o Leste e o Oeste” (PEIXOTO, 1975, p. 27). O desequilíbrio Leste-Oeste a que se refere Peixoto fora sistematizado antes por Travassos, quando apresentava as diferenças entre a zona de influência da maritimidade e o restante da região do território brasileiro, regido pela continentalidade (TRAVASSOS, 1935). Parte significativa da Amazônia estava acima e a oeste do centro geodésico do país, inserida em dois diferentes recortes que salientavam a sua desigualdade populacional em relação às regiões ao Sul e ao Leste. Mas Peixoto apontava ainda que o problema demográfico nacional não era somente uma questão de número de habitantes para preencher ‘espaço vazios’, pois “um elevado crescimento demográfico numa região subdesenvolvida aumenta fatalmente a pobreza da população dessa região, reduzindo todos os seus índices produtivos” (PEIXOTO, 1975, p. 166. Grifo nosso). No Brasil a região Nordeste era um exemplo desse cenário, pois havia sido a segunda região mais densamente povoada do país e, desde a década de 1940, figurava como a terceira (cf. Tabela 2.3). Entretanto, esse peso populacional não se traduzia em desenvolvimento regional, como destacava Lyra Tavares:

Em matéria de política demográfica, o que há de mais crônico e chocante é o contraste entre a Amazônia e o Nordeste. Na região Norte, onde se implantam agora numerosos projetos econômicos, o problema para a fixação do homem decorre da grande exuberância da natureza tropical, ao passo que a região nordestina é o da condensação da população que a chamada área-problema não tem condições de suportar no ritmo em que ela cresce, condenando-a a servir, ainda por muito tempo, de reservatório de mão-de-obra, com a imigração compulsória para onde quer que a atraiam as condições razoáveis de trabalho e vida” (TAVARES, 1978, p. 49).

O Nordeste foi durante o século XX o provedor de mão de obra para o processo de colonização da Amazônia e do Sertão<sup>53</sup> como bem acentua Lyra Tavares. O nordestino foi uma peça fundamental na ocupação dos espaços vazios da nação. A

---

<sup>53</sup> Sertão aqui compreendido apenas como as regiões dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Rondônia identificados como sertões em obras do período mas que estão inseridos na delimitação da Amazônia Legal.

Lyra Tavares, como a seus antecessores, não escapou a percepção da Amazônia como um 'vazio':

Poucos se dão conta de que, **a poucas horas de vôo, estão os vazios do Brasil Central**, o sertão do Nordeste e as **povoações disseminadas no mundo verde da Amazônia**. Nesses **outros brasis, até bem pouco tempo ainda mal penetrados**, não há quem não perscrute os céus, nas horas aprazadas, para divisar a silhueta do avião do Correio Aéreo Nacional (TAVARES, 1978, p. 35).

A diferença entre o 'vazio' em Tavares e o 'deserto' em Golbery e Travassos consiste na velocidade com que se acessa o vazio. Lyra se remete a algumas horas de voo, mas, em 1978, diversas rodovias construídas ou em construção cortavam o âmago dos sertões em direção à Amazônia. As referências de Golbery, Travassos e outros estavam condicionadas a outra temporalidade, a da navegação fluvial, em que os tempos se medem em dias ou semanas. Sobre isso Meira Mattos comentou: "Até os anos 50 predominou no Brasil a ideia que o rio Amazonas e seus afluentes seriam a grande via de desenvolvimento da região. Foi a ilusão líquida" (MATTOS, 1986, p. 87). Essa 'ilusão líquida' cedeu lugar gradativamente às rodovias e aos aeroportos. Porém, Mattos, refletindo sobre a mudança dos meios de transporte, parece não crer que esse seja um fator básico que alteraria a condição demográfica na região. Ele apresenta os índices da densidade, destacando o 'vazio': "Este imenso **vazio demográfico** que é a Amazônia Brasileira, onde nossa ocupação é de 2 hab/km<sup>2</sup> (a média brasileira é de 16 hab/km<sup>2</sup>, do México é de 34 hab/km<sup>2</sup> [...])" (MATTOS, 1986, p. 89). Mattos provavelmente se referia a uma estimativa da densidade demográfica, já que seu texto é de 1986 e o valor que ele anuncia está entre as densidades demográficas apresentadas pelos dados do IBGE no período entre 1980 e 1991 (cf. Tabela 2.7). Ainda conforme a tabela citada, percebemos que é a partir da década de 1980 que vários estados que compõem a Amazônia passam a ter uma densidade demográfica acima de dois habitantes por quilômetro quadrado (à exceção do Maranhão, que já possuía uma média alta desde a década de 1920).

Tabela 2.7 Densidade demográfica nos Censos Demográficos brasileiros, por região e por estado da Amazônia Legal, 1900-2010 (hab/km<sup>2</sup>)\*

	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	2,05	3,6	4,84	6,1	8,34	11,1	14,23	17,26	19,92	22,43
Norte	0,18	0,37	0,42	0,53	0,76	<b>1,09</b>	<b>1,76</b>	<b>2,66</b>	<b>3,35</b>	<b>4,12</b>
Nordeste	4,34	7,24	9,29	11,57	14,43	18,45	22,79	27,33	30,69	34,15
Sudeste	8,46	14,77	19,84	24,39	33,6	43,62	56,87	67,77	78,2	86,92
Sul	3,12	6,14	9,95	13,61	20,64	28,95	33,63	38,38	43,54	48,58
Centro-Oeste	0,23	0,47	0,68	0,95	<b>1,67</b>	<b>2,88</b>	<b>4,36</b>	<b>5,86</b>	<b>7,23</b>	<b>8,75</b>
Rondônia	-	-	-	0,16	0,3	0,49	<b>2,12</b>	<b>4,76</b>	<b>5,8</b>	<b>6,58</b>
Acre	-	0,61	0,52	0,75	<b>1,05</b>	<b>1,43</b>	<b>2,01</b>	<b>2,74</b>	<b>3,65</b>	<b>4,47</b>
Amazonas	0,16	0,23	0,28	0,33	0,46	0,61	0,92	<b>1,34</b>	<b>1,79</b>	<b>2,23</b>
Roraima	-	-	-	0,08	0,13	0,19	0,37	0,96	<b>1,45</b>	<b>2,01</b>
Pará	0,36	0,79	0,76	0,9	<b>1,24</b>	<b>1,76</b>	<b>2,81</b>	<b>4,15</b>	<b>4,96</b>	<b>6,07</b>
Amapá	-	-	-	0,26	0,48	0,82	<b>1,26</b>	<b>2,02</b>	<b>3,33</b>	<b>4,69</b>
Tocantins	-	-	0,6	0,74	<b>1,18</b>	<b>1,94</b>	<b>2,66</b>	<b>3,32</b>	<b>4,17</b>	<b>4,98</b>
Maranhão	1,5	2,63	3,72	4,77	7,51	9,15	12,34	14,85	17	19,81
Mato Grosso	0,13	0,27	0,21	0,24	0,37	0,68	<b>1,29</b>	<b>2,24</b>	<b>2,77</b>	<b>3,36</b>

\* Grifo para valores maiores que 1 hab/km<sup>2</sup> nos pontos de interesse.

Fonte: IBGE, 2012 - Censo Demográfico. Elaborado pelo autor

Ora, pensar a questão demográfica em termos meramente técnicos parece não fazer muito sentido, pois a densidade demográfica é obtida pelo cálculo da população total dividida pela área total da região ou unidade da federação. O que ocorre é que estados como o Pará ou o Amazonas têm grandes extensões territoriais, enquanto estados como Rio de Janeiro, Santa Catarina ou mesmo diversos estados do Nordeste não têm uma expressão territorial tão ampla, o que interfere diretamente nos resultados. Mesmo que, em números absolutos, as populações sejam maiores, possuindo áreas maiores esses estados geralmente terão densidades demográficas mais baixas.

Podemos observar as densidades demográficas em termos de regiões, pois seria inviável comparar a Amazônia com o restante do país como um bloco uniforme. Pensando em regiões a Amazônia é composta pelos estados da região Norte, um estado do Nordeste (MA) e outro estado da região Centro-Oeste (MT). Durante o século XX, essas regiões, cujos estados compõem a Amazônia Legal, têm densidades populacionais mais baixas que as demais regiões do país. Sul e Sudeste possuem densidades demográficas que superam em mais de 10 vezes as densidades da região Norte. Novamente a única exceção cabe à região Nordeste que, embora possua uma densidade mais baixa que Sul e Sudeste, é significativamente mais populosa que as regiões Norte e Centro-Oeste. O mesmo se repete em nível estadual com o Maranhão. As características demográficas do Maranhão são muito diferentes do restante da Amazônia, mesmo antes da criação legal da região na década de 1950. Atualmente ele supera em quase três vezes a densidade demográfica de Rondônia.



De modo geral a densidade demográfica tem aumentado conforme podemos observar na tabela 2.7, onde observamos que em 2010 todos os estados que a formam possuem mais de dois habitantes por quilômetro quadrado. Entretanto, isso nos leva a questionar, será que o aumento da densidade demográfica é acompanhado pela capacidade de suporte do território onde essa população está sendo inserida? Outras regiões do planeta também apresentam baixos índices demográficos.

Na década de 1990 o Cel. Gelio Fregapani analisou a questão, comparando-a não com regiões superpovoadas, mas com outras regiões com baixos índices de densidade demográfica:

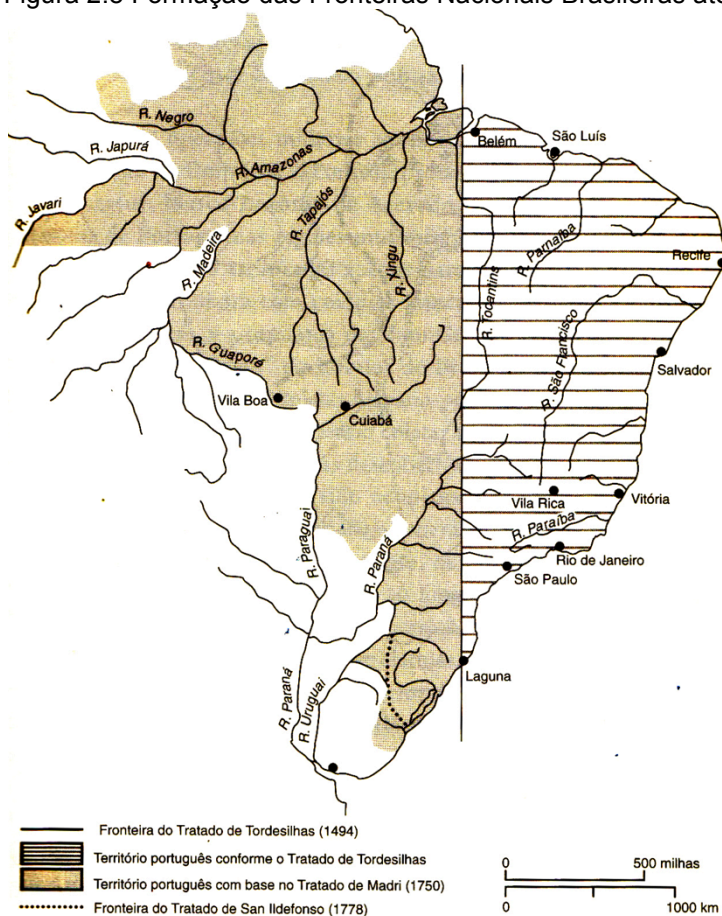
Examinando qualquer mapa demográfico mundial, percebemos regiões super povoadas e regiões despovoadas. Entre estas destacam-se, o SAARA, a ANTÁRTIDA, as vastidões geladas da SIBÉRIA, CANADÁ e ALASCA e as alturas nevadas do TIBETE e de outros maciços e a AMAZÔNIA. Todas estas regiões são inabitáveis, exceto a AMAZÔNIA. **Levando em conta a atual explosão demográfica mundial, uma terra desabitada mas habitável será um convite à ocupação, independente de consentimentos ou tratados.** (...) é dentro destas realidades que certamente se intensificaram as pressões dominantes, gerando uma nova concepção de que acima das fronteiras estão os interesses da humanidade (FREGAPANI, 1995, p. 12. Grifo nosso).

Ao diferenciar a Amazônia de outras áreas com baixa densidade demográfica, por ser a única região habitável entre as citadas, Fregapani levanta mais um aspecto da ameaça à soberania nacional. Essa questão é tematizada pelo General Alberto Cardoso, quando, ao analisar a obra clássica de Sun Tzu, *a Arte da Guerra*, e contextualizá-la para a situação do Brasil, desenvolveu uma hipótese de ataque a uma 'rain forest' por uma nação belicamente superior. No país fictício descrito por Cardoso havia: "Essa incalculavelmente valiosa *rain forest* (para usar a expressão internacional) desde sempre tem sido motivo de atenções e **preocupações do Estado, no que diz respeito à ocupação de seus vazios demográficos**" (CARDOSO, 2005, p. 59. Grifo nosso).

Mas a sensível questão da baixa densidade demográfica, gira em torno de uma concepção que perpassa, por vezes de modo sutil, os textos dos principais autores militares ao longo do século XX. A presença humana está na base da garantia da posse do território. Um espaço civilizado e habitado já está socialmente demarcado para a nação. Na ausência de indivíduos e cidades, o 'vazio' pode ser pleiteado por um 'outro' que o ocupe e tome posse. Ora, como afirmou Darcy Ribeiro, "o território

brasileiro é do tamanho que é, graças à obsessão portuguesa de fronteira, impressada neles por um milênio de resistência, para não serem absorvidos pela Espanha, como ocorreu com todos os outros povos ibéricos” (RIBEIRO, 2010, p. 48). Realmente se relembrarmos o processo histórico da construção da territorialidade brasileira parte significativa do que hoje é o Brasil foi tomado à Espanha, pois esta jamais ocupou de forma sólida todo o território para além da linha do Tratado de Tordesilhas (Ver figura 2.8).

Figura 2.8 Formação das Fronteiras Nacionais Brasileiras até o século XVIII

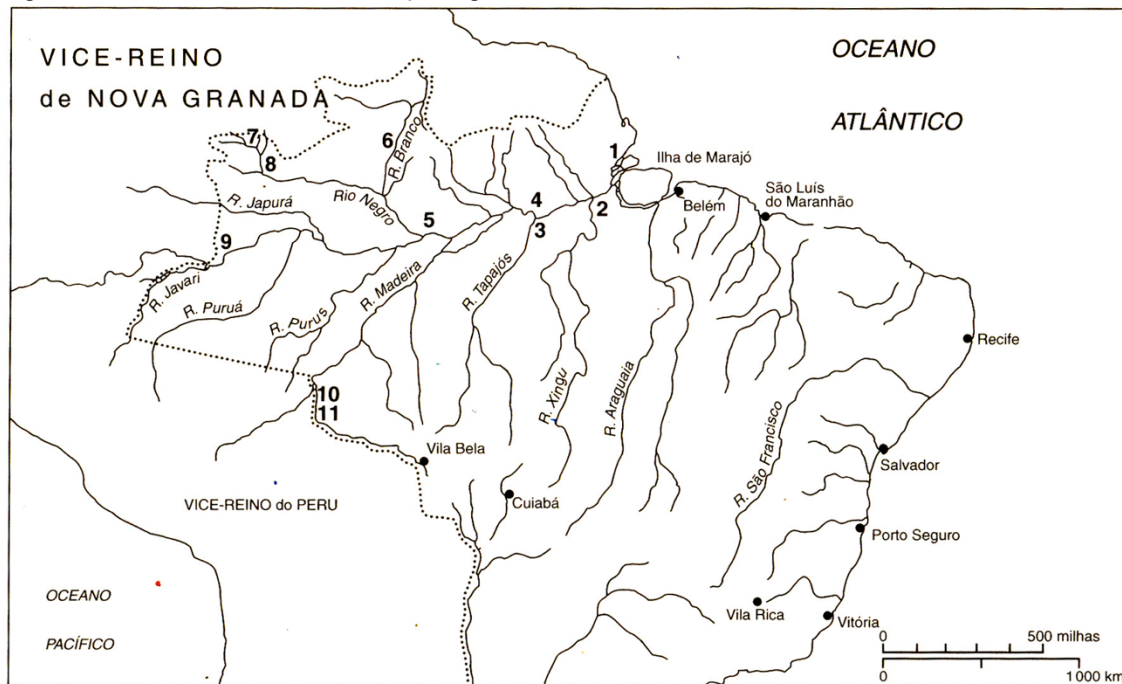


Fonte: BETHELL, 1998, p. 481. Onde se lê “Vila Boa” leia-se “Vila Bela”.

Por séculos a parte mais ocidental da Amazônia foi objeto de disputa entre Portugal e Espanha. A Espanha, devido às suas ricas colônias na América Central e nos Andes, tinha pouco interesse e mesmo condições mínimas de manter sob seus cuidados aquelas paragens remotas e pobres aos olhos dos governantes do século XVIII (cf. Figura 2.8). Há que se lembrar que a Amazônia não era apenas mais um ponto de disputa entre as duas nações. A consolidação da conquista portuguesa da região se deu a partir de meados do século XVIII, quando foi assinado o Tratado de

Madrid (1750) e, posteriormente, o Tratado de São Ildefonso (1777). Para se ter uma dimensão da importância deste último tratado, em termos de aquisição territorial, o tratado que o antecedia ainda era o Tratado de Tordesilhas (1494). Com isto a coroa portuguesa somou aos seus territórios as áreas hoje reconhecidas como os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá. Lembrando que parte da Amazônia já pertencia aos portugueses, as capitanias hereditárias do Grão-Pará e Maranhão, que se tornaram províncias e depois viram a se tornar o Estado do Grão-Pará e Maranhão durante o Império. Englobando o território da capitania de São José do Rio Negro, com sede em Barcelos-AM, cujo território correspondia ao atual estado do Amazonas e partes de Roraima. A necessidade de ocupar o território conquistado pelos tratados pode ser percebida pela construção de fortes (ver figura 2.9)

Figura 2.9 Os sistemas de defesa português entre os séculos XVII e XVIII



- Legenda:
- |                  |                                   |   |
|------------------|-----------------------------------|---|
| 1. Forte Macapá  | 4. Forte Óbidos                   | 8. Forte São Gabriel da Cachoeira           |
| 2. Forte Gurupá  | 5. Forte São José do Rio Negro    | 9. Forte São Francisco Xavier de Itabatinga |
| 3. Forte Tapajós | 6. Forte São Joaquim              | 10. Forte Bragança                          |
|                  | 7. Forte São José dos Marabitanas | 11. Forte Príncipe da Beira                 |

Fonte: BETHELL, 1998, p. 483.

Após 1777, os portugueses estruturaram uma rede de fortes na Amazônia: “Assim, foram criados ou restaurados os fortes de Gurupá, Macapá, São José do Rio Negro, São Joaquim, São Gabriel, São José dos Marabitanas, Itabatinga, Bragança e Príncipe da Beira, bem como a nova capital do Mato Grosso, Vila Bela, na margem leste do rio Guaporé” (SILVA *In*: BETHELL, 1998, p. 483) (Ver Figura 2.9). É a esse

sistema defensivo montado pelos portugueses que os militares atuais se referem quando alegam em seus discursos ser herdeiros dele, em textos, históricos de quartéis, canções etc. Adriana Marques discute a construção desse argumento da herança portuguesa, apontando que:

A linearidade presente no discurso militar - que vê sua atuação na Amazônia como continuação do papel desempenhado pelos colonizadores portugueses na região - mostra que os militares brasileiros não identificam o colonizador português como seu antípoda, um sentimento comum a forças militares criadas a partir de um processo de independência, mas reverenciam-no como seu antecessor (MARQUES, 2007, p. 48).

Assim, nota-se que a construção de tradições e linhas de continuidade que têm significados próprios dentro da instituição militar é necessária para o estabelecimento de ligações com um passado histórico, com figuras e feitos de heróis ou outros elementos que sirvam para transmitir determinados valores (CASTRO, 2007; HOBBSAWM, 2008). Entretanto, dos portugueses parece que a herança não foi apenas de cunho militar, mas também do *modus operandi* de consolidar a conquista da região. A coroa portuguesa, além dos fortes instalados, trouxe, no século XVIII, colonos que:

[...] foram instalados nessas regiões [recém adquiridas com o tratado de São Ildefonso] colonos portugueses oriundos de áreas com excedente de mão-de-obra – os famosos casais dos Açores e da Madeira. Foi-lhes assegurado ajuda material e deles se esperava que trabalhassem sem o recurso ao trabalho escravo. [...]

O próprio Mendonça Furtado mostrou desejos de trazer casais dos Açores para as aldeias índias do Xingu e do Tapajós a fim de incentivar relações ativas entre os dois grupos [...] e não hesitou em sugerir que os casamentos entre homens brancos e mulheres índias, longe de serem considerados vergonhosos, tornar-se-iam uma fonte de honra e privilégios, pois é este 'o único meio de podermos povoar este largo Estado [brasileiro] (SILVA. In: BETHELL, 1998, p. 485).

Nesses dois fragmentos destaca-se uma ideia de 150 anos atrás que permanece no discurso de militares. Trata-se da concepção de que não bastam os fortes para tomar posse do território, é necessário colonizar e povoar a região

adquirida. Os portugueses esposaram essa ideia e usaram diversos caminhos para efetivá-la. Os dois aqui mostrados parecem ser os mais caros aos militares do século XX. O primeiro é o incentivo à colonização por agentes exteriores à região: na Colônia, os açorianos; na República, houve o estímulo intranacional, com os nordestinos, oriundos de uma região com uma densidade demográfica maior que a da Amazônia (conforme Tabela 2.3) e identificada como 'repositória de mão-de-obra' (TRAVASSOS, 1935; TAVARES, 1978). O segundo é o da miscigenação, como algo positivo na construção e consolidação do povoamento (RONDON, 1905, 2003; POTYGUARA, 2003). Voltaremos à temática da miscigenação adiante no texto.

Desse modo, mais do que a mera arquitetura dos fortes, há um resquício, um legado português que entende que a posse efetiva do território somente se faz mediante a sua colonização. Esse pensamento se constituiu, se consolidou e foi transmitido em algum momento entre a Colônia e o Império, chegando à República e ao início do século XX, como um traço desse legado.

### 2.2.3 - COLONIZAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO. (ou) INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR, A CONSTRUÇÃO DO LEMA

Este tópico abordará uma dinâmica particular do Exército na região, identificada como um ímpeto colonizador. Trata-se de algo bem específico a essa arma, nada semelhante relativo à Marinha foi identificado. Já a Aeronáutica, por ter sido criada posteriormente, em 1941, somente passa a contribuir com o Exército a partir de então, principalmente via Correio Aéreo Nacional-CAN e Comissão dos Aeroportos da Região Amazônica-COMARA, em atividades de suporte ou construção de aeródromos.

É interessante perceber o intuito colonizador dos militares na Amazônia, antes mesmo da Guerra do Paraguai. O General Couto de Magalhães em sua obra *Viagem ao Araguaia* (1863), fala da necessidade da instalação de presídios entre as localidades de Santa Maria e São João, região que ele descreve como: “ [...] 150 léguas inteiramente desertas de gente civilizada e povoado de selvagens” (MAGALHÃES, 1863, p. 165). Todavia, ele estende a função desses presídios, afirmando que “[c]umpria dar aos presídios uma organização especial, em vista destes dois fins: para que eles facilmente se transformassem de destacamentos militares em

colônias e para que pudessem proporcionar gente de tripulação” (MAGALHÃES, 1957, p. 195)<sup>54</sup>. A intenção de povoar fica mais clara na seguinte fala:

A serra do Acaba-saco vai sucessivamente abaixando-se, até que de todo se confunde com as planícies. Parei extasiado nesse lugar e, enquanto a vista me representava essas planícies sem fim, sucedendo-se umas às outras, como as ondas do oceano, até que de todo se iam perder nos espaços azulados do céu, meu espírito sentia-se abatido por uma espécie de saudade, que eu não sabia dizer de que, e a imaginação me representava completamente desertas essas férteis e infinitas campinas. [...] Quando chegará, meu Deus, disse eu a mim mesmo, quando chegará o dia em que se verão espalhar florescentes cidades nas margens destes rios! (Magalhães, [1863], 1957, p. 71).

Um estímulo ao ‘florescimento’ de cidades foi a instalação das colônias militares. A fundação de colônias militares como meio de colonizar o interior do país tem origens no século XIX, atravessa o período imperial, chegando até as vésperas da década de 1970 (ver Quadro 2.2). As colônias tinham finalidades civis e militares. Uma era a função militar de guarnecer as fronteiras e as populações nacionais contra ataques estrangeiros e mesmo de selvagens (índios); a outra era a função civil de povoar as regiões, de modo a promover o desenvolvimento econômico por meio da agricultura e da criação de gado (FERREIRA, 2006; OLIVEIRA, 2011). Para tal, seriam levados contingentes militares que, além da defesa, seriam responsáveis por administrar a estrutura da colônia e prover serviços básicos, como atendimento médico e proteção da população. Os colonos civis, dotados de lotes de terra, deveriam produzir e desenvolver o comércio de modo a estabelecerem esses núcleos coloniais. Oliveira comenta que:

A maioria das colônias militares transformou-se em vilas, e depois cidades, tendo sido, assim, embriões de povoamento. O caráter militar ia aos poucos sendo abandonado, e a atividade agrícola tomava frente. Algumas foram simplesmente abandonadas, outras, como as do Mato Grosso, sofreram com a Guerra do Paraguai (OLIVEIRA, 2011, p.12).

Realmente algumas das colônias prosperaram e formaram núcleos populacionais significativos (conforme Quadro CM). Entretanto, Oliveira afirma que “sabemos, por diferentes estudos, sobre o fracasso da maioria dos projetos

---

<sup>54</sup> Por gente de tripulação entende-se todos aqueles necessários aos afazeres da embarcação e que não sejam soldados, oficiais ou capitães. Esses indivíduos podiam ser arregimentados em presídios passando a ter direitos e deveres conforme Artigos 543 ao 565 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.

concomitantes de colonização estrangeira, assim como o das colônias de parceria, mas sobre o caso das colônias militares sabemos muito pouco” (OLIVEIRA, 2011, p.12). Concordamos com Oliveira, pois se de um lado é possível identificar algumas colônias que se transformaram em cidades, de outro lado informações sobre as colônias que não conseguiram se consolidar são geralmente escassas. Barreto, ao estudar as fortificações brasileiras (algumas das quais coincidiam com as colônias militares), mostra que o fim de uma Colônia Militar não era documentado, elas eram simplesmente abandonadas (BARRETO, 1958) (conforme quadro 2.2).

Algumas colônias são recriadas no mesmo local ou em locais muito próximos, sem que exista qualquer documento que dê fim à colônia anterior. Um exemplo disso é a Colônia Militar de Tabatinga, criada pela primeira vez em 1869 e recriada posteriormente em 1967.

Quadro 2.2 Colônias Militares na área da Amazônia Legal criadas nos séculos XIX e XX

Denominação da Colônias Militares	Ano de criação	Ano de extinção*	Localização na área do atual município
Colônia de Óbidos	1854	1932(?)	Óbidos-PA
Colônia de São João do Araguaia	1850	---	São João do Araguaia-PA
Colônia de Pedro II**	1840	1907	Macapá-AP
Colônia de Clevelândia do Norte	1854	---	Clevelândia do Norte
Colônia do Oiapoque	1894	---	Clevelândia do Norte
Colônia de Clevelândia do Norte	1907	Déc1920 (?)	Clevelândia do Norte
Colônia de Clevelândia do Norte	1964	1980	Clevelândia do Norte
Colônia de São Pedro de Alcântara do Gurupi**	1853	1878	Carutapera-MA
Presídio de Monte Alegre	1857	---	Pium-TO
Presídio de Santo Antônio	1854	---	Peixe-TO
Colônia Militar do Rio Branco***	1850	---	Boa Vista-RO
Colônia de Tabatinga	1869	---	Tabatinga-AM
Colônia de Tabatinga	1967	1984	Tabatinga-AM

\* Para a maioria das CM não há data certa de extinção. A bibliografia sugere, mas não confirma a extinção oficial da CM.

\*\* Quando da criação a região pertencia ao Estado do Pará. A colônia foi transferida em 1907 do rio Araguari para o Rio Oiapoque (no atual Amapá), no lugar da Colônia de Clevelândia do Norte (1854), que havia sido abandonada. Essa colônia foi novamente abandonada na década de 1920 (OLIVEIRA, 2011).

\*\*\* A Colônia Militar de São Pedro de Alcântara do Gurupi, implantada pelo Decreto Imperial de nº 1.284, de 26 de setembro de 1853. No ano de 1878, o povoado gerado na Colônia saiu da tutela estatal e tornou-se distrito do município de Turiaçu e, posteriormente, município de Carutapera (OLIVEIRA, 2011).

Fonte: CASTRO & BARRETO, 2006; OLIVEIRA, 2011; NUNES, 2012; Exército, 2012. Elaborado pelo autor

Na véspera da virada do século XIX para o século XX, é assinado o Decreto no 733, de 21 de dezembro de 1900 – “Reorganisa as colônias militares” [sic]. Trata-se de

uma regulamentação federal que servia a todo o país e não somente à área que viria a ser a Amazônia Legal. Mas o documento nos mostra de forma clara o intuito e a organização dessas colônias:

Art. 1º As colônias militares são destinadas á defesa das fronteiras, á protecção das vias estrategicas, tanto fluviaes como terrestres, das linhas telegraphicas, á catechese dos indios e, finalmente, á exploração agricola e industrial da zona em que forem localizadas.

Art. 2º O Governo poderá crear novas colônias militares nos pontos do territorio da Republica que forem julgados indispensaveis para a defesa das fronteiras.

Paragrapho unico. Nenhuma colonia será fundada sem que previamente se estabeleçam vias de comunicação com o centro populoso mais proximo, para onde possam ter sahida os productos da colonia que procurem os mercados consumidores.

(...)

Art. 4º A administração de cada colonia se comporá de um director, de um ajudante, de um auxiliar encarregado da policia colonial, de um professor primario, de um escrivão, de um almoxarife, todos officiaes da activa ou reformados, de um medico e de um pharmaceutico militar.

Paragrapho unico. Cada colonia deverá ter um contingente no maximo de 50 praças, sob o commando de um official.

(...)

Art. 7º Os colonos dos ns. 1, 2 e 3 do art. 5º serão alimentados á custa do Governo, durante o primeiro anno de sua permanencia na colonia, e a cada um será fornecido, por uma só vez, um machado, uma faca ou facão de matto, uma espingarda ou clavina, um kilo de polvora e quatro ditos de chumbo grosso.

Art. 8º Os concessionarios de lotes ficarão sujeitos ao regulamento militar.

Art. 9º Os titulos de posse dos lotes serão provisorios e definitivos.

§ 1º Os titulos provisorios serão passados pelos directores das colonias, por despacho do Ministro da Guerra e o – Cumpra-se – da Superintendencia Geral de Colonização e Fronteiras, nos requerimentos dos pretendentes, que declararem a resolução de residirem nas colonias e de cultivarem os lotes pedidos (Decreto nº 733, de 21 de dezembro de 1900. A grafia do documento segue o original).

No primeiro artigo do decreto fica clara a relação entre defesa e o desenvolvimento de capacidades ‘agrícolas e industriais’ no local da colônia. Lembrando que ao se ler o termo industriais não se pode imaginar indústrias nos moldes atuais. As atividades industriais seriam pequenas ‘fábricas’ que produziam têxteis, cordas, vidros, cerveja e outros produtos manufaturados. O intuito do desenvolvimento econômico da colônia é reafirmado no segundo artigo que prevê a localização da mesma em uma área onde seus produtos possam ser escoados para mercados consumidores. O Artigo sétimo retrata o tipo de subsídio que o governo concedia aos colonos como forma de estímulo, alimentos, armas e ferramentas, além do lote de terras na colônia sobre o qual versa o artigo 9. Já o quarto artigo nos mostra



que a administração da colônia estava a cargo de militares. O caráter militar da colônia é reforçado no oitavo artigo, que colocava toda a população sob regulamentação militar.

Para além do papel militar de defesa, a regulamentação deixa clara a função de povoamento e desenvolvimento da região da colônia a cargo do Exército. A instituição adentra o século XX com funções que extrapolam as obrigações militares constitucionalmente previstas.

O então Capitão Candido Mariano Rondon, ao comentar os trabalhos da construção das linhas telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1900-1906), afirmava a necessidade de serem os militares a 'desbravar' e construir certas infraestruturas, tidas por ele como básicas:

Seriam, por outro lado, empregados soldados no desbravamento dos sertões, que só poderiam ser povoados depois de cortados por viação férrea e rodoviária, bem como pelo telégrafo. E era esse trabalho impossível para a iniciativa particular. (...) Atendia-se assim, dentro de certos limites, à palpitante necessidade de povoamento e de civilização do interior do Brasil (RONDON. *In*: Viveiros, 2010, p. 219).

A fala de Rondon ratifica aquilo que os regulamentos sobre as colônias militares já apresentavam: que seria o Exército responsável por criar as condições para a colonização do espaço amazônico. Mas é importante entender que tipo de função é essa. Colonizar, no sentido que está sendo tratado na fala de Rondon e no Decreto 733, mostra como fundamental a implantação de núcleos populacionais e o fornecimento de suporte para que esses núcleos prosperem.

Isso também pode ser percebido na fala de Euclides da Cunha, que, com olhar de engenheiro militar, no início do século XX, argumenta:

Mas todos esses males, que fora longo miudear, e que não velamos, provêm, acima de tudo, do fato meramente físico da distância. Desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade sequestrada ao resto do país, e para isso requer-se, desde já, com providência urgentíssima, o desenvolvimento da navegação até o último ponto habitado, completada pelo telégrafo, ao menos entre Manaus e Boca do Acre" (CUNHA, 2000 [1907], p. 311).

O telégrafo e a navegação fluvial eram as soluções de Euclides para vencer a distância entre a região do Alto Purus no Amazonas e o restante do país. A distância e a falta de comunicação eram para Euclides responsáveis pelo isolamento e 'sequestro'

da população que ali residia ao resto do país. Ora, o responsável pelas instalações de linhas telegráficas no período era o próprio Exército, aliás o próprio Rondon trabalhava na construção de linhas telegráficas entre Mato Grosso e o Amazonas, mas essas chegariam apenas até Boca do Acre, não alcançando Manaus.

Voltando ao tema específico das colônias, povoar e não somente militarizar a fronteira era o pensamento que justificava a fundação dessas Colônias Militares. Isso pode ser claramente percebido na fala do futuro General Frederico Rondon, datada de 1934:

O estímulo do colono é o comércio; e este falta nas colônias militares. Colonizar é, aliás, estabelecer o comércio numa dada região, localizando trabalhadores, dando-lhes moradia e terras ao alcance de suas economias, desenvolvendo indústrias, fomentando o progresso por todos os modos, organizando as povoações nascentes, abrindo vias de penetração e de escoamento dos produtos coloniais e proporcionando-lhes mercados.

As colônias militares só se justificam em certos pontos da fronteira deserta, que devam ser guarnecidos durante a paz. E, nesse caso, são verdadeiros destacamentos aldeados, sem vida comercial, como os atuais Contingentes Especiais de Cucuí, no Rio Negro (fronteira colombo-venezuelana) e Tabatinga, no Solimões (fronteira colombo-peruana) (RONDON, F., 1934, p. 111).

Nessa fala de Frederico Rondon ficam claros os dois aspectos já enunciados, no século XIX, pelo Gal. Couto do Magalhães e no Decreto nº 733, de 21 de dezembro de 1900: o militar ligado à defesa; e o outro, civil, relacionado ao desenvolvimento do território. Frederico Rondon invocou a figura dos bandeirantes para protestar sobre o que ele nominou como a falta de interesse nacional em adentrar os sertões:

O Brasil abandonou muito cedo o ideal bandeirante. As colônias hispano-americanas, emancipando-se, desagregaram-se, deixando o bloco brasileiro circundado por Nações fracas. (...) uma sensação de segurança de que resultou o esmorecimento do espírito bandeirante, até a extinção, e o abandono das fronteiras pátrias, com o refluxo das correntes conquistadoras dos sertões para o litoral (RONDON, F. 1934, p. 7-8).

Embora Frederico Rondon construísse a associação dos Bandeirantes, sabemos que se de um lado eles foram responsáveis pela criação de pequenas povoações que vieram a se tornar cidades, de outro lado sua atividade de prear de nativos para escravização dizimou populações indígenas (HEMMING, 2008). Frederico Rondon reclama em sua fala o abandono das fronteiras, mas no ano de 1932 duas

organizações militares haviam sido criadas no Estado de Mato Grosso (isso será detalhado no capítulo 3), e, alguns anos depois, em 1939, voltou-se a abordar o tema das Colônias Militares no Decreto-Lei nº 1.351, de 16 de Junho de 1939 [que] “Cria colônias militares de fronteiras”. Embora o decreto seja anunciado como de criação de colônias, não há nenhuma colônia nominada no documento. O decreto regula e descreve as funções dos administradores (militares) e dos colonos (militares e civis), determina onde poderiam ser criadas e sua estrutura administrativa, bem como sua função:

Art. 1º - São criadas colônias militares de fronteiras, em locais escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro da faixa de 150 quilômetros a que se refere o art. 165 da Constituição Federal, e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra.

*Parágrafo único.* Visam elas:

- a) **nacionalizar as fronteiras do país**, particularmente aquelas não assinaladas por obstáculos naturais;
- b) **criar núcleos de população nacional** nos trechos das fronteiras situadas defronte das zonas ou localidades prósperas de país, vizinho, bem como nos daquelas onde haja vias ou facilidades de comunicação (rios navegáveis, estradas ou campos) que deem franco acesso ao território brasileiro;
- c) **promover o desenvolvimento da população nacional** nas zonas ou localidades das fronteiras onde haja exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola em mãos de estrangeiros do país limítrofe (Art. 1º, Decreto-lei nº 1.351/1939. Grifo Nosso).

O Art. 1º é claro ao mostrar a responsabilidade (Ministério da Guerra) e a localização em que deveriam ser criadas essas colônias (faixa de fronteira). Mas é o parágrafo único, que anuncia o objetivo dessas colônias como o de ‘nacionalizar as fronteiras do país’, o que nos leva a refletir. Como se nacionalizar o território que já pertence à nação? Parece estranho, mas ao ler os itens ‘b’ e ‘c’ podemos perceber que é a necessidade de povoar que está em questão. Podemos entender a ideia de nacionalizar como de trazer e fixar ‘nacionais’ (brasileiros) para a área de fronteira.

A estrutura deveria ser constituída, segundo o Artigo 2º, por um chefe militar; um contingente militar federal, responsável pela vigilância da fronteira e pelo policiamento da colônia; um serviço de colonização, encarregado do controle e distribuição das terras; um serviço sanitário, que teria hospital com maternidade e seções de doenças endêmicas e profilaxia das moléstias venéreas; uma farmácia; uma usina de luz; serviços, como armazém de gêneros alimentícios, ferragens, materiais de construção, entre outros; escola primária; escolas para ensino de ofícios (agricultura, pecuária e mineração); oficinas para trabalho de ferro e madeira; uma

agência de Correio e telégrafo; e um campo de pouso para aviões/hidroaviões. O Artigo 4º coloca toda essa estrutura sob as ordens do chefe militar:

**Ao chefe militar da colônia, que será sempre um oficial superior do Exército**, incumbe a direção geral de todos os serviços da respectiva colônia, ficando-lhe subordinados, para todos os efeitos, inclusive para o da ação disciplinar, todos os militares, funcionários civis e pessoal extranumerário em serviço na colônia, qualquer que seja o Ministério a que pertençam” (Art. 4º. Decreto-lei nº 1.351/1939. Grifo Nosso).

O incentivo à colonização se estendia aos escalões mais baixos da hierarquia militar e aos civis. O Decreto-Lei detalhava as vantagens que teriam os militares e os funcionários civis que servissem nas colônias. A eles seriam concedidos: “a) **gratificação de 20%** sobre os seus vencimentos; b) **contagem de tempo dobrado, para o efeito de reforma ou aposentadoria**, no período em que servirem na colônia; c) **concessão de um lote de terras**” (Art. 20, Decreto-Lei nº 1.351/1939. Grifo nosso). Ou seja havia toda uma política de estímulo para quem fosse servir na região amazônica, colaborando para povoar as fronteiras.

Em 1939, já fazia mais de três décadas que os litígios fronteiriços haviam sido resolvidos diplomaticamente. Mas é nítida, no Decreto-Lei nº 1.351/1939, uma preocupação do Estado brasileiro de colonizar os limites do próprio território. Essa necessidade tem uma continuidade com o movimento da ‘Marcha para o Oeste’ (1937-1945), lançado por Getúlio Vargas. Esse movimento, que foi lido por alguns pesquisadores como herança do espírito bandeirantista, ao qual Frederico Rondon, se ressentia de ter esmorecido. Duarte e Silva colocam nos seguintes termos os aspectos principais desse ‘novo bandeirantismo’ de finais do século XIX e início do XX:

(...) seis momentos distintos, em que persistia o espírito desbravador: nas chamadas **zonas pioneiras**; nas **migrações internas**; na conquista do **último Oeste**; na **demarcação e posse** efetiva das regiões conquistadas com sentido político-cultural; e na **Fundação Brasil Central**, que previa a mudança da capital da República para o planalto goiano (DUARTE & SILVA, 2009, p. 88. Grifos do autor).

O ímpeto colonizador chegava aos anos 1940 adentrando as regiões do Brasil Central e da Amazônia (lembrando que a área de atuação da FBC atingia os estados de Mato Grosso, Pará e Tocantins, todos parte da atual Amazônia Legal). Anapio Gomes afirmava que “em uma palavra é preciso colonizar o Brasil também com os brasileiros” (GOMES, 1945, p. 188). Conforme citado, a construção de Brasília atendia

a uma “[...] necessidade de uma nova Capital Federal localizada no interior do país para promover a integração nacional” (RODRIGUES, 1947, p. 101). Essa construção somente se materializou com o presidente Juscelino Kubistchek, o qual também em seu Plano de Metas já previa a abertura de rodovias que deveriam promover a integração da nova capital com o restante do país.

É ainda durante o Governo JK que o Decreto Nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959, aprova o Regulamento das Colônias Militares de Fronteira na Amazônia:

Art. 1º As Colônias Militares de Fronteira da Amazônia são organizações simples e de finalidade imediata. Originam-se dos próprios elementos militares de fronteira atualmente existentes, cuja localização obedeceu essencialmente à condição de segurança. Acrescidos de algumas instalações, modificadas estruturalmente, transformar-se-ão em centros de produção e subsistência para a população local, sem prejuízo de sua missão de segurança.

Art. 83. São classificados como Colônias Militares de Fronteira tipo A, as seguintes: Clevelândia (AP), Cucuí (AM), Japurá (AM), Ipiranga (AM), Tabatinga (AM), Estirão do Equador (AM), Palmeira (AM), Taumaturgo (AC), Brasiléia (AC), Príncipe da Beira (RD), e as a serem localizadas nas regiões de Marco BV8 (RB), Normândia (RB) e Abunã (RD).

Art. 84. São classificadas como Colônia Militar tipo B as a serem localizadas nas regiões de Caracaraí (RB), Uaupés (Tapuruquara ou Cananaus - AM) e Santo Antônio do Içá (AM).

Art. 85. As Colônias Militares serão criadas por propostas do Comando Militar da Amazônia e 8ª Região Militar ao Ministro da Guerra, através do Estado-Maior do Exército<sup>55</sup> (Decreto Nº 45.479, de 26 de Fevereiro de 1959).

O Art. 1º deixa claro qual seria a origem das futuras colônias militares na Amazônia, atrelando-as às Organizações Militares existentes que são descritas nos artigos 83 e 84; e conforme o Art. 85, que condiciona sua criação à proposta do Comando Militar da Amazônia e da 8ª RM. Esse artigo foi ainda alterado pelo Decreto Nº 56.871, de 15 de setembro de 1965, que deu nova redação e delegou a criação das colônias militares diretamente ao poder Executivo Nacional<sup>56</sup>. Isso mostra que houve um movimento de centralização na decisão sobre a criação das colônias militares após o golpe de 1964.

---

<sup>55</sup> O Art. 9º do Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959, classifica as Colônias Militares como sendo: tipo A, quando instalada sobre a linha de fronteira ou nas suas proximidades imediatas; e tipo B, quando estiver dentro da faixa de fronteira, mas distante da linha de fronteira. A sigla RB era utilizada para identificar o estado de Roraima e RD para o estado de Rondônia.

<sup>56</sup> “Art. 85. As Colônias Militares serão criadas pelo Poder Executivo, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional. Parágrafo único. O Comando Militar da Amazônia e 8ª Região Militar, por intermédio do Estado-Maior do Exército, sugerirá criação das Colônias Militares, previstas nos artigos 83 e 84 do RCMFA (Decreto número 45.479, de 2 de fevereiro de 1959), ou outras, em regiões mais adequadas ao seu estabelecimento, cabendo ao Ministro da Guerra submeter a proposta ao Conselho de Segurança Nacional” (Decreto Nº 56.871, de 15 de setembro de 1965).

Entretanto, apenas duas colônias foram oficialmente criadas após a regulamentação do Decreto nº 45.479, de 1959, a do Oiapoque e a de Tabatinga.

A nova Colônia Militar do Oiapoque é criada pelo Decreto nº 54.507, de 20 de outubro de 1964. Entretanto, havia uma colônia militar que tinha sido criada com esse nome em 1864 e em 1919 (CASTRO & BARRETO, 2006; EXÉRCITO, 2012). Sabemos que essas colônias (Tabatinga e Oiapoque) não substituíam as estruturas militares pré-existentes, eram na verdade um complemento e mesmo um suporte a elas. Os decretos que as criam são semelhantes quanto à redação, por isso optamos por analisar aqui apenas o mais recente, que criou a colônia militar de Tabatinga, sendo que o mesmo é válido para a colônia do Oiapoque.

O Decreto nº 60.606, de 20 de Abril de 1967, criou a Colônia Militar de Tabatinga. É importante salientar que, semelhante ao que ocorre com a Colônia do Oiapoque, em Tabatinga já havia sido criada uma colônia militar com esse nome em 1869, a 20 quilômetros rio abaixo da sede da localidade de Tabatinga, conforme o referido decreto:

Art. 1º Fica estabelecida no Município de Benjamim Constant, Estado do Amazonas, uma Colônia Militar, conforme prevê o Art. 83 do Regulamento das Colônias Militares da Amazônia, sob a denominação de Colônia Militar de Tabatinga, subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira, para o fim de recuperação do elemento humano nacional, na forma prescrita pelo Art. 5º da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955<sup>57</sup>.

*Parágrafo único.* Ficam assinaladas para a referida Colônia as seguintes confrontações: frente - a partir de um ponto ao Norte da Localidade de Tabatinga, na Geodésica Tabatinga-Apaporis, estendendo-se a 20 (vinte) km para jusante ao longo do Rio Solimões em sua margem esquerda; profundidade mínima de 5 (cinco) km a partir da margem do Rio Solimões em busca de terra firme (Decreto nº 60.606, de 20 de abril de 1967).

Ou seja, apesar do mesmo nome, trata-se de uma nova área, distante 20 quilômetros da sede da localidade de Tabatinga, que era a antiga área.

Identificamos como sendo criada oficialmente, após as normatizações de 1959 e 1965, apenas Tabatinga e Oiapoque, entretanto o simples ato de criação dessas duas colônias atesta, no nosso entender, a manutenção da ideia de que cabia ao

---

<sup>57</sup> O Art. 5º da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955, prevê: "Art. 5º Além das obrigações decorrentes do artigo anterior, cabe ao Poder Executivo a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário bem como estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares com o mesmo objetivo".

Exército o papel de colonizar a região, e que um dos instrumentos para isso eram as colônias militares. Isso pode ser percebido no Art. 2º do Decreto nº 60.606, de 20 de abril de 1967, que estabelecia:

Art. 2º A Colônia Militar de Tabatinga destinar-se-á, principalmente, a:  
I - distribuir lotes a família de brasileiros, de preferência aos que pertencerem ao efetivo militar da 7ª Companhia de Fronteira;  
II - fomentar a pecuária e a agricultura na região Oeste do Estado do Amazonas concorrendo para o suprimento de produtos agropecuários, não só aos Estabelecimentos Militares, como às populações civis;  
III - desenvolver entre os colonos programas de culturas permanentes e de médio e curto ciclo, para incremento da economia da região.  
§ 1º A Colônia Militar de Tabatinga desenvolverá, ainda, quaisquer atividades julgadas essenciais como condição de fixação do elemento humano da região.  
§ 2º Será assegurada aos colonos a assistência técnica, sanitária e financeira de que carecem.

Observando a que se destina a colônia, vemos a distribuição de terras e o incentivo às atividades agrícolas como forma de desenvolver e fixar o homem, inclusive prestando assistência técnica para tal. Mas em um sentido mais imediato, isso visa criar condições para o abastecimento da própria guarnição à medida que fornece lotes a membros da mesma e indica a finalidade de fornecer suprimentos 'não só aos estabelecimentos militares'. Ou seja, indiretamente se afirma que esses lotes irão auxiliar no abastecimento da 7ª Companhia de Fronteira, o que indica a precariedade do acesso regular aos gêneros alimentícios na localidade, uma vez que é necessário estimular atividades agrícolas para suprir. Os mesmos conteúdos são encontrados no decreto de criação da Colônia Militar do Oiapoque.

Para os períodos posteriores é difícil datar a extinção ou término das colônias, mas não é o caso dessas duas colônias em particular. Ambas foram extintas oficialmente por meio de decretos na década de 1980. O Decreto nº 85.298, de 27 de outubro de 1980, extinguiu a Colônia Militar do Oiapoque, em 31 de dezembro de 1980; e o Decreto Nº 89.555, de 17 de abril de 1984, extinguiu a Colônia Militar de Tabatinga em 1º de maio de 1984. Após essa data, nenhuma outra informação sobre colônias militares foi identificada. Embora, tenham sido extintas antes do final do regime militar, a permanência desse modelo é duradoura, contando com mais de 100 anos desde a fundação das primeiras colônias militares na região amazônica, na década de quarenta do século XIX até os anos 1980. No entanto, essa não era a única forma de promover o povoamento da região.

Para além do tema específico das colônias militares, com a chegada dos generais ao poder, em 1964 construiu-se, com relação à Amazônia, o slogan “Integrar para não entregar<sup>58</sup>”, que ficou popular durante a década de 1970. A Amazônia foi foco da ação dos generais que assumiram a presidência do país; integrá-la à nação tornou-se ordem a dia:

Quero dizer que o problema inicial da Amazônia é conhecê-la de verdade. E que para conhecê-la, como é preciso, impõe-se povoá-la. Assim, a política de meu Governo na Amazônia está voltada prioritariamente para a realização de um gigantesco esforço de integração, no duplo objetivo da descoberta e da humanização (MÉDICI, 1970, p. 9).

Durante o seu governo, Médici lançou o Plano de Integração Nacional (PIN) (Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970), que continha a promessa de construir rodovias que integrassem a região amazônica tanto internamente quanto com outras regiões do país. A rodovia Transamazônica (BR-230) era o destaque desse plano. O PIN tinha como principais objetivos:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas;
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste;
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado (...) de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência [Nordestinos e amazônidas];  
(...)
- 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola [Amazônia] (BRASIL, 1970, p. 31).

Nesses objetivos vemos a consolidação da concepção de integração e povoamento da região colocada em marcha pelo presidente Médici. A Amazônia deveria ser integrada por meio de uma ‘ocupação econômica’, identificada aqui como uma ‘nova fronteira agrícola’. Os indivíduos necessários para esse projeto são aqueles tradicionalmente convocados para fins parecidos, os migrantes da região Nordeste, populosa e assolada por secas cíclicas. Cabia à Transamazônica ligar o Nordeste à nova fronteira ‘econômica/agrícola’ que se pretendia abrir. A rodovia figurava como o primeiro dos três projetos do PIN. Os principais projetos do PIN eram:

- a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá- Santarém;
- b) o plano de colonização associado às citadas rodovias;

---

<sup>58</sup> Não foi possível identificar a autoria da frase. Em entrevista, o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira afirmou que desconhecia o autor. Ratificando o que havíamos apurado, a frase é ora atribuída ao Gen. Castelo Branco em 1966, ora ao Gen. Médici em 1970.



c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste (BRASIL, 1970, p. 32).

A rodovia Cuiabá-Santarém tem um traçado que em parte corta as áreas exploradas pela Expedição Roncador Xingu, e passa pela base da Força Aérea Brasileira na serra do Cachimbo (Campo de Provas Brigadeiro Veloso) fundada em 1954, para ligar essa base por terra além de usá-la como suporte ao avanço das obras da rodovia (Villas Boas, 2012). Essas rodovias tinham o duplo papel de integrar e ao mesmo tempo promover o povoamento da região. Cabia ao recém-criado INCRA criar assentamentos ao longo das rodovias. As rodovias foram concebidas para sanar o problema do isolamento da região. Ferrovias e hidrovias tiveram um papel secundário, pelo menos na concepção dos planos de integração nacional. Pelo que percebemos, as ferrovias estiveram mais atreladas aos projetos de desenvolvimento econômico, pois nenhuma das ferrovias construídas durante o regime militar promoveu uma grande ligação norte-sul como as rodovias (Ver Quadro 2.2).

Quadro 2.3 Ferrovias construídas na área da Amazônia Legal 1900-2010

Ferrovia	Trajeto / Extensão	Período de Construção	Observações
EF Madeira-Mamoré (EFMM)	Guajará-Mirim – Porto Velho-RO / 366 km	1909-1912	1966 – Transferida para o Ministério da Guerra. Ficando sob administração do 5º Batalhão de Engenharia e Construção 1972 Desativação
EF Bragantina	Belém-PA – Bragança-MA / 295 km de	1893-1908 1935 se considerados os ramais	1965 – Desativação
EF Tocantins	Alcobaça – Tucuruí-PA / 82 ~ 117 km	1905-1919 1944 se considerados os ramais	Desativada 1967 ~ 1973 Parte da Ferrovia foi alagada pela barragem da UHE de Tucuruí
EF Trombetas	Oriximiná-PA / 26 ~ 35 km	1978-1979	Uso exclusiva para mineração de Bauxita (ALBRÁS-ALUNORTE). Ligação entre a mina, o beneficiamento e o porto
EF Jurutí	Jurutí-PA / 50km	2006-2008	Uso exclusiva para mineração (ALCOA)
EF Jari	Almerim-PA /68km	1979-?	Uso exclusivo do projeto Jari para escoamento de madeira
EF Amapá	Serra do Navio-Santana-AP/ 194 km	1954-1957	Construída pela ICOMI para escoamento de manganês. Fez também transporte de passageiros e cargas agrícolas e pecuárias. Em 2006 a MMX Mineração e Metálicos S.A. assume o controle da ferrovia
EF Carajás	Paraupépas-PA – São Luís-MA / 892 km	1982-1985	Transporte de minério de ferro e passageiros
EF Norte-Sul	Açailândia-MA - Porto Franco-MA/ 215 km	1987-1996	Diversos trechos em construção. Em 2007, a companhia Vale arrenda por 30 anos o trecho da EFNS entre Açailândia (MA) e Palmas (TO)
	Porto Franco-MA – Araguaína-TO/ 146 km	?-2007	
	Colinas-TO – Guaraí-TO/ 133 km	2007-2010	

Fontes: <http://vfco.brazilia.jor.br>; <http://www.antt.gov.br/index.php>; <http://www.valec.gov.br/>; <http://www1.dnit.gov.br/ferrovias/historico.asp>.

Como pode-se perceber observando os dados apresentados no quadro EF, durante o regime militar houve um processo de desativação de ferrovias feitas em períodos anteriores, tais como EF-Madeira Mamoré, EF-Bragantina e EF-Tocantins. Não foram introduzidas novas ferrovias nessas áreas. As três ferrovias citadas serviam ao transporte de cargas e passageiros, sem estarem ligadas a um projeto específico. As novas ferrovias do período estavam sobretudo atreladas a projetos minerários ou de exploração de madeira, como foi o caso das EF-Jari, EF-Carajás e EF-Trombetas. Durante o período militar, apenas a EF-Carajás, por sua extensão, orientação e tipo de uso, pode ser considerada uma ferrovia que promovia uma integração direta entre a região Norte e Nordeste. Entretanto, estando o Maranhão dentro dos limites da Amazônia Legal, é uma ferrovia interna à região amazônica, o que nos mostra que não houve no período a construção de uma ferrovia que promovesse a integração da Amazônia Legal com outras áreas do país. A EF-Norte-Sul só teve suas obras iniciadas durante o governo do presidente José Sarney.

Todavia, se parte das ferrovias estava sendo desativada, houve durante o regime militar um esforço de construção de estradas, das quais a mais emblemática foi a Transamazônica:

Das rodovias a de maior realce é sem dúvida a Transamazônica, que o Presidente Médici mandou construir, no anos de 1970, ao visitar as regiões atingidas pela longa estiagem que vinha ocorrendo no Nordeste, com a finalidade de transferir populações de áreas consideradas totalmente desaconselháveis à vida humana, para regiões mais favoráveis à espera de povoamento. (...) a Transamazônica, penetra na floresta tropical desabitada, alcança longínquos pontos urbanos às margens de rios navegáveis e, após cruzar extensos vales, prossegue em direção ao Estado do Acre, para se ligar às estradas que comunicam o Brasil com o Peru e a Bolívia (PEIXOTO, 1977, p. 93).

A fala de Peixoto permite algumas inferências. A Transamazônica é sem dúvida um dos marcos do ímpeto militar de integração da região. Essa rodovia paralela à calha principal do rio Amazonas e perpendicular ao seus principais afluentes do sul estabelece uma ligação das bordas do Atlântico com as fronteiras do Peru e da Bolívia. Tinha a função de povoar a 'floresta tropical desabitada'. Com origem no Estado da Paraíba, se estende até o Amazonas, atravessando Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, antes de chegar a Lábrea, no Amazonas. Ela intercepta a BR-319, que conecta Manaus a Porto Velho, na altura do município de Humaitá. O acesso via BR-319 à BR-364 é hoje a conexão com o Acre e com a fronteira com o

Peru, uma vez que a última etapa da Transamazônica, até o município de Benjamim Constant-AM, nunca foi aberta.

Os Batalhões de Engenharia e Construção foram responsáveis pela construção de milhares de quilômetros dessas estradas. A participação direta na integração da região amazônica despertava nos militares dessas unidades um sentimento de participação de um momento histórico, como podemos perceber na transcrição feita pelo Cel. Marseno Alvim Martins de uma parte do Boletim Interno nº 1, do 5º BEC, de 1965, quando essa unidade foi deslocada de parte de Cuiabá-MT e parte de Campina Grande-PB para Rondônia<sup>59</sup>:

Sabemos que há algo muito importante a ser feito, algo sólido e que influirá profundamente no futuro da Amazônia e do Brasil; mas será alguma coisa que, uma vez concluída, nos dará, a cada um, no fim da vida, o direito de dizer com o mais justo, o mais puro, o mais tranquilo orgulho: eu não vivi em vão! (MARTINS, 1972, p. 287).

Nas palavras de Martins aparece essa concepção de que havia um projeto nacional maior por trás da construção daquelas estradas. Participar disso era tido como uma experiência ímpar, na qual as FFAA desempenham papel de destaque.

Lyra Tavares se expressou da seguinte forma sobre isso: “Tanto no interior, como nas fronteiras, o Exército ergueu e mantém, (...) no trabalho anônimo de vivificação da consciência nacional, de interiorização do progresso, de núcleos de aglutinação” (TAVARES, 1985, p.183). A ‘vivificação’ e a ‘interiorização do progresso’ não são outra coisa que não o processo de colonização e desenvolvimento das áreas tidas como vazias. Lyra Tavares nos mostra ainda a conexão desse argumento com a herança lusitana, ao afirmar:

A interiorização do progresso tem sido impulsionada, desde o período colonial, pela presença da fortificação ou do quartel, como organizações aptas para criar condições sociais novas e valorizar o homem, pelo trabalho e pela educação”. “A vida de Rondon constitui um depoimento sugestivo sobre o trabalho das comissões militares, de construção de estradas e linhas telegráficas (...) consagrou-se ao mesmo tempo patrono das telecomunicações do Brasil e como civilizador dos silvícolas” (TAVARES, 1985, p. 206).

---

<sup>59</sup> O 5º. BEC “Foi criado pelo Decreto Nr 56.629, de 30 de julho de 1965, com sede em PORTO VELHO-RO, pela extinção do Batalhão de Serviços de Engenharia, de Campina Grande-PB, e da Comissão de Estradas de Rodagem Nr 5 ( CER/5 ), de Cuiabá-MT”. Disponível em: <<http://www.5becnst.eb.mil.br/01.html> > Acessado em 10/10/2012.

Lyra Tavares detalha ainda o que ele percebia como a atuação do Exército na região amazônica:

O Exército não construía apenas os quartéis, as casas de pólvora e as fortalezas. Também eram obras dos seus engenheiros as estradas, os palácios, as igrejas, os chafarizes, os aquedutos, como, de um modo geral, as edificações imprescindíveis à implantação das cidades (TAVARES, 1985, p. 173).

As atividades de suporte ao processo de colonização são destacadas por Lyra Tavares como 'imprescindíveis à implantação das cidades'. A função colonizadora do Exército se estende desde o império, com fortalezas, passando pelas colônias militares e dando apoio à construção e interligação dos novos núcleos populacionais na Amazônia. O General Zenildo Lucena, em 1998, no cargo de Ministro do Exército, escreveu: "A Amazônia representa a última fronteira de nosso território, a maior reserva de floresta tropical, um patrimônio herdado do sacrifício de nossos antepassados. Impõe-se-nos, assim, o dever de preservá-la e desenvolvê-la para os brasileiros do futuro" (LUCENA, 1998. In: MARQUES, 2007, p.46).

Percebemos, portanto, a continuidade ao longo de todo o século XX do argumento que expõe a necessidade de integrar a região amazônica pelas vias da ocupação e do povoamento. Desde as colônias militares com origens no século XIX, passando pelos projetos de desbravamento e desenvolvimento ao longo do século XX, os militares, em particular do Exército, estiveram atrelados à promoção do povoamento e integração da região. Esses argumentos estão relacionados também ao receio da cobiça estrangeira sobre a região.

Ao longo deste capítulo mostramos os principais processos de ocupação do vale Amazônico à luz de dados demográficos e do pensamento geopolítico dos militares brasileiros. Indicamos quando e como a questão ambiental passou a ser significativa para os pensadores geopolíticos das Forças Armadas ao longo do século XX. O capítulo mostrou também como alguns argumentos ligados à demografia e a necessidade de integração se relacionavam com iniciativas temporais de povoamento e integração levadas a cabo pelos militares ou de forma próximas a eles. Passamos agora a compreender temporalmente a presença desses militares na Amazônia. O capítulo 3 aborda separadamente a construção da presença efetiva de cada uma das Forças Armadas na Amazônia Legal.

### 3 AS FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA LEGAL NO SÉCULO XX e XXI

Este capítulo visa mostrar a evolução da presença efetiva das Forças Armadas na região da Amazônia Legal ao longo do século XX e início do século XXI. Eventualmente são fornecidas informações relativas ao século XIX para a Marinha e o Exército.

A presença dos militares na área do que hoje é a Amazônia Legal remonta ao período colonial, passando pelo Império e a República. Fortes, fortificações, presídios, colônias militares, arsenais, pelotões, embarcações, portos, pistas de pouso, aeroportos, equipamentos sofisticados de vigilância e outros estiveram e estão presentes em diferentes pontos da região. Diversos indivíduos e expedições a percorreram em múltiplas direções. Entre os séculos XVI e XX, diferentes processos históricos empurraram as demarcações regionais estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas (1494) em direção ao Oeste. Isso culminou, em 1903, com o Tratado de Petrópolis, que ratificou a compra do território do atual estado do Acre e definiu os contornos fronteiriços atuais do Brasil.

Sobre esses diferentes processos históricos existe uma extensa bibliografia. Para os primeiros anos depois da descoberta até a consolidação da colônia, nos séculos XVI ao XVIII, destacam-se Moraes (2000), Cortesão (1984), em especial sobre o Tratado de Madri, e Bandeira (1998), mais voltado para o século XVII. Tematizando o final do século XIX e início do XX, temos Holanda (1957), além dos amazônidas Reis (1965; 2003) e Tocantins (2001). Como reconstruir os processos anteriores a 1900 não é o objetivo deste trabalho, a visão desses autores não será tratada a fundo, salvo quando ajudem a esclarecer aspectos relevantes para a nossa investigação. Todavia, essas obras também se referem à presença dos militares na região amazônica desde o período colonial, com maior ou menor intensidade. Os pensadores militares do Exército e da Marinha se esforçam para construir essa conexão histórica com personagens e eventos do período colonial. De Rondon, passando por Lyra Tavares, Travassos, Távora, chegando a Meira Mattos, é usual a construção da história das FFAA como herdeiras diretas das tropas portuguesas. Essa construção começa com as expedições de Pedro Teixeira (1639), Raposo Tavares (1651), Pascoal Moreira (1710) e Luiz Fagundes Machado (1749). Passa pelos combates contra espanhóis, franceses e holandeses durante a colônia. Marques (2007, p. 48) e Castro (2006) elaboram uma consistente análise dessa construção de uma tradição histórica, analisando inclusive a heráldica dos militares.

A Força Aérea Brasileira surgiu como uma arma independente somente durante a Segunda Guerra Mundial<sup>60</sup>. Mas, mesmo assim, militares dessa arma construíram para ela uma imagem de “Bandeirantes do Ar”, fazendo uma analogia com a herança de homens que, durante o período colonial, desbravaram o interior do país (MARQUES, 2007, p. 121).

A presença militar na Amazônia brasileira, na sua configuração atual, foi construída ao longo do século XX. O objetivo deste capítulo é compreender quando e, principalmente, onde estão dispostas as bases militares responsáveis pela defesa da Amazônia, em quais municípios e localidades<sup>61</sup>.

Embora já se tenha justificado no Capítulo 1 o interesse de concentrar o foco da pesquisa sobre o discurso do Exército, aproveitamos para levantar outra questão de ordem metodológica no tocante às diferenças entre a presença das diferentes corporações militares na Amazônia. Devido a diretrizes estratégicas e mesmo à natureza de cada uma das forças, entende-se que seriam necessárias metodologias diferentes para abordar cada uma delas. Ao observar a Aeronáutica e a Marinha, mais do que uma presença permanente e fixa, o que se constata é, em sua maioria, doutrinas operacionais centradas na utilização dos meios (embarcações e aeronaves) que desenvolvem missões na região. Seus efetivos na área são relativamente pequenos se comparados aos do Exército. Isso se dá em parte devido às características de cada uma das FFAA. Dessa forma, estudar a presença da Marinha e da Aeronáutica torna a análise mais complexa. Isso porque é necessário mensurar a quantidade de meios e a frequência de missões, bem como as suas direções, para buscar entender como e o quanto essas presenças dialogam com e impactam a região, lembrando que o tamanho do efetivo não prejudica a atuação da instituição em suas funções militares.

A Aeronáutica está estabelecida na região atualmente com bases em sete cidades, incluindo o Centro de Lançamento de Alcântara-CLA de foguetes (em

---

<sup>60</sup> A Aeronáutica é a única das forças que não pode refazer de modo direto a conexão histórica com as forças portuguesas, devido ao fato de ser uma arma recente, não somente no Brasil mas no mundo em geral. A Força Aérea Francesa (*Armée de l'Air*), tida como a primeira, começa a ser organizada apenas em 1909, ainda ligada ao Exército. A Força Aérea Americana estava atrelada ao Exército, sendo denominada *United States Army Air Corps*, desde 1926. Em 1941, passou-se a chamar *United States Army Air Forces*. Se torna um órgão separado do Exército em 1947, quando é criada a atual *US Air Force* (Fonte: <http://www.airforce.com>; <http://www.defense.gouv.fr/air>).

<sup>61</sup> Serão adotados os nomes atuais das organizações militares presentes nos municípios identificados. Não será apresentada a evolução do nome dessas organizações, pois ao longo dos anos algumas delas trocaram várias vezes de nome nas inúmeras reestruturações e alterações feitas pelas FFAA durante o século XX. Uma vez que o objetivo aqui não é fazer a história das organizações militares individuais e sim a presença das FFAA na Amazônia, nossa baliza é o município. Para estudo dessas reestruturações das Forças Armadas, ver CARVALHO (2006), MALAN (1988), MCCANN (2007); MOTTA (1976).

Alcântara, MA) e o campo de provas Brigadeiro Velloso (na Serra do Cachimbo, Município de Novo Progresso-Pará), cujas funções não são estritamente voltadas à defesa da região, além de pequenos destacamentos que operam radares por toda a Amazônia. A Marinha possui duas Bases Navais, em Belém e Manaus, além de um limitado número de agências fluviais destinadas ao controle do tráfego aquaviário e a segurança da navegação. Já o Exército tem unidades de combate e de proteção de fronteiras em mais de 70 cidades na Amazônia, algumas delas com dimensão de grandes unidades — as Brigadas. Embora o Exército realize operações e missões em toda a região, como a Marinha e a Aeronáutica, o alto número de postos permanentes faz com que a sua presença seja mais impactante que as demais. Isso em parte se explica pelo fato de a Amazônia ser identificada como um teatro de operações terrestres, o que ratifica uma preponderância do Exército sobre as outras forças (MARQUES, 2007, p. 117). Para melhor entendimento dessa preponderância, é conveniente fazer primeiro uma abordagem das presenças da Força Aérea Brasileira e Marinha na Amazônia Legal e, em seguida, centrar a atenção no Exército.

### 3.1 A AERONÁUTICA BRASILEIRA

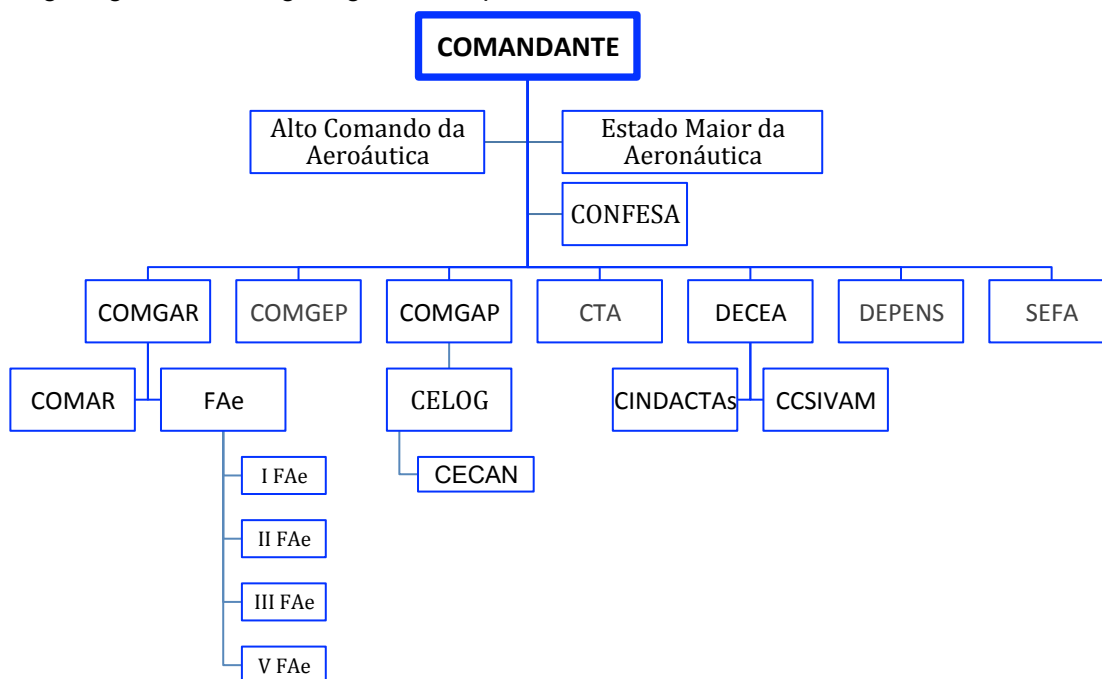
O Ministério da Aeronáutica foi criado pelo Decreto-Lei nº 2961, de 20 de janeiro de 1941, pelo então presidente Getúlio Vargas, assimilando no ato de sua criação as instalações, equipamentos e pessoal originários da Aviação Militar (Exército) e da Aviação Naval (Marinha)<sup>62</sup>. No entanto, uso de aeronaves pelas FFAA brasileiras acontecia antes da criação desse Ministério. Em 1941, o que ocorre é a criação de uma força especializada no emprego dos meios aéreos. As origens da aviação militar no Brasil e da Aeronáutica são situadas, por alguns autores e pela própria instituição, na segunda década do século XX, quando da criação da Escola de Aviação Naval, em 1916. Durante as campanhas do Contestado, em 1915 (WANDERLEY, 1966, p. 51), e da Revolução Constitucionalista, em 1932, em São Paulo, aviões haviam sido usados para fins militares (WANDERLEY, 1966, p.167; BASTOS, s/d; INCAER, 1988, p. 418; INCAER, 1990, p. 329).

---

<sup>62</sup> Decreto-Lei nº 2.961, de 20 de Janeiro de 1941. “Art. 16. O patrimônio do Ministério da Aeronáutica será inicialmente, formado pelo bens móveis e imóveis pertencentes à Aeronáutica do Exército, à Aviação Naval e ao Departamento de Aeronáutica Civil” (In: WANDERLEY, 1966, p. 298).

Atualmente, a Aeronáutica, ou Força Aérea Brasileira, é na verdade o conjunto das organizações que estão sob o Comando da Aeronáutica (COMAER). O Organograma 3.1 apresenta de forma simplificada a organização da Aeronáutica<sup>63</sup>.

Organograma 3.1 Organograma simplificado da Aeronáutica, 2012



Fonte: FAB, 2012. reelaborado pelo autor.

Diretamente subordinado ao COMAER, o Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR) é o órgão que mais se assemelha a uma força aérea, pois concentra organizações com função militar. Ainda subordinado ao COMGAR, estão os sete Comandos Aéreos (COMAR) e as quatro Forças Aéreas (FAe) ativas, que constituem o braço armado da Aeronáutica, como revela a descrição oficial<sup>64</sup>. Subordinadas aos sete Comandos, estão as Bases Aéreas, os Esquadrões de Transporte e as Prefeituras Aeronáuticas. As FAe são responsáveis pelos esquadrões de aeronaves

<sup>63</sup> O organograma completo pode ser visualizado na página oficial da Força Aérea Brasileira, disponível em <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=organograma>> Acessado em 15/06/2012.

<sup>64</sup> “O Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR) é o responsável pelo preparo e emprego da Força. Ele detém os principais meios aéreos e, em consequência, responsabiliza-se pela execução das Ações Militares Aeroespaciais do Comando da Aeronáutica. Ao COMGAR compete o comandamento, o planejamento, a direção, a fiscalização, a coordenação, a execução e a avaliação do emprego de todas as Unidades da Força Aérea Brasileira. O Comando-Geral de Operações Aéreas é o “braço armado” do Comando da Aeronáutica.” Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=comgar>> Acessado em 12/06/2012.



utilizados com diferentes finalidades: treinamento, transporte, ataque, entre outras<sup>65</sup>. Cada FAe responde a uma ou mais dessas finalidades. Os seus comandos estão situados em Brasília, Rio de Janeiro e Natal. Todavia, as suas esquadrilhas estão posicionadas em todo o território nacional.

O Centro do Correio Aéreo Nacional (CECAN), embora subordinado ao Comando Geral de Apoio (COMGAP), por meio do Centro de Logística (CELOG), depende das aeronaves de transporte disponíveis nas FAe. Por isso, em última instância, está sob o comando do COMGAR. As suas atividades seguem ligadas, prioritariamente, à Amazônia e ao Pantanal.

A disposição geográfica das organizações militares da Aeronáutica e as suas respectivas áreas de atuação podem ser visualizadas na Figura 3.1. Ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)<sup>66</sup> estão subordinados os quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA). Os quatro CINDACTAs são responsáveis pela vigilância e pelo controle do tráfego aéreo, civil e militar, bem como vetorar as aeronaves de caça que têm por missão a manutenção da integridade e soberania do espaço aéreo, na área de sua responsabilidade (CINDACTA II, 2012).

---

<sup>65</sup> A I FAe – Primeira Força Aérea (Natal) especializa os pilotos da Força Aérea nas aviações de Caça, Asas Rotativas, Transporte, Reconhecimento e Patrulha; a II FAe – Segunda Força Aérea (Rio de Janeiro) emprega aeronaves em operações aerotáticas independentes ou com as Forças Navais; a III Fae – Terceira Força Aérea (Brasília) emprega caças estratégicos e táticos, aeronaves de reconhecimento e de defesa aérea; a V FAe – Quinta Força Aérea (Rio de Janeiro) emprega aviões de transporte. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=comgar>> Acessado em 12/06/2012.

<sup>66</sup> Ao DECEA compete planejar e gerenciar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a segurança da navegação aérea, com as telecomunicações aeronáuticas e com a tecnologia da informação. Disponível em: < <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=decea>> Acessado em 12/06/2012.

Figura 3.1 Divisão das áreas de atuação dos Comandos Aéreos (COMAR) da Aeronáutica no Brasil, 2012



Fonte: Disponível em: <[http://www.aereo.jor.br/wp-content/uploads/2009/02/fab\\_map.jpg](http://www.aereo.jor.br/wp-content/uploads/2009/02/fab_map.jpg)> Acessado em: 21/10/2011.

Como podemos observar na figura 3.1, as áreas dos diferentes Comandos Aéreos seguem as divisões estaduais. Na região da Amazônia Legal atuam os seguintes comandos I, II, IV e VII, sendo que o II e IV COMAR apenas parcialmente (estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão).

### 3.1.1 OS PRIMÓRDIOS DA AERONÁUTICA E A SUA PRESENÇA NA AMAZÔNIA LEGAL

A área da Amazônia Legal abrange a jurisdição de quatro diferentes comandos aéreos: COMAR I, II, VI e VII. Os meios operacionais, os esquadrões de aeronaves, responsáveis pela vigilância, defesa e suporte às atividades, são subordinados às Forças Aéreas – FAe II, III e V. O Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV) é sediado em Manaus-AM, e a sua rede de radares está fixada em mais de 30 cidades na Amazônia Legal. O CINDACTA II, sediado em Brasília, é o responsável pela vigilância da área de Mato Grosso. Somente o VII COMAR tem quatro bases aéreas situadas na Amazônia Ocidental. Somam-se a elas o Campo de Provas Brigadeiro Velloso, em Novo Progresso-PA, na Serra do Cachimbo, e o Centro de Lançamentos de Alcântara, em São Luís, sob o II COMAR. Nessas quatro bases estão sediados os dez esquadrões da FAB atualmente ativos na Amazônia.

A presença da Aeronáutica na região Amazônica remonta à primeira metade do século XX. Antecede à criação da própria instituição, pois o Correio Aéreo Militar, predecessor do Correio Aéreo Nacional, criara linhas em direção à região desde a década de 1930. A criação do Correio Aéreo Nacional, tal como da própria Aeronáutica, tem origem na Aviação Militar do Exército e da Aviação Militar da Marinha. Mais precisamente, remonta ao Correio Aéreo Militar (CAM) (1931) e ao Correio Aéreo Naval (CAN) (1934) (WANDERLEY, 1966; INCAER, 1990).

Esse período inicial do CAM é descrito por alguns pioneiros da Aeronáutica como “Arco e Flecha”, em referência à tecnologia existente para os voos, tanto em termos de orientação quanto dos modelos das aeronaves empregadas, geralmente velhos biplanos (SIQUEIRA, 1987, p. 49)<sup>67</sup>. Prova disso é a Base Aérea de Belém, fundada em 1936, antes da criação do Ministério da Aeronáutica. Ela foi e continua sendo um importante ponto de apoio para aviação. Devido às limitações tecnológicas de autonomia e navegabilidade daquela época, as conexões aéreas surgiram de forma

---

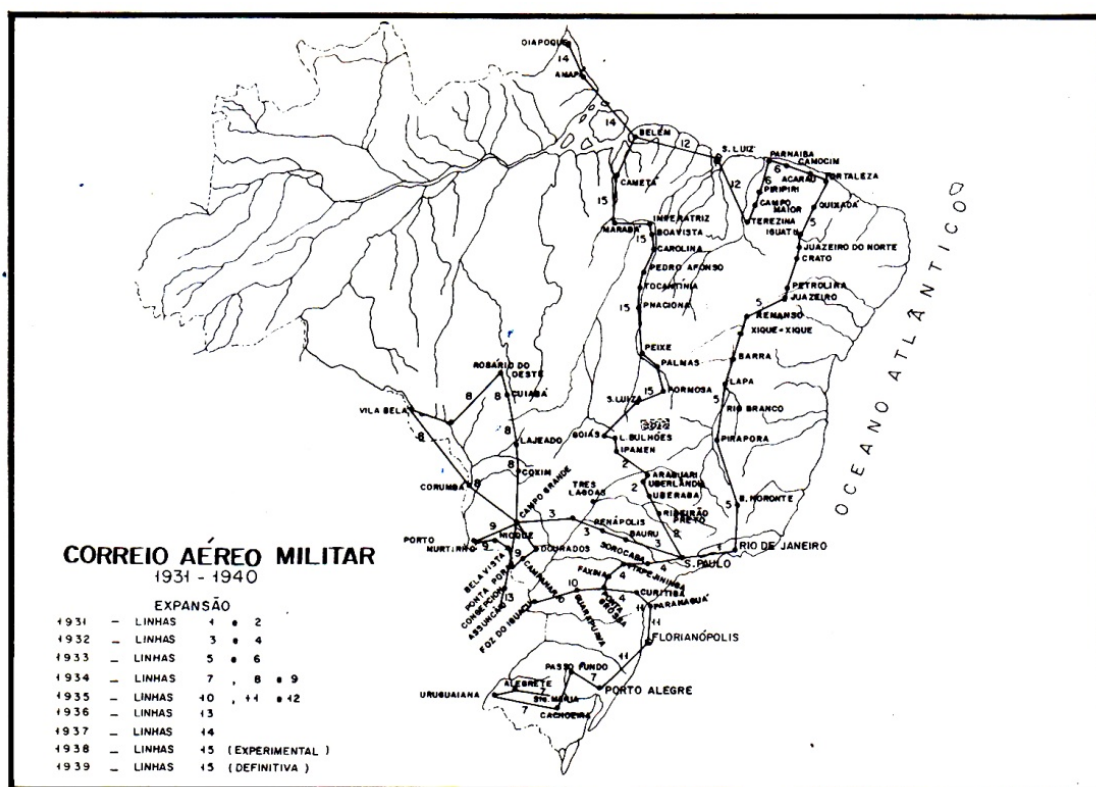
<sup>67</sup> Sobre o período do “Arco e Flecha”, o Brigadeiro Deoclécio Siqueira afirma: “A expressão Arco e Flecha, adotada para a coletânea, não me pertence. Foi criada pelo Brigadeiro Loyola Daher, quando ainda capitão. É de uso corrente entre os nossos aviadores e marca, de modo muito penetrante e real, um confronto entre as culturas primitivas do ciclo do arco em relação à cultura ocidental dos nossos dias e os recursos que eram dotados os pilotos do Correio Aéreo Militar, precaríssimos antes de mais nada, e a segurança, a facilidade, o conforto das mais modernas aeronaves que hoje, no grupo de transportes, herdaram a missão dos CSO, dos F5, dos Waco Cabine velhos [aviões biplano usados pelo CAM], que rasgavam a cento e cinquenta quilômetros por hora, novas estradas nos céus do Brasil” (SIQUEIRA, 1987, p. 51).

lenta e eram tratadas como verdadeiras expedições aeronáuticas, não só no Brasil mas, em sentido amplo, no mundo todo. No Brasil as primeiras linhas aéreas seguiram a costa, os leitos dos rios e, por vezes, as ferrovias, antecedidas por expedições exploratórias que construíam e demarcavam campos de pouso ao longo dos trajetos (Ver VILLAS BOAS, 2012).

As 'asas' do Correio Aéreo Militar adentraram a região Amazônica não exclusivamente pelos ares, mas seguindo rios e varadouros, que serviram como guias para a "conquista aérea". Um bom retrato disso pode ser obtido nas expedições de Lysias Rodrigues pelo rio Tocantins, realizadas entre 1935 e 1937. O objetivo era abrir uma linha do Correio Aéreo Militar até Belém, passando pelo interior (Rota do Tocantins, com cerca de 3.000 km, da nascente até a foz, passando e parando para reabastecer em: Vianópolis, Formosa, Cavalcanti, Palma, Peixe, Porto Nacional, Tocantínia, Pedro Affonso, Carolina, Porto Franco, Imperatriz, S.J. do Araguaia, Marabá, Alcobaça, Baião, Cametá, Abaeté e Belém) (RODRIGUES, 1943; INCAER, 1990, p. 334). Lysias descreve o processo da penosa expedição de reconhecimento feita com veículos, cavalos e barcos e a posterior "repetição" da rota em viagem de avião.

As primeiras linhas do CAM que chegaram à Amazônia o fizeram pela costa. "[E]m 14 de julho [1935], praticamente quatro anos após a primeira missão, o CAM batia às portas da Amazônia, com o prolongamento da linha Fortaleza-Teresina até Belém, escalando em São Luís" (INCAER, 1990, p. 333). Essa linha foi posteriormente prolongada, em 1937, até o Oiapoque. As citadas explorações do rio Tocantins se consolidaram como uma das linhas do CAM, em 1939, partindo da cidade de Goiás até Belém (Goiás, Santa Luzia, Formosa, Palmas, Peixe, Porto Nacional, Tocantínia, Pedro Afonso, Carolina, Boa Vista, Imperatriz, Marabá, Cametá, e Belém) (INCAER, 1990, p. 335).

FIGURA 3.2 Linhas do Correio Aéreo Militar até 1940



Fonte: INCAER, 1990, p. 336.

A abertura dos campos de pouso e o descortinamento dos sertões do Brasil Central<sup>68</sup> e da Amazônia continuaram na década de 1940, por vezes de forma integrada entre militares das Forças Armadas e entidades civis, ou mesmo pela melhoria de aeródromos de empresas civis, como foi o caso da Panair do Brasil, em 1941<sup>69</sup>. Um importante processo de abertura de novas pistas e linhas durante a década de 1940 estava inserido em um projeto governamental da “Marcha para o Oeste”. Internamente a Fundação Brasil Central era a responsável por “colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (MAIA, 2010, p. 622). Na vanguarda desse esforço estava a Expedição Roncador-

<sup>68</sup> Conforme tratado anteriormente, a noção espacial entre Brasil Central, Sertão e Amazônia se estendia até os limites dos estados de Mato Grosso e Goiás; antes da divisão que separou esses estados em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Goiás e Tocantins, até os estados do Amazonas e Pará (MAIA, 2010, p. 462).

<sup>69</sup> Sobre a Panair do Brasil, “em 25 de julho de 1941, o Governo Federal baixou o Decreto nº 3.462, de alta importância para o apoio às operações de guerra. Por esse Decreto, “(...) Art.1º Fica a Panair do Brasil S.A. autorizada a construir, melhorar e aparelhar os aeroportos em Amapá, Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador, com o fim de permitir a sua utilização por aeronaves de grande porte” (WANDERLEY, 1966. P, 309). Ver também: SIQUEIRA, 1987, p. 89; INCAER, 1995.

Xingu, cujos objetivos não deixam dúvida sobre essa atuação da FBC, como salienta Oliveira:

Os objetivos eram formulados claramente – instalar campos de pouso e bases militares, abrir caminhos e picadas, construir pontes. Além da função de desbravamento do interior, a meta era estabelecer bases (...) que permitissem a integração das redes de comunicação nacionais, ameaçadas por grandes vazios demográficos (OLIVEIRA In: VILLAS BOAS, 2012, p. 18).

Em busca dessa integração, militares e civis dividiam a execução das tarefas. Os irmãos civis Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Boas fizeram o trabalho de vanguarda terrestre, no desbravamento do sertão e na abertura de pistas de pouso. Dentre os campos de pouso abertos por eles, um viria a se tornar o atual Campo de Provas Brigadeiro Velloso, posteriormente transformado em Base Aérea, na Serra do Cachimbo, no município de Novo Progresso-TO. Entre os superiores diretos dos Villas Boas estava o Coronel do Exército Vanique. Os aviões do Correio Aéreo Nacional atuavam no apoio logístico à ERX (VILLAS BOAS, 2012).

Durante a Segunda Guerra Mundial, em particular devido à Guerra no Atlântico Sul, a recém-criada Aeronáutica teve acesso a aeronaves mais modernas para fazer o patrulhamento costeiro do Nordeste. Nesse ínterim, o CAN recebeu os seus primeiros aviões de transporte C-47, maiores, mais modernos e com maior autonomia de voo, que podiam alcançar as cidades mais distantes da Amazônia. Em 1958 chegaram os hidroaviões Catalina, que ampliaram muito as possibilidades de operação na Amazônia, uma vez que até 1950 existiam apenas 17 aeródromos na região (RODRIGUES, 2007, p. 31). As imagens dos hidroaviões *Consolidate* PBY- Catalinas, pousados em lagos e rios do interior da Amazônia, e dos C-47 em meio a populações indígenas se tornaram corriqueiras nas publicações da Aeronáutica. Caracterizam, em nosso entender, um período em que a atuação da Aeronáutica na região esteve mais voltada ao auxílio das populações locais e à promoção do desenvolvimento da região do que à defesa do espaço aéreo propriamente dito<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Atualmente o CAN permanece com a missão de apoio prioritário às comunidades na área da Amazônia Legal: “A Aviação de Transporte da Força Aérea Brasileira cumpre as missões relacionadas ao CAN usando vários tipos diferentes de aeronaves no atendimento às comunidades situadas, principalmente, na Amazônia e no Pantanal. Lá, onde a distância e as carências de toda ordem se fazem mais significativas, o transporte de remédios, de alimentos e de pessoas configura a indispensável participação do Comando da Aeronáutica na integração e no progresso do nosso País”. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=comgar>> Acessado em 12/06/2012.

Na esfera da promoção do desenvolvimento regional, durante a década de 1950, destacamos a criação (em 1956) da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA). Ela deve ser entendida no contexto da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Em 1953, foi criada dentro da SPVEA uma comissão mista chamada FAB/SPVEA, visando à implantação de uma malha aeroviária na região. Depois de alguns estudos feitos por essa comissão, foi oficialmente criada a COMARA, que seria gerida pela FAB e financiada pela SPVEA. Conforme consta no Decreto nº 40.411, de 21 de dezembro de 1956:

Art. 1º É criada, no Ministério da Aeronáutica, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, destinada a estudar, projetar, construir e equipar aeroportos na região amazônica, utilizando verbas fornecidas pela superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (BRASIL, 21/12/1956).

Inicialmente, a COMARA tinha por objetivo construir e pavimentar 56 aeródromos na região Amazônica. Em 2010 ela havia realizado mais de 150 pavimentações de aeródromos nos mais diversos municípios do país, não apenas na Amazônia, conforme a Agência da Força Aérea<sup>71</sup>.

Essa atuação da COMARA na construção e melhoria da infraestrutura aeroviária se relaciona com a visão que os militares da Aeronáutica construíram de que o desenvolvimento econômico e social da região faz parte da defesa dela. Conforme Marques:

Em verdade, se atentarmos para a concepção de segurança nacional da geração de militares que criaram a Aeronáutica, nós veremos que mesmo atividades voltadas para o desenvolvimento econômico, como a construção da infra-estrutura aeroportuária, eram vistas pelos oficiais da FAB como ações necessárias para garantir a segurança militar da Amazônia (MARQUES, 2007, p. 123).

---

<sup>71</sup> “Com mais de 70 obras de reforma de edificações aeroportuárias e vias públicas, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) completou [em 2009] 53 anos como a maior construtora de aeródromos do Norte do Brasil.” COMARA: 53 anos de construção em prol da integração e desenvolvimento do Brasil. 04/01/2010. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=4444>> Acessado em 11/06/2012. A jurisdição da COMARA foi expandida pela Portaria nº 733/GC3, de 17 de setembro de 2001, que subordinou a COMARA ao Comando-Geral do Ar (COMGAR) e estendeu seu trabalho a outras regiões do país.

Além de atuar em aeródromos civis, administrados pela INFRAERO, a COMARA cumpre na Aeronáutica o papel dos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército. Ela precede as unidades operacionais e constrói as instalações necessárias a elas. Dessa forma, após a sua criação, foi institucionalizada a função antes desempenhada ora por agentes civis, como a Fundação Brasil Central e a Panair, ora por aviadores, como o Brigadeiro Rodrigues e outros. O desbravamento aeronáutico da Amazônia encerrava assim a sua fase romântica, se é que podemos assim dizer, e passava a uma nova etapa, que teve na COMARA o instrumento de construção das infraestruturas necessárias à presença da Força Aérea na Amazônia.

Todavia, após a criação da COMARA, a Aeronáutica não inaugurou novas Bases Aéreas na Amazônia, até 1984, quando são criadas as bases de Boa Vista-RO e Porto Velho-RO. A criação da última Base Aérea, a de São Gabriel da Cachoeira, ocorreu em 2005, como pode ser visto no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 Bases Aéreas criadas na Amazônia Legal entre 1936 a 2010

<b>Subordinação</b>	<b>Nome da base</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Ano de criação</b>
COMAR I	Base Aérea de Belém - BABE	Belém	PA	1944
COMAR IIV	Base Aérea de Manaus - BAMN	Manaus	AM	1944
COMAR I	Campo de Treinamento Brigadeiro Veloso - CTBV	Novo Progresso	PA	1954
COMAR I	COMARA	Belém	PA	1956
COMAR IIV	Base Aérea de Porto Velho - BAPV	Porto Velho	RO	1984
COMAR IIV	Base Aérea de Boa Vista - BABV	Boa Vista	RR	1984
COMAR II	Centro de Lançamentos de Alcântara*	São Luís	MA	1983*
COMAR IIV	Base Aérea de Uaupés	São Gabriel da Cachoeira	AM	2005

\* Em São Luís estão sediados o Centro de Lançamentos de Alcântara e o Centro de Lançamentos da Barreira do Inferno, ambos ligados às atividades do Centro de Tecnologia Aeroespacial.  
Fonte: www.fab.mil.br, acessado em 10/10/2012. Elaborado pelo autor.

Juntamente com a criação de bases vieram a criação e a transferência de esquadrões. Os primeiros grupos de aviões sediados no Norte tinham poucas aeronaves, geralmente de patrulha, transporte e treinamento. Segundo dados do Brigadeiro Deoclécio Siqueira, a Base Aérea de Belém, única na região Norte, no início da década de 1940 tinha 13 aeronaves de patrulha (das quais sete anfíbias), de um total de 374 aeronaves que a FAB tinha em todo o Brasil (SIQUEIRA, 1987, p. 180)<sup>72</sup>. Observando o Quadro 3.2x, o primeiro grupo de aviação criado fora de Belém

<sup>72</sup> A distribuição das aeronaves da FAB entre 1942 e 1944 era a seguinte: Região Norte, 13; Nordeste, 128; Rio-São Paulo, 93; e Sul, 170. A FAB tinha ainda um Grupo de Caça e outro de Observação no Teatro de Operações Europeu (1ºELO e 1ºGav - Senta a Pua) (SIQUEIRA, 1987, pp.180-181).



foi o 1º Grupo de Aviação, em 1947, cujo nome foi alterado para 9º Grupo de Aviação em 1949.

Quadro 3.2 Evolução dos Esquadrões da FAB sediados na Amazônia, 1937 - 1960

Sigla/nome do Esquadrão (Tipo)	Município	1º ano na Amazônia	Ano de transferência da esquadrilha	Novo grupo da esquadrilha
7º Regimento de Aviação.	Belém	1937	1944	1º Grupo de Patrulha
1º Grupo de Patrulha.	Belém	1944	1947	2º Grupo de Aviação
1º/2º Grupo de Aviação	Belém	1947	---	1º ETA - Tracajá
1º Grupo de Aviação	Manaus	1947	1949	9º Grupo de Aviação
9º Grupo de Aviação	Manaus	1949	---	---

Fontes: INCAER, 1990; WANDERLEY, 1966; SIQUEIRA, 1987; Sites: FAB, 2012 (Lei de Informação); Associação de Catalineiros; Spotter. Elaborado pelo autor

As décadas de 1980 e 1990 viram um aumento do número de esquadrões na região Amazônica (como pode ser visto no Quadro 3.3). As mudanças no cenário geoestratégico e na importância dada à região nas políticas públicas de defesa contribuíram para isto. No final de primeira década do século XXI, a defesa da Amazônia entrou na era supersônica, com a transferência para Manaus do Esquadrão Pacau, que opera os caças a jato F-5M. Anteriormente sediados na região, estavam apenas caças turbo hélices A-29 Super Tucano (ver Quadro 3.4).

Quadro 3.3 Histórico dos Esquadrões da FAB sediados na Amazônia, 1969 a 2010

Grande Unidade	Sigla	Município	UF	1º ano na Amazônia
I COMAR	1º ETA (Esquadrão Tracajá)	Belém	PA	1969
5ª Força Aérea ou V FAe	1º/9º Gav (Esquadrão Arara)	Manaus	AM	1970
2ª Força Aérea ou II FAe	1º/8º Gav (Esquadrão Falcão)	Belém	PA	1980
2ª Força Aérea ou II FAe	7º/8º Gav (Esquadrão Harpia)	Manaus	AM	1981
VII COMAR	7º ETA (Esquadrão Cobra)	Manaus	AM	1983
2ª Força Aérea ou II FAe	3º/7º Gav (Esquadrão Netuno)	Belém	PA	1990
3ª Força Aérea ou III FAe	2º/3º Gav (Esquadrão Grifo)	Porto Velho	RO	1995
3ª Força Aérea ou III FAe	1º/3º Gav (Esquadrão Escorpião)	Boa Vista	RR	1995
2ª Força Aérea ou II FAe	2º/8º Gav (Esquadrão Poti)	Porto Velho	RO	2009
3ª Força Aérea ou III FAe	1º/4º Gav (Esquadrão Pacau)	Manaus	AM	2010

Fonte: Comando da Aeronáutica; História dos Esquadrões in: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=organizacoes>, Acessado em 02/09/2012; <http://www.spotter.com.br/esquadros/esquadros.htm>, acessado em 14/09/2012. Elaborado pelo autor.

O caça turbo-hélice A-29 Super Tucano, da Embraer, equipa os esquadrões Grifo e Escorpião, utilizados na interceptação aérea. O esquadrão Poti opera modernos helicópteros de ataque Mil Mi-35, de fabricação russa. Os esquadrões Harpia e Falcão também operam helicópteros, usados para o transporte de tropas e ações de busca e salvamento. Alguns desses aparelhos participaram recentemente do resgate de reféns das FARC<sup>73</sup>. Os esquadrões Netuno, Arara, Tracajá e Cobra atuam em ações de patrulha, salvamento e transporte, como pode ser verificado no Quadro 3.3.

QUADRO 3.4 Aeronaves da Força Aérea sediadas na Amazônia Legal, 2012

Esquadrão	Designação na FAB	Modelo Aeronaves	Função
1º/4º Gav - Pacau	F-5EM	F-5 Tiger II	Caça
2º/3º Gav - Grifo	A-29A,A-29B	Super Tucano	Caça Leve
1º/3º Gav - Escorpião	A-29A,A-29B	Super Tucano	Caça Leve
2º/8º Gav - Poti	AH-2 Sabre	Mil-Mi 35	Ataque
7º/8º Gav - Harpia	H-60	Black Hawk	Combate-SAR / Busca e Salvamento/ Transporte
1º/8º Gav - Falcão	H-1H,H-36	Bell Iroquois; Eurocopter EC 725	Combate-SAR/Transporte
3º/7º Gav - Netuno	P-95A, P-95B	Bandeirantes	SAR/Patrulha
1º/9º Gav - Arara	C-105 <sup>A</sup>	CASA-295	Transporte
1º ETA - Tracajá	C-95B,C-98,C-97	Bandeirante; Brasília; Cessna 208	Transporte/Utilitário/SAR/Patrulha
7º ETA - Cobra	C-97,C-98A/B	Brasília; Cessna 208; Caravan	Transporte/Utilitário/SAR/Patrulha

Fonte: Comando da Aeronáutica; História dos Esquadrões in: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?page=organizacoes>, Acessado em 02/09/2012; <http://www.spotter.com.br/esquadros/esquadros.htm>, acessado em 14/09/2012. Elaborado pelo autor.

Observando os quadros 3.3 e 3.4, podemos perceber que a maioria dos esquadrões e aeronaves sediados na Amazônia tem a função de transporte. A chegada à região de aeronaves a jato, consideradas caças de primeira linha mais eficientes, apenas aconteceu com a introdução do esquadrão Pacau, em 2010.

Embora não esteja sediado na Amazônia, o 6º Gav Esquadrão Guardiã, operando aeronaves Embraer (145 adaptados com diferentes tipos de sensores/radares), desempenha um papel fundamental na sua proteção. Cada uma de suas duas esquadrilhas desempenha um papel específico. A primeira, 1º/6º Gav, opera as aeronaves R-99, responsáveis pelo “planejamento, execução e supervisão das missões de Controle e Alarme Aéreo Antecipado (AEW&C - Airborne Early

<sup>73</sup>Agência da Força Aérea: Disponível em < [http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?datan=26/03/2012&page=mostra\\_notimpol](http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?datan=26/03/2012&page=mostra_notimpol)> Acessado em 14/06/2012

*Warning and Control*”). A segunda esquadrilha, 2<sup>o</sup>/6<sup>o</sup> Gav, com as aeronaves E-99, realiza “missões de Sensoriamento Remoto e Reconhecimento Aéreo em prol do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e da Força Aérea Brasileira” (2<sup>o</sup>/6<sup>o</sup> Gav, 2012). Esses aviões executam missões rotineiras sobre a Amazônia e são essenciais tanto para defesa quanto para o monitoramento aéreo da região.

Com o aumento da presença de aeronaves militares e civis na região, foi preciso solucionar um outro problema – o de controlar a movimentação e guiar as aeronaves militares em suas missões. Para isso foi montado um grande sistema de radares para cobrir toda a Amazônia, que é controlado pelo CINDACTA IV.

### 3.1.2 CINDACTA IV E SIVAM/SIPAM: OLHOS SOBRE A AMAZÔNIA

Foco de inúmeros estudos e debates, o Sistema de Proteção da Amazônia e o Sistema de Vigilância da Amazônia, SIPAM/SIVAM, são atualmente peças fundamentais na vigilância e na proteção da Amazônia. É preciso contextualizar os seus antecedentes. De acordo com Lorch (2000), após a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial inúmeros aviões de transporte militar foram convertidos ao uso civil e equiparam diversas companhias aéreas brasileiras, congestionando o espaço aéreo. Em resposta a isso, foi instalado em 1956 o primeiro sistema de VOR (*Very High Frequency Omni Range*), capaz de guiar os aviões. Na década seguinte, novos sistemas ILS (Sistema de Pouso por Instrumentos) e ALS (Sistema de Luzes de Aproximação) foram adquiridos pela Força Aérea para auxiliar a aviação.

Em 1973, foi criado o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA), um sistema unificado que controlava as operações da aviação civil e militar. No início da década de 1990, os CINDACTAs I, II e III tinham uma rede de radares que cobriam o Sul, o Nordeste e o Centro-Oeste. A Amazônia estava fora dessa rede de radares. Apenas Manaus, Belém e Boa Vista tinham estações de radar; a elas foram somados São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga. Entretanto, até meados da década de 1990, não havia mais radares no restante da Amazônia, e por isso voar sobre vários locais da região ainda significava “*voar olhando os rios*” (LORCH, 2000, p. 99) para se orientar. Os pilotos não podiam contar com um radar que os ajudasse a se localizar caso, por algum motivo, se perdessem sobre a floresta.

Em vista disso, em 1990 foi apresentado pelo Ministério da Aeronáutica à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e ao Ministério da Justiça o documento Exposição de Motivos nº 194, que tratava da criação de um Sistema para Proteção e Vigilância da Amazônia, que representou a origem do SIPAM/SIVAM (LORCH, 2000, p. 103). Entre essa exposição de motivos, em 1990, e a entrega das últimas unidades de radares, em 2005, foram 15 anos licitando, planejando e implantando o sistema, e essa demora gerou críticas (LEITE, 2002) (ver Quadro 3.5).

Quadro 3.5 Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo na Área da Amazônia Legal, 2012

Subordinação	Nome da base	Município	UF	Ano de criação
	DTCEA – BW	Barra do Garças	MT	1973
DTCEA - CINDACTA I	DTCEA – GI	Chapada dos Guimarães	MT	1973
	DTCEA-BE	Belém	PA	1942/1947
	DTCEA-RB	Rio Branco	AC	1948/1973
	DTCEA-SL	São Luís	MA	1949/1973
	DTCEA-PV	Porto Velho	RO	1955/1973
	DTCEA-GM	Guajará-Mirim	RO	1958/1973
Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA) - CINDACTA IV	DTCEA-EG - MN	Manaus	AM	1973
	DTCEA-EG - Eduardo Gomes	Manaus	AM	1973
	DTCEA-BV	Boa Vista	RR	1973
	DTCEA-BE	Belém	PA	1947/1973
	DTCEA-UA	São Gabriel da Cachoeira	AM	1973
	DTCEA-CZ	Cruzeiro do Sul	AC	1973
	DTCEA-VH	Vilhena	RO	1973
	DTCEA-CY	Cuiabá	MT	1973
	DTCEA-SI	Sinop	MT	1973
	DTCEA-FA	São Félix do Araguaia	MT	1973
	DTCEA-TF	Tefé	AM	1973
	DTCEA-IZ	Imperatriz	MA	1973
	DTCEA-SN	Santarém	PA	1973
	DTCEA-MQ	Macapá	AP	1973
	DTCEA-FX	São Félix do Xingu	PA	1973
	DTCEA-OI	Oiapoque	AP	1973
	DTCEA-EI	Eirunepé	AM	1973
	DTCEA-MY	Manicoré	AM	1973
	DTCEA-EP	Porto Espiridião	MT	1973
	DTCEA-CC	Novo Progresso (Cachimbo)	PA	1973
DTCEA-AA	Conceição do Araguaia	PA	1973	
DTCEA-EK	Jacareacanga	PA	1973	
DTCEA-TT	Tabatinga	AM	1973	
DTCEA-TS	Oriximiná (Tiriós)	PA	1973	

As duas siglas após o traço indicam o município onde esta sediado o Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA).

Fonte: FAB, 2012. Elaborado pelo autor

As principais funções do SIPAM/SIVAM eram a vigilância patrimonial da Amazônia e do espaço aéreo nacional; o provimento de informações para os órgãos governamentais; e a orientação dos vetores responsáveis pela interceptação de aeronaves desconhecidas ou consideradas hostis sobre a região<sup>74</sup>. A rede de radares situada nos municípios do quadro 3.5 monitora cada parte do espaço aéreo e retransmite as informações para o centro de operações em Manaus, que entra em contato com o comando da FAB que, por sua vez, envia as aeronaves em missão.

Para cumprir sua função, foi necessária a modernização e construção de uma série de radares e outros equipamentos<sup>75</sup>. Concluído em 2005, o sistema passou a operar de forma integrada – mais de três dezenas de Órgãos Remotos operados pelo Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA), distribuídos por toda a região. Conforme o Quadro 3.5, esses destacamentos são geralmente operados por pequenos contingentes da Aeronáutica, alojados em uma vila militar instalada junto a Pelotões de Fronteira do Exército ou nas cidades, e responsáveis por operar os equipamentos de radares.

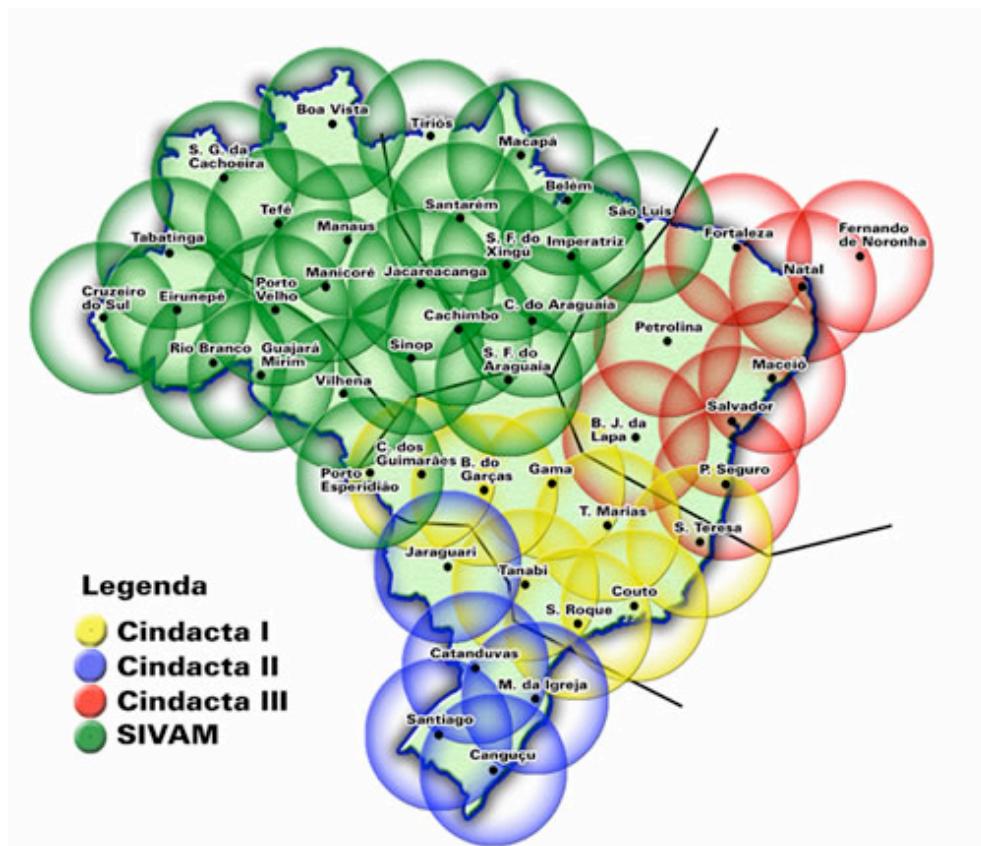
Todo esse grupo de Destacamentos de Controle do Tráfego Aéreo, apresentados no Quadro 3.5, possibilitaram criar uma cobertura de radares que, somada aos CINDACTAS I II e III, atualmente abrange todo o território nacional, como pode ser visualizado na Figura 3.3.

---

<sup>74</sup> É importante destacar a aprovação da lei do Tiro de Destruição, a lei nº 9.614, de 05 de março de 1998, que entrou em vigor apenas em 2004, com o Decreto nº 5.144, de 16 de julho. Ela viabilizou a defesa efetiva do espaço aéreo nacional. Marques afirma que “a regulamentação da Lei do Tiro de Destruição tem uma relação direta com o SIVAM. Com a modernização do sistema de defesa aérea e controle do tráfego aéreo, comprovou-se que os ilícitos entram em território brasileiro principalmente por via aérea. (...) transportados em pequenas aeronaves provenientes de nossos vizinhos amazônicos.” Com isto, “cresceram os casos em que aeronaves interceptadas pela FAB tiveram suas ordens (de identificação e pouso em pista pré-determinada) ignoradas por pilotos que realizavam vôos clandestinos” (MARQUES, 2007, p. 128.).

<sup>75</sup> Sobre equipamentos ver: <<http://www.sipam.gov.br/content/view/40/53/>>; ver também José Humberto Lourenção, que teve acesso aos dados do Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM) quando o órgão tinha um sítio na internet e divulgava a informação; atualmente tal informação é restrita. Em 2003, os principais meios do SIVAM/SIPAM eram: 8 aviões EMB-145 AEW&C com radares; 70 estações meteorológicas; 10 estações de radar meteorológico; 3 esquadrões de aviões A-29 Super Tucano da Embraer, entre inúmeros outros que estão relacionados em LOURENÇÃO, 2003, p.79.

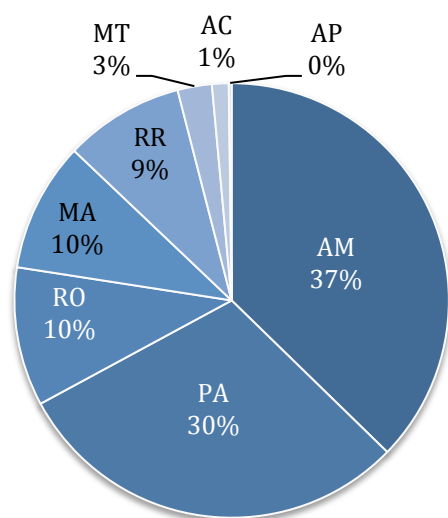
Figura 3.3 Área coberta pelas estações de radar Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA), 2012



Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/porta/hotsites/fab70anos/tourphoto90.php>> Acessado em 17/06/2012.

Atualmente, portanto, a Amazônia está equipada, com um sistema de vigilância e monitoramento eficiente e um conjunto de bases estrategicamente posicionadas. Quanto aos efetivos, a Aeronáutica tinha, em 2012, 9.485 militares dispostos nos estados da Amazônia Legal. Cerca de 67% deles atuam nos estados do Amazonas e Pará, onde se encontram as bases aéreas mais antigas da região.

Gráfico 3.1 Efetivos da Aeronáutica na Amazônia Legal por estado, 2012 (números absolutos e porcentagens)



Efetivos FAB	
Estado	Número de militares
AM	3.537
PA	2.829
RO	980
MA	915
RR	844
MT	242
AC	118
AP	20
<b>Total</b>	<b>9.485</b>

Fonte: Aeronáutica, 2012. Dados tabulados pelo autor.

A presença de contingentes menores de militares da Aeronáutica no Amapá, Acre e Mato Grosso ocorre devido ao fato de que nesses estados não existem Bases Aéreas, ou por não serem eles sedes de esquadrões de aviação regulares. Isso se reflete também nos municípios, como pode ser visto na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 Efetivos da Aeronáutica por Estado e município da Amazônia Legal, 2012

Amazonas		Amapá		Mato Grosso	
Eirunepé	20	Macapá	20	Barra do Garças	61
Manaus	3.354	Oiapoque	0	Chapada dos Guimarães	44
São Gabriel da Cachoeira	69	<b>Acre</b>		Cuiabá	128
Tabatinga	58	Cruzeiro do Sul	35	São Félix do Araguaia	4
Tefé	24	Rio Branco	83	Sinop	5
<b>Pará</b>		<b>Rondônia</b>		<b>Maranhão</b>	
Belém	2.678	Guajará-Mirim	23	Imperatriz	9
Conceição do Araguaia	7	Porto Velho	918	São Luís	906
Novo Progresso	134	Vilhena	39	<b>Roraima</b>	
Santarém	10			Boa Vista	844

Fonte: Força Aérea Brasileira, 2012. Dados tabulados pelo autor

Conforme a Tabela 3.1 podemos ver que os municípios de Belém e Manaus, onde estão instaladas as bases mais antigas da FAB na região amazônica (1944), possuem os maiores efetivos. O Campo de Provas Brigadeiro Veloso, embora também antigo (1954), possui um efetivo pequeno, com pouco mais de uma centena, pois não sedia esquadrões de aviação. As bases de São Luís (1983), Porto Velho-RO (1984) e Boa Vista-RR (1984) já possuem efetivos maiores, com várias centenas de homens. Na maioria dos outros municípios podemos perceber que os efetivos não são superiores a uma centena. Em várias localidades esses efetivos não chegam a dez homens. Esses municípios geralmente possuem apenas estações de radares, que não necessitam de um grupo grande de indivíduos para operá-las.

### 3.1.3 A AERONÁUTICA NA AMAZÔNIA: UM BALANÇO

A presença da Aeronáutica na Amazônia se fez em três momentos distintos. Primeiro, o período do desbravamento, que vai das expedições exploratórias, na década de 1930, por terra e pelos rios, para construção das pistas de pouso que atendiam as linhas do CAM e os primeiros anos do CAN, até a criação da COMARA, em 1956. Foram criados apenas as Bases Aéreas de Belém (1936) e Manaus (1953) e o Campo de Provas Brigadeiro Velloso (1954), no Pará. O número de pistas de pouso, mesmo aquelas apenas de terra, era reduzido nesse período. O valor estratégico de Belém, na foz, e Manaus, na confluência dos principais rios formadores do Amazonas, é claro. Todavia, naquele momento a função dessas bases era a de apoiar o desenvolvimento das atividades aeronáuticas.

Em seguida vem o período pós-1956, quando a abertura de novos campos de pouso e pavimentação dos existentes se intensificam, com a criação da COMARA. Todavia não ocorre o deslocamento significativo de meios operativos e aeronaves de combate para a região. A principal missão da FAB, nesse período, é o apoio logístico às outras forças e instituições. O período se estende até 1984.

O terceiro momento começa em 1984 e se estende até 2012. Nele assiste-se a um movimento diferente, quando bases aéreas são criadas, aeronaves de combate são deslocadas para a região e o sistema SIVAM/SIPAM é ativado. São criadas bases aéreas em São Luís-MA (1983), Porto Velho-RO (1984), Boa Vista-RR (1984) e São Gabriel da Cachoeira-AM (2005), o que mostra um avanço da presença da FAB em direção à Amazônia Ocidental, onde estão três dessas bases. O Decreto nº 5.144, de



16 de julho de 2004, regula os procedimentos para o uso do tiro de destruição contra aeronaves suspeitas/hostis. Conhecido popularmente como “Lei do abate”, sua entrada em vigor juntamente com a ativação dos últimos radares do SIVAM/SIPAM em 2005 possibilitou maior eficiência no controle do espaço aéreo sobre a Amazônia Legal. Mais recentemente, em 2010, a transferência de uma esquadrilha de caças a jato F-5M para Manaus elevou a capacidade operacional da Aeronáutica. Embora as aeronaves turboélice A-29 Super Tucano sejam adaptadas e eficientes para a interceptação, destacamos a entrada da Amazônia na ‘era do jato’, pois essas aeronaves são identificadas como superiores às turboélices e gozam de maior prestígio. Deslocar um esquadrão de F-5 para a Amazônia significa deslocar uma das unidades mais modernas da Força Aérea para a região, o que entendemos atesta a importância dada à mesma.

Esses fatos levam à compreensão de que a Aeronáutica teve, desde a década de 1930, um papel importante na integração da região Amazônica, ligado, a princípio, ao apoio logístico e ao desenvolvimento da região, por meio da construção de aeródromos. Superada essa fase, desde a década de 1990, a FAB está construindo uma imagem mais voltada para a defesa da região. O incremento de suas esquadrilhas de caça, a ativação de um sistema moderno de radares e a ativação de novas bases aéreas são consequências das mudanças das diretrizes de defesa da Aeronáutica e do Brasil, em decorrência de mudanças geoestratégicas regionais e globais.

## 3.2 A MARINHA DO BRASIL

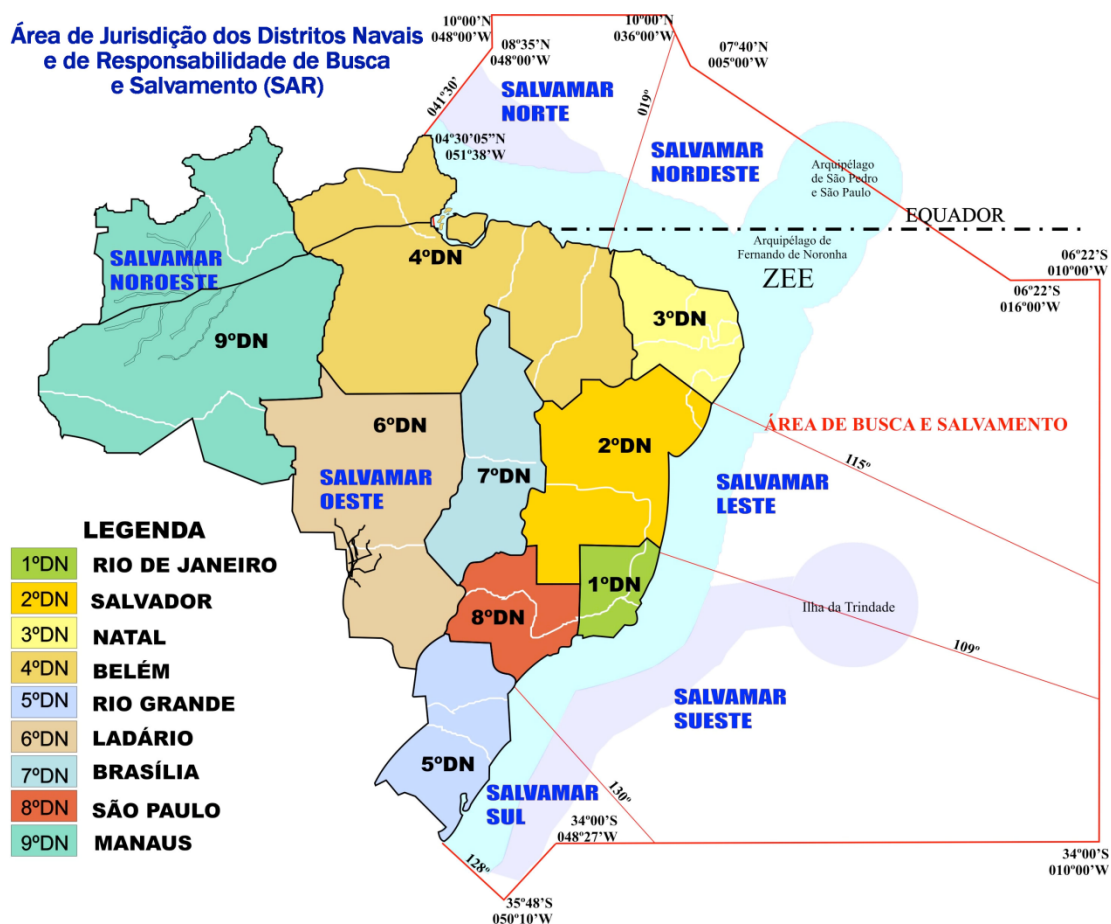
Para compreender melhor o papel da Marinha na Amazônia, é preciso entender a estrutura dessa instituição. O Comando da Marinha (CM) tem como principal órgão assessor o Comando Maior da Esquadra, além de uma série de secretarias e outras Organizações Militares (OM). A primeira grande divisão que se percebe é a do Comando de Operações Navais (ComOpNav), ao qual estão subordinados a Esquadra e todos os Distritos Navais. Há ainda uma série de outros órgãos ligados a funções não diretamente de cunho bélico, mas de suporte, como o Departamento Geral de Pessoal da Marinha (DGPM), o Departamento Geral de Navegação (DGN) e outros<sup>76</sup>.

O ComOpNav é responsável por gerir dois dos principais papéis da Marinha, a defesa, por meio das embarcações, aeronaves e combatentes da arma; e a fiscalização e salvaguarda do tráfego aquaviário, por meio das Capitânicas e Agências Fluviais. Para tal, sob o ComOpNav estão os Distritos Navais (DN) e a Esquadra (ver figura 3.4). A Esquadra é composta pelos navios destinados ao uso prioritário no Oceano Atlântico e na defesa da costa e da plataforma continental. Ela tem um comando independente dos Distritos Navais. A Esquadra é a Marinha de águas azuis. A ela estão subordinados a flotilha de submarinos, o navio aeródromo São Paulo, todas as fragatas, parte significativa da aviação naval (tanto de asas rotativas – helicópteros – como jatos), entre outras embarcações. A Esquadra fica sediada no Rio de Janeiro.

---

<sup>76</sup> Para mais detalhes, consultar o organograma detalhado da Marinha, disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_h/organizacoes/organizacoes.htm](http://www.mar.mil.br/menu_h/organizacoes/organizacoes.htm)>

Figura 3.4 Estrutura da Marinha de Guerra brasileira – Distritos Navais e SALVAMAR, situação em 2012



Fonte: Disponível em: <[http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/sar\\_grande/](http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/sar_grande/)> Acessado em 01/04/2012.

Na figura 3.4 podem ser vistas as áreas de responsabilidade dos Distritos Navais, que são encarregados tanto dos meios operacionais usados na defesa, navios e batalhões especiais, quanto do controle e fiscalização do tráfego, por meio das capitânicas fluviais. Pode-se observar também o Serviço de Salvamento da Marinha (SALVAMAR), responsável por operações de salvamento de pessoas em perigo no mar e em águas interiores. Os estados que compõem a Amazônia Legal encontram-se na jurisdição dos 4º, 6º, 7º e 9º Distritos Navais. Sendo que as áreas dos 4º, 6º e 7º DN estendem-se para além dos limites da Amazônia Legal, englobando outros estados brasileiros. Da Amazônia Legal eles atendem Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. A área do 9º DN coincide com a área da Amazônia Ocidental, compreendendo os estados de Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre.

### 3.2.1 A AMAZÔNIA AZUL OU MARINHA AZUL?

Recentemente cunhou-se a expressão “Amazônia Azul” para delimitar o espaço oceânico que abarca a Plataforma Continental e a Zona Econômica Exclusiva da marítima brasileira.

No mar, a ZEE [Zona Econômica Exclusiva] brasileira, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3,54 milhões de km<sup>2</sup>. A área em questão, somada os cerca de 960 mil km<sup>2</sup> de plataforma continental (PC), situados além das 200 milhas náuticas e reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfaz um total aproximado de 4,5 milhões de km<sup>2</sup>. essa extensa área oceânica delimita o que se denomina “Amazônia Azul”, que é adjacente ao continente e corresponde a aproximadamente 52% da área continental brasileira.<sup>77</sup>

O termo Amazônia Azul busca demonstrar a similaridade da Amazônia, em termos de dimensões e riquezas, com o mar territorial brasileiro. A definição dada por alguns altos oficiais da Marinha deixa clara essa comparação: “A essa extensão atlântica, que se projeta para além do litoral e das ilhas oceânicas, e **corresponde a cerca de metade da superfície do Brasil**, se tem chamado de *Amazônia Azul*. Azul por **comparar-se à Verde, pela dimensão e pela biodiversidade**” (VIDIGAL, *et al.*, 2006, p. 18. Grifo nosso). A defesa dessa área tem recebido atenção especial por parte da Marinha do Brasil, conforme pode ser percebido na literatura recente sobre o tema (FLORES, 2002; VIDIGAL *et al.*, 2006; EDN-2008; PAEMB-2009). Parte dessa atenção, com certeza, se dá devido às novas descobertas petrolíferas na camada do pré-sal, situada nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo (região litorânea entre os estados de Santa Catarina e o Espírito Santo) e dentro da Zona Econômica Exclusiva-ZEE. A responsabilidade pela segurança dessa área (juntamente com o Mar Territorial e a Plataforma Continental) cabe à Marinha<sup>78</sup>.

Em 1962/63, um incidente ligado à região da plataforma continental brasileira envolveu navios de guerra brasileiros, franceses e navios de pesca franceses. A “Guerra da Lagosta”, como ficou conhecida na mídia, foi uma disputa em torno da

---

<sup>77</sup> Conforme definição do Ministério da Defesa, apresentada no Livro Branco da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2455226-24072012-defesa-politica-estrategia-e-livro-branco-de-defesa-nacional-conheca-os-documentos-enviados-pela-presidenta-da-republica-a-apreciacao-do-congresso-nacional.html> Acessado em 23/10/2012.

<sup>78</sup> A convenção de Genebra, de 1958, estabelece que pertencem aos países adjacentes os recursos minerais (como petróleo) e biológicos (pesca, algas) que existam ou residam na plataforma continental que é parte do território submarino do país. A plataforma continental é uma faixa de largura variável delimitada pela profundidade de 200 metros. Devido a isso, em alguns trechos do Nordeste brasileiro ela chega a ter 60 milhas náuticas (BRAGA, 2004, p.15).

pesca desse crustáceo por barcos franceses nessa plataforma considerada ZEE brasileira. A detenção de navios de pesca franceses em águas brasileiras motivou o envio de navios de guerra franceses à região e, em resposta, o envio de navios de guerra brasileiros e aviões de patrulha marítima. O impasse foi resolvido por vias diplomáticas, após ‘demonstrações de força’ por parte da Marinha Brasileira. Os navios de pesca foram liberados. Na visão do comandante da Marinha, Cláudio Costa Braga, a “‘Operação Lagosta’ atingiu o seu propósito, pois preservou a soberania nacional e os interesses econômicos brasileiros” (BRAGA, 2004, p. 163).

Mas, sem dúvida, o petróleo é a mais importante *commodity* de interesse nacional presente na Amazônia Azul. Nos últimos anos do século XX e na primeira década do século XXI, a legislação relativa à defesa nacional reforçou a importância dessa área conhecida como Amazônia Azul. A Política de Defesa Nacional (PDN) (1996/2005) e a Estratégia de Defesa Nacional (EDN) (2008) colocaram a Amazônia e o Atlântico Sul como áreas prioritárias para a defesa nacional. Dentro de uma lógica que define a Amazônia como um teatro de operações prioritariamente terrestre e o Atlântico sul como marítimo, assim poderia se esperar que emergisse uma consequente ‘divisão do trabalho’ entre Marinha e Exército (MARQUES, 2007, p. 140). Essa divisão pode ser percebida nas orientações relativas à Marinha na EDN-2008, na qual prevalecem as atenções ao mar em detrimento das atividades fluviais. Na EDN a tarefa prioritária da Marinha surge como a de “negar o uso do mar ao inimigo” (Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008).

As diretrizes da END estão contempladas no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) (2009) e vieram a consolidar essa prioridade, na medida em que deu ênfase a projetos ligados à esquadra e à Amazônia Azul. O PAEMB teve entre seus principais projetos: a construção de submarinos convencionais; o desenvolvimento do submarino nuclear; a construção de uma Base/Estaleiro em Itaguaí (RJ), para construção e apoio à frota de submarinos; a ampliação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz); renovação dos meios (embarcações, aeronaves e outros); e aumento da presença e do controle na faixa litorânea entre Santos-SP e Vitória-ES. Próximo à Amazônia, a PAEMB afirmou que iria buscar “assegurar maior ação de presença e controle nas proximidades da foz do Rio Amazonas” e que “implantar uma 2ª Esquadra e uma 2ª Divisão Anfíbia na Região N/NE do País”<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> O documento PAEMB (2009) pode ser encontrado na página da Marinha. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/paemb/paemb.html>> Acessado em 12/10/2012.

Essa proeminência da Amazônia Azul e, conseqüentemente, da Esquadra, não configura uma novidade ou mudança de direção das estratégias adotadas pela Marinha, que historicamente esteve conectada ao mar de maneira muito mais estreita do que aos rios. Como afirmou o Almirante Vidigal :

A Marinha comete um erro no sentido de que ela sempre defendeu a Marinha de águas azuis, a Marinha oceânica, e sempre desprezou a Marinha interiorana, a Marinha dos rios, esquecendo que a Guerra do Paraguai foi toda uma guerra fluvial, que as nossas grandes vitórias: Riachuelo, passagem de Humaitá, tudo é fluvial. Na guerra Cisplatina também, a passagem de Toneleros, tudo é fluvial. A Marinha se esquece da experiência do passado e se apóia numa Marinha oceânica. A gente até entende isso, a Marinha oceânica é uma grande Marinha que vai a qualquer lugar do mundo. Mas o nosso problema de Defesa é tanto fluvial quanto marítimo, e nós não podemos abandonar o problema fluvial. Mas a Marinha, de certa forma, o abandonou (VIDIGAL. *In*: MARQUES, 2007, p. 142).

A Amazônia Azul, dessa forma, responde às aspirações da Marinha por uma 'Marinha de águas azuis', como expressa Vidigal. Essa é atualmente a prioridade estratégica dessa força. Essa prioridade estratégica está alicerçada no uso da Esquadra para garantir a soberania nas águas marítimas brasileiras. Isso explica a proeminência da Armada sobre os distritos navais e a sua ampla participação no PAEMB (2009), que inclui a aquisição de um novo navio aeródromo, navios de patrulha oceânicos, submarinos e mesmo a criação de uma segunda Esquadra.

### 3.2.2 A PRESENÇA DA MARINHA NA AMAZÔNIA LEGAL

A Marinha tem bases antigas na região Amazônica, heranças do período colonial. Segundo informações da própria Marinha:

A presença da Marinha do Brasil na Amazônia remonta ao ano de 1728, com a criação da Divisão Naval do Norte, sediada em Belém do Grão-Pará, de onde será exercido controle do acesso aos navios ao Rio Amazonas em consequência da abertura da navegação do rio Amazonas às nações amigas em 1868, foi criada a Flotilha do Amazonas, em substituição à Divisão Naval do Norte, com o propósito de prover a proteção do litoral e das hidrovias. Em 1968, nasce o Comando Naval de Manaus, sendo desativado em 1975 e ressurgindo em 1994 como Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), que perdurou até a criação do Comando do 9º Distrito Naval pelo Decreto nº 5.349 de 20 de janeiro de 2005 [sic]<sup>80</sup>.

A criação da Casa das Canoas, em Belém, data de 1729. Esse local é apresentado pela Marinha como o marco inicial de sua presença na Amazônia, isto é, a sua primeira base. O local sofreu alterações de nomes e funções ao longo dos anos, mas teria ficado sempre sob administração da Marinha, até os dias atuais. Todavia, oficialmente, a primeira unidade militar da Marinha Brasileira sediada na região Amazônica só foi criada mais de cem anos depois, em 1845: a Capitania dos Portos de Belém. Depois, em 1868, foi criada a Flotilha do Amazonas (FlotAM), que veio a ocupar a jurisdição da Divisão Naval do Norte, herança do período colonial.

Ao longo do tempo houve mudanças na nomenclatura e mesmo na sede da FlotAM que, desde 1974, está sediada em Manaus. No entanto, a presença da Marinha em Manaus é anterior. A ilha de São Vicente, em frente a Manaus, sede do atual 9º DN, teve diversos usos: de quartel de milícias (1791), passou a hospital do Ministério da Guerra (1855), à carreira<sup>81</sup> para navios da Marinha (1920), chegando à atualidade como sede administrativa da Marinha (2000).

---

<sup>80</sup> Disponível em: < [http://www.fab.mil.br/portal/operacoes\\_aereas/solimoes/fn.htm](http://www.fab.mil.br/portal/operacoes_aereas/solimoes/fn.htm) > Acessado em 12/08/2012.

<sup>81</sup> Carreira de navios é o nome que se dá a uma estrutura instalada próxima à margem d'água, utilizada para arrastar as embarcações para o seco, possibilitando inspeção e manutenção no casco e demais partes que ficam abaixo da linha d'água.

Os rios da fronteira entre Mato Grosso e a Bolívia são patrulhados pelas embarcações sediadas na Base Fluvial de Ladário. Essa base originou-se como o Arsenal da Marinha de Ladário, fundado em 1873, após a Guerra do Paraguai<sup>82</sup>.

A proclamação da República colocou a Marinha em um estado de letargia, devido, em parte, às desconfianças que pairavam sobre oficiais e marinheiros após as revoltas da Armada (1891 e 1893), na virada do século, e ao papel central do Exército nos primeiros anos da República (CARVALHO, 2006; MCCANN, 2007; ARIAS NETO, 2010; MARTINS FILHO, 2010). Carvalho (2006) ilustra essa situação ao mostrar os efetivos da arma que, em 1900, eram cerca de 2.297 homens, enquanto o Exército tinha cerca de 28 mil. A Marinha retomou o fôlego com os projetos, iniciados em 1904, de constituição de uma esquadra moderna, a partir da aquisição de dois grandes encouraçados (*Dreadnought*). Os encouraçados 'Minas Gerais' e 'São Paulo' ampliaram o poder da Marinha na América do Sul, mas também foram peças-chave na revolta da Chibata de 1910<sup>83</sup>.

No decorrer do século XX, com a Segunda Guerra Mundial, foi iniciado um impulso modernizador na Marinha de Guerra brasileira. As necessidades de patrulha do Atlântico Sul contribuíram para o incremento dos meios da Armada. As dificuldades enfrentadas no período do conflito, aliadas às novas pressões do pós-guerra, levaram à construção da Base Naval de Val-de-Cães, em 1949<sup>84</sup>, em Belém. Foram necessários mais 29 anos até a construção de uma nova Base Naval na Amazônia.

---

<sup>82</sup> “O decreto nº 358, de 14/08/1845, autorizou o governo a estabelecer uma "Capitania do Porto " em cada Província Marítima do Império, com as atribuições específicas de Polícia Naval, conservação do porto, inspeção e administração dos faróis, balizamento, matrícula de gente do mar, tráfego de embarcações, praticagem, etc. A Capitania dos Portos do Estado do Mato Grosso foi criada pelo Decreto Imperial nº 2762, de 16 de março de 1861, sendo extinta seis anos após devido aos conflitos na região , durante a Guerra do Paraguai, sendo restabelecida em 1873. Inicialmente, a CPMT funcionou anexa a Inspetoria do Arsenal da Marinha de Ladário. Após o ano de 1907, a Capitania passou a ter como sede a cidade de Corumbá, instalando-se, no seu endereço atual, a partir de 1945. Em 1919, foram criadas as agência de Cuiabá, Cáceres e Porto Murtinho, pela Portaria nº 0621/83, do Exmoº Sr. Ministro da Marinha. A Capitania dos Porto de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi Classificada como de 2ª classe. Em 1997, a CPMTMS passou a se denominada "Capitania Fluvial do Pantanal". A Portaria nº 0021/2000 do CON aprovou o estabelecimento das atuais áreas de jurisdição da CFPN e de suas Agências.” Disponível em < <https://www.mar.mil.br/cfpn/historico.html> > Acessado em: 11/05/2012

<sup>83</sup> O projeto de 1904 de construção de uma nova esquadra previa a compra dos seguintes navios: “3 encouraçados de 12.500 a 13.000 toneladas, armados com 12 canhões de 254 mm; 3 cruzadores com deslocamento entre 9.200 e 9700 toneladas; 6 contratorpedeiros de 430 toneladas; 6 barcos torpedeiros de 130 toneladas; 6 barcos torpedeiros de 50 toneladas; e 3 submarinos.” Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/?s=Dreadnought#ixzz23EkZL1FA>>. Acessado em: 12/07/2012.

<sup>84</sup> Segundo a Marinha do Brasil: “a relevância de uma Base Naval autêntica, sediada em Belém, para apoio às operações navais no norte do Brasil. Assim, o então Ministro da Marinha (MM) aprovando a proposta do EMA, baixou o Aviso nº0830, de 23 de março de 1948, determinando providências para o planejamento da construção da Base Naval de Val-de-Cães, com a recomendação de que se fizesse isso com visão larga e confiança no futuro do Brasil”. Disponível em: <<http://www.alide.com.br/joomla/index.php/component/content/article/81-edicao-43/703-base-naval-de-val-de-cans>> Acessado em: 07/01/2012



Em 1978, foi criada a Estação Naval do Rio Negro, base importante para a região da Amazônia ocidental<sup>85</sup>.

Essas bases navais estão subordinadas cada qual a um dos Distritos Navais (DN) que têm jurisdição sobre a Amazônia Legal (ver Quadro 3.2). No total, são quatro, que cobrem toda a área e estão distribuídos da seguinte forma: o 9º DN com sede em Manaus-AM; o 4º DN com sede em Belém-PA; o 6º DN com sede em Ladário-MS e o 7º DN com sede em Brasília-DF. O 6º DN atua nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e está mais voltado à Bacia do Rio da Prata, onde conta com a Base Fluvial de Ladário, situada nas proximidades das fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. O 9º DN tem como jurisdição a Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), está situado no encontro dos rios Negro e Solimões e controla todos os rios provenientes das fronteiras a norte e a montante de Manaus (Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana). O 4º DN, estrategicamente situado na foz do grande rio, presta apoio tanto às águas interiores quanto oceânicas do Pará, Maranhão e Piauí. Ao 7º DN cabe a jurisdição sobre Tocantins, conforme informa-se na a Figura 3.4<sup>86</sup> (conforme Quadro 3.6).

---

<sup>85</sup> Decreto nº 81.659, de 15 de maio de 1978. Cria a Estação Naval do Rio Negro e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81659-15-maio-1978-430701-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 11/05/2012.

<sup>86</sup> Para se compreender como a própria Marinha entende a sua abrangência e importância na área de atuação de um DN, citamos o exemplo do 4º DN: “Correspondendo a 23% do território nacional e possuindo cerca de três mil milhas de vias fluviais navegáveis, a área sob jurisdição do Com4oDN tem importância estratégica acentuada pelo fato de fazer limite com três países da América do Sul (Guiana Francesa, Suriname e Guiana) e Compreende os Estados do Amapá, Pará, Piauí, e praticamente todo o Estado do Maranhão. Por abrigar significativos estoques de reservas minerais e hídricas e por abundante e ambicionada biodiversidade. Essa malha hidrográfica, o grande eixo estratégico é representado pela hidrovia Amazônia-Solimões, que permite durante todo o ano a chegada de navios de até 10 metros de calado a Manaus e de até 4,5 metros a Tabatinga” (MARINHA/4ºDN, 2012. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/com4dn/>> Acessado em: 07/04/2012).

Quadro 3.6 Municípios da Amazônia com presença permanente da Marinha, 2012

<b>Grande Unidade</b>	<b>Organização Militar*</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Ano de criação</b>
4ºDN	Arsenal da Marinha do Pará	Belém	PA	1761
4ºDN	Capitania dos Portos de Belém	Belém	PA	1845
4ºDN	Grupamento Naval do Norte/Flot. Am.	Belém	PA	1868
4ºDN	Capitania dos Portos de Santana	Santana do Araguaia	PA	1899
4ºDN	Capitania dos Portos de Santarém	Santarém	PA	1899
4ºDN	Base Naval de Val-de-Cães	Belém	PA	1949
4ºDN	Grupamento de Fuzileiros Navais	Belém	PA	1932
4ºDN	Arsenal da Marinha do Maranhão	São Luís	MA	1761
4ºDN	Capitania dos Portos de São Luís	São Luís	MA	1845
4ºDN	Agência Fluvial de Imperatriz	Imperatriz	MA	1989
6ºDN	Base Fluvial de Ladário	Ladário	MT/M S	1871
6ºDN	Agência Fluvial de Cuiabá	Cuiabá	MT	1919
6ºDN	Agência Fluvial de Cáceres	Cáceres	MT	1919
6ºDN	Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário	Ladário	MT/M S	1931
7ºDN	Capitania dos Portos de Palmas	Palmas	TO	2000
7ºDN	Agência Fluvial de São Félix do Araguaia	São Félix do Araguaia	MT	2000
9ºDN	Capitania dos Portos de Manaus	Manaus	AM	1874
9ºDN	Agência Fluvial de Itacoatiara	Itacoatiara	AM	1919
9ºDN	Agência Fluvial de Eirunepé	Eirunepé	AM	1940
9ºDN	Agência Fluvial de Boca do Acre	Boca do Acre	AM	1940
9ºDN	Agência Fluvial de Boca de Guajará-mirim	Guajará-mirim	RO	1940
9ºDN	Delegacia Fluvial de Porto Velho	Porto Velho	RO	1941
9ºDN	Capitania dos Portos de Tabatinga	Tabatinga	AM	1969
9ºDN	Flotilha do Amazonas	Manaus	AM	1978
9ºDN	Estação Naval do Rio Negro	Manaus	AM	1978
9ºDN	Agência Fluvial de Tefé	Tefé	AM	1978
9ºDN	Agência Fluvial de Parintins	Parintins	AM	1980
9ºDN	Bat. Op. Ribeirinhas de Manaus	Manaus	AM	1985
9ºDN	Bat. Op. Ribeirinhas de Tabatinga	Tabatinga	AM	2003
9ºDN	Agência Fluvial de Boca de Humaitá	Humaitá	AM	2010

\* Os nomes utilizados são os das atuais OMs.

Fonte: Marinha do Brasil, 2012. Elaborado pelo autor

Observando o quadro 3.6 à luz do exposto anteriormente, pode-se perceber que duas das três principais bases da Marinha situadas na Amazônia foram respostas a estímulos externos como: a guerra do Paraguai e a fundação da BN de Ladário-MT; a Segunda Guerra Mundial e criação da BN Val de Cães, Belém-PA. A estação Naval do Rio Negro já é criada em momento diferente, quando o próprio regime militar

trabalhava para integrar e desenvolver a Amazônia. Manaus já possuía a Zona Franca (ZFM) e o Polo Industrial (PIM) desde 1967, sua montagem e o escoamento da produção era feita por via fluvial. Outro ponto a observar são as Agências e Delegacias fluviais. Elas estão situadas nos principais rios, normalmente a quilômetros da linha de fronteira, e apenas duas (Tabatinga e Guajará-Mirim) estão sobre a linha de fronteira. Com isso, qualquer embarcação que adentre o território Brasileiro pela região da Cabeça do Cachorro (rio Negro) ou por Vila Bittencourt (rio Japurá) só encontrará uma agência fluvial em Tefé (rio Solimões). Essa baixa presença de postos da Marinha causa estranhamento, devido ao fato de a Amazônia ser a maior bacia fluvial do país, e uma região destacada como importante para defesa e o desenvolvimento.

Para além das agências e capitânicas, a Marinha se faz presente na região também por suas embarcações, que têm “sua atuação limitada às calhas dos principais rios e ao uso dos Batalhões de Operações Ribeirinhas” (MARQUES, 2007, p. 154).

As embarcações da Marinha na Amazônia são navios de patrulha fluvial, de apoio a operações logísticas, navios-hospitais e outros ligados à salvaguarda da navegação, tais como os navios balizadores responsáveis pela manutenção das hidrovias, além de embarcações de menor porte, como lanchas operacionais. O Quadro 3.7, mostra os navios da Marinha que atualmente operam na região, o Distrito Naval ao qual são subordinados, os seus tipos e o ano em que foram incorporados ao serviço amazônico. Devido às características da malha hidrológica, o 7ºDN não opera navios.

Podemos perceber a preponderância de dois tipos de embarcações: os Navios de Patrulha Fluvial e os Navios de Assistência Médico Hospitalar (NAsH) (Ver figura 3.5). São 16 navios de patrulha, seis navios de Assistência Hospitalar e outros seis navios com funções diversas, do transporte ao balizamento das hidrovias.

Quadro 3.7 Embarcações da Marinha ativas na Amazônia Legal, 2012.

	sigla	Tipo e nome da embarcação	ano
Embarcações da MB subordinadas ao 9º DN (Manaus)	P-30	Navio Patrulha Fluvial Roraima	1975
	P-31	Navio Patrulha Fluvial Rondônia	1975
	P-32	Navio Patrulha Fluvial Amapá	1976
	P-20	Navio Patrulha Fluvial Teixeira	1974
	P-21	Navio Patrulha Fluvial Raposo Tavares	1974
	U-16	Navio Assistência Hospitalar Doutor Montenegro	2000
	U-18	Navio Assistência Hospitalar Oswaldo Cruz	1984
	U-19	Navio Assistência Hospitalar Carlos Chagas	1984
	U-21	Navio Assistência Hospitalar Soares de Meirelles	2010
Embarcações da MB subordinadas ao 4º DN (Belém)	P-60	Navio Patrulha Bracuí	1998
	P-48	Navio Patrulha Guanabara	1999
	P-62	Navio Patrulha Bocaina	1998
	P-49	Navio Patrulha Guarujá	1999
	P-13	Navio Patrulha Parati	1971
	P-12	Navio Patrulha Pampeiro	1970
	H-19	Navio Balizador Tenente Castelo	1983
	H-37	Navio Hidroceanográfico Garnier Sampaio	1995
	U-15	Navio Auxiliar Pará*	2005
R-24	Rebocador de Alto Mar Almirante Guilhem	1981	
Embarcações da MB subordinadas ao 6º DN (Ladário)	P-10	Navio Patrulha Piratini	1970
	P-11	Navio Patrulha Pirajá	1971
	P-14	Navio Patrulha Penendo	1971
	P-15	Navio Patrulha Poti	1971
	U-17	Monitor Parnaíba	1938
	G-15	Navio Transporte Fluvial Paraguassu	1972
	G-17	Navio Apoio Logístico Potengí	1938
	U-29	Aviso de Transporte Fluvial Piraim	1982
	U-28	Navio Assistência Hospitalar Tenente Maximiano	2009

\* O Navio U-15 é usado para ações cívico-sociais, como o auxílio médico-odontológico, embora não seja denominado NAsH.

Fontes: Dados compilados usando sites da Marinha do Brasil, dos 4º, 9º, 7º DN e <http://www.naviosbrasileiros.com.br>. Elaborado pelo autor.

Observando o Quadro 3.7, nota-se que a maioria desses navios data das décadas de 1970 (11 navios) e 1980 (4 navios). Na década de 1990 quatro navios novos foram incorporados, e a partir dos anos 2000 mais quatro embarcações foram comissionadas, todas elas direcionadas para missões de atendimento hospitalar. Existem ainda dois navios da década de 1930 que, tal como outras embarcações, sofreram modernizações ao longo dos anos e permanecem no serviço ativo. Observando as datas em que esses navios foram incorporados aos Distritos Navais, percebe-se que todos os navios de assistência médico hospitalar são das décadas de 1990 e 2000, ou seja, é uma atividade relativamente recente.

Figura 3.5 Foto do navio de assistência hospitalar Carlos Chagas (U-19) e Navio de Patrulha Fluvial Roraima, em Tefé-AM, na cheia de 2010.



Fonte: Foto do Autor, 2010.

Os navios de patrulha fluvial são embarcações armadas, podendo ou não ter aeronaves orgânicas a eles. Devido às características das operações fluviais, o seu uso é restrito, pois em rios estreitos, com pouca manobrabilidade, são considerados vulneráveis às ações de um possível inimigo. Por isso, a “sua função principal é de apoio às tropas de operações ribeirinhas sediadas em Manaus e Belém” (MARQUES, 2007, p. 153), além de apoio ao Exército, à Aeronáutica e a outros órgãos do Poder Público (PF, IBAMA, ICMBio) em operações especiais<sup>87</sup>. O trabalho de rotina dessas embarcações consiste em patrulhar, durante todo o ano, os rios da região (como o P-30 Roraima, na Figura 3.5). Esses navios de patrulha fluvial são fundamentais também no suporte às atividades dos Batalhões de Operações Ribeirinhas dos Fuzileiros Navais (BtlOpRib) (OLIVEIRA, 2011). Sediados em Belém, no Pará, e em Manaus e Tabatinga no Amazonas, os fuzileiros são forças especiais de emprego rápido, cujo treinamento foi adaptado às realidades da região amazônica. Aqui podemos supor um despreparo da Marinha para atuar na região Amazônica, pois, como exposto, os Navios de Patrulha Fluvial que são a presença da Marinha nos rios e o suporte aos Batalhões de Operações Ribeirinhas possuem capacidade de emprego limitado na área. Esse tema pode ser aprofundado em um estudo focado na defesa da Amazônia.

---

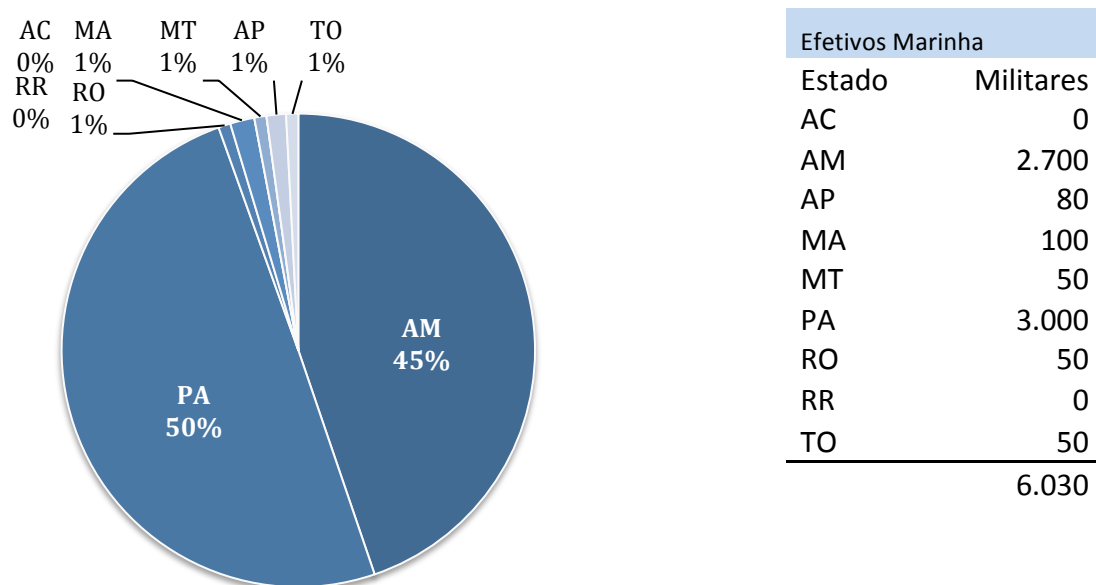
<sup>87</sup> Para ver mais operações realizadas pela Marinha do Brasil, sugerimos o link <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/operacoes\\_navais/operacoes\\_mb.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/operacoes_navais/operacoes_mb.htm)>

Os navios de assistência hospitalar da Marinha são todos subordinados aos Distritos Navais-DN na área amazônica, pois não existem em outros DN, nem mesmo no corpo da Esquadra Oceânica, navios com a função específica de atendimento médico às populações, ou navios-hospitais. Na estratégia da Marinha, os NAsH provêm atendimento médico-hospitalar, odontológico e de vacinação à população ribeirinha e indígena (VIDIGAL et alli, 2006, p. 270). Para cumprir as suas missões, estas embarcações estão equipadas com consultórios médicos, odontológicos, enfermarias, centro cirúrgico e laboratório de análises clínicas, lanchas operacionais. Alguns têm helicópteros que podem ser usados no transbordo e evacuação de pacientes (como o U-19 NAsH Carlos Chagas na Foto? 3.5.).

Outra atribuição da Marinha na Amazônia é dada pela Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, conhecida como Lei do Óleo, que trata da “prevenção, do controle e da fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas em águas brasileiras” (Lei nº 9.966/00). Essa lei regulou e complementou a legislação e os procedimentos descritos na NORMAN-2 e MARPOL-73/78. Por essa, lei cabe à Marinha do Brasil fiscalizar e multar os responsáveis por atos de poluição nos meios hídricos, em águas interiores ou em águas marítimas. Nesse contexto, os incidentes envolvendo embarcações, plataformas e portos de transbordo de combustíveis são de responsabilidade da Marinha, em paralelo a outros órgãos de fiscalização, como o IBAMA e as Secretarias de Meio Ambiente de cada estado.

Cerca de 66% dos efetivos da Marinha estão sediados no Rio de Janeiro, onde está fundeada a Esquadra oceânica. Os efetivos da Marinha na Amazônia Legal somam aproximadamente 6.030 indivíduos, sendo a menor Força em números absolutos na região. Destes, 95% estão sediados nos estados do Pará e Amazonas, concentrados em Belém e Manaus (ver Gráfico 3.2 e Tabela 3.8).

Gráfico 3.2 Efetivos da Marinha, por Estado na Amazônia Legal, 2012



Fonte: Marinha do Brasil, 2012. Elaborado pelo autor.

Nos estados do Acre e Rondônia não existem unidades militares da Marinha. Entretanto, os navios de patrulha fluvial e os navios de assistência hospitalar circulam nos rios desses estados. A concentração dos efetivos em Belém e Manaus se explica pela presença das duas bases navais nesses municípios (ver tabela 3.2).

Tabela 3.2 Efetivos da Marinha, por estado e município, na Amazônia Legal, 2012.

<b>Pará</b>		<b>Amazonas</b>	
Belém	2.940	Manaus	2.560
Santarém	60	Tabatinga	55
Santana do Araguaia	80	Parintins	15
<b>Mato Grosso</b>		Tefé	15
São Félix do Araguaia	15	Itacoatiara	15
Cuiabá	20	Humaitá	15
Cáceres	15	Eirunepé	10
<b>Maranhão</b>		Boca do Acre	15
São Luís	85	<b>Rondônia</b>	
Imperatriz	15	Porto Velho	35
<b>Tocantins</b>		Guajará-Mirim	15
Palmas	50		

Fonte: Marinha do Brasil, 2012. Elaborado pelo autor.

A disposição dos efetivos da Marinha é caracterizada pela alta concentração em Manaus e Belém, onde estão as principais bases navais na região. O número nos outros estados da região não ultrapassa uma centena de homens sendo que Roraima, Acre e Amapá não possuem nenhum efetivo. Embora estes estados possuam rios pertencentes a bacia amazônica, mas oriundos dos países vizinhos, e que são vias de penetração no território nacional. A capital de Roraima, Boa Vista é banhada pelo rio Branco, que tem a montante a fronteira com a Guiana, e a jusante segue em direção o rio Negro. Já o Acre possui rios oriundos principalmente do Peru e alguns da Bolívia (Rios Envira, Abunã, Acre, Laco e Tarauacá), que são formadores dos rios Purús e Juruá. No Amapá os rios Jari e Amparai/Araguari são oriundos do Suriname e Guiana Francesa, respectivamente, e afluentes do Amazonas.

### 3.2.3 UM BALANÇO DA MARINHA NA AMAZÔNIA

A dinâmica da presença da Marinha na Amazônia Legal está distribuída em duas regiões diferentes cuja ocupação teve temporalidades e estímulos quase sempre distintos. Na bacia do rio da Prata, em Mato Grosso e Rondônia, a Guerra do Paraguai foi decisiva para a instalação da base fluvial de Ladário. A fronteira com a Bolívia, interpretada como um ponto sensível desde o início do século XX, motivou também a instalação de um Grupamento de Fuzileiros Navais em Ladário, hoje adaptado às técnicas de operações ribeirinhas. O aumento da presença da Marinha ocorreu na década de 1940, com a criação de Agências Fluviais em Guajará-Mirim e Porto Velho. Os meios destinados à região não se distinguem sobremaneira daqueles usados nos outros DN da região Amazônica (a não ser pela entrada tardia em serviço, em 2009, do único navio de assistência hospitalar operado pelo 6º DN).

A outra grande área de atuação da Marinha é a calha e foz do rio Amazonas-Solimões e afluentes. A foz do rio Amazonas figura como a área de presença mais antiga e marcante da Marinha, desde o início do século XX, com a função de 'fechar a porta'. Com os estímulos externos da década de 1940, a infraestrutura da Marinha foi incrementada com a base naval Val-de-Cães e com novas agências fluviais em Rondônia e no Amazonas. Outro período significativo foi o do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980, em que se consolida uma presença da Marinha de Guerra em Manaus, com a Estação Naval do Rio Negro, além de novas agências fluviais no estado. No século XXI, a interiorização chega às fronteiras, alcançando Humaitá e Tabatinga (BatOpeRib).



Quanto às embarcações, o destaque vai para os navios de assistência hospitalar incorporados a partir de 1984 e, de forma mais expressiva, na primeira década do século XXI. A sua função proporciona à Marinha uma presença cujos impactos sobre as populações ribeirinhas se fazem sentir de modo indireto.

Os navios de combate responsáveis pela patrulha dos rios datam, em sua maioria, da década de 1970, sendo alguns do final dos anos 1990. Como as doutrinas atuais da Marinha entendem que o uso dessas embarcações é limitado na região, devido às suas restritas capacidades de manobra (GUIMARÃES & CONCEIÇÃO JÚNIOR, 2001), cabe aos Batalhões de Operações Ribeirinhas, sediados em Manaus e Tabatinga, e ao Grupamento de Fuzileiros Navais, sediado em Belém, a função principal de combate.

Percebe-se que a presença da Marinha na “Amazônia Verde” esteve historicamente condicionada a estímulos externos, tais como foram a Guerra do Paraguai, a Segunda Guerra Mundial e a recente valorização da Amazônia no cenário geopolítico global, influenciada pela ascensão da questão ambiental. Isso pode ser ratificado ao se examinar a fala de oficiais superiores da Marinha, como a do Almirante Mário César Flores: “A Amazônia parece ser agora a região merecedora de mais atenção” (FLORES, 2002, p. 67); e a do Almirante Vidigal: “Mas o nosso problema de Defesa é tanto fluvial quanto marítimo, e nós não podemos abandonar o problema fluvial. Mas a Marinha, de certa forma, o abandonou” (VIDIGAL. In: MARQUES, 2007, p. 142). Entretanto, a END-2008 e o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (PAEMB, 2009) contemplam a Região Amazônica em seu planejamento apenas na medida em que preveem a construção de novos navios de patrulha fluvial e a ativação de uma segunda Esquadra nas regiões Norte ou Nordeste.

### 3.3 O EXÉRCITO BRASILEIRO

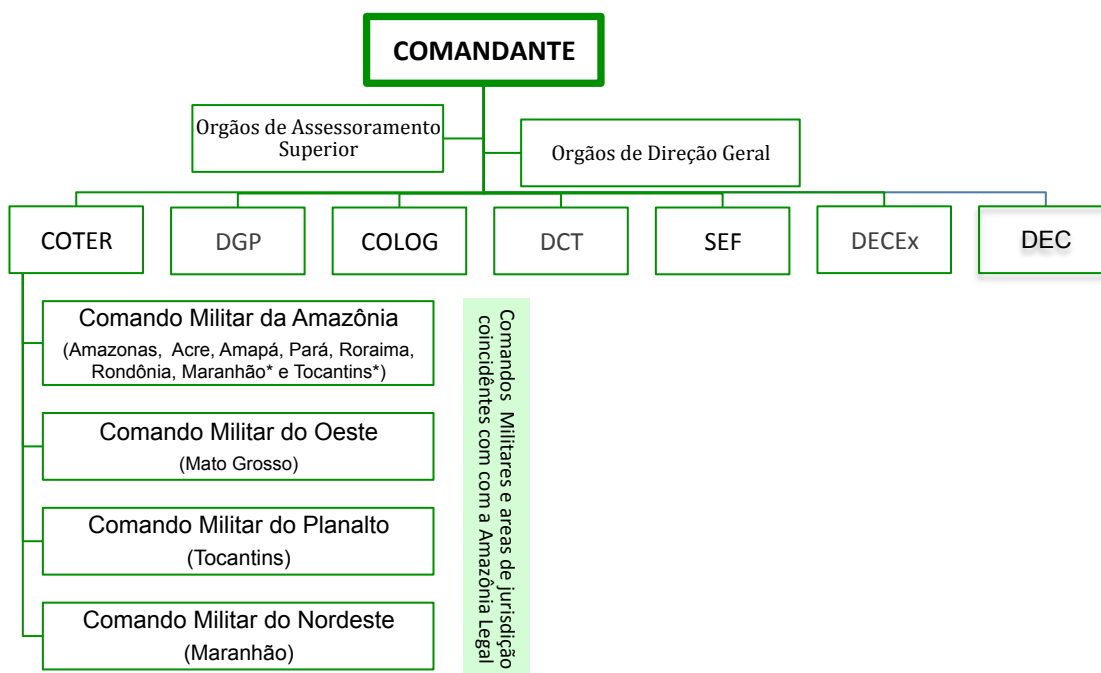
O Exército tem um percurso de, pelo menos, um século de história. Foi a primeira dentre as Forças Armadas a se fazer presente nas ações de defesa do território brasileiro. Antes, porém, de abordar a instituição, para compreender melhor onde se inserem as forças do Exército estacionadas na Amazônia Legal, é interessante apresentar, em linhas gerais, como o Exército Brasileiro está, atualmente, organizado<sup>88</sup>.

O Exército tem no Comandante do Exército uma figura catalisadora. Sob o seu comando estão três grupos de órgãos, quais sejam: órgãos de Assessoramento Superior; órgãos de Direção Geral; e órgãos Setoriais. Neste último grupo, encontram-se: o Departamento Geral do Pessoal (DGP); o Comando Logístico (COLOG); o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT); a Secretaria de Economia e Finanças (SEF); Departamento de Educação e Cultura (DECEX); Departamento de Engenharia e Construção; e o Comando de Operações Terrestres (COTER). Apresenta-se, a seguir, um organograma simplificado (Figura 3.6) que pode auxiliar na compreensão da inserção das forças do Exército instaladas na Amazônia Legal.

---

<sup>88</sup> Para mais detalhes, ver o organograma completo do Exército, disponível em: <[http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma\\_exercito.php](http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/organograma/organograma_exercito.php)> Acessado em 14/04/2012.

Organograma 3.2 Organograma simplificado do Exército, com destaque para os quatro Comando Militares que atuam na Amazônia Legal, 2012



\* Nesses Estados o CMA é responsável apenas por pequenas áreas.

Fonte: Exército, 2012. Elaborado pelo autor.

Ao Comando de Operações Terrestres (COTER) estão subordinados os Grandes Comandos Militares de área. O território brasileiro está dividido em sete Comandos Militares. Aos comandos estão subordinadas as Regiões Militares, Brigadas e demais unidades estacionadas em suas áreas de jurisdição. Como regra geral, essas áreas são delimitadas pelas fronteiras estaduais. As exceções são o Comando Militar do Planalto, que engloba a região do Triângulo Mineiro, e o Comando Militar da Amazônia que, abarca a região mais ao norte do Estado do Tocantins e mais a oeste do Estado do Maranhão.

Figura 3.6 Distribuição dos Comandos Militares do Brasil, 2012.



Fonte: Exército, 2012.

### 3.3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: O PAPEL POVOADOR DO EXÉRCITO

Existe no Exército, de forma indelével, uma herança histórica atrelada aos diferentes acontecimentos que remontam, no período colonial, às ações do Exército Português, ao uso de personagens históricos em hinos, ou ao uso de símbolos portugueses em brasões e históricos de comandos e batalhões, conforme evidenciado por Marques (2007) e Castro & Barreto (2006; 2012), entre outros. De fato, parte dessa tradição pode ter sido criada pelo Exército de modo proposital para estabelecer uma continuidade com o passado, cujas funções podem ser, conforme esclarece Hobsbawm, constituir condições de admissão a um grupo, legitimar uma instituição ou inculcar valores e ideias (HOBSBAWN, 1997, p. 17). Esse processo de criação de um *continuum* histórico tem também um argumento recorrente, que é a construção das fortificações como provas materiais da presença militar.

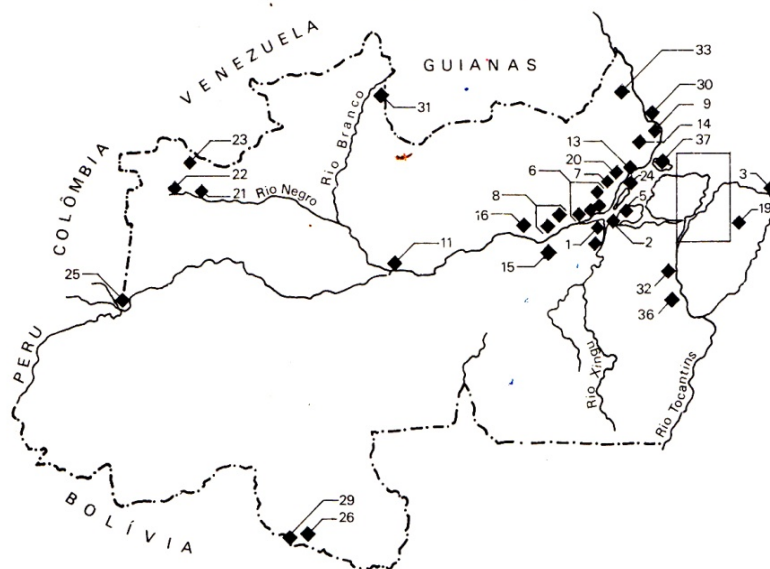
O mesmo ocorre em relação à Amazônia nos dois aspectos. Entretanto, como neste capítulo o que interessa é a compreensão das formas de presença do Exército na região, apenas o argumento da 'presença efetiva' será objeto de reflexão, por entender que ele pode conter elementos mais fortemente explicativos da ocupação da região pelo Exército.

A presença permanente de contingentes militares na Amazônia, antes de 1900, se fez de formas distintas: fortificações, colônias militares e presídios. Apenas em meados do século XVIII, nos primeiros anos após grande parte da Amazônia se tornar oficialmente brasileira, com o Tratado de Madri (1750), a Coroa Portuguesa 'despachou' dois regimentos permanentes para Amazônia Ocidental. Antes sua presença estava restrita às áreas das capitanias do Pará e Maranhão, que vieram a formar em 1751 o Estado do Grão-Pará e Maranhão com sede em Belém-PA e cujo território incluía as áreas reconhecidas pelo tratado de Madrid, abrangendo então os atuais estados do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão e Piauí (MORAES, 2000; MONIZ, 1998). Foram enviados à região, em 1753, o Regimento da Cidade [sic] e o Regimento de Macapá (CASTRO & BARRETO, 2012). Em Belém, o primeiro corpo fixo do Exército português foi instalado somente em 1803. Belém e Macapá concentravam as forças de defesa da Amazônia no período colonial, estas forças estavam constituídas de três Regimentos de Infantaria e um Corpo de Cavalaria (CASTRO E BARRETO, 2006. p. 55-56). Com a Independência, em 1822, o recém-criado Exército Imperial Brasileiro herdou os fortes, colônias e presídios, o mesmo acontecendo com a proclamação da República, quando herdou os demais fortes e colônias que ainda existiam.

Esses fortes cumprem um papel importante no imaginário militar sobre a presença dos militares na região. Diversos autores militares, em períodos distintos, fazem menção a essas fortificações como marcas desta presença (MAGALHÃES, 1957 [1863]; CIDADE, 1940 [1934]; MATTOS, 1980; BENTO, 2003). Meira Mattos (1980) lista fortes e fortificações históricas da Amazônia, que atestariam a continuidade da presença militar na região (Figura 3.7). No entanto, em 1900, muitos desses fortes já não existiam mais enquanto sedes de unidades militares ativas. Alguns haviam sido abandonados e outros não passavam de construções improvisadas de vida efêmera (BENTO, 2003. p. 74).

Figura 3.7 As Fortificações na região Norte anteriores ao século XX, segundo General Meira Mattos.

**AS FORTIFICAÇÕES HISTÓRICAS DA AMAZÔNIA  
(SÉCULOS XVII, XVIII E XIX)**



- ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DOS FORTES DE BELÉM E VIZINHANÇAS (VER NA LEGENDA).
- 1 — FORTES DE ORANGÉ E NASSAU
  - 2 — FORTÉ DE MARIOCAI
  - 3 — FORTINS DE CUMÃ E CAETÉ
  - 4 — FORTÉ DE PRESEPIO OU DO CASTELO (BELÉM)
  - 5 — FORTALEZA DE SANTO ANTONIO DE GURUPÁ (GURUPÁ)
  - 6 — FORTES DE MURUTU, MANDIUTUBA, TORREGO E FELIPE
  - 7 — FORTÉ DE CUMAÚ
  - 8 — FORTES DO DESTERRO E DO TOERÉ
  - 9 — FORTÉ DO ARAGUARI
  - 10 — FORTÉ DE S. PEDRO NOLASCO (BELÉM)
  - 11 — FORTALEZA DE S. JOSÉ DA BARRA DO RIO NEGRO (MANAUS)
  - 12 — FORTALEZA DA BARRA (BELÉM)
  - 13 — FORTÉ DE SANTO ANTONIO DE MACAPÁ (MACAPÁ)
  - 14 — FORTÉ DO RIO BATABOUTÉ
  - 15 — FORTALEZA DE SANTARÉM OU DOS TAPAJOS
  - 16 — FORTÉ DE ÓBIDOS OU DE PAUXIS
  - 17 — FORTÉ DO PARU (ALMERIM)
  - 18 — FORTIM E BATERIA DE ILHA DOS PERIQUITOS (BELÉM)
  - 19 — CASA FORTE DO GUAMÁ (OUREM)
  - 20 — VIGIA DO CURIAU
  - 21 — FORTÉ DE SÃO GABRIEL (UAUPÉS)
  - 22 — FORTÉ DE SÃO JOAQUIM (RIO NEGRO)
  - 23 — FORTÉ DE CUCUI (MARABITANAS)
  - 24 — FORTALEZA DE MACAPÁ
  - 25 — FORTÉ DE TABATINGA
  - 26 — FORTÉ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
  - 27 — REDUTO DE SÃO JOSÉ (BELÉM)
  - 28 — BATERIA DE VAL-DE-CANS (BELÉM)
  - 29 — FORTÉ DO PRÍNCIPE DA BEIRA
  - 30 — FORTÉ DO CABO NORTE
  - 31 — FORTÉ DE SÃO JOAQUIM
  - 32 — FORTÉ DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ (TUCURUI)
  - 33 — FORTES DO CABO NORTE
  - 34 — BATERIA DE SANTO ANTONIO (BELÉM)
  - 35 — FORTÉ DA ILHA DOS PERIQUITOS (BELÉM)
  - 36 — FORTÉ DA CACHOEIRA DE ITABOCA
  - 37 — VIGIA DA ILHA DE BRAGANÇA

Fonte: MATTOS, 1980, p. 40.

Embora a figura 3.7 de Meira Mattos esteja intitulada como “Fortificações Históricas da Amazônia” podemos constatar que na verdade a figura abrange apenas a região Norte e não da Amazônia Legal como um todo, pois não estão representados os Estados de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

Alguns desses fortes estavam ligados a dois outros tipos de organizações geridas pelos militares na região - as Colônias Militares e os Presídios (quadro 3.8). Como este tema já foi abordado no capítulo 2 iremos repassar de modo panorâmico apenas para seguir a linha de narrativa. As Colônias Militares surgiram ainda no Império como uma forma de ocupar e colonizar as fronteiras, para garantir a proteção do território. Elas foram fundadas em todo o território nacional. Os presídios também eram empreendimentos de colonização, mas usavam condenados ao invés de colonos voluntários.

Quadro 3.8 Colônias Militares do Exército instaladas na Amazônia no Século XIX

Ano de criação	Denominação da Colônias Militares/Presídio	Município atual onde era localizada a colônia/presídio
1840	Colônia de Pedro II	Macapá-AP
1850	Colônia de São João do Araguaia	São João do Araguaia-PA
1850	Colônia Militar do Rio Branco	Boa Vista-RO
1853	Colônia de São Pedro de Alcântara do Gurupi	Carutapera-MA
1854	Colônia de Óbidos	Óbidos-PA
1854	Colônia de Clevelândia do Norte	Clevelândia do Norte-AP
1854	Presídio de Santo Antônio	Peixe-TO
1857	Presídio de Monte Alegre	Pium-TO
1869	Colônia de Tabatinga	Tabatinga-AM
1894	Colônia do Oiapoque	Clevelândia do Norte-AP

Fonte: CASTRO & BARRETO, 2006; OLIVEIRA, 2011; NUNES, 2012. Elaborado pelo autor

Podemos perceber no Quadro 3.8 que foi sobretudo a partir de meados do século XIX que as Colônias Militares da Amazônia são fundadas. Mas estas colônias não são exclusivas do período imperial, foram fundadas também durante a república no século XIX e já no Século XX conforme podemos verificar no Quadro 3.9:

Quadro 3.9 Colônias Militares do Exército na Amazônia no século XX\*

Ano de criação	Denominação da Colônias Militares	Município atual onde era localizada a colônia
1907	Colônia de Clevelândia do Norte	Clevelândia do Norte
1919	Colônia Militar do Oiapoque	Clevelândia do Norte
1964	Colônia de Clevelândia do Norte	Clevelândia do Norte
1967	Colônia de Tabatinga	Tabatinga-AM

\* Optamos por não considerar as colônia militares criadas pelo Decreto-Lei nº 1.351, de 16 de junho de 1939, pois o mesmo não as nomeia. Não incluímos ainda as colônias Militares criadas pelo Decreto nº 45.479, de 26 de Fevereiro de 1959.

Fonte: OLIVEIRA, 2011. Elaborado pelo autor

Cronologicamente entre a fundação da Colônia Militar Pedro II, em 1840 no Pará e a criação da Colônia Militar de Tabatinga, em 1967 no Amazonas são 127 anos. Se considerarmos que CM de Tabatinga somente foi extinta em 1984, são 144 anos de adoção pelo Exército da colônia militar como um dos modelos de presença no território amazônico.

Embora o número de colônias militares criadas no século XX (cf. Quadro CM2) seja pequeno houve todo um esforço em legislar sobre as estas colônias militares e mesmo de criar outras. Desconsideremos no quadro CM2, as CM criadas pelo Decreto-Lei nº 1.351, de 16 de junho de 1939, cujo Artigo 1º cria colônia militares na faixa de fronteira mas não as nomeia. Da mesma forma não relacionamos as 15 colônias militares criadas pelo Decreto nº 45.479, de 26 de Fevereiro de 1959. Embora estejam nominadas nos Artigos 83 e 84 do referido decreto, não encontramos quaisquer outras informações referentes às mesmas, que nos levou a questionar se realmente o ato legal de criação se efetivou. Acreditamos que não, pois duas colônias nominadas no decreto de 1959 (Oiapoque e Tabatinga) foram criadas separadamente por decretos lei na década de 1960. Ou seja, embora não tenham, aparentemente, conseguindo se efetivar um número significativo de colônias no século XX, as mesmas permaneceram como um modelo válido em que existiu até a década de 1980.

É importante entender que essas colônias militares podiam sofrer alterações de função. A de Clevelândia, no Norte no Amapá, é um exemplo, conforme relato do Cel. Cláudio Moreira Bento: em 1922, após a visita de um oficial da 8ª RM, que havia ficado muito bem impressionado com o que vira, “estas positivas perspectivas sofreram rudes golpes com a escolha do local para receber presos políticos revolucionários de 1922 e 1924. [...] o número total de presos políticos e comuns atingiu 1.630” (BENTO, 2003, p. 222). A chegada dos presos desestruturou completamente a colônia, pois “a moradia, a alimentação, os serviços médicos, o transporte, enfim, todo o aparato projetado para um número reduzido de famílias voluntárias agora se via solicitado por um grande número de homens forçados (ROMANI, 2011, p. 512). Associada à história da mudança de função da Colônia de Clevelândia está a história do Forte de Óbidos. A sua origem remonta à Colônia Militar de Óbidos, fundada em 1854. Em 1924, durante o levante tenentista com centro em Manaus, a guarnição do forte se rebelou contra o governo ameaçando fechar o estreito de Óbidos. Após se renderem, os rebeldes foram enviados como prisioneiros à Colônia Militar de Clevelândia do Norte e o forte foi desativado nos anos seguintes (FARIAS, 2011).

A mesma dinâmica de mudança ocorreu com algumas das fortificações, como a Fortaleza de Macapá. Segundo Camilo, ela foi fundada em 1782, abandonada, e



novamente ocupada pelo Comando da Guarda Territorial, como era chamada aquela guarnição,. Em 1943 foi transformada em presídio. Na década de 1950, foi tombada como patrimônio histórico, “abrigo orgãos diversos até 1964, quando abriga presos políticos. Em 1997, o IPHAN iniciou um novo processo de restauro da Fortaleza” (CAMILO, 2009, p. 200).

Uma característica comum a vários quartéis das Forças Armadas na Amazônia é a presença de Vilas Militares para abrigar as famílias militares que trabalham no local. As Vilas Militares – denominados Próprios Nacionais Residenciais – PNRs – são conjuntos residenciais com divisões internas geralmente definidas por hierarquia (vila dos cabos e soldados; vila dos oficiais), de propriedade da União e administradas pelas Forças Armadas (BONATES & VALENÇA, 2008). Todas são destinadas ao uso dos militares da ativa e de suas famílias (EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria N° 277, de 30 de Abril 2008).

Nas pequenas e médias cidades amazônicas, onde a infraestrutura urbana precária não fornecia serviços como luz, áreas de lazer, escolas, hospitais, dentre outros, a instalação das vilas militares, anexas aos quartéis ou Pelotões Especiais de Fronteira- PEF, permitiu em alguns casos o acesso a esses serviços básicos e uma dinamização da economia do núcleo urbano dessas localidades (NOGUEIRA, 2005; NASCIMENTO, 2009)<sup>89</sup>. Um exemplo disto é o atendimento médico, pois até mesmo os PEFs, com cerca de 40-60 homens, contam com pelo menos um médico e um dentista. Um relato sobre Tabatinga, da década de 1940, feito pelo tenente-médico Monteiro Baliú, mostra que médicos se alternavam naquele posto de fronteira e que o atendimento não era restrito à tropa (BALIÚ, 1947).

Os Hospitais Gerais e Hospitais de Guarnição mantidos pelo Exército eram outros exemplos de criação de uma infraestrutura capaz de prover suporte aos militares e às suas famílias, além de atendimento à população civil. (Ver tabela 3.3). Estes hospitais dispõem de dezenas de leitos, podendo realizar procedimentos complexos como cirurgias, e de unidades de tratamento intensivo-UTI. Espalhados em outros municípios, junto às bases militares, existem hospitais menores, capazes de atendimentos de baixa complexidade.

---

<sup>89</sup> Estas vilas são restauradas, como indica um discurso em Manaus, em 1940 Getúlio Vargas comenta a criação de vilas militares na fronteira: “Numa maior atenção pelo aquartelamento da tropa, cuidou-se também de proporcionar mais conforto às guarnições de fronteira. As dificuldades de moradia, que tornavam penosa a vida da oficialidade, foram removidas pela criação de vilas militares com casas residenciais para oficiais e sargentos” (VARGAS *In*: D’ARAUJO. 2011. p.407).

Tabela 3.3 Hospitais Militares do Exército na Amazônia Legal, 2012

Nome do Hospital	Município (UF)	Ano de criação
Hosp. Geral Belém	Belém (PA)	1890
Hosp. Geral Manaus	Manaus (AM)	1953
Hosp. da Guarnição de Tabatinga	Tabatinga (AM)	1970
Hosp. da Guarnição de Porto Velho	Porto Velho (RO)	1986
Hosp. da Guarnição de São Gabriel da Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1989
Hosp. da Guarnição de Marabá	Marabá (PA)	1989

Fonte: Exército Brasileiro, 2012. Elaborado pelo autor

As Unidades de Engenharia e Construção do Exército foram muito ativas neste processo de criação de infraestrutura na região.<sup>90</sup> Os batalhões subordinados ao Departamento de Engenharia e Construção do Exército responsabilizaram-se pela execução de inúmeras obras de infraestrutura, como quartéis, enfermarias e salas de aula, ou grandes rodovias que conectavam a região internamente e com o restante do país. Obras como das BR-163, BR-364, Transamazônica, dentre outras estiveram a cargo dos BECs. Um exemplo é o do 9º BEC, sediado atualmente em Lucas do Rio Verde-MT, que chegou à Amazônia em 1970, transferido do Rio Grande do Sul, para trabalhar na obras do Plano de Integração Nacional-PIN (ROCHA, 2008). Ficou responsável pela construção e manutenção da BR-364 de modo a possibilitar a ligação de Porto Velho-RO com o Centro Oeste, e pela BR163 no trecho Cuiabá a Serra do Cachimbo (Atual município de Novo Progresso e sede do Campo de Provas Brigadeiro Velloso da FAB) (9º BEC, 2012.)<sup>91</sup>. Segundo o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, na década de 1970 o orçamento do 9º BEC chegou a ser quase tão grande como o do próprio Exército, tal o volume de obras sob a sua responsabilidade (PEREIRA, 2012).

Atualmente, algumas obras de infraestrutura realizadas na Amazônia Legal são geridas e executadas por unidades de Engenharia e Construção. O 2º Grupamento de Engenharia e Construção, sediado em Manaus, atua na construção e recuperação de pontes no trecho Careiro-Borba da BR-319; na reforma e construção de escolas nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Cucuí e Maturacá, em convênio com a SEDUC/AM; na modernização das instalações da Refinaria de Manaus - RENAM, em

<sup>90</sup> Estas unidades podem ser: Grupamentos, Batalhões ou Companhias.

<sup>91</sup> O histórico de outras obras realizadas pelo 9º BEC esta disponível em: <<http://www.9bec.eb.mil.br/paginas/historico.html>> Acessado em: 12/04/2012.

parceria com a Petrobrás, entre outras obras<sup>92</sup>. Parte dos recursos destas obras está ligada ao orçamento do Programa Calha Norte<sup>93</sup>.

Como explicado, o Programa Calha Norte tem entre os seus objetivos o desenvolvimento e, mais recentemente, a fixação do homem na região. Isto demonstra uma continuidade das ações subsidiárias do Exército na Amazônia Legal. Vale ressaltar que, diferente de políticas públicas de governo cuja duração muitas vezes se limita aos mandatos, o PCN vem sendo uma política de Estado, pois segue atuando na região há vinte e sete anos.

Aparentemente, a atuação do Exército na Amazônia foi, ao longo do século XX, pautada tanto por suas funções constitucionais ligadas à defesa, quanto por ações subsidiárias de suporte à colonização, ao desenvolvimento e à integração da região, com diferentes intensidades de acordo com os períodos históricos. Não se pode afirmar que o Exército seja um ator central no desenvolvimento regional da Amazônia, mas, da mesma forma, não se pode negar que o Exército colabora para esse desenvolvimento. Este é um diferencial importante dele em relação à Marinha e à Aeronáutica.

### 3.3.2 O EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA LEGAL

O Exército Brasileiro, tal como a Marinha, tem antecedentes seculares na região amazônica. Esta presença, como já se destacou, foi marcada por fortificações, presídios, colônias militares e tropas regulares, inicialmente concentradas na foz do rio Amazonas e em alguns pontos da fronteira. Ao sul, no Estado do Mato Grosso, a Guerra do Paraguai e outros atritos entre os países limítrofes estimularam a permanência de corpos de tropa desde o século XIX. Embora o Exército tenha tido um papel ativo na formação de núcleos de colonização, isto, não se traduzia necessariamente em uma grande presença de efetivos na região.

Segundo CASTRO e BARRETO, nos finais do século XIX, a província do Amazonas, criada em 1850, contava com cerca de 300 homens para a sua defesa (CASTRO; BARRETO, 2006, p.59). Outro ponto a observar é que antes do século XX

---

<sup>92</sup> A relação de obras em andamento pelo 2º GEC esta disponível em: < <http://www.2gpte.eb.mil.br/obras.html> > Acessado em: 12/04/2012

<sup>93</sup> No site do MD constam os 'relatórios de situação' com os gastos detalhados do PCN. Para maiores informações, acessar: <https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-e-projetos/programa-calha-norte.html>

a maioria das sedes de Organizações Militares – OM da Amazônia estava concentrada na foz do rio Amazonas (ver quadro 3.10).

Durante um longo período de tempo, entre o início do século XX e a década de 1940, a criação de novas organizações militares na Amazônia e principalmente a ocupação de novos espaços ocorreu lentamente. Geralmente, as novas OM criadas vinham a ocupar um quartel já estabelecido. Isto é, coerentemente com o pensamento geopolítico em que se percebia a fronteira Sul e Centro-Oeste como o principal ponto sensível, e a Região Amazônica era dada como uma área segura, devido às características geográficas e das forças estacionadas nos países limítrofes (CIDADE, 1940).

Quadro 3.10 Municípios que sediavam Organizações Militares do Exército na Amazônia nos séculos XVIII e XIX até 1900 (por ordem de criação)

Organização Militar	Município/Localidade	Criação
Presídio de Santo Antônio do Rio Içá (1763-1953)*	Santo Antônio do Içá (AM)	1763
Forte de São José de Marabitanas (1767-1915)	São Gabriel da Cachoeira/Cucuí (AM)	1767
Forte Príncipe da Beira (1776-1889)	Costa Marques (RO)	1776
Fortaleza de São José do Macapá (1782-1915)	Macapá (AP)	1782
10ª Região Militar/24º Batalhão de Caçadores	São Luís (MA)	1839
Colônia Militar de Clevelândia do Norte	Oiapoque (AP)	1854
Colônia Militar de Óbidos	Óbidos (PA)	1854
Colônia Militar do Oiapoque	Oiapoque (AP)	1864
Fortificações de Tabatinga (1869-1908)	Tabatinga (AM)	1869
2º Batalhão do Exército do Amapá	Amapá (AP)	1894
15º Batalhão de Infantaria	Belém (PA)	1884
4º Batalhão de Artilharia	Belém (PA)	1888
3º Batalhão de Artilharia	Manaus (AM)	1884

\* Transformado em um Pelotão Especial de Fronteira, mas não foi possível datar quando isto ocorreu.

Fonte: Exército, 2012; CASTRO & BARRETO, 2006.

No primeiro quartel do século, foram criadas as 8ª e 12ª Regiões Militares, sediadas em Belém e Manaus. Tabatinga, fundada como uma Colônia Militar, passou a sediar batalhão de infantaria em 1869. Uma nova Colônia foi instalada no Amapá em 1864, também no município de Clevelândia do Norte, mas agora em outra área, e recebeu o nome de Colônia do Oiapoque. Todavia, não se refere à colônia fundada em 1854, abandonada após alguns anos. Esta nova colônia na mesma região confirma uma preocupação com a colonização da foz do rio Amazonas.

Na década de 1930, Bolívia e Paraguai se enfrentaram na Guerra do Chaco (1932-1935). Enquanto o conflito se desenrolava, o Exército criou duas novas OM próximas à fronteira (Cáceres e Guajará-Mirim) e instalou a 9ª RM, com sede em Campo Grande, de modo a suprir a retaguarda da região, considerada estratégica, pois dava acesso ao planalto central brasileiro (CIDADE, 1940). Em Rondônia, em 1932 volta a se guarnecer o Forte Príncipe da Beira, criado em 1776 e abandonado por volta da proclamação da República (ver quadro 3.11).

Quadro 3.11 Organizações Militares do Exército criadas entre 1900 e 1961 na Amazônia Legal

Organização Militar	Município/Localidade	Ano de Criação
8ª. Região Militar	Belém (AM)	1908
12ª. Região Militar	Manaus (AM)	1909
8º Batalhão de Infantaria de Selva	Tabatinga (AM)	1910
1º Batalhão de Infantaria de Selva	Manaus (AM)	1915
Colônia Militar do Oiapoque	Oiapoque (AP)	1919
18º Bda Fron/ 2º B Fron - Cáceres	Cáceres (MT)	1932
Cmdo Fron 6ºBIS	Guajará-Mirim (RO)	1932
Contingente Especial de fronteira Forte Príncipe da Beira *	Costa Marques (RO)	1932
9ª. Região Militar	Campo Grande (MT/MS)	1934
Cmdo Fron 5º BIS/ 4º PEF - Cucuí	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1942
Cmdo Fron /34º BIS/ 1ª CEF	Oiapoque (AP)	1940
CFSol/8º BIS/ 3º PEF - Vila Bittencourt	Japurá/Vila Bittencourt (AM)	1942
Destacamento de Fortuna	Vila Bela Santíssima Trindade (MT)	1946
CFSol/8ºBIS/ 2º PEF - Ipiranga	Santo Antônio do Içá (AM)	1952
2º BIS	Belém (PA)	1953
H Ge Manaus	Manaus (AM)	1953
CFRO/6ºBIS/1º PFuzSIDst - Forte Príncipe da Beira	Costa Marques (RO)	1954
21ª Companhia de Engenharia e Construção	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1955
Grupamento de Elementos de Fronteira – Belém	Belém (PA)	1956
Cmdo Fron Solimões/8º BIS/ 4º PEF	Estirão do Equador (AM)	1955 (1957**)
Cmdo Fron Solimões /8º BIS/ 1º PEF	Palmeira do Javari (AM)	1955 (1961**)

\* Existe o registro de um Contingente Especial, criado em 1932, mas não há informação se ele foi desmobilizado posteriormente. A atual OM em Costa Marques data de 1954. \*\*OMs criadas oficialmente em 1955, mas instaladas apenas em 1957 e 1961.

Fonte: Exército Brasileiro, 2012. Elaborado pelo autor

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a preocupação com a foz do Amazonas permanece com a criação da 1ª Companhia Especial de Fronteira em Clevelândia no Norte-AP e da Colônia Militar do Oiapoque. Existe também um movimento em direção ao interior da região Amazônica, visando as fronteiras com os

países limítrofes no Amazonas e Mato Grosso. Foram criados sete novos Pelotões Especiais de Fronteira, cinco deles no Amazonas, e outras OM. Este movimento se intensificou na década seguinte, com a criação de novas unidades na faixa de fronteira da Amazônia Ocidental. A instalação de um Hospital Geral, em Manaus, em 1953, é um indício do aumento dos efetivos.

A chegada dos militares ao poder, em 1964, e a política de integração e desenvolvimento da Amazônia, nos anos posteriores, influenciaram a criação de novas OM na região. Entre 1964 e 1985, 22 municípios passam a ter algum tipo de quartel permanente, além daqueles que sediaram, apenas momentaneamente, destacamentos que não estão computados no quadro 3.12. Fora isso, mesmo municípios que já tinham quartéis receberam novas OMs. A instalação de novas unidades abrangeu tanto as áreas fronteiriças quanto as regiões internas à Amazônia, geralmente próximos às áreas de rodovias e de polos agro-minerais. A instalação de unidades nas áreas das 'fronteiras de desenvolvimento' se dá majoritariamente na década de 1970, como os Batalhões de Infantaria de Selva em Humaitá e Itaituba, no eixo da Rodovia Transamazônica; em Imperatriz e Altamira, próximos ao Projeto Grande Carajás e assentamentos do INCRA; em Tucuruí, onde foi instalado a UHE de Tucuruí, um esquadrão de cavalaria mecanizada; dentre outros.

Quadro 3.12 Organizações Militares do Exército criadas entre 1961 e 1985 na Amazônia Legal.

Organização Militar	Município/Localidade	Ano de Criação
Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)	Manaus / Rio Preto da Eva	1964
5º Batalhão de Engenharia e Construção	Porto Velho (RO)	1965
6º Batalhão de Engenharia e Construção	Boa Vista (RR)	1967
Comdo Fron Acre-4ºBIS	Rio Branco (AC)	1967
Dest. Front. - Casalvasco	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	1967
34º BIS	Macapá (AP)	1968
Cmd 7º BIS	Boa Vista (RR)	1969
Comando Militar da Amazônia	Manaus (AM)	1969
CFRR/7º BIS/ 2º PEF	Normandia (RR)	1969
CFRR/7º BIS/ 3º PEF	Pacaraima (RR)	1969
CFRR/7º BIS/ 1º PEF	Bonfim (RR)	1970 (1969*)
CFAC/4º BIS/ 1º CEF – Brasília	Epitaciolândia (AC)	1970
8º B E Cnst	Santarém (PA)	1970
51º B I S	Altamira (PA)	1970
9º B E Cnst	Cuiabá (MT)	1971
CFAC/4º BIS/ 2º PEF	Assis Brasil (AC)	1973
54º B I S	Humaitá (AM)	1973
50º B I S	Imperatriz (MA)	1973
53º B I S	Itaituba (PA)	1973
CFAC/4º BIS/ 3º PEF	Plácido de Castro (AC)	1973
Dest. Front. de Corixá	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	1973
Dest. Front. de São Simão	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	1974
18º Grp Artl Campanha	Rondonópolis (MT)	1975
Dest. Front de Santa Rita	Porto Esperidião (MT)	1976
23a. Bda Inf SI - Marabá	Marabá (PA)	1976
23º Esqd C SI	Tucuruí (PA)	1976
13º Bda Inf Mtrz	Cuiabá (MT)	1978
17ª Bda Inf SI - Porto Velho	Porto Velho (RO)	1980
Comdo 5º BIS	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1984

\* O 1º PEF foi enviado para região em 1969, sendo oficialmente criado apenas no ano seguinte.

Fonte: Exército, 2012.

Com relação às unidades instaladas na faixa de fronteira, somente entre Pelotões, Companhias e Destacamentos Especiais de Fronteira foram 10 novas OM, no Acre, Mato Grosso e Roraima. Na fronteira com a Venezuela e a Guiana, em Roraima, foram instalados três de Pelotões Especiais de Fronteira, além dos Batalhões de Infantaria e o Comando de unidades na capital do Estado. No Acre, foram criadas três unidades nas fronteiras com Peru e Bolívia, além de um Comando

na capital. Em Mato Grosso, foram instaladas cinco unidades de fronteira, quatro delas em diferentes localidades de Vila Bela da Santíssima Trindade, na fronteira com a Bolívia, e, ainda, uma Brigada de Infantaria Motorizada em Cuiabá.

Foi neste período do regime militar que ocorreu também a instalação das primeiras grandes unidades (Brigadas) na região Amazônica. A 23ª Brigada de Infantaria de Selva-Bda Inf SI, se instala em Marabá-PA, em 1976. Interessante notar que fica próxima tanto da área do Projeto Grande Carajás quanto da região de Xambioá e do Bico do Papagaio, onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, entre 1970 e 1973. Dois anos depois de sua instalação, em 1978, a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada-Bda Inf Mtrz inicia as suas atividades em Cuiabá-MT. Em 1980, chega a Porto Velho-RO a 17ª Bda Inf SI; fica próxima à cidade de Humaitá, onde a rodovia Transamazônica intercepta a BR-319 e onde está sediado o 54º BIS.

Outro momento importante foi o da transferência do grande Comando Militar de Área de Belém para Manaus, em 1969. A cidade sediava a recém-criada Zona Franca de Manaus, o Polo Industrial, a Refinaria de Manaus, além de ser historicamente um ponto de articulação logístico e comercial da Amazônia Ocidental. Situada em frente ao encontro dos rios Negro e Solimões, onde se forma o rio Amazonas, e articula-se com as principais hidrovias com as BR-319 e BR-174.

O período seguinte aborda as Organizações militares criadas entre 1985 e 2011, conforme indicado no quadro 3.13.



Quadro 3.13 Organizações Militares do Exército instaladas na Amazônia Legal entre 1985 a 2011

Organização Militar	Município/Localidade	Ano de Criação
5º BIS/1º PEF-Yauaretê	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1988
5º BIS/2º PEF - Querari	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1988
5º BIS/3º PEF - São Joaquim	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1988
5º BIS/5º PEF - Maturacá	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1988
7º BIS/4º PEF - Surucucu	Alto Alegre (RR)	1988
1ª. Bda Inf SI	Boa Vista (RR)	1991
61º BIS	Cruzeiro do Sul (AC)	1992
16ª Bda Inf SI - Tefé	Tefé (AM)	1993
17º BIS	Tefé (AM)	1993
7º BIS/5º PEF - Auaris	Amajari (RR)	1996
3º Bda Inf Mtrz/22º Batalhão de Infantaria	Palmas (TO)	1998
5º BIS/6º PEF - Pari-Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira (AM)	1999
4º BIS/1º Pel Dst/3ª Cia Fuz SI - Santa Rosa do Purus	Santa Rosa do Purus (AC)	1999
7º BIS/6º PEF - Uiramutã	Uiramutã (RR)	2001
5º BIS/7º PEF - Tunuí	São Gabriel da Cachoeira (AM)	2003
2º BIS / 1º PEF-Tiríós	Oriximiná (PA)	2003
2ª Bda Inf SI - São Gabriel da Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira (AM)	2004
61º BIS Dst esp Fron - Marechal Taumaturgo	Marechal Taumaturgo (AC)	2010
3º BIS	Barcelos (AM)	2010
61º BIS Dst esp Fron - São Salvador	Mâncio Lima (AC)	2011

Fonte: Exército, 2012. Elaborado pelo autor

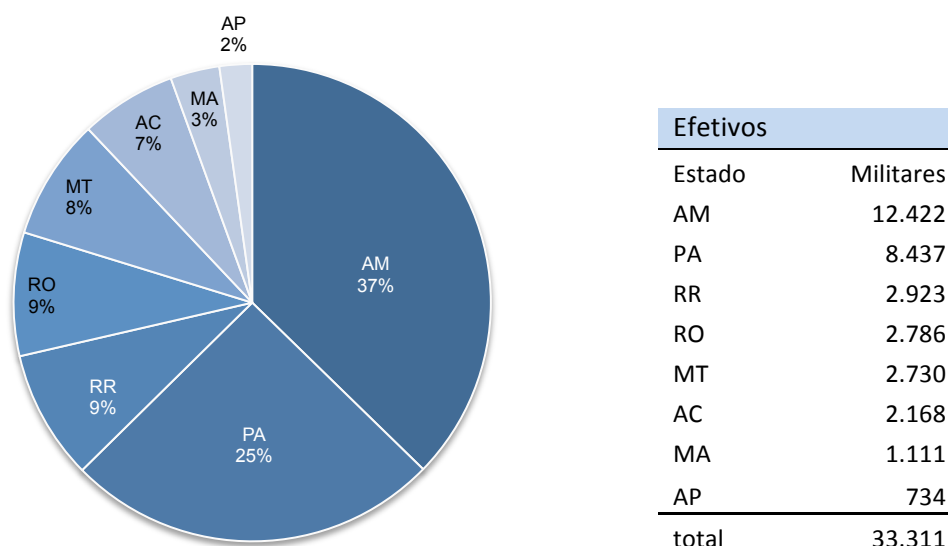
Mesmo com a redemocratização, a partir de 1985, o deslocamento de grandes unidades para região Amazônica continua. Intensifica-se também a instalação de unidades de fronteira. Somente na década de 1990, três novas brigadas se instalaram na região (ver quadro). A 1ª. Bda Inf SI foi sediada em Boa Vista-RR, em 1991, apoiando as unidades que guardam a fronteira com a Venezuela e o eixo rodoviário de integração com Caribe a BR-174. Dois anos depois, em 1993, a 16ª. Bda Inf SI foi instalada em Tefé-AM, situada sobre um nó na rede fluvial do rio Solimões, dominando todos os principais afluentes do Amazonas conectados com as fronteiras de Colômbia e Peru. Está próxima também à província petrolífera de Urucu, em que a Petrobrás explora gás natural e petróleo. Em 1998, dez anos após a criação do Estado do Tocantins, foi instalada em Palmas a 3ª Bda Inf Mtrz. Palmas, além de na rodovia Belém-Brasília que é uma das principais vias de integração norte-sul do país, é uma região de cerrado em que a agricultura tem se desenvolvido nos últimos anos.

A última Brigada instalada obedeceu a uma lógica diferente. Longe de grandes polos de desenvolvimento, a 2ª. Bda Inf SI está sediada, desde 2004, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. A região conhecida como 'Cabeça do Cachorro' faz fronteira

com a Colômbia e Venezuela. Aí foram instalados cinco dos 13 novas Pelotões Especiais de Fronteira - PEF após 1985. A fronteira com a Venezuela em Roraima recebeu mais quatro PEFs. No Estado do Acre foram sediados três Destacamentos Especiais de Fronteira, todos na divisa com o Peru. No Pará foi instalado, em 2003, o único PEF na fronteira Brasil-Suriname.

O Exército Brasileiro possui, na atualidade, cerca de 209.843 militares considerando todos os níveis hierárquicos. A maior parte de seus efetivos estão sediados no Sul (CMS) e Sudeste (CMS). Somente no Estado do Rio Grande do Sul são 33.123 homens, número que é similar à soma dos efetivos de todos os Estados que compõem a Amazônia Legal, que contam com 33.311 militares. Estes efetivos se concentram predominantemente no Amazonas e Pará, chegando a mais de 60% deste total. Somente no Estado do Amazonas são 12.422 militares e no Pará se concentram 8.437. Rondônia (2.923) Roraima (2.786) e Mato Grosso (2.730) contam com, aproximadamente, 9% do efetivo em cada Estado. Sediados no Acre estão cerca de 2.000 mil militares. Em Amapá (734) e Maranhão (1.111) estão sediados pouco mais de 1800 homens, o que corresponde a 5% do efetivo do Exército Brasileiro na Amazônia Legal (ver gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 Distribuição dos efetivos do Exército por Estado na Amazônia Legal



Fonte: Exército Brasileiro, 2012. Dados tabulados pelo autor

Internamente, em cada Estado, os efetivos estão distribuídos nas Bases e Pelotões Especiais de Fronteira conforme previamente apresentado. Entretanto, para efeito de controle do Exército, os efetivos de Destacamentos e Pelotões de Fronteira estão nominalmente sediados no município em que está o Comando da Unidade

Militar que administra aquele destacamento específico. Desta forma, o efetivo de um Pelotão Especial de Fronteira, como o 1º PEF-Tiriós no município Oriximiná-PA, tem seu efetivo sediado em Belém, pois é lá que se encontra sediado o 2º BIS, de onde provém os homens para aquela unidade militar. O número de militares nos destacamentos e pelotões de fronteira varia em uma média de 20 homens para um destacamento e de 60 para um pelotão. Além destes municípios que servem de sede às OM relacionadas anteriormente, existem outras organizações militares delegacias de alistamento militar ou Tiros-de-Guerra, em outros municípios, cujos efetivos não ultrapassam a cinco militares. Embora estas pequenas organizações não tenham sido relacionadas nas tabelas que sintetizam dados dos anos de criação das demais OM, elas são apresentadas na Tabela 3.4, em que se mostra a distribuição dos efetivos por Estado e município sede. As capitais dos Estados e cidades sedes de Brigadas e Batalhões concentram geralmente efetivos de maior porte, por exemplo, em Manaus estão sediados cerca de sete mil militares (cf. Tabela 3.4)

Tabela 3.4. Distribuição dos Efetivos do Exército Brasileiro por estado e município na Amazônia Legal, 2012

Amazonas		Pará		Mato Grosso	
Manaus	6.824	Altamira	771	Cuiabá	1.570
São Gabriel da Cachoeira	1.951	Belém	2.555	Cáceres	786
Tabatinga	1.636	Marabá	2.308	Rondonópolis	361
Tefé	1.220	Santarém	1.899	Sinop	3
Humaitá	617	Itaituba	693	Alta Floresta	2
Barcelos	166	Tucuruí	201	Colider	2
Carauari	4	Bragança	2	Juara	2
Manicoré	2	Castanhal	2	Barra do Garças	1
Itacoatiara	1	Breves	1	Juina	1
Parintins	1	Cametá	1	Rosário Oeste	1
<b>Rondônia</b>		Redenção	1	São Félix do Araguaia	1
Porto Velho	2.068	Santa Isabel do Pará	1	<b>Maranhão</b>	
Guajará-Mirim	714	<b>Roraima</b>		São Luís	576
Vilhena	2	Boa Vista	2.923	Imperatriz	527
Ji-Paraná	1	<b>Exército TO</b>		Caxias	3
Colorado d' Oeste	1	Palmas	2.308	Balsas	1
<b>Amapá</b>		Araguaína	1	Barra do Corda	1
Macapá	734	Miracema do Tocantins	1	Codó	1
<b>Acre</b>		Porto Nacional	1	Pedreiras	1
Cruzeiro do Sul	641	Pedro Afonso	1	São Mateus do Maranhão	1
Rio Branco	1.527				

Fonte: Exército Brasileiro, 2012 (SIG/EB Agosto, 2012). Elaborado pelo autor

Observando a disposição dos efetivos do Exército Brasileiro na Amazônia Legal percebemos um peso acentuado em Manaus, onde está sediado o Comando Militar da Amazônia, que tem cerca de 6.800 militares. Várias outras cidades que são sedes de grandes unidades (Brigadas) tem efetivos acima dos mil e dois mil militares. Os municípios que são sedes de Batalhões tem algumas centenas de homens, mas uma característica que deve ser levada em conta. Os militares que sevem nos pelotões e destacamentos especiais de fronteira, são computados nas sedes dos batalhões e não nas localidades destas pequenas unidades militares. Uma série de outros municípios que tem entre um e quatro militares são sedes de juntas de recrutamento. Devido a características do próprio Exército é a força armada que está presente em mais municípios na Amazônia Legal e com mais efetivos distribuídos por estes municípios.

### 3.3.3 O EXÉRCITO NA AMAZÔNIA: BALANÇO PRELIMINAR

Chama a atenção o papel de apoio às atividades de colonização e desenvolvimento da região levado a cabo pelo Exército, embora sejam atividades subsidiárias e não a atividade-fim da instituição, que é a defesa. A continuidade, atesta a importância histórica de tais atividades, em paralelo com as atividades de defesa. Estas duas lógicas, a de defesa e a de suporte ao desenvolvimento da região, eram cooperativas e não concorrentes, e parecem ter orientado conjuntamente a dinâmica de implantação de organizações militares.

Em um primeiro momento, esta lógica 'desenvolvimentista' pareceu estar em consonância estreita com a necessidade de defesa de regiões estratégicas de fronteira e dos polos regionais, todos na calha dos principais rios da bacia amazônica: na foz do rio Amazonas, as Colônias Militares do Oiapoque e de Clevelândia do Norte, além das unidades em Belém e Macapá; para o controle dos acessos e da calha do rio, as Colônias de Tabatinga e Óbidos e os fortes fronteiriços no Amazonas. Importante destacar que o modelo de unidade de fronteira, antes baseado em fortes ou colônias militares, aparece na forma de companhias, pelotões e destacamentos especiais. Este novo formato, inaugurado em 1940, com a 1ª CEF de Clevelândia do Norte, foi adotado pelo Exército até na primeira década do século XXI.

A partir da década de 1960 intensificou-se a presença de unidades militares na região. Nos 20 anos seguintes, entre 1965 e 1985, dobra o número de municípios/localidades com quartéis de diversos tipos. É neste período que grandes unidades foram instaladas na região. Há duas dinâmicas, aparentemente diferentes, na instalação das unidades: uma de instalação de unidades na região fronteira, voltada prioritariamente para o controle de áreas estratégicas ou sensíveis para a defesa; e outra, de implantação de unidades em regiões mais internas do território, próximas aos principais polos de desenvolvimento que se estruturavam naquele momento, na região. Se na área fronteira os Pelotões Especiais de Fronteira foram a marca destas novas OM, na área mais interior, entraram em cena as Unidades de Engenharia e Construção. O fato de alguns dos principais eixos rodoviários de integração da região (BR-163; BR-174; BR-319; BR-364; Transamazônica) terem sido construídos neste período, pelas unidades de engenharia do Exército, demonstra a importância das atividades subsidiárias. Os impactos positivos e negativos de tais eixos rodoviários são ressaltados por diferentes autores, bem como a sua importância para o desenvolvimento e integração da região Amazônica com outras regiões do país.

A partir de meados da década de 1980, prevaleceu a tendência de instalação de grandes unidades e de fortificação das áreas fronteiriças, principalmente na Amazônia Ocidental. Amazonas, Roraima e Acre polarizaram a maioria destas novas unidades. Assim, este trecho da fronteira goza de uma densidade de OMs diferente daquela encontrada na fronteira com Guiana, Suriname e Guiana Francesa, onde existe apenas um PEF instalado no Pará e outro no Amapá. O recém-criado Estado do Tocantins recebe uma das novas Brigadas. Na retaguarda direta da fronteira de Roraima, e sobre o eixo de integração com o Caribe (BR-174), se instala uma Brigada em Boa Vista. Mas o destaque é a instalação de duas Brigadas no interior do Estado do Amazonas. As unidades de Tefé, em 1993, e São Gabriel da Cachoeira, em 2004, estão situadas em áreas profundas dentro da Hileia Amazônica, em pontos nevralgicos para o controle do território e suporte as unidades de fronteira.

Observando a disposição geral do Exército na Amazônia, à exceção do arco entre 1º Pelotão Especial Fronteira de Bonfim-RR e 1ª Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte-AP, as fronteiras contam com unidades sobre diversos pontos de acesso ao território nacional. Internamente às fronteiras, a presença se faz em municípios que são importantes pontos de articulação de rodovias e ou rios, e em cidades que se tornam polos do desenvolvimento regional.

De modo geral, a presença do Exército na Amazônia é representativa se comparada as outras duas FFAA, embora incipiente no início do século. Sob o estímulo da Segunda Guerra Mundial, esta presença começou a tomar corpo, recebendo um grande impulso a partir dos anos 1970 e, de forma mais abrangente e sistemática, nos 20 anos posteriores. Esta presença implica tanto quantidade quanto espacialidade, ou seja: inclui o tamanho das unidades na região, com a introdução das Brigadas, e a fixação das novas unidades em mais de trinta, municípios/localidades novas. Isto corresponde a um aumento na ordem de 150% do que havia sido implantado até então.

#### 4. A CONSTRUÇÃO DA NATUREZA AMAZÔNICA NO DISCURSO MILITAR

Este capítulo tem como objetivo mostrar como a natureza amazônica foi percebida e registrada pelos pensadores militares ao longo do século XX, bem como as populações nativas.

Ao longo do século XX, a visão militar sobre a natureza da Amazônia muda. Essa variação é consequência ora do contexto geopolítico, interno e externo, ora é resultado da ocupação da selva e de seu desvendamento. A imagem da Amazônia foi transformada. Se, por um lado, predominava uma série de adjetivos negativamente carregados, por outro, adjetivos diferentes começaram a ser usados, enaltecendo a região. “Inferno verde”, “deserto”, “natureza selvagem”, “verdura infernal das matas amazônicas”, “interminável floresta” — estas são apenas algumas expressões que descrevem a Amazônia brasileira nos relatos de militares na primeira metade do século XX.

Essas expressões se repetem em diferentes textos e, por várias vezes, assumem formas mais elaboradas. Os seus autores foram Rondon, Lyra Tavares, Rodrigues, Moura, Cidade, Frederico Rondon, Mário Travassos, Baliu e outros que vestiram a farda por períodos mais curtos na função de engenheiros militares, como Euclides da Cunha e Castilhos Goyochêa.

Na segunda metade do século XX, esses adjetivos vão se diluindo lentamente e dando lugar à “exuberância” e “pujança” da floresta, descrita como um “tapete verde”. A caminho no século XXI, encontramos termos como “biodiversidade” e, ainda, descrições pautadas em características morfológicas da região.

A partir da década de 1970, novas unidades militares foram transferidas para a região e a sua importância, conforme visto no capítulo 3, acentuou-se no cenário mundial. Os relatos se multiplicaram. Além dos autores mencionados, podemos destacar Juarez Távora, João Baptista Peixoto, Alberto Cardoso, Armando Vidigal e Mário César Flores, Golbery do Couto e Silva, Gélio Fregapani, Carlos Alberto Menna Barreto, Moacyr Barcellos Potyguara, Marseno Alvim Martins, Cláudio Moreira Bento, Carlos Meira Mattos. Embora as suas obras não tivessem em sua maioria a intenção

de descrever a paisagem e a natureza e, sim, de analisar a Região Amazônica, salientando a sua importância nacional, elas criaram e difundiram uma imagem da região dentro dos círculos militares. A repetição de termos e expressões, bem como a citação direta de seus predecessores, aponta a reprodutibilidade desses elementos próprios do discurso produzido em meio à caserna.

Para compreender as construções discursivas sobre o espaço amazônico é necessário separar alguns elementos ordinários aos textos como, por exemplo, vegetação, clima, hidrografia, doenças, fauna, fome, e do elemento humano índios, ribeirinhos e migrantes. Embora esses elementos não sejam apresentados ou entendidos de modo separado, a tematização visa dar ordem e mostrar as reincidências de determinados argumentos ao longo do tempo, buscando assim compreender se são argumentos de longa duração dentro do discurso militar ou se são recentes.

## 4.1 A VISÃO DA NATUREZA

### 4.1.1 O LUGAR SOBRE O QUAL SE FALA

As construções discursivas com o objetivo de situar geograficamente o leitor quanto ao lugar de onde se fala e de indicar quais cidades e localidades se constroem nos relatos são uma constante em vários textos datados, principalmente, da primeira metade do século XX. É importante ressaltar dois aspectos: primeiro, alguns relatos eram de autoria de militares que provinham de outra região, e não da Amazônia. O segundo diz respeito aos limites da Amazônia tal como eram entendidos na época dos relatos, já que a Amazônia Legal só foi criada em 1953. Dessa maneira, relatos da década de 1940 ou anteriores, ao utilizarem o termo Brasil Central, se referem geograficamente aos estados de Mato Grosso (MT/MS/RO) e Goiás (com o atual Tocantins). Na atualidade, parte dessas regiões integra a Amazônia Legal.

É importante destacar o perfil exógeno dos autores. José Murilo de Carvalho (2006) observa que os oficiais das Forças Armadas eram, majoritariamente, oriundos das regiões Sudeste e Sul. Embora o perfil dos oficiais tivesse mudado com o advento da República, até a Segunda Guerra Mundial esses oficiais, em sua maioria, provinham das classes média e alta, estabelecidos em estados e cidades cujo grau de desenvolvimento era muito superior ao do Brasil Central e da Amazônia (CARVALHO,



2006; MCCANN, 2007). Nota-se nos relatos desses oficiais a intenção de descrever aos seus pares e mesmo à sociedade que o lugar em que estavam era muito distante geográfica, social e economicamente do restante do país.

Um relato que exemplifica bem a necessidade de situar para o leitor a distância desse lugar “de onde se fala” encontra-se no livro *À Sombra do Inferno Verde*. O autor, Monteiro Baliú, então tenente-médico, serviu no destacamento de fronteira sediado em Tabatinga-AM em 1943/44 e escreveu o livro para os seus pares (BALIÚ, 1946, p. 13). No início existe um mapa (Mapa 5.1), em que se lê: “Tabatinga... onde fica Tabatinga? Lá, muito ao longe, muito além, no coração do Brasil, à sombra do Inferno Verde” (BALIÚ, 1946, p. 10).

Figura 3.8 Mapa do Brasil e localização de Tabatinga, segundo o Tenente Baliú (1947)



Fonte: BALIÚ, 1947, p. 10.

O uso, pelo autor, da linguagem visual como uma estratégia para situar o leitor com relação ao lugar de onde se fala mostra o quão distante era esse lugar. Uma linha divide o Brasil quase ao meio em sua extensão longitudinal. Outra, provavelmente a linha do Equador, se encarrega de indicar a latitude. Um arremedo do traçado do rio Solimões soma-se à referência, que indica ainda as linhas de fronteiras com Peru e Colômbia, mostrando a tríplice fronteira. A figura é completada com uma longa seta que indica “onde fica Tabatinga” e, ainda, com uma linha fronteira inacabada ao sul. Não existem outras referências geográficas. Da capital federal, naquela época o Rio de Janeiro, até Tabatinga, literalmente, se olha para um vazio de referências. Por isso, a inserção do mapa, como um recurso que possibilita a visualização, a materialização da distância, expressa também na epígrafe ao lado da figura.

Outro autor que trabalha com mapas para caracterizar a Amazônia é Travassos, que usamos para fazer uma relação ao segundo ponto, sobre o entendimento do que vinha a ser o espaço amazônico antes de sua delimitação legal. No mapa feito por Travassos (Figura 3.9) percebe-se uma visão homogeneizadora que agregava a Amazônia a áreas tanto do Centro-Oeste como do Norte (Travassos, 1941).

Figura 3.9 Regiões Naturais Militares do Brasil, segundo Mário Travassos (1941)



Fonte: TRAVASSOS, 1941, p. 29. Mapa sem legenda no original.

Travassos, em *As Condições Geográficas e o Problema Militar*, define cinco zonas ‘geo-militares’. Segundo ele, elas “se apresentam com todas as características de verdadeiras regiões naturais militares, o que as recomenda [torna] de modo muito especial” (TRAVASSOS, 1941, p. 27. Grifo do autor). A função dessa construção era a de direcionar o preparo das estratégias militares. Travassos não define quais critérios usou para criar essas delimitações, ele se limita a afirmar que pautou-se nas características desses espaços-foco nos quatro tipos de operações militares: o ‘mar’, a ‘costa’, a ‘terra’ e o ‘ar’. Se por um lado Travassos não tem o cuidado de explicitar quais seriam as características que o levaram a tais separações, por outro lado ele nos fornece a oportunidade de visualizar qual seria o espaço amazônico no recorte de um militar ativo nas décadas de 1930 e 1940.

A maior parte da atual Amazônia Legal estava inserida na “zona geográfica meridional de Oeste, isto é, a área entre a fronteira terrestre, o divisor d’água Amazonas-Prata (Mato-Grosso-Góias) e o Tocantins” (TRAVASSOS, 1941, p. 30). Aqui está inserida sob uma mesma denominação toda uma imensa região que se estendia dos limites do Triângulo Mineiro até Tabatinga e as áreas mais distantes da fronteira. Travassos apresenta duas características dessa zona geomilitar e natural:

No quadro geral dos fáceis amazônicos em que predomina a parte líquida ou semi-líquida sobre a parte sólida (admitam-se essas expressões) não restam dúvidas sobre a necessidade de um equipamento militar misto.

(...) indispensável assinalar-se que a zona geo-militar caracterizada pela Amazônia – por sua excentricidade em relação às grandes linhas do território brasileiro e pelas dificuldades de ser vinculada ao sistema geral de comunicações do país – deve ser tratada com certos pontos de apoio dos quais se exige resistir mesmo completamente cercados (TRAVASSOS, 1941, p. 31).

A primeira característica leva em conta o meio natural, para indicar o tipo de ‘equipamento militar’ compatível com a região. A segunda destaca a ‘distância’ da Região Amazônica com o restante do país. Essa distância é ditada pela excentricidade e falta de meios de comunicação (estradas e ferrovias). O desbravamento do sertão era a solução para criar caminhos necessários à melhoria das comunicações do Norte com o restante do país.

É importante esclarecer que o uso do termo ‘sertão’ é feito em referência às áreas hoje delimitadas como Amazônia Legal. De fato, a noção espacial de sertão e Brasil Central, até meados do século XX, se estendia até os limites do Amazonas, como explica Maia (2010), ao dizer que a contracapa da Revista *Fundação Brasil Central* (1944) era ilustrada por um mapa em que se lia a explicação:

[...] A capa deste trabalho, com o mapa do Brasil tendo em “grise” a zona que se pode considerar como o BRASIL CENTRAL, é mais uma alegoria do artista que a concebeu do que verdadeiramente um delineamento correto dessa zona, que não comporta delimitação precisa. A linha cheia é o caminho de penetração partindo do Rio e São Paulo, representado pelas estradas de ferro Central e Mogiana até Uberlândia, no Triângulo Mineiro, e estrada de rodagem até Aragarças e, em construção, até a Base do Rio das Mortes. Daí continua, constituindo a marcha próxima da Expedição Roncador-Xingu, em direção aos Rios Xingu e Tapajós, no Estado do Pará, e Canumã, no Estado do Amazonas (MAIA, 2010, p. 462).

O Brasil Central comportava o sertão e a floresta amazônica, ambientes distantes da realidade da maioria da população brasileira concentrada nas áreas costeiras. Rondon (1915) e Lysias Rodrigues (1943) também usam o termo sertão para identificar áreas que encontram-se desde 1953 na chamada Amazônia Legal.

Os perigos da natureza e o clima desse ambiente amazônico são retratados da forma como são percebidos por esses militares. Partes significativas de seus textos estão voltadas a retratar a natureza, o clima e nativos, ora de forma hostil ora de forma contemplativa. Passamos agora a uma faceta dessa visão, aquela que retrata o ‘inferno verde’.

#### 4.1.2 A CONSTRUÇÃO DO TERMO INFERNO

A descrição da Amazônia como o “inferno verde” foi imortalizada no título do livro do civil Alberto Rangel (1927), no prefácio feito por Euclides da Cunha. Posteriormente, o termo aparece como título do livro de Baliú, *À Sombra do Inferno Verde* (1947). Além de Baliú, vários autores pesquisados citam Euclides da Cunha e usam as expressões cunhadas por ele em *Um Paraíso Perdido*, *À Margem da História* e nos relatórios da Comissão Mista Brasileiro Peruana de Reconhecimento dos Rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados (1905) (F. RONDON, 1934; CIDADE, 1940; MONTEIRO, 1947; MARTINS, 1972; MATTOS, 1980). Euclides foi, e ainda é, ao lado do Marechal Rondon, um dos escritores mais lidos e citados pelos militares ao longo do século.

É também da escrita de Euclides que os escritores amazônidas recolhem o termo “deserto”, como a metáfora da ausência de populações e de pontos de apoio para o as embarcações nas quais ele viajou rumo ao alto Purus, no estado do Acre. Em uma passagem de *O Paraíso Perdido*, quando os estoques de alimentos estavam reduzidos e não se encontravam povoações para reabastecer, Euclides escreve: “Os nossos gêneros esgotavam-se e estávamos em pleno deserto [...]” (CUNHA, 2000 [1907], p. 331). Nesse caso, o ‘deserto’ era a ausência de populações, de pontos de apoio à expedição.

O termo ‘deserto’ é comumente encontrado nos relatos dos militares, sobretudo, na primeira metade do século XX. Seu primeiro registro nos textos analisados consta nos relatos e cartas da viagem da Comissão Mista Brasileiro Peruana de Reconhecimento dos Rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados (1905).

Voltando ao termo inferno verde, vale refletir sobre o sentido da palavra inferno. O que se entende por inferno? A construção da ideia de inferno, na mentalidade ocidental, remonta à mitologia grega. Os domínios subterrâneos do deus *Hades* contribuíram para a construção das imagens medievais do inferno, cuja maior referência foi *a Divina Comédia*, de Dante Alighieri (LE GOFF, 1981; ANDRADE & COSTA, 2011). Dante descreve o inferno como um lugar quente e desagradável, habitado por demônios, almas danadas, chicoteadas por labaredas, enfim, um ambiente de punição e dor (ALIGHIERI, 2008).

Diferentemente do conceito clássico de inferno ligado a um espaço das profundezas, um submundo, o “inferno verde” fica na superfície. Mas, ressalta-se, ainda, uma curiosa similaridade: tanto na *Divina Comédia* quanto no mito de *Hades*, existe um grande rio que corta o espaço, separando o inferno do mundo dos vivos. Não se quer com isso afirmar que o rio Amazonas guarde semelhança com os rios descritos nos mitos e na literatura, mas apenas lembrar que a imagem “inferno verde” recupera uma imagem da tradição cultural do ocidente. Analogias mais fortes ficam por conta do calor equatorial incessante e da noção de lugar desagradável, penoso para os que migravam para a região. Essas percepções transparecem nos textos dos militares que participavam das comissões, das missões ou que serviam nos postos avançados na Amazônia. O “inferno verde” foi, de certa forma, a síntese das provações e privações vivenciadas por esses atores.

Até meados do século XX, viver e trabalhar em meio aos sertões de Mato Grosso ou nas florestas de Rondônia, do Amazonas ou áreas adjacentes significava, para quem era de fora da região, se expor ao contato direto e integral com uma natureza ameaçadora, ou mesmo hostil. Afastando-se dos poucos núcleos urbanos maiores, as cidades amazônicas eram descritas como povoados, com pouca ou nenhuma infraestrutura. O clima, a fauna e a flora foram geralmente retratados de forma negativa ou pouco amistosa ao homem. A umidade excessiva, as hordas de insetos, as doenças e a falta de gêneros básicos levavam a restrições alimentares ou mesmo à fome e, embora muitos grupos indígenas já houvessem sido contatados, havia ainda grupos hostis, que podiam atacar e matar quem adentrasse suas terras. Desse modo, nos relatos desse período tendem a sobressair as descrições da natureza que nasceram da experiência desses militares que escrevem sobre a região. Após a década de 1960, as descrições se tornaram mais formais e técnicas.

### 4.1.3 O INFERNO VERDE

*“Tal é o rio; tal sua história: revolta, desordenada, incompleta.  
A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a  
civilização distante.”*  
(CUNHA, 2000 [1907], p. 123.)

A descrição da natureza amazônica feita pelos militares ao longo do século XX enfatiza a relação direta do homem com essa natureza. Ora os relatos primam por uma abordagem individual, referindo-se a impressões pessoais sobre os impactos físicos sobre os homens, ora preferem o tom analítico e plural. No último caso, percebe-se que nas descrições feitas no século XX, tal como nos relatos dos viajantes do século anterior, há afirmações de que o meio natural amazônico apresenta limitações ao ser humano.

Essa percepção fica mais evidente se as descrições forem analisadas de forma temática e cronológica, abordando diferentes descrições sobre um tema, e avançando cronologicamente nesse tema até o final, quando se passa a um novo tema e retrocede-se a cronologia. Buscamos também organizar primeiro as descrições mais amplas, ou seja, aquelas que se referem à natureza como um todo e, posteriormente, aquelas de cunho mais específico, que abordam a floresta, os rios, os animais, entre outros.

Entre os interlocutores da primeira década do século XX, Euclides da Cunha retratou a natureza amazônica como um obstáculo à presença humana.

Sobre tudo isso uma consideração capital. Aqueles longínquos lugares do Purus (...) **exigem uma aclimação difficilima e penosa**. Apesar de um rápido povoamento, de cem mil almas em pouco mais de trinta anos, têm **ainda o caráter nefasto das paragens virgens onde a copiosa exuberância da vida vegetal parece favorecida por um ambiente impróprio à existência humana** (CUNHA, 2000 [1907], p. 212. Grifo nosso).

Em carta ao amigo José Verissimo, Euclides aponta como planejava usar os dados coletados durante a expedição: “Mostrarei, talvez, esteiando-me nos mais secos números meteorológicos, **que a natureza, aqui, soberanamente brutal** ainda na

expansão das suas energias, **é uma perigosa adversária do homem**” (CUNHA, 2000 [1907], p.372).

No prefácio ao livro de Rangel, em 1908, essa visão não parecia ter se dissipado: “A intelligencia humana não supportaria, de improviso, o peso daquella realidade portentosa. Terá de crescer com ella, adaptando-lhe, para dominá-la” (CUNHA. *In*: RANGEL, 1927, Preambulo, p. 3). Embora tenha admitido que a “Amazônia, ainda sob o aspecto estrictamente physico, conhecemo-la aos fragmentos” (CUNHA, *In* RANGEL, 1927. Preâmbulo), quando afirma que a natureza é ‘portentosa’ e algo a ser dominado, deixa transparecer que o não conhecimento da região é visto como uma ameaça ao sucesso da empreitada, se fosse feita ‘de improviso’. Diferentemente do que ocorre em *Os Sertões* [1902], em *À Margem da História* [1909] e em *Um Paraíso Perdido* [2000], Euclides não teve tempo de registrar em um livro acabado, sendo seus relatos e sua experiência na região Amazônica publicados postumamente. Alguns textos foram publicados em jornais enquanto ainda era vivo e outros só foram publicados postumamente.

Na década de 1930, Frederico Rondon assim descreveu a Amazônia:

É a vasta planície. A **interminável floresta**. A **natureza agressiva**. O **clima hostil**. O **deserto**. É o mar doce condicionando a vida humana aos tratos descontínuos da terra firme. São os agrupamentos humanos esparsos, abandonados no seu estado quase primitivo, incapazes, portanto, de impor ao ádvena uma brasilidade que ainda não assimilaram (RONDON, F., 1934, p. 28. Grifo nosso).

Rondon apresenta outros elementos, não perdendo, todavia, a característica da adjetivação negativa nos seus relatos: ‘interminável floresta’, ‘natureza agressiva’, ‘clima hostil’ e o ‘deserto’ euclidiano são adjetivos diretamente conectados às realidades biofísicas e ao clima do meio ambiente amazônico.

No mesmo período, Travassos também se remeteu ao termo deserto para descrever a região: “impressiona a maneira por que as influências atlânticas abordam (...) as águas do Amazonas e levam, através do **maior dos desertos líquidos**, seus estímulos civilizadores até aos confins da massa continental” (TRAVASSOS, 1942, p. 97. Grifo nosso). Ao descrever a região central do continente sul-americano, Travassos recupera a imagem construída no relato de Euclides da Cunha para mostrar a vastidão hostil do território despovoado: “(...) a faixa central com todos os surpreendentes caprichos da vertente atlântica, desde a **verdura infernal das matas**



**amazônicas** até as manifestações orográficas do planalto central e sua repercussão nas direções do oceano” (TRAVASSOS, 1935, p. 141. Grifo nosso). Na sequência do texto, o estudioso delimita a região amazônica:

Na bacia amazônica, tudo ao contrário. **Floresta tropical imensa**, excêntrica às zonas de irradiação da política brasileira devido à precariedade das comunicações longitudinais. **A terra ainda divorciada do homem, pequeno ainda para abarcar-lhe a grandiosidade**. A não ser a navegação fluvial segundo os rumos excêntricos da Amazônia, só a Madeira-Mamoré, **perdida nas profundezas do ‘Inferno Verde’** como único pião sabiamente colocado por mão de mestre (TRAVASSOS, 1935, p. 158. Grifo nosso).

Travassos reproduz duas figuras de linguagem do início do século – ‘o deserto’ e o ‘inferno verde’. Outro ponto que se destaca tanto em Travassos quanto nos outros autores é a associação da região e de sua natureza a um espaço de ‘grandiosidade’, ‘interminável’, ‘imenso’. As dimensões da região e da natureza aparecem nos relatos dos militares, ora carregada de admiração, ora plena de receios.

Em 1946, Ênio Pinheiro escreveu: **“A opulenta vegetação amazônica é fantástica e apavorante”** (PINHEIRO, 1985, p. 41. Grifo Nosso). Em outro texto, do ano seguinte, ele descreve a região amazônica: “É uma tremenda confusão de terra, água e mata, em que o homem toma consciência de si mesmo – é um elemento estranho, indesejável, pois **tudo é hostil** à sua existência. **A mata, então, nos causa medo. É o termo: - medo!**” (PINHEIRO, 1985, p. 50. Grifo nosso).

Na década de 1940, o Brasil ainda não tinha, nas Forças Armadas, um curso ou doutrina de operações na selva. Os soldados que serviam nas guarnições de fronteira eram geralmente transferidos de outras regiões do país. O choque com um ambiente natural completamente diferente, do qual tinham apenas referências, causava esse misto de receio e admiração, presente em vários dos relatos.

Medo é o termo usado também por Baliú em sua descrição da floresta em torno de Tabatinga-AM, no ano de 1943: “De feito, **quem quer que se embrenhe no Inferno Verde é dominado por um estranho medo**. Tudo é ensombrado e tem um quê de aterrador” (BALIÚ, 1946, p. 30. Grifo nosso). Ele detalha essa sensação de medo:

O corpo do que percorre o **grande deserto clorofilado** – todo inteiro: músculos, ossos, coração – ora treme, ora esfria, arde em febre por

vezes fica exangue outras, porque **tudo o domina, tudo o esmaga. E, pequenino e vencido**, já sente o deslizar da cobra, já ouve o canto irresistível da Yara, o rugido da onça, o silvar da flecha (BALIÚ, 1946, p. 30-31. Grifo nosso).

Baliú retrata um claro sentimento de inferioridade do homem perante a natureza. Retrata ainda que viver em meio à floresta amazônica era algo quase sufocante para um oficial do Exército (BALIÚ, 1946, p. 23).

Um fato interessante é que o Brasil adquiriu uma série de aviões Douglas C-47, popularmente conhecidos como DC-3, a sua versão civil. Surgiram os primeiros relatos sobre a floresta feitos a partir das aeronaves. Em 1943, Tabatinga não contava ainda com voos regulares do CAN<sup>94</sup>. Todavia, O CAN alcançava Belém-PA e Manaus-AM, e por isso vários oficiais adentravam a região Amazônica por essas cidades. Encontramos no livro de Baliú um relato que descreve o trecho entre Rio de Janeiro e Belém, visto de um avião, em viagem realizada no ano 1943:

E, olhando das alturas, já próximo a Belém, **a imensa floresta, tôda verde, incomensurável**, sempre igual a si mesma, compacta; **infinito manto de veludo** quando vista de quatro mil metros; cortada, recortada e entrecortada de rios, cujas águas, em sua maioria barrentas, amareladas, podem também ser azuis ou negras, perguntava, de si para si: será mesmo, esta, a última página do Gênesis? (BALIÚ, 1946, p. 97. Grifo nosso).

A ideia de homogeneidade e imensidão caracteriza a descrição da natureza amazônica feita a partir da visão panorâmica do avião<sup>95</sup>. A distância do solo da floresta

---

<sup>94</sup> Embora em 1943 existisse uma linha comercial até Tabatinga, partindo de Manaus, os custos eram elevados e o transporte utilizado era geralmente o fluvial, como aponta Baliú: “Durou a subida do grande rio, desde o porto inicial [Manaus] até Tabatinga, vinte e três dias. Esse é o espaço de tempo médio que gastam, em tal percurso, os referidos vapores, morosidade devida não só aos intermináveis abastecimentos de lenha, como as paradas destinadas ao corte do capim que serve de alimento ao gado conduzido a bordo. Os aparelhos da *Panair* fazem o mesmo trajeto em menos de dois dias, porém, na época em que se desenrolam estes fatos, a passagem, por via fluvial custa aproximadamente quinhentos mil réis, enquanto que, por via aérea, orça em dois contos” (BALIÚ, 1946, p. 47).

<sup>95</sup> Outro exemplo, da década de 1990, é o de Fregapani: “A dois mil metros de altitude a floresta parece um tapete verde de fungo. Pode-se ver o azul nos rios e percebe-se as poucas estradas como riscos de uma incisão cirúrgica. A 200 metros já nos surpreendem as diferentes formas das árvores, os matizes do verde, a beleza das gigantescas flores que aparecem por cima das copas buscando o sol, e o colorido dos numerosos pássaros sobrevoando a floresta. Mas é do lado de dentro que podemos ver como realmente é a selva, com sua pujante vegetação em luta constante e surda para assegurar individualmente a luz necessária à própria fotossíntese” (FREGAPANI, 1995, p. 13).

parece apagar os riscos e perigos sentidos nos relatos anteriores, levando o autor inclusive a associar a região com o início da criação do mundo. De fato, a referência à Amazônia como a última página a ser escrita no livro do Gênesis pode ser encontrada no prefácio de Euclides da Cunha no livro *Inferno Verde* de Alberto Rangel: “Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênesis” (CUNHA. In: RANGEL, 1927, p. 9).

Essa metáfora remete à ‘virgindade’ da região, ainda não tocada pelo homem e guardando, assim, características originais de sua criação. Essa descrição carrega em si a noção de paraíso, que será abordada mais à frente. Ainda sobre essa imagem de virgindade, Rodrigues construiu uma descrição em que destaca a condição intocada da floresta Amazônica:

Aqui no Brasil, as florestas virgens não são como aquelas florestas europeias, a Floresta Negra, p. ex., toda plantada pela mão do homem. Não! Aqui, floresta virgem é floresta de verdade. Árvores imensas em altura e diâmetro do tronco, entrelaçadas por cipós, lianas e trepadeiras, floridas de orquídeas, a formar uma cúpula tão densa que o sol não chega ao solo húmido, tão escura, sol a pino, que é impossível a alguém ler seja o que for, em pleno meio-dia (RODRIGUES, 1947, p. 74).

Embora nesse fragmento o autor crie uma imagem positiva, pois as nossas florestas seriam virgens e, portanto, ‘de verdade’, a floresta densa retratada por Rodrigues continua um ambiente perigoso: “Florestas, no Brasil, segundo Gonzaga Campos, são 58% da sua área total, é um sem fim dos mais surpreendentes perigos, de toda a classe. O deserto escampo é cem vezes menos perigoso e mortífero” (RODRIGUES, 1947, p. 74). Os perigos estão tanto no meio físico quanto na fauna:

**Os rios são imensos, largos, caudalosos, drenando regiões descomunais;** mas, cheios de cachoeiras, de corredeiras traiçoeiras, sorvedouros, pedras imensas, troncos de árvores enterradas no lodo do fundo; rios onde pululam as piranhas, o peixe elétrico, os jacarés, as aranhas venenosas, as cobras emboscadas nos matacões cheios de canharana, arrancados das margens pela correnteza forte e levados de bubuia (RODRIGUES, 1947, p. 74. Grifo nosso).

A fauna será objeto de análise posterior, mas, desde já, nesse fragmento, é possível ressaltar que a grandiosidade da floresta era associada também aos perigos oriundos dos animais que nela habitavam.

Golbery do Couto e Silva, em 1952, adjetivava a região como “**mata tropical pujante** que resiste sempre às comunicações ao longo dos divisores rebaixados e mal definidos” (SILVA, 1981, p. 39). Mas a sua atenção estava muito mais voltada para os significados geopolíticos da região dentro do contexto regional e nacional do que para a floresta propriamente dita. De fato, a partir da década de 1950, os relatos sobre a natureza amazônica tendem a se tornar menos descritivos e progressivamente mais marcados por um linguajar científico, sem contudo perder o argumento da grandiosidade natural da região.

O General João Baptista Peixoto usaria o mesmo termo do General Golbery ao descrever a vegetação amazônica, na década seguinte: “Nessa imensa região equatorial, que se acha coberta em sua maior parte da **mais densa e pujante formação florestal da Terra**, os rios foram as únicas vias de comunicação de superfície, durante mais de quatro séculos” (PEIXOTO, 1975, p. 75. Grifo Nosso). Dois anos depois, de forma mais detalhada, valendo-se de dados e usando termos específicos da geologia e hidrologia, Peixoto descreve a Amazônia como “uma das regiões mais expressivas do Brasil e do continente. [...] uma selva exuberante, com 3.800 mil km<sup>2</sup>” (1977, p. 197). Na sequência, apresenta tabelas com dados sobre as características hidrológicas, relevo, médias térmicas, humidade do ar, precipitações e o clima.

No início da década seguinte, Meira Mattos descreve a Amazônia por meio de suas diferentes formações florestais.

O que mais impressiona é a espessa **floresta latifoliada tropical**, do **tipo hileia**, de grande extensão e homogeneidade panorâmica, cobrindo 70% de toda região. A cobertura vegetal restante, localizada nas ladeiras das cordilheiras e do planalto brasileiro, é composta por **florestas mistas de transição, zonas de cocais, cerrados e savanas** (MATTOS, 1980, p. 23. Grifo nosso).

A diferença entre a descrição da Amazônia feita por Meira Mattos e aquelas contidas nos relatos da primeira metade do século é marcante. Em seus livros não há a preocupação com a descrição pormenorizada da natureza. O uso de conceitos definidos pela geografia e biologia dispensam a descrição do meio natural. No entanto, como os seus antecessores, ele destaca a primazia do meio sobre o homem:

O desafio amazônico, **onde o meio avassala o homem**, ainda não teve resposta adequada. Grandes escritores como Euclides da Cunha e o peruano Vargas Llosa sentiram **o peso arrasador da natureza portentosa sobre o homem ali confinado**, salpicado teimosamente à beira das **águas imensas e florestas gigantescas** (MATTOS, 1980, p. 144. Grifo nosso).

Ao se referir a Euclides da Cunha e a Vargas Llosa, Meira Mattos mostra, talvez de forma inconsciente, como a imagem de fatalidade e das limitações do homem perante a natureza amazônica atravessam décadas e as fronteiras nacionais. ‘O peso arrasador da natureza sobre o homem’ e as características dessa natureza descrita como ‘imensa’ e ‘gigantesca’ dão continuidade à percepção da região como detentora de uma grandiosidade intrínseca.

Esta identificação da grandiosidade da natureza encontra ecos nos escritos de Fregapani. No final da década de 1980 e em meados da década de 1990, ele descreveu as suas impressões sobre a natureza amazônica, mostrando que as descrições da natureza não desaparecem completamente dos escritos dos militares. Em 1987, Fregapani relatou as suas experiências na Amazônia e histórias passadas durante o curso de instrução de guerra na selva. O seu primeiro contato com a selva amazônica, segundo ele, ocorreu mesmo antes do curso, em um exercício de salto de paraquedas. Ele e outros tiveram que adentrar a selva em busca de um companheiro perdido. A impressão desse primeiro contato foi registrada da seguinte forma:

**À medida que passávamos pela vegetação gigantesca, me maravilhava com as espécies** para mim desconhecidas. Passava sem entender por belas árvores com frutos exóticos pendurados no tronco, por grandes cipós e lianas que desciam da copa ao chão por dezenas de metros e por palmas de toda espécie, inclusive espinheiras. Enquanto meus pés afundavam a cada passo na espessa e fofa camada de folhas, a riqueza da vegetação me atraía cada vez mais. Sem saber, eu havia sido conquistado para sempre (FREGAPANI, 1987, p. 9. Grifo nosso).

A descrição de Fregapani, se comparada às descrições de outros oficiais, elaboradas décadas antes (Peixoto e Baliú), em que a sensação ao adentrar a floresta era de medo, indica um foco diferente, uma mudança da visão sobre a floresta, pois Fregapani faz uma descrição mais positiva (FREGAPANI, 1995; 2011).

Essa mudança está relacionada também à mudança de conceitos sobre diversos outros elementos. Vejamos agora alguns deles: o clima e as doenças tropicais. Trataremos desses dois temas de modo paralelo, pois durante as primeiras

décadas do século havia uma concepção generalizada de que certas características climáticas, como o calor e a umidade, não eram propícias à vida humana. Certas regiões eram tomadas como insalubres e de fácil proliferação de doenças devido às suas características climatológicas. Isso é válido para parte dos relatos sobre a região amazônica, que apresenta essas duas características, o calor e a umidade.

No início do século XX, em 1905-1906, o General Belarmino Augusto de Mendonça Lobo acompanhou Euclides da Cunha no início da expedição de reconhecimento dos rios Purus e Juruá. A Mendonça coube a exploração do rio Juruá, no Estado do Amazonas. Entretanto, é preciso fazer um comentário ao relatório e às memórias dele, publicadas em 1907. Embora publicado de maneira individual, os dados reproduzidos no relatório são provenientes dos trabalhos da Comissão, na qual participaram outros militares e dois civis<sup>96</sup>. Dentre os relatos produzidos por militares da região amazônica, este é sem dúvidas um dos mais científicos, pois houve o cuidado de identificar espécies vegetais e animais, para além do registro dos dados geográficos.

O autor assim descreve o clima do Amazonas: “o território do Estado passa por estar **sob o flagello de insupportavel calor**” (MENDONÇA, 1989, p. 229). Ele explica os malefícios provenientes desse clima:

A salubridade geral da região, que resulta da acção modificadora combinada dos principaes factores climatéricos, não exclue certamente a existência de coefficients malignos que surgem em pontos excepçionaes ou se geram espontaneamente em situações transitórias (MENDONÇA, 1989, p. 233).

A conexão da salubridade com os fatores climáticos é clara na fala de Belarmino. Outro ponto chama a atenção, porém. Ao afirmar que “coefficients malignos que surgem em pontos excepçionaes ou se geram espontaneamente em situações transitórias”, remete às teorias da geração espontânea, ou da abiogênese, formadas a partir das primeiras suposições aristotélicas e que foram aceitas no meio acadêmico e popular durante um largo período de tempo. Essas teorias só passaram a ser refutadas por experimentos no século XVII, com Lazzaro Spallanzani, e, de maneira mais sistemática, a partir de meados do século XIX com Louis Pasteur

---

<sup>96</sup> Os civis eram o fotógrafo Victor Schubnel, que permaneceu até julho de 1905 apenas, e a viagem terminou em janeiro de 1906; e o Encarregado do Material e secretário Ballarmino Mendonça Filho. Os militares eram: Ten. da Armada Henrique Aristides; Ten. engenheiro militar Vicente dos Santos; Ten. artilharia e eng. militar Antônio Leite de Magalhães Bastos Júnior; Médico 3a. Classe do Exército Major Manoel Pedro Alves de Barros; Capitão de Infantaria Cyrillo Bernardino Fernandes; e Alferes-aluno Octavio Felix Ferreira e Silva (MENDONÇA, 1989, p. 91).

(MARTINS, 2009). Mendonça afirma de modo definitivo a relação entre a saúde e o clima/região:

**A humidade** constante de alguns terrenos baixos e pantanosos, as **aguas estagnadas** das depressões aprofundadas, as que se represam em virtude de inundações ou causas meteóricas, as de alguns **igarapés sombrios pouco correntosos**, principalmente pântanos; as massas líquidas em equilíbrio nos lagos; os recônditos das **mattas florestaes, densas e impenetráveis** à luz solar, onde fermentam os **detrimentos resultantes de uma vegetação activa** e de rápido desenvolvimento, **convertem-se com frequência em focos de proliferação dos microorganismos pathogenos** (MENDONÇA, 1989, p. 233. Grifo nosso).

Aqui podemos perceber características climatológicas, geográficas e bióticas da região amazônica sendo associadas a agentes patogênicos, ou seja, a insalubridade seria fruto das particularidades da própria região. As principais patologias, ou doenças, que vitimavam os indivíduos no Estado do Amazonas eram, segundo Mendonça:

As moléstias que nos últimos tempos, pelo efeito lethaes, mais dominam na pathologia do Amazonas são as de fundo palustre, o **beribéri**, a **tuberculose** e a **dysenteria** e, por importação em períodos afastados, a **febre amarella**. Pela extensibilidade morbida, porém, cabe o primeiro lugar às molestias do aparelho digestivo, entre as quaes a **enterro-colite**, as **enterites** e as **diarrhéas** são as que mais casos fataes apresentam, mas de baixa cota porcentual. O **impaludismo** é o maior ceifador de vidas na vasta bacia amazônica. De 10.309 obitos ocorridos em Manáos, nos annos de 1897 a 1902, cabe-lhe 5.205 ou mais de 50% (MENDONÇA, 1989, p. 235. Grifo nosso).

Essas doenças não ocorriam apenas no Estado do Amazonas. A malária, o beribéri, o impaludismo, as diarreias, entre outras, vitimaram inúmeros moradores e migrantes. São uma constante nos relatos dos oficiais que comandavam as tropas na região. As limitações da medicina e o distanciamento de centros com maior capacidade médica para o tratamento dos enfermos contribuía para o aumento dos óbitos<sup>97</sup>. A falta de adaptação do próprio organismo foi indicada por Rondon, quando

---

<sup>97</sup> Mendonça relata que um integrante de sua comissão, atacado de diarreias, teve que ser retirado para Mato Grosso: “Tivemos um caso rebelde de dysenteria para o qual não houve outro recurso senão a retirada da zona de operações, no fim quasi de nossos trabalhos. O filiamos ao impaludismo, por isso que o doente tendo sido logo transferido para Matto Grosso, de lá regressou poucos meses depois completamente restabelecido e bastante nutrido” (MENDONÇA, 1989, p. 239).

da chegada a Rio Pardo (Mato Grosso), em 25 de dezembro de 1909: “**vencemos a natureza selvagem** do sertão, **as fraquezas do nosso próprio organismo** e as apreensões, as dúvidas e os sobressaltos da nossa alma” (MISSÃO RONDON, 2003, p. 107. Grifo nosso). As fraquezas do próprio organismo a que Rondon se refere eram a capacidade para suportar as doenças endêmicas daquelas regiões. Villas Boas, ao se referir aos indígenas comenta que eles eram uns ‘malarientos’ no sentido de que adquiriam inúmeras malárias no decorrer da vida sem que elas os vitimassem, o que não ocorria no caso dos homens trazidos de fora da região, que corriam o risco de morrer caso não fossem tratados (VILLAS BOAS, 2012).

Vários relatos sobre doenças são seguidos da notificação da morte dos doentes, geralmente homens envolvidos nas missões. Nem mesmo Rondon escapou à malária e outras doenças: “As **febres tropicais** não tardam a aparecer, fazendo vários doentes e atacando com excepcional violência o próprio chefe da expedição e o seu ajudante; dos doentes, um morreu” (MISSÃO RONDON, 2003, p. 115).

Outro relato da Comissão Rondon, publicado em 1915, descreve os efeitos das doenças sobre a tropa e os trabalhadores, durante a construção de linhas telegráficas nas proximidades de Cáceres, Mato Grosso:

Infelizmente, ao longo do segundo dia de marcha apareceram os primeiros casos de infecção entre as praças e trabalhadores, e a irrupção foi tão violenta que, ao chegarem a Pontes de Lacerda, já existiam 110 doentes, num total de 228 pessoas. Esse número foi continuamente crescendo, a ponto de, ao entrarem em S. Luís de Cáceres, atingir 201 (MISSÃO RONDON, 2003, p. 134).

O trecho entre as cidades de Cáceres e Pontes de Lacerda compreende pouco mais de 200 km. Rondon chegou a dispor de pouco mais de 10% de seus homens em condições de trabalho, pois a grande maioria ficou incapacitada após algumas semanas de marcha. As doenças tropicais atacavam todos e os oficiais também eram vítimas frequentes. As suas mortes eram relatadas sem maiores cerimônias, como mostra o trecho a seguir, publicado em 1915: “O Tenente Cardoso adoeceu e dois inspetores morreram, vitimados pelo beribéri” (MISSÃO RONDON, 2003, p. 136).

Em meados da década de 1930, Cidade publicou uma obra relativa à logística e às operações de guerra. Ele avalia inúmeras regiões brasileiras, discorrendo sobre



suas vantagens e desvantagens para a tropa, detalhes sobre os quais os oficiais deveriam estar atentos. Ao pontuar as condições de regiões úmidas, ele afirma:

Condições das regiões úmidas – Finalmente, a umidade pode determinar condições especialíssimas que devem ser encaradas com cuidado, no caso de uma tropa ter de atravessar uma região úmida, ou nela estacionar no decorrer de uma guerra. **É sabido que as regiões úmidas não são saudáveis, mesmo que aí não reinem as chamadas moléstias tropicais** (CIDADE, 1940, p. 45. Grifo nosso).

Novamente percebemos a conexão feita entre o clima, considerado insalubre à vida humana, e as doenças aqui genericamente chamadas de ‘moléstias tropicais’.

Ainda sobre a questão do clima, encontramos ecos distantes dela em texto de Meira Mattos, de 1975, que apresenta concepções de que um determinismo climático seria fator a ser vencido pelo Brasil no caminho se tornar uma nação desenvolvida:

Segundo Huntington e seus seguidores, o clima temperado exerceu um papel determinante na criação das grandes civilizações (Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma, Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão e Rússia). Segundo o critério geral aceito pelos estudiosos da Geografia Humana, a zona equatorial é a mais desfavorável ao surgimento das grandes civilizações. As condições climáticas dos trópicos são proporcionadoras ou dos grandes desertos (Saara, Arábia, Mongólia, Austrália), onde as condições de vida animal e vegetal se tornam precaríssimas, ou das florestas tropicais (Amazônia, Guiné, Congo, Malásia), onde a fixação do homem e a valorização econômica do solo constituem ainda um desafio da natureza ao engenho humano (MATTOS, 1975, p. 19).

Entre os fatores limitadores da fixação do homem, estavam as doenças e os seus vetores (animais transmissores de doenças, em especial insetos), que constituíam capítulos à parte nos relatos amazônicos. Os insetos estão presentes nos escritos de Mendonça: “Dos insectos são inesquecíveis os carapañas, piuns, maroins, os potós, as uras, mutucas, cabas, os maribondos, a tocandira e muitos outros que atormentam o explorador” (MENDONÇA, 1989 [1905], p. 78). Rodrigues apresenta os desconfortos provocados pelos insetos e as suas conexões com as doenças:

**Os mosquitos** de um sem número de raças e formas, capazes de **martírios inomináveis**, empesteiaram o sertão, ansiosos por expulsarem o homem **infectando-o de malária ou de outras doenças piores**. Mas, sobretudo, a luta maior do homem do sertão é com o peso estonteante do vazio, do ermo, da distância. Ésse o seu maior inimigo, que o **impede de ter auxílio pronto, de ter remédios**,

socorros espirituais, cultura, recursos mais mezinhas à luta pela vida (RODRIGUES, 1947, p. 75. Grifo nosso).

Rodrigues destaca, portanto, a falta de acesso a medicamentos adequados para o tratamento das enfermidades – algumas não tinham tratamento. É de se ressaltar a notoriedade dos insetos amazônicos como transmissores de doenças e verdadeiros tormentos aos homens que se aventuraram naquelas terras. Mesmo o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt publicou o seguinte nas memórias da viagem que fez pela Amazônia com Rondon:

Todos esses inimigos [jacarés, anacondas, pumas, panteras, piranhas], no entanto, ele [Rondon] **os encara como absolutamente vulgares em comparação com o verdadeiro perigo das selvas** – o tormento e **a ameaça de multidões de insetos, de mosquitos** e mesmo de outros ainda mais **intoleráveis bichinhos**, de carrapatos e de **agressivas formigas venenosas**, as quais já tem causado o despovoamento de aldeias e até de distritos inteiros. **Esses insetos e as febres que eles transmitem**, assim como as disenterias, a inanição, o esgotamento pela fadiga e os acidentes, **são, em traço rápido, o que os exploradores devem temer** (ROOSEVELT, 1948, p. 52. Grifo nosso).

Roosevelt coloca, portanto, os insetos como riscos maiores que diversos animais de grande porte. Esse risco decorria não só do incômodo, mas das doenças transmitidas.

O Gal. Enio Pinheiro, que esteve na região entre as décadas de 1940 e 1950, também sentia o incômodo causado pelos insetos e propunha uma solução:

[...] **os mosquitos, simplesmente infernais, com suas diabólicas picadas**. Não há 'couro grosso' que suporte uma picada de um bichinho desses. Imagine-se o que não é a vida de um pobre seringueiro, obrigado a viver o dia inteiro atormentado por algumas centenas de milhares desses alegres ornamentos da vida amazônica. **Era o caso de se conseguir aviões para jogar inseticida na Amazônia inteira**, como fizeram os americanos em alguns lugares da Ásia e Oceania, para conseguirem lutar com os japoneses (PINHEIRO, 1985, p. 51. Grifo nosso).

O inferno aqui não é enorme nem verde, mas pequeno e alado. Uma grande operação de espalhamento de inseticidas parecia necessária e viável a Pinheiro, tal a gravidade do problema<sup>98</sup>.

Os animais mais visíveis da selva amazônica, de modo geral, foram apresentados como um risco à vida humana. Onças, piranhas e cobras pareciam espreitar os homens a cada capão de mata, a cada igarapé. Roosevelt logo identificou outro animal que despertava temor, as piranhas:

Aí pescamos muitos peixes que pertenciam a um dos mais terríveis gêneros do mundo – as piranhas ou peixes canibais – porque devoram o homem quando o têm a seu alcance. [...] há pessoas mutiladas pelas piranhas; laceram e devoram vivos qualquer pessoa ou animal ferido, por isso o sangue na água as excita furiosamente (ROOSEVELT, 1948, p. 40).

Rodrigues (1943), ao descrever a piranha, observada no rio Tocantins, também a caracteriza como perigosa. Nota ainda a variedade das espécies conhecidas pelo nome genérico de piranhas e a sua importância alimentar. O caboclo somente se alimentaria de piranha ‘em última instância’, conforme o relato seguinte:

As piranhas só são comidas pelos caboclos da região em última instância, não por causa da voracidade delas pela carne humana, mas, porque têm muitas espinhas. Há três espécies de piranhas no Tocantins: a ‘papo de fogo’, pequenina, feroz; a ‘queixo fino’ um pouco maior, pardacenta, menos perigosa; e, a ‘rodaleira’, escura, azulada, perigosa menos que as outras (RODRIGUES, 1943, p. 126).

O meio líquido parece ter despertado especial temor em Rodrigues. Não eram apenas as piranhas que despertavam medo quanto às águas. Outros animais compõem uma espécie de ‘bestiário’ dos rios amazônicos, segundo Rodrigues:

Os rios são imensos, largos, caudalosos, drenando regiões desconhecidas; mas, cheios de cachoeiras, de corredeiras traiçoeiras, sorvedouros, pedras imensas, troncos de árvores enterradas no lodo do fundo; rios onde pululam as piranhas, o peixe elétrico, os jacarés,

---

<sup>98</sup> No Brasil a campanha da erradicação da malária iniciada em 1965 era “baseada na ação intradomiciliar do diclorodifeniltricloroetano (DDT) contra os anofelinos transmissores e no uso de drogas antimaláricas para esgotamento das fontes de infecção (seres humanos parasitados pelos plasmódios), foi capaz de eliminar a malária de extensas áreas do território brasileiro (regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul) onde uma parcela significativa da nossa população vivia sob o risco de contrair a malária” (LOIOLA, *et al.*, 2002, p. 235). No Norte usou-se o mesmo método intradomiciliar, todavia jamais se erradicou a malária da Amazônia.

as aranhas venenosas, as cobras emboscadas nos matacões cheios de canharana, arrancados das margens pela correnteza forte e levados de bubuia. Rios, a cujas margens as **sucuris se aferram para surpreender homens** e animais descuidados, ou as **onças espreitam** a oportunidade do ataque (RODRIGUES, 1947, p. 75)<sup>99</sup>.

A ideia de que os animais espreitavam os homens, esperando uma oportunidade para o ataque, é uma constante. Diz Mendonça: “Onças seguiram as caravanas de levantamento no trajecto a pé pelas cabeceiras, quer no leito do rio, quer na matta” (MENDONÇA, 1989, p. 185). Fregapani afirma na década de 1980:

Lá foi armado um acampamento, depois um barracão e por fim uma Base. Era um bom local; tinha águas frescas do igarapé. Também era desta opinião uma onça de grande porte que certamente vivia perto da base. À noite ouvia-se com frequência seu esturro (...) O fato é que todas as manhãs encontrávamos as pegadas da onça junto ao acampamento e isto intranquilizava as pessoas (FREGAPANI, 1987, p. 18).

Entretanto, os animais tinham uma função essencial para as expedições e os exploradores: afastar o fantasma da fome. No início do século, escrevia Mendonça em suas memórias:

Houve **necessidade de restringir a alimentação individual sem exceção de pessoa alguma**, a duas colheradas de arroz ou feijão com outras tantas de farinha em cada uma das duas refeições principais, e suprimir o adoçamento de todo café por ter-se acabado o assucar (MENDONÇA, 1989, p. 129).

Mendonça estava em uma missão oficial, com uma comissão de demarcação de fronteira que incluía brasileiros e peruanos, e mesmo assim houve a necessidade de restringir a alimentação indistintamente. A escassez ou mesmo inexistência de cidades onde pudessem se reabastecer de gêneros alimentícios era uma constante e foi sentida também por Euclides, que dizia: “Os nossos gêneros esgotavam-se e estávamos em pleno deserto” (CUNHA, 2000, p. 331).

A solução, como aponta Rodrigues, eram a caça, a pesca e os alimentos locais: “Nossos recursos alimentícios eram reduzidos, devendo nós com recursos locais, a caça e a pesca, reforça-los de continuo” (RODRIGUES, 1943, p. 41). Roosevelt ilustra

---

<sup>99</sup> Embora o trecho inicial desta citação já tenha sido utilizado neste trabalho optamos por repeti-lo para manter a integridade da ideia e das associações feitas pelo autor entre o meio físico e a fauna.

bem isso, pois tem inúmeros relatos de caçadas e pescarias (ROOSEVELT, 1915), muito apreciadas por ele, que cultivava fama de grande caçador e de amante dos perigos da vida em terras selvagens. A importância da caça e do conhecimento do alimentos que podem ser extraídos da floresta é tão grande que dois pontos do curso do Centro de Instrução de Guerra na Selva, ministrado desde 1967, são a caça e a identificação de espécies vegetais nativas comestíveis. Esses conhecimentos foram sendo aprendidos com mateiros e indígenas, principalmente após a criação, em 1967, do Centro de Instruções de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus (FREGAPANI, 1995).

#### 4.1.4 O PARAÍSO TROPICAL OU VISÕES DO 'ELDORADO': A NATUREZA COMO PROMESSA DE RIQUEZAS.

Não é incomum encontrar na literatura referências à Amazônia como sendo um paraíso, ou o lugar onde se encontraria o *Eldorado*. Desde os primeiros europeus, passando por viajantes e bandeirantes, chegando aos autores modernos, essas imagens da região foram sendo construídas.

Diferentes povos produzem concepções de paraíso e inferno (inclusive com nomes diferentes entre si) de acordo com suas religiões, culturas e história. São, portanto, representações socialmente construídas que devem ser pensadas dentro dos contextos sociais e históricos em que estão inseridas (ELIADE, 1998). A concepção de paraíso, para a maioria da população do Brasil do início do século, estava associada às heranças do cristianismo, mais exatamente, do catolicismo. Mesmo atualmente, com a pluralidade e a tolerância ao sincretismo religioso, o catolicismo e o protestantismo, em suas diferentes manifestações, permanecem como as principais religiões brasileiras, adotadas por mais de 80% da população (IBGE, Censo, 2010). Essa origem bíblica do paraíso está relacionada ao livro do Gênesis, reforçada pelas construções doutrinárias e mentais da Igreja Católica e dos seus fiéis da Idade Média, segundo Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2000). Nos versículos do Gênesis (2, 9-25, e 3, 1-24), é narrada a criação do homem e é explicado o local onde Deus o colocou, os Jardins do Éden:

E formou o SENHOR Deus o homem do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente. E plantou o SENHOR Deus **um jardim no Éden**, do lado oriental; e pôs ali o homem que tinha formado. E o SENHOR Deus **fez brotar da terra toda a árvore agradável à vista, e boa para comida**; e a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem

e do mal. E saía um rio do Éden para regar o jardim; e dali se dividia e se tornava em quatro braços. O nome do primeiro é Pisom; **este é o que rodeia toda a terra de Havilá, onde há ouro** (Gênesis 2:7-11. Grifo nosso).

Examinando o relato bíblico da criação do paraíso, percebe-se que o local é associado a um jardim, um ambiente aberto com diversos tipos de plantas; entre essas plantas, existem ‘árvores por toda terra’ e boas para a comida, ou seja, um lugar de fartura; chama a atenção também a presença de um rio cuja nascente estava no próprio Éden. Um dos caminhos possíveis para o paraíso poderia ser subindo um rio; finalmente, aparece, associado ao rio, o ouro, símbolo de riqueza. Observando apenas esses aspectos, o paraíso apresenta-se como um lugar onde brotam árvores, com fartura de água, alimento e a riqueza representada pelo metal. Euclides da Cunha, como outros antes dele, imaginou a Amazônia como “à última página” do Gêneses, ainda em feitura. A Amazônia seria o Éden?

É importante compreender que, no final da Idade Média e no período das grandes navegações, o paraíso não era entendido como uma alegoria moral, mas, sim, como um espaço terreal (real e terreno). O texto bíblico situa o Éden “do lado oriental”. Holanda (2000) reconstrói a busca pelo paraíso terreno e explica como as localizações “do lado oriental” se diluíram para ganhar feições de “ilhas afortunadas”<sup>100</sup>, chegando até mesmo às chamadas zonas tórridas: Holanda cita “a idéia alvitada pelo próprio São Tomás, de que o Paraíso sonhado poderia encontrar-se no interior da própria zona tórrida, e exatamente debaixo da equinocial” (HOLANDA, 2000, p. 199).

A busca pelo paraíso terrestre seguiu especulações sobre a sua localização em diversos pontos do planeta. Quando da descoberta do Novo Mundo, por Cristóvão Colombo, o mito do Paraíso (e do inferno) chegou com as naus. “Colombo, sem dissuadir-se de que atingira pelo Ocidente as partes do Oriente, julgou-se em *otro mundo* ao avistar a costa da Pátria, onde tudo lhe dizia estar o caminho do verdadeiro Paraíso Terreal” (HOLANDA, 2000, p. 253).

---

<sup>100</sup> Sérgio Buarque de Holanda (2000) fala em sua obra sobre as ilhas afortunadas e de como este mito chega ao descobrimento do Brasil. A respeito delas Marilena Chauí comenta: “as chamadas Ilhas Afortunadas ou Ilhas Bem-aventuradas, lugar abençoado, onde reinam primavera eterna e juventude eterna, e onde homens e animais convivem em paz. Essas ilhas, de acordo com as tradições fenícia e irlandesa, encontram-se a oeste do mundo conhecido. Os fenícios as designaram com o nome Braaz e os monges irlandeses as chamaram de Hy Brazil. Entre 1325 e 1482, os mapas incluem a oeste da Irlanda e ao sul dos Açores a Insulla de Brazil ou Isola de Brazil, essa terra afortunada e bem-aventurada que a carta de Pero Vaz de Caminha descreveu ao comunicar a El Rei o achamento do Brasil.” (CHAUÍ, 2007, p. 59).

Esse paraíso terreno não foi o único mito que os exploradores buscaram nas ‘zonas tórridas’, pois, durante o processo de colonização, surgiu entre os colonizadores espanhóis o mito do ‘El Dorado’ ou ‘La Canela’. Existem variações do mito, conforme o viajante ou o lugar, mas o ponto central é que alguns povos nativos da América do Sul acreditavam na existência de um reino/cidade, extremamente rico, escondido no interior da selva, a leste da Cordilheira dos Andes. Alguns espanhóis decidiram verificar a veracidade disso. Ao chegar em Quito, no Peru, o conquistador espanhol Gonzalo de Pizarro ouviu de uma expedição que havia retornado das cabeceiras do Amazonas: “[...] the expedition heard rumors of a land so rich in gold that its ruler regularly anointed his skin in that precious metal. He became gilded, *dorado*; so his fantastic kingdom was known as *La Canela* or *El Dorado*” (HEMMING, 2008, p. 20)<sup>101</sup>. ‘El Dorado’ foi um termo que os espanhóis adotaram para descrever esse governante ou as terras que ele governava. Como o paraíso descrito no Gênesis, o ‘El Dorado’ seria um lugar de abundâncias, inclusive de ouro.

Francisco Orellana, conquistador espanhol sob o comando de Gonzalo Pizarro, separou-se da expedição dele e partiu para o leste, em busca do Eldorado. Acabou comandando a primeira expedição a percorrer quase toda a extensão do rio Amazonas, em 1541-1542, nada encontrando que confirmasse o lugar mitológico (HEMMING, 1998; 2008). Durante os séculos XVI e XVII, os espanhóis se empenharam nesta busca. Outros povos e outros viajantes também singraram as terras e os cursos dos rios no Novo Mundo ou desbravaram os sertões em busca do Eldorado amazônico e de outros lugares fantásticos. Ure mostra como os relatos sobre uma cidade cheia de ouro e prata no interior da floresta amazônica, produzidos por bandeirantes e indígenas, influenciaram as expedições do coronel inglês Percy Fawcett, que desapareceu no alto rio Xingu no início do século XX (URE, 1986).

Como pode-se perceber, a ideia do Paraíso esteve mais ligada à representação da floresta, como um lugar de bem-estar, de belezas, de bonança, o que a associava aos jardins do Éden. A imagem do Eldorado é ligada às possibilidades de riquezas materiais. A visão dos militares brasileiros ao longo do século XX está relacionada, de forma mais estreita, com a visão da região como um ‘El Dorado’, uma promessa de riqueza intrínseca que precisava ser descoberta e explorada. Longe do mito da busca de cidades cobertas de ouro, pelo que percebemos a visão do Eldorado amazônico

---

<sup>101</sup> Tradução livre: A expedição ouviu rumores de uma terra tão rica em ouro que o seu governante ungia regularmente a sua pele com o metal precioso. Ele tornou-se dourado, dourado, e assim o seu reino fantástico era conhecido como ‘La Canela’ ou ‘El Dorado’ (HEMMING, 2008, p. 20).

para os militares brasileiros estava relacionada às possibilidades de riquezas que a própria natureza poderia prover naquela região. Isso de certa forma implica dizer que seria o conceito clássico da natureza enquanto recurso e/ou reserva natural que estava presente serve de base a diversas atividades humanas para a produção de bens de consumo<sup>102</sup>.

#### 4.1.5 O OUTRO LADO DO INFERNO VERDE: A NATUREZA AMAZÔNICA E A PROMESSA DE PROSPERIDADE

No âmago do paraíso ou do Eldorado, conforme construído pelos militares brasileiros, está a natureza relacionada com a promessa de riquezas materiais. A busca pelo Eldorado ao longo dos séculos esteve ligada à esperança de se encontrarem riquezas e prosperidade material, ou simplesmente de sanar a pobreza. Esses sentimentos levaram inúmeros homens a tentar a sorte na região Amazônica. Os bandeirantes portugueses e missionários foram os grupos mais conhecidos nos séculos anteriores que adentraram a região. Aos bandeirantes as FFAA atribuem toda uma herança histórica da posse da terra pela nação brasileira.

Todavia, no século XX, para além das construções fantasiosas, foi a identificação da natureza, enquanto recurso econômico, que sustentou as promessas de prosperidade. Os militares reproduziam essa ideia em seus textos, enumerando os diferentes recursos vegetais, minerais e mesmo mesológicos que se alternaram na construção da visão de uma região de possibilidades, como um moderno Eldorado.

No início do século XX, o extrativismo do látex foi uma dessas promessas. Após uma prosperidade de algumas décadas, entrou em crise em 1911, teve uma nova fase de recuperação efêmera durante a Segunda Guerra Mundial, para novamente entrar em crise definitivamente. Outro sonho menos conhecido, pois não chegou a ter um período expressivo de prosperidade, foi o do petróleo amazônico, o qual remonta à Era Vargas, quando o impulso de descobertas em outras regiões levou a tentativas de descoberta do 'ouro negro' na bacia amazônica. Após prospecções infrutíferas, a ideia caiu em letargia nas décadas posteriores. Apenas após meados dos anos 1980 foram descobertas jazidas petrolíferas na Amazônia Legal. A exaltação das riquezas minerais e dos solos amazônicos atravessaram o século em diferentes textos de civis e de militares. A região também se mostrou, em diferentes décadas, como a esperança do acesso à terra e do espaço de desenvolvimento do setor agrícola,

---

<sup>102</sup> Entendemos natureza enquanto recurso, nos termos da econômica neoclássica.



sendo considerada uma solução para o abastecimento nacional e internacional. Enfim, de diversas formas, a Amazônia foi apresentada como um espaço fértil e rico, franqueado aos brasileiros que ousassem nela se fixar.

No início do século XX, o Brasil ainda não havia se industrializado e o extrativismo e a agricultura eram as principais atividades produtivas da Amazônia brasileira. Nas memórias e nos relatórios da Comissão Mista Brasileiro Peruana de Reconhecimento dos Rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados (1905), Mendonça descreveu detalhadamente as espécies da fauna e da flora observadas, argumentando sobre suas capacidades. Os seringais, no auge da borracha, recebem atenção especial, com a apresentação dos dados de produção e exportação (MENDONÇA, 1989, p. 215). Mas várias outras espécies vegetais são referenciadas em suas potencialidades. É o caso da andiroba::

A andiroba (*Carapa guyanensis*) apresenta amêndoas triangulares encerradas dentro de um ouriço, das quaes se extrahe o azeite ou óleo de andiroba, que dá excellente luz. É extremamente amargo e empregado como febrífugo. No tecido lenhoso tem uma substancia amarga que a preserva da acção nociva dos insectos. A madeira racha facilmente e é utilizada em ripas, regôas, etc. (MENDONÇA, 1989, p. 89).

Cada espécie tem, segundo o autor, as suas possibilidades de uso descritas. Olhar as árvores é quase como olhar para dinheiro em pé. Para além das espécies de grande porte, Mendonça escreve: “O valle do Juruá tem inúmeros vegetaes filamentosos que podem ser com vantagem aproveitados nas industrias têxtis, para estopa, trançados (chapéos, esteiras, cestas), redes, cordoalha, tecidos, fabrico de papel e outros misteres” (MENDONÇA, 1989, p. 178). Ou seja, não é preciso plantar esses vegetais. Era preciso apenas coletar e beneficiar para conseguir uma série de produtos. Essa visão deve ser contextualizada no início do século XX, quando o exemplo do extrativismo da borracha ainda não havia entrado em decadência e era plausível pensar que a abundância da natureza poderia gerar riquezas, ignorando-se a exploração humana por trás do processo de extração e beneficiamento.

Na região do rio Tocantins, na altura do município de Carolina-MA, Rodrigues descreveu as riquezas regionais: “Há jazidas de diamantes e esmeraldas no rio Tauá, carvão junto ao rio Farinha, e ouro por toda a parte. **O preço do alqueire de campo, aqui é de \$200 [cruzeiros], e do alqueire de mata \$400. Tudo é bom e barato**” (RODRIGUES, 1943, p. 189. Grifo nosso). Nesse fragmento, além de mencionar as riquezas minerais, ele se remete à questão do baixo valor da terra. A terra barata

tinha, em 1940, um destino quase que certo: ser transformada em uma área produtiva. Um dos meios para isso era a implantação de fazendas e plantações. A concepção da Amazônia como uma fronteira agrícola aparece na fala do General Anapio Gomes, que afirmava: “(...) podemos ampliar grandemente nossos rebanhos de gado vacum, caprino e porcino. A Amazônia será possivelmente no futuro a maior região de pecuária do globo. Mas isto será no século vindouro” (GOMES, 1955, p. 35).

Na década de 1980, pouco antes da redemocratização do país, o argumento de a região ser um espaço fundamental para o desenvolvimento nacional permanece nas concepções de Meira Mattos:

A incorporação das imensas áreas do centro-oeste e da Amazônia ao território explorado representará um aumento de nossas possibilidades econômicas e poder político proporcional aos tratos de áreas incorporados. O valor dessa operação poderá ser avaliada com justeza, se considerarmos que as novas áreas a serem exploradas representam cerca de 2/3 do território nacional (MATTOS, 1984, p. 88).

É interessante perceber que em 1984 ainda encontram-se referências de autoria de militares à incorporação da região ao território nacional. Isto mostra o quão recente é esse processo. Do ponto de vista da ‘promessa de prosperidade’, Mattos busca dimensioná-la e valorá-la, comparando a sua extensão com a do restante do território nacional. Dito de modo simples, para Mattos, a ampliação em dois terços do espaço nacional ampliava também em 2/3 a possibilidade de exploração dos recursos naturais e da geração de renda. Todavia, Mattos não leva em conta as diferenças naturais, humanas e históricas que diferenciam a região amazônica do restante do país. Os tipos de solos, o peso populacional revertido em mão de obra e todo o desenvolvimento histórico de diversos setores produtivos da agropecuária à industrialização.

Entre os recursos naturais disponíveis na Amazônia estavam os de origem mineral. As ‘riquezas minerais’, muitas das quais hoje confirmadas e exploradas, sempre figuraram como uma das grandes promessas da região amazônica, desde o mito do Eldorado. Dentre os vários minerais, sem dúvida, era o ouro o que carregava o maior fascínio para os homens comuns. A possibilidade de encontrar uma boa quantidade de ouro e ficar rico foi a clássica visão do Eldorado que impulsionou brasileiros, geralmente pobres, a adentrarem a região em momentos diferentes

(SANTOS, 2002). Mas, em 1943, Rodrigues descreveu as riquezas que poderiam ser encontradas na região do alto Tocantins:

Contou ele [Sr. Neri, guia local], pausadamente, que toda região do buraco de *Cavalcante* **tem ouro de aluvião em abundância**, sendo que nos velhos tempos, no morro que fica ao norte da cidade, nos seus limites, há uma mina de ouro (...) Falou-nos da jazidas de malacacheta, turmalinas, salitre, grês, níquel, enxofre, das montanhas de ferro, dos rios diamantíferos, enfim, de **toda a riqueza imensa que aqui jaz inexplorada e em abundância!** (RODRIGUES, 1943, p. 61. Grifo Nosso).

Além do ouro de aluvião, uma série de pedras preciosas e metais importantes são relatados como próprios na região. Um ponto a se levar em conta é que Lysias não relata o fato com base em pesquisas mineralógicas, nem mesmo é um relato de primeira pessoa, ou seja, ele não viu nada do que anuncia. Lysias apenas reproduz a fala de um guia local (Sr. Neri). Ao discorrer sobre Carolina (MA), Rodrigues afirma: “Há jazidas de diamantes e esmeraldas no rio Tauá, carvão junto ao rio Farinha, e ouro por toda a parte” (RODRIGUES, 1943, p. 189). Embora as afirmações sejam tão contundentes, não havia para a Amazônia na década de 1940 nenhum estudo geológico extensivo que comprovasse a existência de tais minerais. A fala de Lysias parece estar embasada mais no mito de uma região rica, o Eldorado, do que em descobertas factíveis.

Outra importante ‘promessa de riqueza’ que a Amazônia gerou e que tem apresentado resultados satisfatórios recentemente foi o petróleo. Mas a busca pelo ouro negro não é um empreendimento individual e, sim, estatal. Durante a era Vargas, o petróleo era tido como um produto “(...) capaz, por si só, de alterar o êxito econômico dum país” (VARGAS, [1939] 1964). A criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938) e a ‘campanha nacional do petróleo’ sob o lema “O petróleo é nosso”, que resultou no surgimento da Petrobrás (1953), tinham um forte caráter nacionalista. Embora houvesse vozes de estímulo ao uso de capital estrangeiro para a exploração dos poços, prevaleceu a vertente nacionalista que pregava o monopólio estatal do petróleo, por entender que era um bem estratégico à nação (MIRANDA, 2004). O Marechal Horta Barbosa foi um dos defensores do projeto nacionalista, ao lado de Vargas, como pode-se ver em sua afirmação:

Pesquisa, lavra e refinação, constituem as partes de um todo, cuja posse assegura poder econômico e poder político. Petróleo é bem de

uso coletivo, criador de riqueza. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de uma atividade que se confunde com a própria soberania nacional. Só o Estado tem qualidades para explorá-lo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um Povo (BARBOSA. In: MIRANDA, 1983, p.98).

A campanha do petróleo era nacional, mas parte dela envolveu a Amazônia. Vargas afirmava: “No Maranhão, na Amazônia e na bacia do Paraná, os trabalhos de pesquisa mal se iniciaram e precisam (...) [revelar] a existência, ou não, de óleo mineral em quantidades comerciais” (VARGAS, [1951], 1964, p.84). Dois anos mais tarde:

(...) o Conselho Nacional do Petróleo prossegue na perfuração de poços pioneiros nas bacias sedimentares da Amazônia, do Maranhão e do Paraná. Dêstes, o de Nova Olinda, à margem do rio Madeira, confirmou a ocorrência de petróleo na bacia sedimentar, verificada anteriormente pelo antigo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, na região do Tapajós. Foi um acontecimento auspicioso, por haver ampliado consideravelmente a área onde há indícios da existência de petróleo explorável industrialmente. Continuam em execução na região amazônica trabalhos metódicos de geologia e geofísica, visando a determinar localizações apropriadas ao teste pela sonda (VARGAS, [1953] 1964, p. 146).

As descobertas em Nova Olinda (AM) seriam dadas posteriormente como subcomerciais (MME, 2012)<sup>103</sup>. Os estudos na bacia Amazônica prosseguiram mesmo após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Antes mesmo de Vargas, no final da década de 1940, para Juarez Távora a promessa do petróleo amazônico demandava mais estudos de prospecção: “Entre as regiões que, a meu ver, deverão ser estudadas imediatamente, cito: **Alto, Médio e Baixo Amazonas**; bacia do Parnaíba, litoral leste (tendo como centro o Recôncavo Baiano); médio Paraná (São Paulo e Paraná)” (TÁVORA, 1955, p. 221. Grifo nosso). Todavia, os estudos pareciam necessários apenas para confirmar a existência do ouro negro, pois Távora afirmou que “o Conselho Nacional do Petróleo já constatou a possibilidades da existência do petróleo, **na Bacia do Amazonas**, no Maranhão, Piauí, Paraná, etc.” (TÁVORA, 1955, p. 236)<sup>104</sup>. Na década de 1950, a existência era tida como certa, como pode ser percebido na fala de Anapio Gomes, que afirmava: “Tudo indica que do sub-solo do

---

<sup>103</sup> *Linha do tempo do petróleo no Brasil* elaborado pela Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <[www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/pre.../Linha\\_do\\_tempo.pdf](http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/pre.../Linha_do_tempo.pdf)> Acessado em: 12/04/2012.

<sup>104</sup> Os textos de Távora foram escritos e divulgados em conferências entre 1947 e 1949, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1949 (TÁVORA, 1955).

Amazonas – o Estado mais pobre do Brasil – virá a redenção de nossa Pátria quanto a combustíveis líquidos” (GOMES, 1955, p. 231). Percebe-se que o volume esperado de petróleo que estaria sob a Bacia Amazônica seria capaz de redimir a pátria.

Entretanto, as perfurações de prospecção nas décadas de 1940 a 1970 não encontraram petróleo em quantidades passíveis de serem exploradas comercialmente. Com isso, a promessa se apagou e não apareceu, por exemplo, no discurso proferido em Manaus pelo General-Presidente Emilio Garrastazu Médici, em 1970:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infra-estrutura sócio-econômica. Não encontrou a Amazônia a sua vocação porque, sendo mais da metade do Brasil, não se fez ainda de todo conhecida (MÉDICI, 1970, p. 7).

A descoberta de jazidas exploráveis na Amazônia só se deu em 1986, na Província Petrolífera de Urucu, situada 650 km a sudoeste de Manaus, no médio rio Solimões, entre os municípios de Tefé e Coari, no Amazonas (PETROBRAS, 2012)<sup>105</sup>. Durante um largo espaço de tempo, de 1940 a 1970, pelo menos, o petróleo foi encarado seriamente como uma promessa de riqueza para a região, mas não correspondeu à promessa. Contudo, nacionalmente foi a região do Recôncavo Baiano e, posteriormente, a bacia de Campos que sustentaram e ampliaram a produção comercial de petróleo.

Borracha, petróleo, minérios, a própria terra como base para a colonização agrícola foram promessas amazônicas, realizadas ou não. Os relatos de militares sobre a Amazônia construíram, como a antítese ao Inferno Verde, a visão da natureza regional como o esteio de sua riqueza. Seria uma riqueza capaz de promover a melhoria tanto regional quanto nacional. Embora existam riquezas naturais inegáveis na região, e a mesma venha se desenvolvendo, essas riquezas parecem ainda muito mais com promessas, limitadas a determinadas áreas, e não se configuram em um desenvolvimento durável, com bases sólidas para além da extração/produção de *commodities*, sejam elas agrícolas ou minerais.

---

<sup>105</sup> Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2011/10/21/25-anos-de-petrobras-na-amazonia-descoberta/>> Acessado em 03/09/2012.

#### 4.1.6 OS POVOS DA FLORESTA E PARA A FLORESTA

A visão dos indígenas nos relatos dos militares durante o século XX é dual. Nela tanto encontramos os nativos retratados como perigosos e selvagens, quanto como sendo os 'primeiros brasileiros' ou brasilvícolas, para usar o termo cunhado por Rondon, são vítimas do contato com os brancos e carentes da proteção do Estado. Mais que somente uma visão, nos parece que houve durante décadas uma verdadeira relação dual. De um lado, indígenas trabalhavam junto na construção das linhas telegráficas feitas por Rondon, ou auxiliando os trabalhos dos irmãos Villas Boas na abertura de trechos de estradas que estavam sendo feitas pelos batalhões de engenharia e construção na década de 1970. E de outro lado havia indígenas que geralmente não haviam ainda feito contato com os civilizados e que lutavam para proteger suas terras daqueles invasores, o que gerava encontros pouco amistosos. No texto tentamos retratar primeiro a visão do nativo como um perigo a mais dentro do inferno verde amazônico e depois a visão desse nativo como alguém a quem o Estado deveria proteger.

Na Amazônia havia diversos grupos indígenas pacificados, cujo contato com a civilização havia sido feito há gerações nos séculos anteriores. Entretanto, havia os 'bravos', índios que ou não conheciam ou rejeitavam o contato com os civilizados. Esses grupos indígenas arduamente defendiam os seus territórios de forma aguerrida contra a invasão dos civilizados ou de outras tribos que fugiam ao contato com os brancos (VILLAS BOAS, 2012). Todavia, durante a primeira metade do século XX, existiam regiões do país que ainda estavam 'fechadas' à colonização por esses grupos. Vários indivíduos, brancos e índios, perderam a vida em combates e tentativas de pacificação desses indígenas (VILLAS BOAS, 2012).

Nesse trabalho de contatos pacíficos com os nativos, alguns nomes se destacam durante o século XX: Candido Mariano da Silva Rondon e os irmãos Villas Boas.

As visões e o direcionamento das ações das Forças Armadas no século XX com relação aos indígenas na Amazônia foram amplamente influenciados pelos trabalhos do Marechal Rondon e, posteriormente, por seus discípulos à frente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que veio a se tornar a atual Fundação Nacional do Índio (Funai). Para introduzir o pensamento de Rondon sobre os indígenas, podemos partir da seguinte citação:

Que é o índio? Neste particular, permito-me o prazer de transmitir a opinião do Serviço de Proteção ao Índio pela sua ardorosa diretoria: 'A preciosidade maior que encontramos na marcha para o Oeste,' E essa preciosidade, continua ela discorrendo, vem das grandes qualidades que a sua incorporação trará ao povo brasileiro (RONDON, 1942, p. 22).

Embora Rondon defendesse com ardor os indígenas durante a primeira metade do século, os seus relatos e os da Comissão Rondon com certeza contribuíram, de forma inconsciente, para reforçar uma mística em torno de alguns grupos como bravios ou agressivos. Ao ler em sequência algumas publicações de Rondon ou os textos da Comissão Rondon (1915; 1942), ou ao folhear os três volumes de *Índios do Brasil* (1946; 1953; 1955), são retratadas as fisionomias, os costumes, a cultura material de diversas tribos, além das localidades, os animais e o meio ambiente da região<sup>106</sup>. Vemos que alguns grupos, como os Nhambiquaras, foram retratados como donos de tamanha ferocidade que, conforme o próprio texto, algumas vezes os simples vestígios da sua presença bastavam para causar desconforto às tropas:

O que não teria passado pelo espírito dos nossos soldados e tropeiros, cercados, nestes ermos, de **indícios e vestígios dos Nhambiquaras**, nome que só por si basta para arrebatam as almas, mesmo as mais frias, às regiões povoadas de **cenar pavorosas da antropofagia**, de que andam cheias as lendas secularmente entretecidas em torno desta nação de silvícolas?! (RONDON, 1916, p. 136).

A citação reverbera um dos temores mais antigos relacionados aos nativos brasileiros, o da antropofagia. Entretanto, mais que somente indícios da presença de índios, ocorreram muitos incidentes com eles, envolvendo inclusive o próprio Rondon. "Eu próprio e as minhas turmas de exploração de 1907 e 1908 fomos duas vezes violentamente agredidos a flechadas, pelo altivos guerreiros Nhambiquara, às margens do famoso rio Jurema" (Rondon, 1946, p. 6). No primeiro ataque, o Ten. Nicolau Bueno dos Santos Horta Barbosa e o Aspirante a Oficial Tito de Barros foram as vítimas:

[...] ambos no exercício de funções concernentes à construção da linha telegráfica entre as estações de Jurema e Nhambiquaras, **foram**

---

<sup>106</sup> Índios do Brasil Vol. I - Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso; Vol. II – Cabeceiras do Xingu/ Rio Araguaia e Oiapoque; Vol. III – Norte do Amazonas;

**flechados pelos índios desta última denominação, em pleno peito.** Fiel ao nosso lema, o Tenente Nicolau, comprimindo o ferimento donde brotava abundante, tão generoso sangue brasileiro, não consentiu de modo algum que perseguissem nem atrasassem contra os silvícolas e, ao contrário, mandou empilhar presentes, destinados aos agressores, no próprio local em que eles o hostilizaram” (RONDON, 1946, p. 6. Grifo nosso).

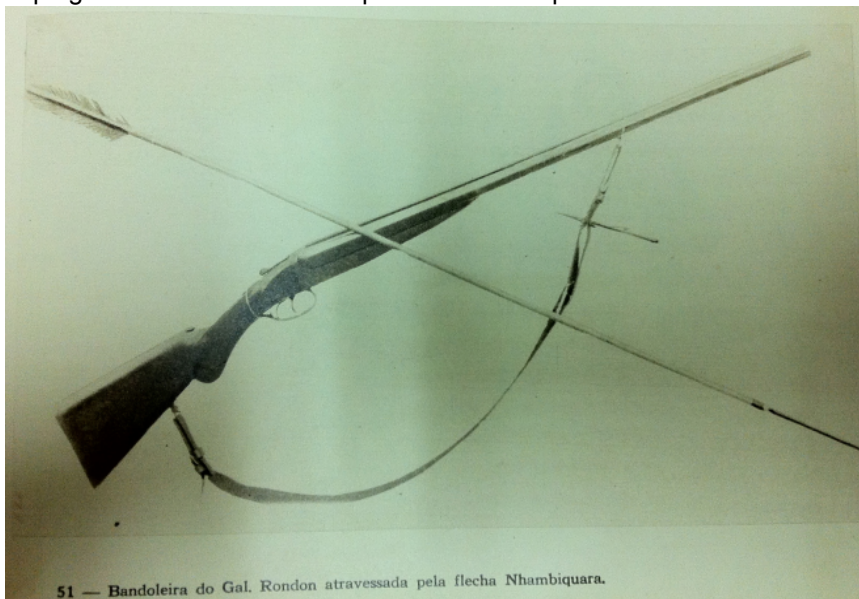
No segundo ataque, Rondon se encontrava junto com o grupo que foi alvo das flechas disparadas pelos índios Nhambiquaras:

Na frente ia o Domingos, armado de carabina Winchester, em seguida eu com uma *Remington* de caça, a tiracolo, depois o Ten. Lyra e o fotógrafo Leduc, ambos armados com pistolas *Colt*. Mais atrasado vinha o resto do pessoal. (...) **Domingos fora alvejado por duas flechas**, eu por três, a terceira das quais viera quebrar-se de encontro a minha arma, no momento em que desfechei sobre o selvagem da esquerda, o que me alvejou no peito. **Não sei por que acaso encontrou esta flecha o furo da bandoleira onde se engastou, senão ter-me-ia fatalmente morto** (RONDON, 1946, p. 10-11. Grifo nosso).

Mesmo sendo um grupo relativamente grande e bem armado de homens, os índios não hesitaram em atacar. A presença de fotógrafos durante os trabalhos permitiu que o fato fosse registrado em imagens divulgadas *a posteriori*. Rondon, o Tenente Lyra e outros homens estavam a cavalo, conforme se vê nas fotos (RONDON, 1946, p. 37). Ao relato de Rondon seguem-se a foto da espingarda com a ponta da flecha presa na bainha e outras fotos do local do incidente. Existem amplos registros fotográficos dos trabalhos de Rondon à frente da Comissão de Linhas e Telégrafos e de outras missões, disponíveis em diversas publicações suas e em relatórios entregues ao Ministério da Guerra.



Figura 4.1 Reprodução da foto de João Salustiano Lyra retratando a espingarda de Rondon com a ponta de flecha presa à bainha



Fonte: LYRA. In: RONDON, 1946, p. 39.

O material fotográfico e os relatos na coleção *Índios do Brasil* (RONDON 1946; 1953; 1955) desenharam aos leitores, civis ou militares, os rincões do Brasil longe do litoral. Nos relatórios sobre os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas, ficou demonstrado que inúmeros homens perderam a vida, vítimas dos encontros com índios bravios:

Além da morte por febre a que aludimos, teve a expedição de lamentar mais as consequências dum assalto inopinado que alguns **índios caritianas** deram a uma das canoas, na tarde de 2 de setembro. Infelizmente, **desse assalto resultou sair ferido o médico Dr. Paulo dos Santos**, alcançado no braço esquerdo por duas flechas, e no abdome por uma; **e morto, por submersão no rio, o remador Eugênio Martins Afonso** (MISSÃO RONDON, 2003, p. 115. Grifo nosso).

Depois da instalação das linhas telegráficas, era necessário criar postos de retransmissão, operadas por turmas de soldados ou índios incorporados aos serviços para manutenção das linhas. Esses destacamentos, situados ao longo de todo o percurso das linhas, também eram alvos de ataques. O Cel. Amílcar Botelho de Magalhães, subordinado de Rondon nas obras das linhas telegráficas, relata: “Com a linha já em tráfego, os Nhambiquara surpreenderam o destacamento do rio Juína, aí instalado principalmente para tomar conta da balsa em que era feita a travessia deste

curso d'água, e mataram todos os soldados” (MAGALHÃES. Apud *In*: RONDON, 1946, p. 14).

Nos relatórios das Comissões Mistas que subiram os rios Juruá e Purus, tanto o Gen. Belarmino quanto Euclides da Cunha haviam descrito incidentes com os nativos que os seus próprios soldados sofreram ou presenciaram. Sobre o rio Purus, Euclides escreveu:

Sobre tudo isto, **a ameaça dos infieles**. Duas horas antes de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma amauaca. Fora, ao que colhemos depois, **trucidada pelos bárbaros**, que rondavam por perto **numa ameaça permanente e surda** (CUNHA, 2000 [1907], p. 330).

Cabe destacar que Euclides usa termos pejorativos como ‘infieles’ e ‘bárbaros’ para se referir aos indígenas. Porém, esses termos não são comuns nos relatos. Nos textos de Rondon há termos como selvagem, silvícolas, brasilvícolas, ou o nome da etnia ou da tribo, quando isso era conhecido, ou usava-se simplesmente o termo índios, de forma genérica.

Na região do Araguaia-Tocantins, os primeiros índios abordados pelo SPI foram os Xavante. Uma aproximação mal sucedida culminou com a morte do Dr. Genésio Pimentel Barbosa e de mais quatro ajudantes, descrita de forma minuciosa por Rondon, mencionando as armas usadas para o ataque (*bordunas*) e o estado em que os corpos foram achados:

[...] verificaram os dois homens [que retornaram ao acampamento posterior ao ataque] que o seu chefe havia trancado à chave todas as armas de fogo e que, na sua imobilidade cadavérica, que perpetuara no rosto o sorriso com que passou da vida objetiva para subjetiva – o seu último sorriso, dedicado aos seus inconscientes agressores, a nimbar-lhe a fisionomia de mártir – mantinha ainda, entre ambas as mãos hirtas, uma porção de brindes, que certamente insistia em oferecer aos atacantes, mesmo depois dos primeiros atos de hostilidade e violência! (RONDON, 1953, p. 157).

Esse relato de Rondon mostra o valor dado aos indígenas por Rondon – “o seu último sorriso, dedicado aos seus inconscientes agressores”. O último sorriso é do vitimado, não dos agressores. Essa postura de Rondon marcou a forma pela qual o Exército percebia o seu papel com relação aos nativos, embora até o início da década

de 1970 ainda houvesse relatos de incidentes com nativos. É o caso de um trabalhador do 9º BEC que trabalhava na vanguarda da construção da rodovia Cuiabá-Santarém e foi flechado por índios da etnia Krenakore. Nas semanas posteriores, com a ajuda dos irmãos Vilas Boas, foram estabelecidos os primeiros contatos pacíficos com esses índios, possibilitando que a construção seguisse sem outros incidentes (VILLAS BOAS, 2012, p. 543).

Mesmo com os numerosos incidentes envolvendo soldados e índios, a postura de Rondon, perpetuada no SPI e posteriormente na Funai, contribuiu para a construção de uma postura das FFAA que visava integrar os indígenas à sociedade, e não exterminá-los (BIGIO, 2003).

Durante o período em que comandou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), Rondon, descendente de índios Bororo, procurou proteger os nativos. Em 1910, ele tornou-se presidente do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) (Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910). Conforme o nome do órgão indica, havia uma associação entre proteção aos indígenas e recrutamento de trabalhadores (de outras regiões) para ocuparem terras nas imediações das linhas telegráficas. O SPILTN tanto visava proteger quanto integrar o indígena à sociedade brasileira. Rondon empregou inúmeros indígenas que trabalharam tanto na construção quanto na operação das linhas telegráficas. Para Bigio, foi nesse momento do início do século que se forjou a política indigenista do regime republicano, cujo “[...] principal pensador e articulador dessa política foi o Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon que, alicerçado nos pressupostos positivistas de Augusto Comte, propôs uma ação indigenista para integrar as populações indígenas à sociedade nacional” (BIGIO, 2003, p. 256).

O modelo de contato e integração dos indígenas era pacífico, por meio de aproximações, com a oferta de “brindes” e a ajuda de outros indígenas, que serviam de interlocutores. Entretanto, para Bigio, os métodos praticados pelo SPI não impediram o “extermínio físico [por doenças] ou a aniquilação cultural de partes dessas sociedades” (BIGIO, 2003, p. 259). O órgão serviu, em última instância, para a incorporação dos territórios indígenas à nação. Todavia, a posição de Darcy Ribeiro com relação a Rondon e ao SPI é divergente. Ele entendia que a criação do SPI e o papel da Rondon foram decisivos na promoção da política indigenista nacional:

Esse acontecimento [da criação do SPI] representa para os índios o que representou a Abolição para os escravos. Rondon não só afirmava o direito de os índios serem e continuarem sendo índios, mas criava todo um serviço, integrado por jovens oficiais [das FFAA], dedicado à localização e pacificação das tribos arredias e à proteção dos antigos grupos indígenas dispersos por todo o país” (RIBEIRO, 2010, p. 36).

O envolvimento sistemático de jovens oficiais, sob o comando de Rondon, em serviços de proteção aos indígenas foi, com certeza, uma experiência sem paralelo dentro das FFAA. É possível rastrear as influências de Rondon nos oficiais de gerações posteriores, na medida em que o citam como exemplo ao longo do século XX<sup>107</sup>.

Durante o processo de integração de vastas áreas da Amazônia ao território nacional, o contato com populações indígenas foi inevitável. Após as linhas telegráficas abertas por Rondon, outro grande projeto que acabou promovendo esse contato foi a Marcha para o Oeste (1942) e a Expedição Roncador-Xingu (1943). A diferença no trato com os índios herdada de Rondon pode ser percebida na explicação de Oliveira sobre a Marcha para o Oeste:

Mas a nossa ‘marcha para o oeste’ foi algo muito distinto, um fenômeno do século XX, em que o Estado teve um papel muito mais ativo e os pioneiros não estiveram nas linhas de frente. As razões que justificavam a penetração nos sertões do Brasil Central eram principalmente de natureza geopolítica, e a ideologia que cimentava suas ações era um apaixonado nacionalismo. Enquanto nos Estados Unidos as populações autóctones foram vencidas por unidades militares regulares, cujas conquistas eram consignadas em tratados de paz, no Brasil o uso da força estava proscrito, o Estado assumia uma tutela quanto aos indígenas, mas não lhes reconhecia territórios específicos (OLIVEIRA. *In*: VILLAS BOAS, 2012, p. 17-18).

Institucionalmente, fora das FFAA, o legado de Rondon se perpetuou. Em 1967, o SPI desapareceu, mas permaneceram as concepções de contato pacífico, de assimilação do indígena e de relação tutelar do Estado Brasileiro para com os indígenas. O órgão criado para substituir o SPI, a Fundação Nacional do Índio (Funai), pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, herdou esse legado (BIGIO, 2003). Em seu Art. 1º, alínea V, lê-se: “promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional”. Na sequência: “Parágrafo único.

---

<sup>107</sup> Algumas obras de autoria de militares em que Rondon é citado: BALIÚ, 1947; RONDON, Frederico 1934. 1980; MARTINS (1971); PINHEIRO (1985); FREGAPANI (1995); SILVA, Golbery do Couto, 1981; MATTOS, 1980. 1984. 1990; MOTTA, 2007; BENTO, 2003; BARRETO, 1995.

A Fundação exercerá os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais” (Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967). Assim, a concepção da função tutelar do estado brasileiro para com as populações indígenas sofreu forte influência das ideias preconizadas por Rondon. Todd Daicon afirma que “o legado de Rondon mantém-se influente porque a ideia de nação que ele acalentou nasceu de sua visão dos índios como símbolos de brasilidade” (DAICON, 2006, p.198). Essa identidade indígena, inventada ou não, é para Daicon um dos alicerces da moderna identidade da nação brasileira, apesar de os indígenas serem um grupo numericamente reduzido da população brasileira (DAICON, 2006). Cabia ao Estado e, em última instância, às FFAA, como braços desse Estado, cuidar do bem estar das populações indígenas.

Com relação aos indígenas existe ainda uma visão positiva dentro do Exército Brasileiro que o constrói como soldado excepcional por já deter vários dos conhecimentos necessários à sobrevivência na selva. Fregapani em sua obra, entende serem os índios os “guerreiros da floresta”, donos de saberes milenares e naturalmente mais adaptados à vida na floresta (FREGAPANI, 1995).

Existem casos em que militares identificaram os indígenas de uma forma depreciativa, associando-os a interesses ligados ao argumento da cobiça internacional sobre o território amazônico. Mas esses casos não são recorrentes ao longo do século nos autores trabalhados. O exemplo mais sólido disso gira em torno dos lanomâmi, em Roraima. Nesse caso, em particular, levantou-se a hipótese de que grupos indígenas cooptados por interesses estrangeiros viessem a declarar independência do Brasil, formando um país cujo território seria formado pelo território das reservas indígenas. Barreto (1995) segue essa linha argumentativa de que os indígenas de Roraima estariam sendo usados por organizações e interesses que não eram próprios deles. Sobre esse caso, encontramos a fala de Meira Mattos na introdução do livro de Barreto:

Estes próprios índios ignoram as reivindicações que são feitas em seu nome, por organizações internacionais mascaradas com intenções científicas (ecologia, ambientalismo, antropologia) e que fazem uma pressão crescente no sentido de entregar a soberania dessa área aos seus habitantes. Parece absurda, estapafúrdia, a proposta dessas organizações internacionais. Só se pode entendê-las, admitindo que há um propósito velado atrás de tudo isto – a *internacionalização da Amazônia*, em nome da sonhada criação de

áreas do interesse da humanidade (MATTOS. *In*: BARRETO, 1995, p. 11).

Percebe-se que os indígenas são colocados apenas como novos instrumentos de interesses de internacionalização da Amazônia, sem que entendam as reivindicações feitas em seu nome. Mas o próprio Barreto compactua com uma ideia bem mais forte e secular dentro do discurso militar sobre os indivíduos na região amazônica, indígenas ou não, a da miscigenação racial como formadora do povo brasileiro:

É preciso redescobrir o Brasil, o Brasil do século XXI, quinhentos anos depois de Cabral. Com um povo de brancos, negros e índios, todos misturados e unidos pelo mesmo sonho de grandeza. Um povo simples, generoso e nobre. Inteligente, destemido e forte. Capaz de sacrifícios e milagres (BARRETO, 1995, p. 169).

O argumento da virtude, ou vantagem, da miscigenação das raças encontra fundamentos, como apresentamos, no próprio *modus operandi* inventado pelos portugueses no século XVIII para consolidar a conquista da região. O incentivo à migração de elementos externos à região para povoar efetivamente o território estava atrelado à ideia de miscigenação desses migrantes com os habitantes locais (SILVA. *In*: BETHELL, 1998). Exemplo desse argumento, no século XXI, vem do Coronel Moacyr Barcellos Potyguara (2003). Ele descreve um casamento triplo visto pelos olhos de um tenente do exército recém-chegado do sul do país e que passava seu primeiro dia no PEF. O casamento envolvendo dois militares e quatro civis, ocorrido em 1967, foi assim descrito:

A cerimônia estava no meio, e o Tenente Schultz, ao analisar aquela cena, filosofava para si mesmo: 'É... isso é que faz a grandeza deste país. Um crioulo, baiano, casa com uma cabocla, um caboclo com uma índia e um branco com uma cabocla. Todos ficarão aqui e terão filhos... assim vai-se construindo uma pátria...' (POTYGUARA, 2003, p. 191).

No trecho citado, os militares aparecem como os próprios agentes dessa miscigenação, que estaria contribuindo para a edificação da nação. Esta é a mensagem que o texto tenta passar de forma subjetiva. Efetivamente, são poucos

homens em postos de fronteiras, e seria difícil identificar quantos deles se casaram e com pessoas de 'raças' diferentes. O número, mesmo que alto, seria irrisório no montante da população, mas o que o livro traz à baila com esse exemplo é essa ideia de que a miscigenação contribui para a formação da nação.

Com certeza, o principal elemento exterior à região do qual descendem inúmeros caboclos e que figura de forma secular nos relatos e análises dos militares são os nordestinos. Grupos humanos oriundos dos estados do Nordeste se sucederam em diferentes levas que se dirigiram para o interior da Amazônia durante o século XX. O Nordeste teve uma densidade demográfica superior à da Amazônia durante todo o século XX (conforme Tabela 2.3). As secas periódicas que assolaram a região fragilizavam as suas cadeias produtivas, forçando os indivíduos a buscar alternativas fora da região. Isso fez dos nordestinos trabalhadores em potencial nos diferentes ciclos econômicos da Amazônia. Euclides de Cunha, durante a viagem ao Purus, citava o papel dos nordestinos na Amazônia: "O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto" (CUNHA, 2000 [1907], p. 146). Parafraseando Cunha, Rodrigues apontava:

É esse homem soberbo, êsse 'domador de desertos', êsse miscigenado 'antes de tudo um forte', êsse buscador de caucho, apanhador de castanha do Pará, da ipecacuanha, da maniçoba, do mate, êsse pesquisador de cristais, batedor de ouro, garimpeiro de diamantes, êsse derrubador de florestas ou jangadeiro do nordeste que é o heróico vencedor dessa natureza excepcional (RODRIGUES, 1947, p. 75).

É perceptível a influencia de Euclides sobre Rodrigues. A concepção de que a miscigenação, ao invés de deteriorar a raça, como afirmavam as teorias vigentes à época, a fortaleciam, já haviam sido escritas por Euclides em *Os Sertões* e em seus textos sobre a Amazônia e reaparecem em Lysias. Também proveniente dos quadros da Força Aérea, o Brigadeiro Eduardo Gomes em um discurso realizado em Fortaleza (11 de Novembro de 1945), afirma:

Na região cobiçada, que só a **constância de nossos patrícios impediu se apresentasse 'à voracidade das potências como um problema do mundo'**, na frase enérgica de Nilo Peçanha – **o cearense tem um destino histórico**, pela tenacidade e pela

inteireza de ânimo, reveladas na ousadia das incursões em terra inóspita, como pioneiro do progresso humano e do trabalho produtivo. (...) **raça de desbravadores e povoadores da Amazônia** (GOMES, 1945, p. 186. Grifo nosso).

A fala, feita após o final da Segunda Guerra Mundial, pontua a ideia da necessidade da presença para se confrontar a cobiça sobre a região e repete a ideia do nordestino como que imbuído de um ‘destino histórico’ de desbravar e povoar a Amazônia. Essa relação dos nordestinos com o povoamento da região volta à tona com o presidente Médici durante a sua campanha de “Integrar para não Entregar”, que afirmava ser necessário um esforço da nação na direção da “solução dos dois problemas: o do homem sem terras do Nordeste e da Terra sem homens na Amazônia” (MÉDICI, 1970, p.11).

Durante o período militar houve a tentativa da materialização de uma solução permanente que promovesse essa conexão do ‘Homem sem terras do Nordeste’ com as ‘Terra sem homens na Amazônia’, que foi a rodovia Transamazônica. Nas palavras do general Lyra Tavares: “Veio, afinal, a construção da Transamazônica com o projeto de transferência de grande número de famílias nordestinas para fixá-las nas cidades chamadas cidades-piloto” (TAVARES, 1978, p. 49).

Mas o nordestino figurava, como coloca o Cel. Fregapani, como o elemento de miscigenação: “A miscigenação entre nativos e imigrantes, particularmente nordestinos da época da borracha, resultou em uma população capaz de enfrentar o meio geográfico com sucesso, e de uma especificidade cultural digna de maiores estudos” (FREGAPANI, 1987, p. 68). Voltando a Menna Barreto, vejamos a descrição que faz da tropa no Segundo Batalhão Especial de Fronteira de Roraima:

Com toda a pobreza, nunca ví gente tão boa e tão feliz! E, também, nunca ví melhores soldados! (...) A miscigenação estava estampada nas feições do rosto e nos costumes de quase todos. Não eram índios nem brancos: eram mestiços. E orgulhavam-se disso. Porque assim se sentiam mais brasileiros (BARRETO, 1995, p. 107).

Tanto na fala de Menna Barreto quanto em Fregapani, é clara a construção positiva da miscigenação e do papel fundamental dos migrantes de contribuírem para compor a população. Essa população era de fundamental importância para desenvolver as possibilidades do território, garantindo assim a posse da terra e



afastando o receio da cobiça internacional sobre a Amazônia, como veremos nas análises a seguir.

## 5. A AMAZÔNIA ENTRE QUARTÉIS E DISCURSOS

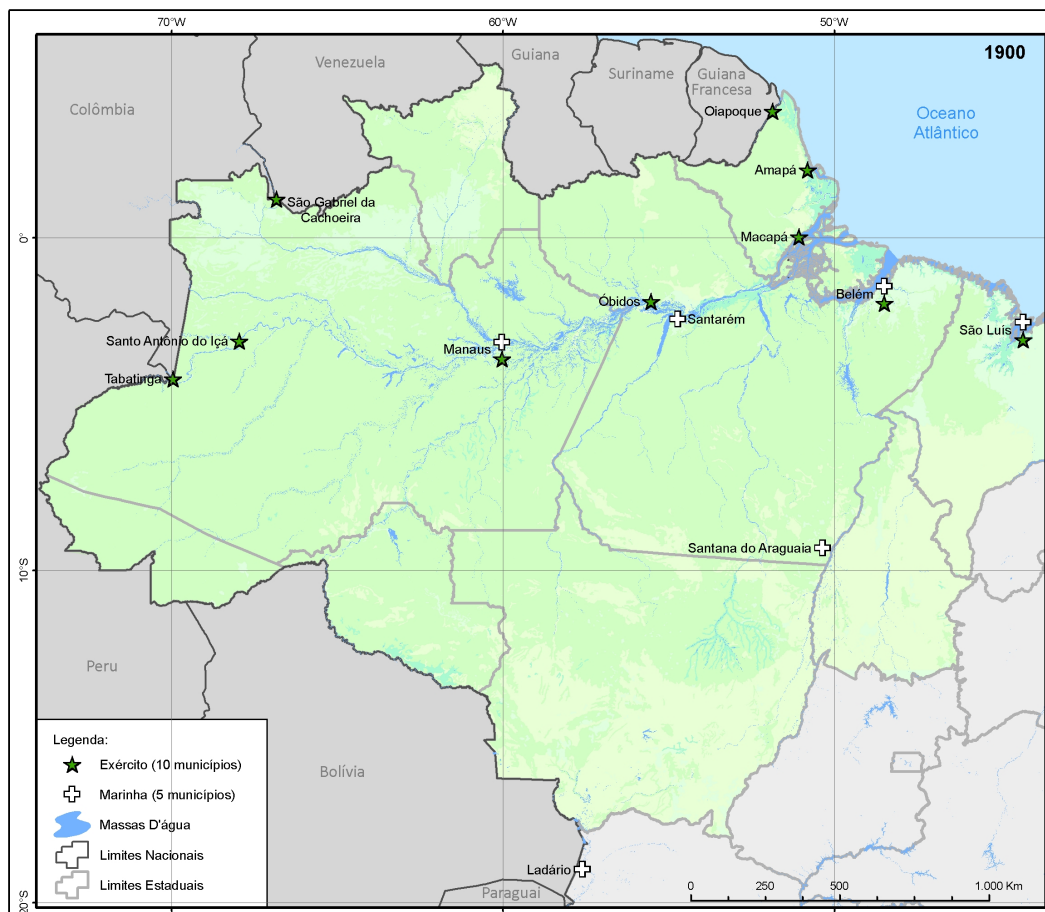
O objetivo deste capítulo é examinar e apontar relações entre os dados apresentados no decorrer do trabalho. Existem dois pontos gerais a serem desenvolvidos: a identificação dos argumentos estruturantes do discurso militar sobre a Amazônia como um todo (espacial, natural e humano) ao longo do século XX; e, na evolução da presença efetiva das FFAA no território, que se articula com a construção da visão militar sobre a natureza amazônica.

Relativo aos principais argumentos do discurso militar sobre a Amazônia, organizamos um diagrama (Diagrama 5.1) que busca identificar suas conexões e, ao mesmo tempo, indicar as suas temporalidades e reprodutibilidades, fatores importantes para análise de longa duração. Para trabalhar com a evolução da presença, optamos por produzir uma série de figuras (Figuras 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6) que indicam a evolução temporal e espacial das FFAA na região amazônica, culminando com o mapa em formato A3, que mostra a sua disposição atual. Atrelado a essa evolução analisamos a mudança na percepção da natureza amazônica presente nos relatos.

A visão da natureza observada é permeada por uma dualidade que ajudou tanto na construção da imagem do inferno verde quanto na valorização da região como uma promessa de prosperidade material, releitura do mito do Eldorado. As construções da visão da natureza são atreladas à própria vivência dos militares na região. Ao investigar a evolução da presença dos militares na Amazônia, a partir de quais e quantas localidades eles estavam, e não do número de efetivos, percebemos que ela foi em grande medida construída ao longo do século XX. A herança de determinadas praças fortes dos portugueses se deu quando da independência, em 1822. Mais de meio século depois, em 1889, a transição para a Primeira República desarticulou momentaneamente parte da rede defensiva instalada nos rincões mais ermos da Amazônia. Diversos autores civis e militares apontam as datas de instalações de unidades, mas poucos indicam os anos em que as mesmas foram desmobilizadas ou abandonadas (NASCIMENTO & MIRANDA, 2012; MARQUES, 2007; CASTRO & SOUZA, 2006; SILVA, 1998). Exemplo disso foi o Forte Príncipe da Beira, construído na segunda metade do século XVIII e abandonado na época da proclamação da República. Foi “redescoberto” por Rondon em 1914, mas só recebeu uma nova guarnição permanente em 1932, na época do conflito do Chaco, entre Bolívia e Paraguai. Desse modo, na virada do século, em 1900, há um número reduzido de localidades amazônicas com presença militar permanente.

A presença militar na Amazônia, em 1900 (ver figura 5.1), estava baseada na malha hidroviária, com ênfase no litoral. Essa foi a malha herdada pela República do período imperial. Essa distribuição estava de acordo com o pensamento estratégico do período, que buscava ‘fechar’ a foz do rio Amazonas. Todos os pontos (quartéis) indicados são acessíveis por via fluvial ou marítima e estão dispostos principalmente na foz do rio Amazonas, ao longo de sua calha e nos pontos penetrantes (onde rios cujas nascentes estão em outros países entram no território brasileiro) de seus principais afluentes (rios Negro e Solimões). As limitações impostas pela natureza são claras, pois são utilizados apenas pontos com acesso fluvial. Outra característica que chama a atenção nesse período são as colônias militares, nas quais estão presentes objetivos de desenvolvimento e povoamento. Esse tipo de unidade civil-militar estava presente tanto na foz do rio Amazonas, no Amapá, quanto no extremo oeste, em Tabatinga.

Figura 5.1 Presença das Forças Armadas na Amazônia em 1900



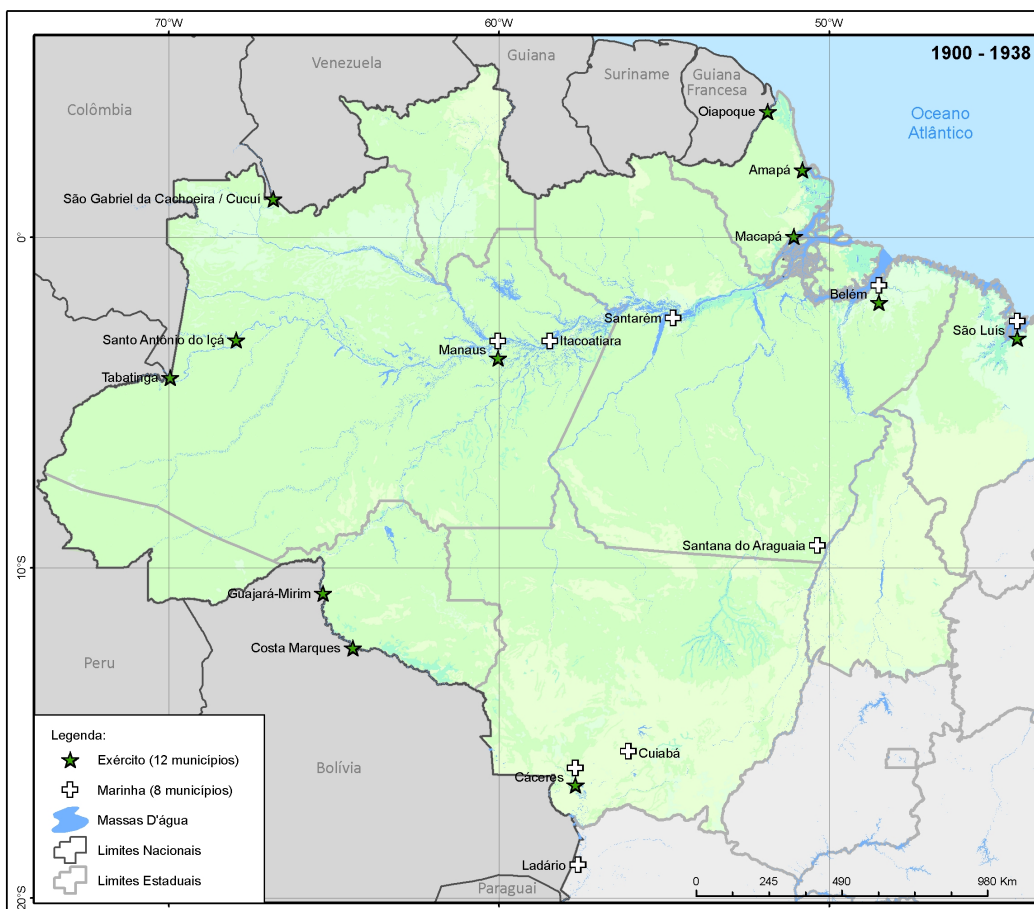
Fonte: Exército Brasileiro, 2012; Marinha do Brasil, 2012. Elaborado pelo autor.

Embora as reminiscências da Guerra do Paraguai, no século XIX, chamassem a atenção para a parte da fronteira com a Bolívia situada abaixo do paralelo 10º,

somente a base naval de Ladário-MS, exterior à atual Amazônia Legal, estava ativa naquele trecho fronteiro (ver figura 5.1). O Forte Príncipe da Beira, no Território de Rondônia, havia sido abandonado. O argumento de que era necessário integrar aqueles territórios ao restante do país estava presente mesmo antes de 1900. Rondon estava desenvolvendo os trabalhos de construção das linhas telegráficas desde o Triângulo Mineiro, mas mesmo assim não havia guarnições militares permanentes do Exército na fronteira com a Bolívia em 1900.

No período que vai do início do século XX até antes do início da Segunda Guerra Mundial, foram criadas organizações militares em novos municípios na região da foz do rio Amazonas (ver figura 5.2). Entretanto, os trabalhos de abertura das linhas telegráficas e de pacificação dos indígenas feitos por Rondon e a conjuntura externa, na qual se destacava o conflito boliviano-paraguaio no Chaco Boreal, atraíram as atenções para a fronteira internacional de Mato Grosso, e as linhas defensivas da região foram (re)construídas. Embora, a maioria das unidades estivesse situada às margens dos rios, as que estavam situadas na região de Mato Grosso e Rondônia podiam ser acessadas por um caminho terrestre construído usando tanto os caminhos abertos pelos postes telegráficos quanto pela ferrovia Madeira-Mamoré.

Figura 5.2 Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1900 e 1938



Fonte: Exército Brasileiro, 2012; Marinha do Brasil, 2012. Elaborado pelo autor.

Esse pequeno avanço terrestre em direção às fronteiras ocidentais da Amazônia ficou marcado no imaginário militar, as visões da natureza construídas nos relatos desse período mostram uma região cheia de perigos, conforme retratado no capítulo 4. É nesse período que encontramos o “ápice” do inferno verde, do deserto euclidiano. Ápice, pois embora tenhamos observado que os relatos da natureza como lugar inóspito perdurem mais algumas décadas, nesse período em particular as promessas de prosperidade econômica da região estavam se desfazendo. A borracha havia mergulhado num colapso após 1912. Não havia ainda descobertas de jazidas minerais substanciais. O acesso à terra estava vetado em diversos pontos do território pela presença de tribos indígenas bravias. O acesso ao ‘mundo civilizado’ da capital federal exigia meses de viagem, pois havia uma malha de rodovias ou estradas de ferro que interligassem a Amazônia com outras regiões do país. Dessa forma as dificuldades impostas pela região eram maiores que as promessas de prosperidade material.

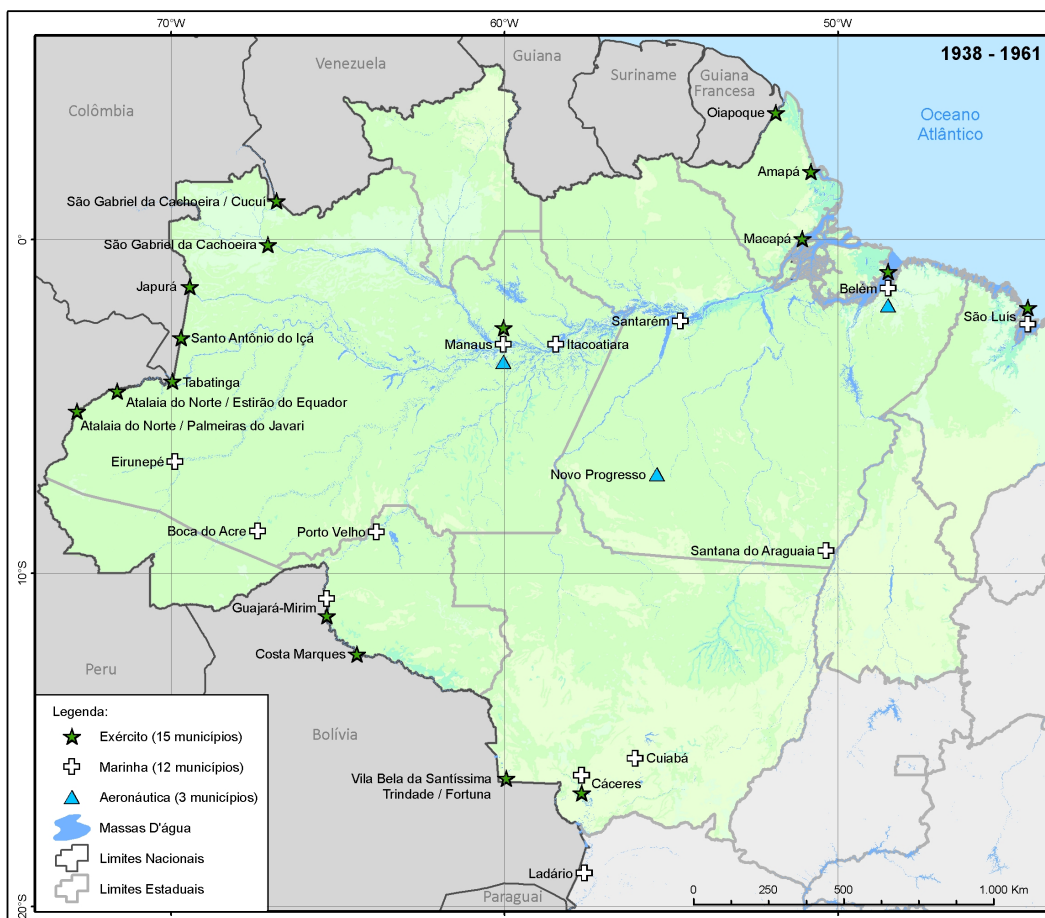
O conhecimento dos recursos da região era tão limitado que havia relatos de fome nas expedições desse período. Os animais figuram tanto como alimento básico

quanto como um dos perigos da floresta, rondando e espreitando os homens. Não existem estatísticas sobre o número de indivíduos mortos por animais, de forma que “causos” e “histórias” pululavam nas mentes dos militares-autores. Os insetos temidos enquanto transmissores de doenças aparecem em todos os relatos. As doenças endêmicas, como a malária, o beribéri e outras, vitimavam inúmeros homens, pois as limitações técnicas da medicina ainda eram grandes e tornavam mortais doenças e acidentes a que estavam expostos os homens na região, como mostravam os relatos de Rondon, Euclides e Belarmino.

Outro tipo de isolamento que certamente impactava os indivíduos transferidos para a região era o social. Servir em unidades avançadas de fronteira como Tabatinga, que tinha em 1943 cerca de 150 habitantes, era sem dúvida uma restrição da rede de relacionamentos do indivíduo oriundo de outras regiões. Basta lembrar que na década de 1930 presos políticos foram enviados às colônias do Amapá, como uma forma de isolamento. Se, de um lado, Rondon enaltecia o feito do desbravamento do sertão e do contato com um Brasil profundo e exótico de selvagens e lugares distantes, de outro a Amazônia era um inferno para aqueles levados a servir na região contra sua vontade.

No período do início da Segunda Guerra até a chegada dos militares ao poder, em 1964, houve um movimento de instalação de unidades na Amazônia Ocidental, o Brasil começou a criar um ‘escudo’ nas fronteiras do território brasileiro com a Colômbia e o Peru, no estado do Amazonas (ver figura 5.3). Esse movimento de pinça/tenaz tinha um braço no rio Amazonas e nos seus afluentes. Outro estava nas vias de penetração abertas através do Mato Grosso e Rondônia em direção ao Acre, como as linhas telegráficas abertas por Rondon, a ferrovia Madeira-Mamoré e a região da fronteira amazônica banhada pelo rio Paraguai. Convergindo em direção à fronteira mais a oeste dos estados do Acre e Amazonas, essa tenaz aumentou a densidade das unidades militares na fronteira da Amazônia Ocidental nas décadas seguintes. As unidades instaladas eram Pelotões Especiais de Fronteira, cuja lógica era a de “fechar as principais penetrantes (rios)” do território nacional, sediados às margens dos rios que vêm do Peru e da Colômbia. Nesse período foram fundadas também colônias militares. As últimas colônias militares só seriam fundadas em 1960 e 1964, o que mostra a permanência da concepção colonizadora, na qual cabia ao Exército administrar atividades subsidiárias, não ligadas à defesa, mas ao apoio à população civil (NASCIMENTO & MIRANDA, 2012).

Figura 5.3 Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1938 e 1961



Fonte: Exército Brasileiro, 2012; Marinha o Brasil, 2012; Aeronáutica, 2012; Elaborado pelo autor.

Na esteira da expansão desse período, são inseridas na bacia do rio Madeira e do rio Purus, tendo a montante Bolívia e Peru, três unidades da Marinha. As agências fluviais instaladas não são unidades combatentes, mas de controle do tráfego aquaviário, com poucos indivíduos (aproximadamente 10 militares). Essas unidades também não tinham funções semelhantes às das colônias militares, não exercendo nada que configurava-se como um auxílio ao desenvolvimento da região, tal como ocorria com as colônias militares do Exército.

Em 1941, a Força Aérea Brasileira é criada e passa operar na Amazônia. Suas primeiras bases na região foram em Belém e Manaus (ver figura 5.3). Devido às limitações técnicas das aeronaves no período, os voos eram de ‘cabotagem’, seguiam o litoral ou as calhas dos rios. Com a compra de novos aviões e o aumento da autonomia, passou a ser possível incursões aéreas mais profundas no território. Mas ainda havia a necessidade de bases de apoio (aeródromos) relativamente próximas entre si pelo ar, apesar de isoladas umas das outras por vias terrestres. Para a construção dos aeródromos, era preciso enviar equipes por terra e pelos rios, em

expedições perigosas e demoradas. A Marcha para o Oeste abriu, por meio da Expedição Roncador-Xingu (1943), e depois por meio da COMARA (1956), inúmeros aeródromos de apoio, muitos dos quais transformaram-se em aeroportos (ver anexo COMARA).

A Base da Aeronáutica na Serra do Cachimbo (Campo de Provas Brigadeiro Velloso), no município de Novo Progresso, é uma prova dessa nova dinâmica. A primeira pista precária foi aberta em 1950, em região onde os índios foram pacificados pelos irmãos Villas Bôas. Anos depois a localização da Serra do Cachimbo serviu de ponto de referência para a construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém). As distâncias amazônicas “encurtaram” temporalmente com a popularização da aviação. Embora os seus alcances fossem limitados, constituíram um avanço nas comunicações dos principais centros urbanos com os diversos interiores da região e mesmo com outras regiões do país. Segundo Villas Boas (2012), o primeiro presidente do Brasil a visitar o interior da Amazônia foi Getúlio Vargas, transportado pela Força Aérea Brasileira, em um avião C-47 do CAN.

Entre 1938 e 1964 os relatos nos mostraram que a relação com a natureza ainda era de medo e receios. O isolamento dos contingentes que serviam nesses postos avançados da Amazônia fazia com que muitas vezes ser designado para um desses postos fosse encarado como castigo, como mostrou o Maj. Monteiro Baliú em seu livro *À sombra do Inferno Verde* (1947). Ataques de índios com vítimas fatais não eram incomuns. O conhecimento da floresta, dos animais e dos saberes necessários para se sobreviver naquele ambiente ainda não estava sedimentado nas FFAA. Somente no período posterior seriam fundados cursos de treinamento em técnicas de sobrevivência e combate na selva.

Entretanto, as expectativas com relação à região como um todo melhoraram e a Amazônia passou a ser encarada como uma promessa para o futuro. Desde o processo da Marcha para o Oeste; da criação de secretarias e órgãos especiais; do segundo ciclo da borracha; da primeira delimitação oficial da Amazônia Legal (1953); das expectativas da descoberta de petróleo e outros minerais; da consolidação das primeiras ligações terrestres; e da possibilidade de incorporação da sua extensão territorial ao sistema produtivo nacional, a imagem da Amazônia começou a ser reconstruída como um El dorado possível.

Todavia, várias dessas expectativas já haviam sido frustradas no início da década de 1960. O segundo ciclo da borracha não logrou reestabelecer o comércio do látex para além do curto espaço de tempo da guerra, quando houve a descoberta e a



produção da borracha sintética em larga escala, e a retomada da produção do látex de origem asiática relegaram ao produto extrativo da Amazônia um papel marginal no comércio internacional. O petróleo foi talvez o recurso mineral que, por sua importância, acendeu a promessa de que, se descoberto na bacia amazônica, poderia auxiliar não só a economia regional, mas nacional. Entretanto, nenhuma das prospecções possibilitou exploração comercial. A mineração industrial começou a se desenvolver com a extração do manganês na Serra do Navio pela ICOMI. De fato, desde 1934, com a criação do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), havia se iniciado um processo de prospectar a região em busca de possibilidades de exploração comercial de minérios.

O período em que os militares estiveram no poder foi marcado pela tentativa de integrar de forma acelerada a Amazônia ao restante da nação (ver figura 5.4). Isso se devia em parte às percepções do espaço amazônico como capaz de fornecer suporte a todo o desenvolvimento nacional e aos receios de uma cobiça internacional que ameaçava a soberania. Integrar e desenvolver a região eram temas com raízes que remontavam a Rondon, Travassos, e contemporaneamente, a Golbery e Meira Mattos. O fato de que os militares, após 1964, deixaram de ser um aparelho subordinado ao controle do Estado para se tornar o próprio Executivo do Estado, permitiu que as concepções arraigadas no pensamento militar fossem colocadas em prática em todo o país. Na Amazônia, segundo Bertha Becker, foi nesse período que o Estado construiu uma rede de comando e controle sobre a região:

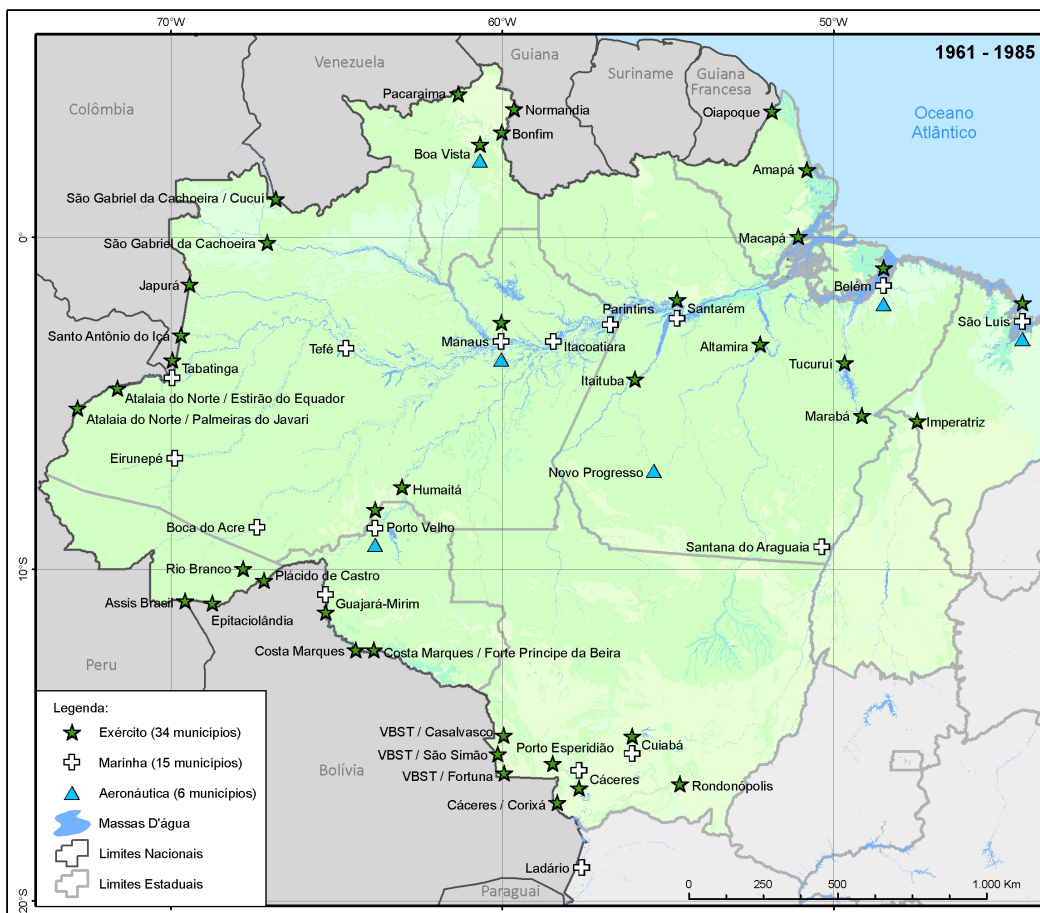
O regime militar, com seu projeto de rápida modernização da sociedade do território, levou ao auge a economia de fronteira. Para tanto, o Estado desenvolveu uma tecnologia espacial impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político – a ‘malha programada’, constituída do conjunto de programas e planos governamentais – e abriu múltiplas fronteiras. Mas a estratégia de integração nacional e de modernização alcançou seu máximo na fronteira da Amazônia, considerada prioridade para estabelecer o equilíbrio geopolítico interno e externo” “(...) a malha planejada, cujos componentes são: a) grandes redes de integração espacial; b) superposição de territórios federais aos territórios estaduais; c) subsídios ao fluxo de capital para apropriação privada da terra; d) incentivos à imigração para ocupar o território e formar mão de obra. (...) Núcleos de modernização típicos são a ZFM e os grandes projetos minerais (BECKER, 2008, p. 225).

A malha programada, de que fala Becker, pode ser percebida também na dinâmica de instalação das unidades militares no período (ver também: SCHMINK; WOOD, 1992). A lógica fluvial permanece no oeste do Estado do Amazonas, onde a

própria geografia impede qualquer outro modelo. A dinâmica terrestre nas fronteiras de Mato Grosso, Rondônia e Acre é incrementada, estendendo-se a Porto Velho e Humaitá. Destacam-se, ainda, construção, pelos Batalhões de Engenharia e Construção do Exército, da BR-364, ligando Rio Branco a Cuiabá, e a instalação de um BIS em Humaitá, onde cruza com a rodovia Transamazônica e se inicia a BR-319 em direção a Manaus. Paralelamente à dinâmica fluvial do Amazonas, se inicia um processo de instalação de unidades que obedece a uma lógica terrestre nos principais pontos de articulação do eixo paraense da Transamazônica e junto a grandes projetos minerais e de assentamentos do INCRA, em Itaituba, Altamira, Tucuruí, Marabá (todos no Pará) e Imperatriz (no Maranhão). Roraima também é inserida em uma dinâmica terrestre, devido às suas características naturais de cerrados amazônicos, cortados pela BR-174, que liga Boa Vista a Manaus e se conecta ao mar do Caribe, via Venezuela. Manaus se torna o polo de desenvolvimento nessa nova fase e são criados no município a ZFM o PIM.

Na esteira desse processo, o Comando Militar da Amazônia é transferido de Belém para Manaus (1969), sendo seguido pela Flotilha do Amazonas e a Estação Naval do Rio Negro (1978) (ver figura 5.4). A Aeronáutica cria bases aéreas em Boa Vista (1984) e Porto Velho (1984). Três grandes unidades do Exército são transferidas para a região da Amazônia: a 23ª BdaInfSI (1976), em Marabá-PA, próxima a importantes projetos de desenvolvimento e à região onde havia ocorrido anos antes o movimento armado de esquerda da Guerrilha do Araguaia; a 13ª BdaInfMtrz (1978), em Cuiabá-MT, em um dos pontos de intersecção das rodovias provenientes do Norte (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima) com direção a Brasília; e a 17ª BdaInfSI (1980), em Porto Velho-RO, junto a um importante nó na rede rodoviária (BR-319, BR-364 e próximo ao final da Transamazônica em Labreá-AM) e hidroviária (Hidrovia do Madeira, que escoia soja e industrializados da ZFM).

Figura 5.4 Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1961 e 1985



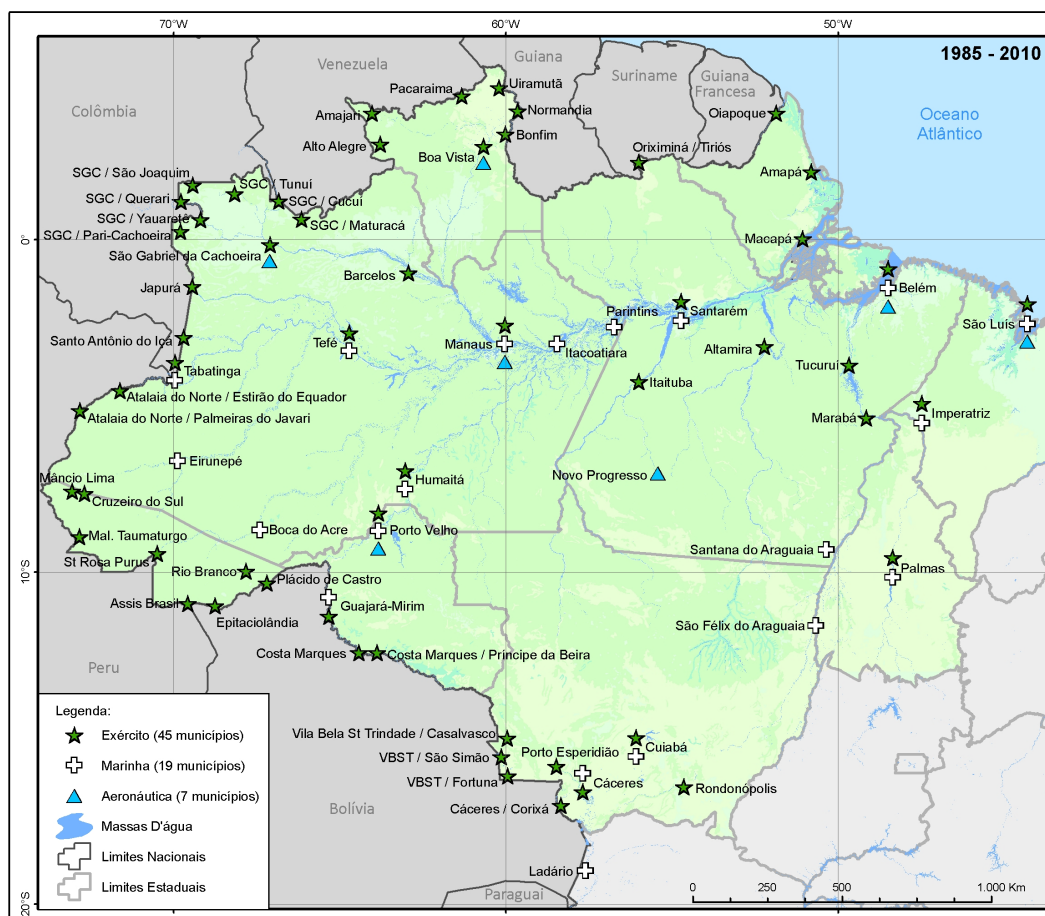
Fonte: Exército Brasileiro, 2012; Marinha do Brasil, 2012; Aeronáutica, 2012; Elaborado pelo autor.

Com relação à visão da natureza, alguns pontos no nosso entender marcaram uma mudança significativa no período de 1961 a 1985. O adensamento da presença forçou o contato direto de mais indivíduos com a realidade amazônica, principalmente aqueles envolvidos nas frentes pioneiras que serviam em Batalhões de Engenharia e Construção, os quais foram responsáveis pela abertura de diversas rodovias além de outras obras de infraestrutura nesse período. Outro ponto importante é a criação do Centro de Instruções de Guerra na Selva (CIGS) (1964), em Manaus. Os cursos de sobrevivência e guerra na selva capacitaram militares antes de enviá-los aos Pelotões de Fronteira. Isso contribuiu para minimizar a visão da natureza como um inferno verde, cheio de dificuldades e perigos. A aquisição de saberes e o adensamento da presença alteraram a forma de a natureza ser retratada. Os textos de Golbery e Meira Mattos foram carregados de termos mais técnicos e de descrições que buscavam ser mais racionais e menos emotivos na descrição da Amazônia.

No período posterior (1985-2010), após a ditadura, o movimento de pinça iniciado por Rondon finalmente se fecha com uma série de novas unidades militares, instaladas em toda a fronteira da Amazônia Ocidental, especialmente no Acre e Amazonas. A região da “cabeça do cachorro” no extremo noroeste do Estado do Amazonas, é onde mais unidades foram instaladas, inclusive a 2ª BdaInfSI e a Base Aérea de Uaupés da FAB. A Aeronáutica se instalou também em Boa Vista-RR e Porto Velho-RO, estacionando assim os seus esquadrões mais próximos às fronteiras e às bases do Exército às quais ela presta suporte.

Observando a figura 5.5, restam poucos espaços na fronteira ainda ‘abertos’ entre Bonfim-RR e Oriximiná/Tiriós-PA, e entre este último e Vila Brasil-AP. Essa região era até os primeiros anos do século XXI desguarnecida de presença permanente, os PEFs de Tiriós (2003) e Vila Brasil (2010) foram as últimas OMs criadas na região da fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname.

Figura 5.5 Presença das Forças Armadas na Amazônia entre 1985 e 2010



Fonte: Exército Brasileiro, 2012; Marinha do Brasil, 2012; Aeronáutica, 2012; Dados tabulados pelo autor.

Outro ponto importante na dinâmica de instalação das unidades depois de 1985 foi a criação de unidades em localidades que não tinham maiores significados econômicos ou projetos de desenvolvimento. São os casos da 16ª BdaInfSI (1993), em Tefé, que está em um nó estratégico da malha hidroviária e presta suporte para vários PEFs na porção oeste dos estados do Amazonas e Acre; da 2ª BdaInfSI (2004), em São Gabriel da Cachoeira, inserida em uma região com um histórico sensível, devido à fronteira com a Colômbia, onde atuam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e onde ocorreu em 1991 o incidente do rio Traíra, quando um PEF foi atacado por paramilitares das FARC; o 3º BIS (2010) em Barcelos, uma cidade situada no médio rio Negro, entre Manaus e São Gabriel da Cachoeira (ver figura 5.5).

Nesse período, tornaram-se escassas as descrições da natureza que não fossem aquelas apresentando dados da Hiléia Amazônica, a extensão de sua cobertura vegetal, ou a riqueza inexplorada de sua biodiversidade. Mesmo em livros ambientados em Pelotões de Fronteira (POTYGUARA, 2003), ou sobre temas específicos, como dos indígenas em Roraima (BARRETO, 1995), as complexas descrições da fauna e flora desaparecem, os debates se voltam para miscigenação, cobiça, e apoio aos necessitados. Exceção se faz ao Cel. Fregapani, em cujos livros ainda é possível encontrar descrições da floresta e da fauna, ambos com um tom de enaltecimento e não de desconforto ou receios que não passem de desafios momentâneos (FREGAPANI, 1995).

Ao se observar de modo conjunto as descrições da natureza (flora e fauna) de modo a associa-la com a evolução da presença efetiva na região, percebe-se que, naturalmente, a intensificação do contato com a natureza e a aquisição gradual dos saberes necessários para a manutenção da vida na floresta (em caso de necessidade) fizeram com que os perigos cedessem lugar nos relatos a impressões sobre fatores sociais ou políticos.

Com isso, chegamos à disposição atual das FFAA na Amazônia. O mapa em formato A3, facilita algumas análises espaciais exploratórias sobre a presença das FFAA no território.

### **BOX 5.1 - Dados técnicos do Mapa Organizações Militares das Forças Armadas com o território da Amazônia Legal (A3)**

Para uma visualização da relação das Organizações Militares das Forças Armadas com o território da Amazônia Legal foi criado o mapa Municípios com Organizações Militares na Amazônia Legal-Munic OM AmLeg. Ele tem os seguinte tipos de dados:

- Tipo de cobertura vegetal (IBGE);
- Zonas de ação antrópica (IBGE);
- Estradas (CENTRAM);
- Principais municípios/localidades com a presença de unidades militares das três forças armadas (IBGE; FAB; EB; MB).

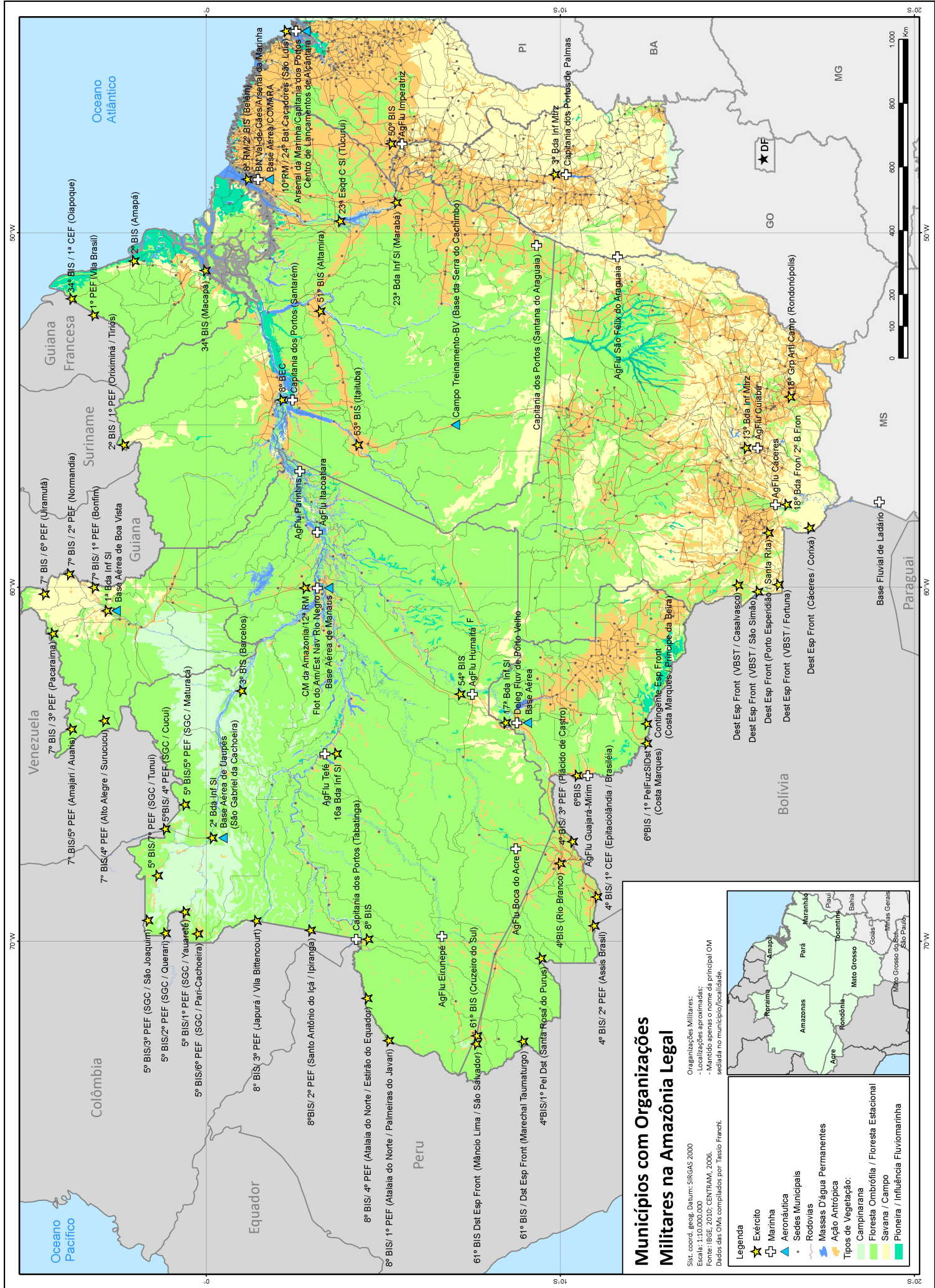
Os dados de vegetação e antropismos mostram “os tipos de vegetação existentes no Brasil, bem como antropismos, representados por vegetação secundária, reflorestamento, pastagens e tratos agrícolas” (IBGE, 2012 – ver anexo).

Para não poluir visualmente o mapa, foram excluídos dele os municípios em que o efetivo militar seja inferior a 10 indivíduos, ou que fossem Tiros de Guerra. Os TG têm uma característica especial, que é a de que seus orçamentos são divididos entre o poder municipal e o Exército (GONZALES, 2010). Por isto, são mais suscetíveis de serem instalados ou desativados (ver Anexo: Dados dos Tiros de Guerra da 12ª RM). Outro motivo que levou à exclusão dos TGs é que os seus efetivos são compostos por poucos oficiais instrutores e diversos “atiradores”, que são jovens da região, cumprindo o serviço militar obrigatório.

Os nomes das OMs no mapa são referentes às de maior porte de cada FA, ou hierarquicamente superior, sediada no município. Dessa forma, em Tefé-AM, onde existem diversas Organizações Militares, citou-se apenas a 16ª BdaInfSI, por ser a maior unidade do Exército presente no município, e a Agência Fluvial, por ser a única OM da Marinha, ficando visualmente da seguinte forma: 16ª Bda Inf SI/AgFlu de Tefé (em Anexo encontra-se uma listagem de todas as Organizações Militares). Exceção feita para os municípios onde existem Destacamentos, Pelotões e Companhias Especiais de Fronteira. Nesses casos foram colocados no mapa a denominação da Organização Militar à que são ligados, antes da própria denominação. Exemplo: 4ºBIS/2ºPEF (Assis Brasil).

Uma das primeiras relações que chama a atenção é a presença de organizações militares em todas as diferentes áreas dos sub-biomas amazônicos. Observamos a presença militar nas áreas da incidência de campo/savana nos seguintes locais: Tocantins; no centro sul de Mato Grosso; em Roraima, na região do planalto que faz fronteira com a Venezuela; e no Pará, próximo ao planalto das Guianas, onde esta o 1º PEF, na localidade de Tiriós/Oriximiná.

No Amazonas, a presença militar ocorre particularmente nas regiões do médio e alto rio Negro, em contato com a vegetação de campinarana/campina. Na região da Cabeça do Cachorro, onde está São Gabriel da Cachoeira, ela também ocorre em toda uma extensa rede de postos avançados de fronteira.



## Municípios com Organizações Militares na Amazônia Legal

Sist. coord. geog. Datum: SIRGAS 2000  
 Escala: 1:10.000.000  
 Fonte: IBGE, 2010; CENTRAM, 2006.  
 Dados das OMs compilados por Tassio Franchi.



- Legenda**
- ★ Exército
  - ★ Marinha
  - ▲ Aeronáutica
  - ⊕ Sedes Municipais
  - Locais aproximados
  - Mantido apenas o nome da principal OM sediada no município/localidade.
  - Rodovias
  - Massas D'água Permanentes
  - Ação Antrópica
  - Tipos de Vegetação:
    - Campinarana
    - Floresta Ombrófila / Floresta Estacional
    - Savana / Campo
    - Pioneira / Influência Fluviomarina

**Organizações Militares:**  
 - Localizações aproximadas;  
 - Mantido apenas o nome da principal OM sediada no município/localidade.



Todavia, grande parte das unidades militares de fronteira encontra-se em regiões de incidência de floresta ombrófila (densa e aberta). Apenas para Rondônia, Mato Grosso e sul do Acre nota-se que estão sobre áreas antropizadas ou de savana/campo. No mais, em todo o escudo fronteiriço formado a partir de Santa Rosa do Purus-AC até Auaris-RR, nas regiões centrais do Estado do Amazonas, e no extremo norte do Estado do Amapá, o contato é com a floresta ombrófila.

Em áreas onde já ocorreu ação antrópica, geralmente estão sediadas unidades de tamanho igual ou maior que um batalhão (BIS). Essas áreas por vezes estão próximas a grandes projetos de desenvolvimento criados a partir da segunda metade do século XX, em particular de meados da década de 1960 em diante. Perto de minerários, assentamentos do INCRA, projetos de infraestrutura e hidroelétricas.

Parte dessas áreas antropizadas coincide com assentamentos do INCRA, para os quais existem estudos relacionados tanto ao desenvolvimento do território quanto aos impactos do desmatamento gerados por eles (THÉRY, 2005; DAVID, WANIEZ & BRUSTLEIN, 1997). Parte dos assentamentos foi realizada no período entre 1964 e 1984, o que coincide com o período da instalação das unidades militares (ver tabela 5.1).

Tabela 5.1 Números de famílias beneficiadas pelos programas de Reforma Agrária 1964-1997

Período	Governo	Famílias beneficiadas por projetos de colonização	Famílias beneficiadas por programas de regularização de títulos	Famílias beneficiadas por assentamentos de R.A.	Total de famílias beneficiadas
1964-1984	Regime autoritário	115 mil	113 mil	–	228.0
1985-1995	Sarney, Collor e Itamar	–	–	125.6	125.6
1994-1997	Fernando Henrique	–	–	125.9	125.9

Fonte: DAVID, WANIEZ & BRUSTLEIN, 1997, p. 52.

Esses assentamentos, segundo observado por Théry, estão na região ao sul do Acre e noroeste de Rondônia; ao lado direito do rio Amazonas sobre o eixo da Transamazônica; na região entre Itaituba-PA e Altamira-PA, também cortados pela Transamazônica; no extremo sudeste do Pará, próximo à divisa com Tocantins; e no Amapá, próximo à região de Macapá (THÉRY, 2005). Nessas regiões, ou próximas a elas, foram criados no período entre 1965-1985: 4ºBIS (Rio Branco-AC/1967); 54ºBIS

(Humaitá-AM/1973); 53°BIS (Itaituba-PA/1973); 51°BIS (Altamira/1970); 34°BIS (Macapá-AP/1968).

Outras regiões, embora não constem como áreas principais de assentamentos do INCRA, fazem parte da fronteira agrícola conectada ao processo histórico de integração nas décadas de 1960 a 1980. São por vezes identificadas como arco do fogo, ou arco do desmatamento. Esse arco atravessa os estados de Rondônia, a região centro-sul de Mato Grosso, a região sudeste o Pará até Belém, estendendo-se até o Amapá, a região norte do Estado do Tocantins e o oeste do Estado do Maranhão, na altura da tríplice fronteira estadual. Nessas regiões, de forma complementar, são criadas nesse período as seguintes unidades militares:

- **Pará** - 23ªBdaInfSI (Marabá-1976); 23º Esqd C SI (Tucuruí-1976);
- **Maranhão** - 50º BIS (Imperatriz-1973);
- **Mato Grosso** - 13ª BdaInfMtrz (Cuiabá-1978); 18º Grup Artl Campanha (Rondonópolis-1975);
- **Rondônia** - 17ª BdaInfSI (Porto Velho-1980).

Alguns grandes projetos de desenvolvimento que já estavam operando, ou que começaram suas operações, no período de 1965 a 1985. As unidades militares próximas a esses projetos montadas nesse período são:

- **ICOMI/Serra do Navio**, extração de Manganês - 34°BIS (Macapá-AP/1968);
- **Projeto Trombetas/Alunorte/Alumar**, extração de Bauxita - 8º BEC (Santarém-PA/1970);
- **Projeto Jari**, extração de Caulim + produção de celulose - 8º BEC (Santarém-PA/1970);
- **Projeto Grande Carajás**, província polimineral de Carajás (ferro, ouro, cobre, zinco, manganês, bauxita, níquel, e outros), UHE Tucuruvi, Estrada de Ferro Carajás-EFC - 23ªBdaInfSI (Marabá-PA/1976); 23º Esqd C SI (Tucuruí-PA/1976); 50º BIS (Imperatriz-MA/1973); 51º BIS (Altamira/1970); 34°BIS (Macapá-AP/1968);
- **Zona Franca de Manaus**, projeto de industrialização e incentivo ao comércio (Zona Franca de Manaus, Polo Industrial de Manaus, UHE de Balbina) – Comando Militar da Amazônia (transferido para Manaus-AM em 1969).

Os principais eixos de articulação do território dividem-se em fluviais e terrestres (ver figura 5.6). Os eixos fluviais (em azul claro) são seculares e a presença militar neles se fez em períodos anteriores, algumas vezes, ao próprio século XX. Os eixos de integração terrestres (em vermelho) datam em sua maioria da segunda metade do século XX. Destacamos aqui os principais eixos e a relação de proximidade com as organizações militares:

- **Transamazônica**, trajeto de Cabedelo-PA até Humaitá-AM) - 54° BIS (Humaitá-AM/1973); 53° BIS (Itaituba-PA/1973); 51° BIS (Altamira/1970);. 23ª BdaInfSI (Marabá-PA/1976); 50° BIS (Imperatriz-MA/1973);
- **Eixo rodovia Belém-Brasília**, 23ª BdaInfSI (Marabá-PA/1976);
- **Eixo rodovia Cuiabá-Santarém**, 53° BIS (Itaituba-PA/1973); 8° BEC (Santarém-PA/1970);
- **Eixo rodovia BR-364**, trajeto Cuiabá-MT até Porto Velho-RO - 13ª BdaInfMtrz (Cuiabá-MT/1978); 17ª BdaInfSI (Porto Velho-RO/1980);
- **Eixo em direção ao Caribe (BR-174/BR-319)**, trajeto Porto Velho – Manaus – Boa Vista): Porto Velho-RO - 13ª BdaInfMtrz (Cuiabá-MT/1978); 54° BIS (Humaitá-AM/1973); Comando Militar da Amazônia (Manaus/1969); (7° BIS (Boa Vista-RR/1969).

Essas grandes vias terrestres são comumente analisadas por diversos autores (MATTOS, 1980; SILVA, 1981; THÉRY, 2006;) como eixos de integração importantes, e de fato o são (ver figura 5.6).

Figura 5.6 Principais Eixos de Integração (fluviais e terrestres)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entretanto, observando as condições dessas vias na Amazônia Ocidental, percebe-se que o processo de consolidação desses eixos ainda não se completou (ver figura 5.6). As BR-163, BR-319 e BR-230 não estão completamente pavimentadas, e as condições de trânsito nas mesmas são precárias, fazendo com que determinados eixos não estejam concluídos. Como por exemplo o eixo entre o Centro-Oeste e o Caribe, que é composto pelas BR-364 (trecho de Cuiabá-Porto Velho), seguindo pela BR-319 (trecho Porto Velho-Manaus) e pela BR-174 (trecho Manaus-Pacaraima-RR). Essa ligação com a Venezuela, que pode vir a consolidar uma saída terrestre para o Mar do Caribe, não se faz devido ao trecho da BR-319 entre Humaitá e Manaus, que não suporta o tráfego de veículos pesados (ver figura 5.6).

De modo geral, percebe-se a instalação de unidades militares próximas aos principais projetos de desenvolvimento e integração que estavam sendo gestados ou articulados no período entre 1965 e 1985. Isso aponta para a dinâmica de ocupação de áreas de colonização, como assinalado.

Quanto a questão da presença militar na Amazônia, um último ponto que vale destacar, é que apesar dos militares terem intensificado a transferência e criação de novas bases na região o maior número de tropas permanece nos estados do Sul e Sudeste. Apesar da Amazônia ser identificada nos documentos e argumentos dos militares como uma região importante, e que representa mais de 60% do território nacional, menos de 30% dos efetivos das FFAA estão sediados nela.

Um dos objetivos primários desse trabalho foi identificar os argumentos presentes no discurso dos militares que constroem uma visão de longa duração, estruturante, a respeito do território amazônico. Para Braudel, “uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar” (BRAUDEL, 1990, p. 14). Transpondo isso ao discurso militar sobre a Amazônia e à sua presença efetiva na região, foram identificados alguns grandes argumentos transversais ao século XX e outros argumentos conjunturais. Esses elementos estruturantes, que foram reproduzidos por diferentes autores ao longo do período, são o núcleo duro da interpretação da Amazônia pelos militares. Os conceitos que esses argumentos carregam são ora representações das características do território, ora concepções a respeito do próprio papel dos militares frente à região.

No diagrama 5.1 buscamos organizar esses argumentos de acordo com as relações identificadas entre eles. Para isso foi necessário delimitar alguns pontos de saída dessa análise, que são duas concepções que entendemos foram geridas em um período anterior ao século XX. A primeira é de que a função básica dos militares na

Amazônia, fossem eles da Colônia, do Império ou da República, era defender o solo pátrio de quaisquer ameaças. Esta é inclusive sua função prevista nos textos constitucionais desde 1824, chegando a 1988. A segunda é que a presença humana marca a posse do território, constituindo assim uma garantia da soberania e um apoio fundamental à defesa. Dessa forma, estabelece-se uma equação em que: se a função básica dos militares na Amazônia é defendê-la, e se para isso é adequado que se tenha presença humana no território, logo é apropriado aos militares estimular o desenvolvimento dessa presença humana no território.

Esse argumento se articula com a lógica portuguesa no período colonial. Como afirma Ribeiro sobre os portugueses no Brasil: “O território brasileiro é do tamanho que é graças à obsessão portuguesa de fronteira, impressada neles por um milênio de resistência, para não serem absorvidos pela Espanha, como ocorreu com todos os outros povos ibéricos” (RIBEIRO, 2010, p. 48). Somada a essa lógica demarcatória, havia a preocupação portuguesa com a garantia da efetiva posse do território por meio da presença (SILVA, 1998). De algum modo, entre a consolidação dos tratados de Madri (1750) e São Ildefonso (1777) e o início do século XX, essa concepção de que a ocupação garante a posse foi reproduzida, chegando ao escritos dos militares analisados a partir de 1900 e até a atualidade. Marques, ao estudar o pensamento dos militares sobre a Amazônia, percebe que “no cerne do ideário militar sobre a defesa da Amazônia, reside a crença de que a soberania brasileira sobre a região pode ser garantida somente através de sua colonização” (MARQUES, 2007, p. 47).

Ora não há nada de estranho em sediar bases militares nas fronteiras nacionais, mas absorver essa função colonizadora é peculiar, pois não condiz com a função constitucional das FFAA. Podemos perceber que, de diferentes maneiras as FFAA, e principalmente o Exército, estiveram envolvidos em ações que não são da alçada militar, como a implantação de linhas telegráficas; colônias militares; construção de rodovias e aeródromos; suporte a atividades de migração para a região (II ciclo da borracha). A partir de 1964 os próprios militares se tornaram o Executivo, e a Amazônia foi palco de novos projetos de colonização; projetos de desenvolvimento industrial; projetos agro-minero-extrativos; incentivos à migração interna de outras partes do país, em especial do Nordeste; além da transferência e criação de unidades militares em toda a região amazônica. No período do regime militar, o Exército e a Aeronáutica praticamente dobraram sua presença nos municípios da região, a FAB passou de três bases para seis; o Exército, antes em 15 localidades, passou a operar em 34; a Marinha não seguiu a tendência e estendeu sua presença apenas para três novos municípios.

No Diagrama 5.1 temos localizados à esquerda e acima as duas primeiras caixas relativas a esses argumentos apresentados acima. Diretamente abaixo existe uma caixa maior escrita “Amazônia”, que é relativa à visão da região como um todo. Dentro dessa visão geral procuramos separar diferentes percepções que fazem parte desse todo, de modo que criamos quatro parâmetros: a região em um todo, a natureza, o território e o meio ambiente. Essa divisão visa apenas fazer uma diferenciação para compreender como se articulam esses argumentos no discurso militar, mas todos eles são leituras dentro do contexto maior Amazônia.

Os outros argumentos que identificamos como sendo estruturantes do discurso militar estão nos quadros amarelos sólidos e são: 1) a necessidade de colonizar, povoar, desenvolver; 2) a identificação da região como um vazio demográfico; 3) a falta/necessidade de integração da Amazônia com as demais regiões do país; 4) a cobiça internacional; 5) os recursos naturais da região como capazes de promover o desenvolvimento nacional; e 6) a ameaça à soberania. Existe um sétimo elemento do discurso, mas que ainda não é estrutural, que é a questão ambiental (quadro amarelo listrado).

Alinhadas à direita e abaixo temos ações relacionadas direta ou indiretamente com a Amazônia, as quais buscamos relacionar com os argumentos identificados para estabelecer algumas possíveis conexões.

A fórmula de que “presença humana é semelhante à garantia de posse do território” está ligada ao argumento da necessidade de se povoar/desenvolver a região, uma das ideias mais caras nos textos dos militares analisados. Essa ideia, por sua vez, está associada a uma percepção do território como um vazio demográfico, isolado do restante do país. Este isolamento está contemplado no argumento da ‘falta de integração’, pois embora sempre houvessem as vias fluviais a falta de vias terrestres apareceu nos relatos como um argumento associado ao isolamento da região.



Esse argumento da ‘necessidade de se povoar/desenvolver’ a região se articula com diversos dos outros argumentos. Povoar é a maneira de solucionar o problema tanto do ‘vazio demográfico’ quanto da falta de integração da região. É também obrigatório para se explorar os recursos naturais que podem ajudar o desenvolvimento nacional. Essas concepções influenciaram, em linhas gerais, a construção de uma presença militar na região que esteve atenta a uma dupla dinâmica de ocupação do espaço que variou em intensidade no decorrer do século. Essas dinâmicas seriam, uma, volta a um pensamento, que chamamos de ‘fronteira’, que visa ao controle dos principais pontos de acesso e articulação da região na faixa de fronteira (150km); e a outra é uma dinâmica que nomeamos como ‘interior’, voltada a situar as bases em pontos importantes para o desenvolvimento regional. O termo ‘interior’ no quadro indica que ela se presta a apoiar o desenvolvimento de uma região internamente. Essas duas dinâmicas não são concorrentes ou estranhas uma à outra. Pelo contrário, operam juntas na construção da presença efetiva dos militares na região, variando, como dissemos, em intensidade dependendo da conjuntura histórica do momento.

Outro argumento sólido no discurso militar que perpassa todo o período estudado é a identificação da região amazônica como depositária de riquezas, fossem essas riquezas recursos naturais ou espaço para o desenvolvimento de atividades produtivas. No início do século XX, a borracha surge nos relatos de Belarmino e Euclides, mas desaparece nos anos iniciais da segunda década do século, com a crise que desestrutura o comércio extrativo montado em torno do produto. O tema da borracha voltou à tona no período da Segunda Guerra Mundial, quando o esforço de guerra aliado necessitou do produto. Passada a guerra, a exploração da borracha caiu novamente em decadência nunca mais recuperou a importância de outrora (DEAN, 1989; HEMMING, 2008). Durante o período das décadas de 1940, 1950 e 1960, houve a expectativa de se encontrar o petróleo amazônico, o que de fato nunca ocorreu em quantidades comerciais até 1986. E mesmo atualmente, a província mineral de Urucu, de posse da Petrobrás, não tem a importância das jazidas da bacia de Campos-RJ ou do Recôncavo Baiano.

A promessa das riquezas minerais remonta a diversos períodos. Essas riquezas vão do ouro e pedras preciosas até os minérios explorados industrialmente, como bauxita, manganês, ferro, alumínio, entre outros. A partir da década de 1940/50, e principalmente durante o regime militar, com a extração de manganês no Amapá e inúmeros projetos minerários implantados na região (Projeto Grande Carajás, Trombetas, Jari), a exploração em larga escala torna-se uma importante atividade econômica nas regiões em que estão sediadas.



Outro exemplo de visão da região atrelado a uma promessa de prosperidade foi com relação ao próprio espaço disponível nesse território, o qual seria capaz de suportar o desenvolvimento de projetos voltados à produção agrícola. A ideia da Amazônia como uma grande fronteira agrícola levada a cabo durante o regime militar já estava presente em argumentos de Euclides da Cunha (2000[1905]), Belarmino (1905), F. Rondon (1935), Lysias (1947) e outros autores de décadas anteriores.

Sendo a questão ambiental um dos motes geradores deste trabalho, em seu início identificamos os argumentos e algumas ações que se articulam com ela. São em regra geral 'respostas' às ameaças a uma tendência geopolítica internacional que passou a identificar e valorizar a questão ambiental como um elemento de política e soberania nacionais (LE PRESTE, 2005). Programas, tratados, mesmo a adoção da gestão ambiental nas Forças Armadas, foram ações que deram reconhecimento à importância do tema no contexto atual. Conforme mostrado no diagrama 5.1, a questão ambiental está ligada à visão da Amazônia, a partir do momento em que a própria visão de meio ambiente amazônico como um todo estava sendo pensada. O próprio conceito de meio ambiente foi gestado entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. No discurso militar, o argumento ambiental surge posterior a isso, na década de 1980 em diante, nas obras de Meira Mattos, Vidigal, Barreto e Cardoso. Com isso, o mesmo encontra-se ainda no que Braudel chamaria de tempo conjuntural, conectado às mudanças que ocorrem no período em que está inserido. Entendemos que esse argumento pode extrapolar o tempo conjuntural e tornar-se parte estruturante do discurso militar, ou pode perder intensidade e desaparecer, dependendo de mudanças conjunturais que venham a ocorrer nas próximas décadas.

Embora pareçam argumentos semelhantes, o tema da cobiça internacional é mais restrito que o da ameaça à soberania. Algumas das ameaças à soberania nacional identificadas pelos militares brasileiros ao longo do século XX extrapolam o espaço amazônico, ou não o identificam como uma área de risco. Exemplos disso foram: a identificação do espaço platino como sendo uma área potencial de conflito devido às necessidades de Bolívia e Paraguai de obterem saídas para o mar; e a permanência da Argentina como oponente até meados da década de 1980. Outro exemplo inserido na Doutrina de Segurança Nacional, o comunismo foi pensado como uma séria ameaça à soberania. Mesmo tendo ocorrido uma guerrilha comunista na região (Guerrilha do Araguaia), essa foi uma preocupação meramente conjuntural na Amazônia, apesar de ter sido estruturante em outras regiões do país onde o histórico de combate ao comunismo tem raízes já nas primeiras levas de migrantes chegados da Europa. O tema da cobiça internacional tem como núcleo duro a questão do acesso

às riquezas inseridas no território, relacionando-se dessa forma diretamente com a percepção dos militares da região como promessa de prosperidade.

## CONCLUSÕES

Ao longo do trabalho buscou-se compreender as rupturas e continuidades das percepções e dos argumentos formulados pelos militares a respeito da Amazônia, de modo entender a importância que incutem à região e como percebem sua função na mesma. Foi possível: identificar os principais argumentos associados à Amazônia no discurso militar brasileiro; compreender cronologicamente como se construiu a presença dos efetivos militares na região Amazônica; traçar paralelos entre as percepções militares sobre a Amazônia e sua presença na região.

O objetivo de identificar a importância da argumentação ligada à questão ambiental se mostrou esvaziado. Quando pensado na longa duração, o uso da argumentação envolvendo meio ambiente ainda não é um elemento estruturante no discurso militar sobre a Amazônia. Embora ganhe destaque no último quarto do século XX, essa é uma argumentação ainda no âmbito do tempo conjuntural. Entretanto, os militares têm uma característica de responderem a estímulos externos, quando estes são identificados como ameaças à região. Essas respostas em determinados momentos se transfiguraram na criação de bases militares nas fronteiras. Com relação à questão ambiental, os autores mais recentes, pós década de 1970, identificaram e buscaram introduzir temas ligados à questão ambiental por considerarem que ela se tornou um ponto debatido na geopolítica mundial. A presença do tema em documentos da defesa nacional mostra que esse pode ser um argumento que poderá se solidificar nas próximas décadas.

São dois os argumentos estruturantes que marcam a percepção dos militares a respeito da região ao longo do século. O primeiro é a identificação da natureza como uma fonte de recursos econômicos que poderiam alavancar o desenvolvimento regional e até nacional, embora, muitas vezes, essa fonte de recursos tenha sido mais uma promessa do que algo efetivo. Isso porque no decorrer do século se alternaram promessas de prosperidades econômicas como a borracha, o petróleo, a agricultura, a mineração, entre outras, com sucessos ou insucessos em cada uma delas. O ponto importante aqui é que independentemente do tipo de riqueza, ou possibilidade de prosperidade, a ideia de que a Amazônia era uma região rica devido às suas características naturais (geológicas ou biológicas) perpassou os relatos no decorrer de todo o século, sendo assim um elemento estruturante do discurso militar.

O outro argumento recorrente ao longo do século XX, e que está atrelado à percepção que esses militares tinham do papel a ser desempenhado pelas próprias

FFAA na Amazônia, é o entendimento de que cabe aos militares, indiretamente, a responsabilidade de povoar a região. Essa “visão colonizadora” é um argumento duro, repetido desde o início do século, que norteou inclusive parte do processo de construção da presença das FFAA na região, com a fundação de colônias militares e o envolvimento das instituições em projetos ligados não exclusivamente à defesa, mas também ao desenvolvimento regional, como rodovias e outras obras de infraestrutura. Esse sem dúvida é um argumento de longa duração, que aponta como os militares percebem seu próprio papel na região amazônica.

Outro argumento estruturante e presente no discurso militar nacional, e não apenas com relação à Amazônia, está ligado à própria função de defesa que é a garantia da soberania nacional. Com relação à percepção da Amazônia enquanto território, foi possível identificar também a permanência de argumentos que identificam as características da região como problemas, e que sustentaram a ideia de que era necessário povoar e desenvolver a região. São interpretações da região como sendo isolada e vazia do ponto de vista demográfico, o que por sua vez suscitou respostas no sentido de integrar e povoar a região como garantia inclusive da posse efetiva sobre ela.

Ao se observar a presença militar na Amazônia ao longo do século XX, pode-se perceber que sua evolução foi ditada pelas diferentes conjunturas políticas internas e externas, que denotavam respostas. Mas também as relações que se estabeleciam do homem com a natureza alteraram-se à medida que a presença aumentou. De um modo geral o uso do termo ‘inferno verde’ para descrição da natureza amazônica pode ser encontrado desde Euclides de Cunha, em 1905, até o início da década de 1990, em Meira Mattos. Mas, para além do termo, a identificação da região como um ‘inferno verde’ foi mais consistente até as décadas de 1950-1960, quando a presença na região ainda estava sendo construída. Durante a década de 1970 gradativamente o inferno vai sendo domado pela civilização e valorizado como meio ambiente nas décadas seguintes. Outros autores ainda usaram o termo ‘inferno verde’ até a década de 1990, mas com uma carga negativa bem menos acentuada do que nas décadas anteriores a 1970. Os riscos advindos do meio ambiente não desapareceram, permanecendo em meio à floresta. Todavia, a aquisição de conhecimentos e a construção de uma rede de suporte humana e de infraestrutura (PEF, BIS, Destacamentos e outras OMs) minimizaram a sensação de isolamento e aridez que o deserto líquido impunha até meados do século XX.

Compreender quais foram, e são, os argumentos estruturantes do discurso militar sobre a Amazônia, e como se construiu a presença efetiva das Forças Armadas na região, foi salutar para entender como o Exército ganhou um papel de destaque com relação à região, tornando-se a principal força a pensar e agir sobre o território. A Aeronáutica, a mais nova das três forças armadas, vem em seguida, contribuindo com um importante papel de suporte ao desbravamento da região a partir da década de 1940 e de suporte ao Exército. A Marinha, embora tenha antecedentes tão antigos na região quanto o Exército, tem participação e presença tímidas na imensa malha hidrográfica da bacia amazônica. Em uma região onde os abundantes rios são as principais vias, um sistema de postos avançados nos principais pontos onde esses rios penetram o território nacional seria o mínimo necessário. Como a Marinha não estabeleceu esses postos, coube ao Exército desempenhar essa função na região das fronteiras.

As dinâmicas e ideias estudadas estão entre as concepções subjetivas que se encontram introjetadas no pensamento militar sobre a Amazônia e que devem permanecer como elementos estruturantes do mesmo nas próximas décadas. Será esse ideário básico, à luz das novas conjunturas, que ditará parte importante do *modus operandi* das Forças Armadas na região amazônica ao longo do século XXI.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Prospectiva, estratégia e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia**. Brasília: Ipea, 2011.
- ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia: Inferno**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALVES, J. A. Lindgren. O Contrário dos Direitos Humanos (explicitando Zizek). In: **LUA NOVA** Nº 55-56. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/lua/n55-56/a05n5556.pdf>> Acessado em: 11/09/2009.
- ANDRADE, Solange Ramos de. COSTA, Daniel Lula. O Inferno de Dante e a simbologia do sétimo círculo The Dante's Inferno and the seventh circle symbology In: ZIERER, Adriana (coord.). **Mirabilia 12**. Paraíso, Purgatório e Inferno: a Religiosidade na Idade Média Cielo, Purgatorio y Infierno: la religiosidad en la Edad Media Paradise, Purgatory and Hell: the Religiosity in the Middle Ages. Jan-Jun 2011/ISSN 1676-5818.
- ARENT, Hannah. **Origens do Totalitarismo, anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARIAS NETO, José Miguel. Contradições na modernização da Marinha do Brasil. In: **Tensões Mundiais**: revista do Observatório das Nacionalidades. V.6, n.10 (jan./jun.2010) Fortaleza do Nordeste; Rio de Janeiro: Gramma, 2005.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Editora Vozes. 1985.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. **História Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.
- BAKX, Keith. Planning Agrarian Reform: Amazonian Settlement Projects, 1970-86. In: **Development and Change** (SAGE, London, Newbury Park, Beverly Hills and New Delhi), Vol. 18 (1987), 533-555.
- BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Aviação Paulista na Revolução Constitucionalista de 1932**. Universidade Federal de Juiz de Fora. S/d. Disponível em: < [www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/AV1932.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/AV1932.pdf) > Acessado em 14/01/2012.
- BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio F. Dimensões humanas do uso e cobertura das terras na Amazônia: uma contribuição do LBA. **Acta Amazônica**. VOL. 35(2) 2005: pp. 239-247.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados: Dossiê Amazônia Brasileira**. São Paulo (53). Janeiro/Abril 2005.

BECKER, Bertha K. Redefinindo a Amazônia: o vetor Tecno-Ecológico. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. pp. 223-244

BECKER, Bertha K. Undoing Myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M. SACHS, I. (orgs). **Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region**. Manaus, Brazil: UNESCO/The Parthenon Publishing Group, 1992.

BENATTI, José Heder. Internacionalização da Amazônia e a questão ambiental: o direito das populações tradicionais e indígenas à terra. **Revista Amazônia Legal de estudos sócio-jurídico-ambientais**. Cuiabá, Ano 1, n. 1, p. 23-39, jan.-jun. 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: A Guerra na Floresta**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992

BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia**. Manaus: Valer, 2008.

BENCHIMOL, Samuel. **Navegação e transporte na Amazônia**. Edição reprográfica, Manaus, julho 1995.

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

**BIBLIA SAGRADA**. Editora Canção Nova: 2010.

BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon: a integração nacional**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas: As Estratégias Políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília: CGDOC / FUNAI, 2003.

BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BONANATE, Luigi. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001

BONATES, Mariana Fialho; VALENÇA, Márcio Moraes. **Military housing housing the military in Brazil**. In: International Conference: The way forward local social movements in marginal areas, 2008, Barcelona.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares” In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24-25.

BRAND, Ulrich. GÖRG, Christoph. Globalización? Desarrollosostenible como pegamento para el montón de cristales trizados del neoliberalismo.' **Ambiente e Sociedade**. v.5 n.2/v.6 n.1. Campinas, 2003. sem/pág.

BRASIL. Decreto n. 5.107, de 16 de junho de 2004. Dispõe sobre a 2ª Brigada de Infantaria de Selva e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2004.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

**BURSZTYN, M.** ; BARTHOLO JR., R. S.. Un Agenda Pour un Développement Durable de L'Amazonie. **Cahiers du Brésil Contemporain**, v. 63-64, p. 145-173, 2006.

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA. **A Grande Transformação Ambiental, uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURSZTYN, Marcel. Armadilhas do Progresso: contradições entre economia e ecologia. In: **Sociedade e Estado**, Volume X, n. 1. jan/jun. 1995.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida e BURSZTYN, Marcel. Desenvolvimento Sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza (orgs.). **Economia, Meio Ambiente e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAMILO, Janaina. **Homens e Pedras no desenho das fronteiras, A construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, 2009.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Org's). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar, 2004.

CASTRO, Edna (Org). **Sociedade, Território e Conflitos: BR-163 em questão** . Belém: NAEA, 2008.

CASTRO, Lavinia Barros de. **Financiamento do desenvolvimento: experiência comparada Brasil-Coreia (1950-1980)**. Disponível em: <[www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.../rev3201.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/.../rev3201.pdf)> Acessado em: 08/10/2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.



CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais Do Brasil: Um Balanço Da Era Cardoso. **Rev. Bras. Polít. Int.** 45 (1): 5-35 [2002]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>> Acessado em 11/09/2009.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Albano, 2007.

CHAUVEAU, Agnès. TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Ocupação da Amazônia e a presença militar**. São Paulo: Atual, 1988.

COGIOLA, Osvaldo (Org.) **Segunda Guerra Mundial: Um Balanço Histórico**. São Paulo: Xamã e USP-FFLCH- Departamento de História, 1995.

**Constituição da República Federativa do Brasil**. 29. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

CORAZZA, Rosana Icassatti. Tecnologia e Meio Ambiente no Debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à Luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen. **Economia, Brasília** (DF), v.6, n.2, p.435–461, Jul./Dez. 2005. Pp 435-461. Disponível em: < [http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n2p435\\_461.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n2p435_461.pdf) > Acessado em: 12 de abril de 2011.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001.

COSTA, José Ribamar Ferreira de Araújo Sarney. Discurso na XLIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, 1989. In: **A palavra do Brasil nas Nações Unidas 1946-1995**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/FUNAG, 1995.

COSTA, Marcondes Lima da; KERN, Dirse Clara; PINTO, Alice Helena Eleotério and SOUZA, Jorge Raimundo da Trindade. The ceramic artifacts in archaeological black earth (terra preta) from lower Amazon region, Brazil: mineralogy. **Acta Amazônica**. [online]. 2004, vol.34, n.2, pp. 165-178.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração, **Confins** (On line), 7, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. In: OLIVEIRA, Eliezér Rizzo (Org.). **Segurança e Defesa**

Nacional, da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas, 1883-1954**. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe and BRUSTLEIN, Violette. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**. [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 51-68.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil**. São Paulo, 1989.

DENEVAN, William M. **The Native Population of the Americas in 1492**. University of Wisconsin Press, 1976.

Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br>> acessado em 08/10/2012.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** (Ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis, Vozes, 1981.

Drummond, Cosme Degenar. **Asas da Solidariedade**. Editora de Cultura. 2010.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 4 n. 8, 1991, Pg. 177-197.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar história ambiental do Brasil? – ensaio temático. **Várias Histórias**, nº 26 Janeiro, 2002, Pg. 13-32.

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. pp.1-12.

FÁZIO, Ednéia. **Formação e perfil dos alunos da escola preparatória de cadetes do Exército (1990-2000)**. Dissertação apresentada como condição para obtenção do título de Mestre em História e Cultura Política, Universidade Estadual Paulista/Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Orientação Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias. FRANCA, 2003.

FEARNSIDE, P.M. 1999. Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam. **Environmental Management 24(4)**: 483-495. Doi: 10.1007/s002679900248

FEARNSIDE, P.M. 2001. Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned lessons for hydroelectric development in **Amazonia**. **Environmental Management 27(3)**: 377-396. Doi: 10.1007/s002670010156. Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br>> acessado em 08/10/2012.

FERRAZ, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia; BARBOSA, Estêvão José da Silva Barbosa. Ouro, Empresas e Garimpeiros na

Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. **Revista Pós Ciências Sociais**, Vol. 7, No 13 (2010). pp.131-158.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. **História e Ciências Saúde-Manguinhos** [online]. 2006, vol.13, n.2, pp. 271-292.

FERRO, Marc. **História da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995.

FICO, Carlos. Algumas notas sobre a historiografia e História da Ditadura Militar. In: **Estudos de História**. (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP) Franca, SP, Brasil, v.8, n.1. 2001. pp.69-90.

FILHO, Manuel Ferreira Lima. Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás. **Horizonte antropológico**. vol.6 no.13 Porto Alegre June 2000. pp.65-87.

FIORI, Marcus Fernando. BR-364: Do Desenvolvimento ao Desmatamento. **Revista Veredas Amazônicas** – JAN./JUN. – VOL II, No 01, 2012. pp.67-82.

FONSECA. Dante Ribeiro. A Pesca na Amazônia: da Pré-Colônia ao Mundo Colonial (Séculos XVII AO XIX). **SABER CIENTÍFICO**, Porto Velho, 1 (2): 201 - 222, jul./dez.,2008.

FRANCHI, Tássio (Coord); PESSINI, Daniel Sobreira. **Diagnóstico Socioeconômico Biopalma**. São Paulo: Diagonal Urbana, 2012.

FREITAS, Marcílio. Nuanças da sustentabilidade: visões fantásticas da Amazônia. In: **Cadernos CEAS**. Salvador, Setembro/Outubro 2003. nº207.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Joaquim. **As Colônias e as Províncias**. Vol V. Lisboa: RTP, 2008.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a05.pdf>> Acessado em: 05/03/2007.

GARFIELD, Seth. “A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra “ **Revista Brasileira de Historia**. 29, 57 (Junho 2009).

GARFIELD, Seth. **The environment of wartime migration: labor transfers from the brazilian Northeast to the amazon during World War II**. Disponível em <<http://jsh.oxfordjournals.org/>> Acessado em: 23/07/2012.

GASPARI, Elio. **A ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Gilberto Coutinho. **Rondon, Civilizador da última Fronteira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1975.

- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- GOLDBLATT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- GONDON, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. *In: Science, December 13, 1968. pp.234-248.* Disponível em: [http://www.garretthardinsociety.org/articles/art\\_tragedy\\_of\\_the\\_commons.html](http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html) Acessado em 14/11/2011.
- HAYES, Robert A. **Nação Armada: a mística militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Bibiex, 1991.
- HAYES, Thomas Charles. Confronto no Golfo; campo petrolífero deitado abaixo a Disputa Iraque-Kuwait. **The New York Times**. 03 de setembro de 1990. Disponível em: [www.nytimes.com/1990/09/03/world/confrontation-in-the-gulf-the-oilfield-lying-below-theiraqkuwaitdispute.html%3Fpagewanted%3Dall%26src%3Dp&usg=ALkJrhiOB5guj8QsEesu2uvHbHno8pEQcg](http://www.nytimes.com/1990/09/03/world/confrontation-in-the-gulf-the-oilfield-lying-below-theiraqkuwaitdispute.html%3Fpagewanted%3Dall%26src%3Dp&usg=ALkJrhiOB5guj8QsEesu2uvHbHno8pEQcg). Acessado em 01/03/2012.
- HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexander. **The Fate of the Forest: Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon**. Harper. Perennial, New York, 1990.
- HEMMING, John. **Fronteira Amazônica**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: América Latina Colonial**, vol. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. pp.101-128.
- HEMMING, John. **Ouro Vermelho: a Conquista dos índios Brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- HEMMING, John. **Tree of Rivers: the story of the Amazon**. New York: Thames & Hudson. 2008.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos, o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Biodiversidade da Amazônia: um Novo Eldorado? **Revista de Política Agrícola**. Ano XI. Nº 03. Jul - Ago – Set. 2002

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acessado em: 10/08/2009.

LE GOFF, J. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

LE PRESTE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

LEITE, Rogério Cerqueira. **O Sivam: uma oportunidade perdida**. *Estud. av.*, Dez 2002, vol.16, no.46, p.123-130.

LIEBMANN, Hans. **Terra um planeta inabitável?** BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1979.

LOIOLA, Carlos Catão Prates; SILVA, C. J. Mangabeira da and TAUIL, Pedro Luiz. Controle da malária no Brasil: 1965 a 2001. **Rev Panam Salud Publica** [online]. 2002, vol.11, n.4, pp. 235-244.

LORCH, Carlos. **Do CAN ao SIVAM: a FAB na Amazônia**. Rio de Janeiro: Aerospace, 2000.

LORCH, Carlos. **Guerreiros da Selva: Defendendo a Amazônia**. Rio de Janeiro: Action Editora, 1993.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **A grande crise (1908-1916)**. Manaus: Valer Editora, 2008.

LOURENÇÃO, Humberto José. **A Defesa Nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2003.

MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. Desflorestamento na Amazônia brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 115-147, jan./abr. 2009.

MACHADO, Raymundo de Campos; MACHADO, Maria Helena M. Rocha. **Implantação do Projeto Trombetas da Amazônia: de 1962 a 1972**. 62º CONGRESSO ANUAL DA ABM, 23 a 27 de julho de 2007, Vitória – ES.

MAGNOLI, Demétrio. As origens da guerra fria. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.) **A Segunda Guerra Mundial: um balanço Histórico**. São Paulo: Xamã/Universidade de São Paulo, 1995.

- MAHAR, Dennis J. **Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region**. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank: Washington, D.C. 1989.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que Fazem o Estado Andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, pp. 621 a 655.
- MANN, Charles C. **1491, new revelations of the Americas before Columbus**. First Vintage Books Edition: New York, 2006.
- MARQUES, Adriana Aparecida. **Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996**. Campinas, SP: [s.n], 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MARTÍN, Félix E. Os militares e a paz regional na América do Sul, 1935-1995. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; MATHIAS, Suzeley Kalil (org's) Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto-americano do novo milênio. Franca: UNESP-FHDSS, 2001. pp. 73-92.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha Brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MARTINS FILHO, José Roberto & ZIRKER, Daniel. "Forças Armadas, Soberania Nacional e Defesa da Amazônia". **Estudos de História**, v. 8, Franca: Editora da UNESP, 2001.
- MARTINS FILHO, José Roberto & ZIRKER, Daniel. The Brazilian Military and the new world order. *In: Journal of Political and Military Sociology* 1995. Vol. 24 (Summer): 31-45.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Pasteur e a geração espontânea: uma história equivocada. **Filosofia e História da Biologia**, v. 4, p. 65-100, 2009.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani & OLIVEIRA, Dennison de **Raça e Forças Armadas: o caso da Campanha da Itália (1944-45)**, Revista Estudos de História, v.8, n.1/2001 - p.157-184 - Editora Olho d'Água - São Paulo.
- McCANN, Frank D. A Nação Armada, ensaios sobre a História do Exército Brasileiro. Recife: Editora Guararapes, 1982.
- McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEADOWS, Donella H., MEADOWS, Dennis L., RANDERS, Jorgen, BEHRENS III, William W. (org). **The Limits to Growth**. London: Earth Island Limited, 1972.

MEGGERS, Betty. **Amazônia: A Ilusão de um Paraíso**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

MENEZES, Celso Antônio Martins. **A Importância dos Tratados e o Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Disponível em:

<[http://www.senado.gov.br/sf/senado/unilegis/pdf/UL\\_TF\\_DL\\_2004\\_CELDOMENEZES.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/senado/unilegis/pdf/UL_TF_DL_2004_CELDOMENEZES.pdf)> Acessado em 04/12/2008.

MESQUITA FILHO, João Benigno de; BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **Recursos Naturais e a Economia Clássica**. Disponível em:

<[www.sober.org.br/palestra/12/13P563.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/12/13P563.pdf)> Acessado em 29/07/2012.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **O Petróleo É Nosso**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

MIYAMOTO, S. O Brasil e a fronteira norte: política e estratégia. **Estudios Avanzados**, Norteamérica, 0, may. 2011. Disponível em:

<<http://www.journals.usach.cl/ojs/index.php/ideas/article/view/120>>. Acessado em: 11 ago. 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, n.4. 75-92, 1981.

MONIZ, Bandeira. **O expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

MONTEIRO, Raimunda. Associativismo e Fronteira: a Amazônica como espaço de reprodução social da agricultura do sul. In: CASTRO, Edna (Org). **Sociedade, Território e Conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008. pp.223-264.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases para a Formação Territorial do Brasil, o território colonial brasileiro no 'longo' século XVI**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MORAIS, Maria Carolina de; MARTINS JUNIOR, Paulo Pereira and PARADELLA, Waldir Renato. **Mapping iron-mineralized laterite environments based on textural attributes from MAPSAR image simulation - SAR-R99B (SIVAM/SIPAM) in the Amazon region**. *Rev. Bras. Geof.* [online]. 2011, vol.29, n.1, pp. 99-111

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3. 1960.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A Primeira Guerra Mundial. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX. O tempo das certezas, da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 231-252.

NAÇÕES UNIDAS (Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento) **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Governança e financiamento do Projeto Calha Norte. In: **Novos Cadernos NAEA**, Vol. 8, No 1 (2005). pp.115-140.

NASCIMENTO, Durbens. M. A Política de Defesa Nacional para a Amazônia e suas Conseqüências ao Programa Calha Norte. **Humanitas** (Belém), v. 22, p. 27-46, 2006.

NASCIMENTO, Messias Luiz de; JOSÉ de SÁ, Alcino. 5º Pelotão Especial de Fronteira: territorialidade e temporalidade na 'Cabeça do Cachorro'. In: ARAGÓN Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir (Orgs.). **Amazônia no cenário Sul-Americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. pp.78-96.

NELISSEN, Nico; STRAATEN, Jan Van Der & KLIMKERS, Leon. **Classics in Environmental Studies: An Overview of Classic Texts in Environmental Studies**. Utrecht: International Books, 1997.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. Brasileira de História**. [online]. 2001, vol.21, n.40, pp. 107-129.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Dinâmica territorial na fronteira Brasil–Colômbia. **Somanlu**, ano 5, n. 1, jan./jun. 2005. pp. 175-200.

OLIVEIRA, Eliézer de. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil**. Editora Vozes, 1976

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (*et alli*). **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. As Colônias Militares na Consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.

ONIS, Juan de. **The Green Cathedral: Sustainable Development of Amazonia**. New York: Oxford University Press, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. In: **Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972.



PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *In: Estudos Avançados*. [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 81-101. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100009&script=sci_arttext)> Acessado em: 07/03/2012

PAPAVERO, Nelson; COURI, Marcia Souto; TEIXEIRA, Dante Martins; CHIQUIERI, Abner. As notas do Padre Anselm Eckart, S. J., sobre alguns animais do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 593-609, set.-dez. 2011.

PAZ, LUCIANA ROCHA LEAL DA. **Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável?** [Rio de Janeiro] 2006 XI, 232 p. 29,7 cm (COPPE/UFRJ, D.Sc., Planejamento Energético, 2006) Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

PEREGALLI, E. **Como o Brasil ficou assim?: formação das fronteiras e tratados dos limites**. São Paulo: Global, 1982.

PEREGALLI, E. **Como o Brasil ficou assim?: formação das fronteiras e tratados dos limites**. São Paulo: Global, 1982. 96 p. (História popular, 9).

PIMENTA, Joao Paulo Garido. Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar. **Revista de História**. [online]. 1995, n.132, pp. 149-154.

PINTO, Lúcio Flávio. Três reflexões sobre segurança nacional na Amazônia. **Estudos Avançados**. [online]. 2002, vol.16, n.46, pp. 131-140.

POMPEU, Luís Fernando Nogueira. **Aspectos políticos do orçamento de defesa: O orçamento da marinha do Brasil e a Política de Defesa Nacional**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Março de 2009.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Tours: Typographia Arrault & Cia, 1927.

REIS FILHO, Daniel A. et. al. **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. 3. Pp. 35-64.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Falando dos índios**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010.

ROCHA, Betty Nogueira. **Do Espírito Pioneiro Ao Empreendedor: O Caso Do Migrante "Gaúcho" Em Mato Grosso**. Anais do 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais. 2006, UFF, Niterói (RJ)

ROCHA, Betty Nogueira. **Posse da Terra e Diferenciação Social em Lucas do Rio Verde (1970-1980)**. Disponível em

<[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212958359\\_ARQUIVO\\_BettyRocha-GTTerraeConflito.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212958359_ARQUIVO_BettyRocha-GTTerraeConflito.pdf)>. Acessado em: 07/06/2012.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. Poder político versus poder militar: algumas reflexões. In: **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008. 2v. pp.823-842.

RODRIGUES, Thiago M. S. A infundável guerra americana Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em perspectiva**, 16(2) 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n2/12116.pdf>> Acessado em: 23/08/2009.

ROENHECK, Uri. **Olive Drab in Black and White: The Brazilian Expeditionary Force, the US Army and Racial National Identity**. Emory University Latin American Studies Association (LASA), Toronto, October 8, 2010.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração? In: **Verve**, PUC Sao Paulo, no. 4 (2003).

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 501-524, set.-dez. 2011.

ROOSEVELT, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Org.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq, 1991. p. 103-142.

ROOSEVELT, Anna. Lost Civilizations of the Lower Amazon. **Natural History**. February 1989:74-83. 1989.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAINT-PIERRE. Héctor; MATHIAS, Suzeley Kalil (Orgs). **Entre Votos e Botas. As Forças Armadas no labirintolatino Americano do novo milênio**. Franca: UNESP-FHDSS, 2001.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa (DT)**. Análisis del Real Instituto Elcano, v. DT, p. 50/2009, 2009. Disponível em <[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/defensa+y+seguridad/dt50-2009](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/defensa+y+seguridad/dt50-2009)> Acessado em 01/11/2012

SAINT-PIERRE, Héctor Luís (Org.) ; LÓPEZ, Ernesto (Org.) ; GUTIERREZ, Carlos (Org.) ; GONZALES, Julián (Org.) . **Controle civil sobre os militares e política de**

**defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai.** São Paulo: Editora Unesp - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP - UNICAMP - PUC/SP, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís.; WINAND, Érica C. Dangerous Ambiguity. **Hemisphere**, Texas -USA, v. 16. Spring, p. 34-36, 2006.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia: Globalização e sustentabilidade.** 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto ambiental, conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados.** [online]. 2002, vol.16, n.45, pp. 123-152.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Contested Frontiers in Amazonia.** New York: Columbia University. 1992.

SMITH, Niguel JH. **Quelônios aquáticos da Amazônia: um recurso ameaçado.** Acta Amazônica 9(1), 1979. pp. 87-97.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

SILVA, Altiva Barbosa. **Geopolítica na Fronteira Norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do Estado de Roraima.** Tese de doutorado apresentada ao programa de pós graduação em geografia humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SILVA, Andréé Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: A Reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: A América Latina Colonial I.** São Paulo: Edusp; Distrito Federal: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 477-520.

SILVA, Marcellelvied a Costa. Amazônia e Política de Defesa no Brasil após o Regime Militar: o Papel do Programa Calha Norte e do SIVAM-SIPAM. In: VAZ, Alcides Costa; SANTOS, Haroldo Eurico Amoras dos; MOREIRA, Felipe Kern (Org's). **Amazônia: Discursos e Realidades.** Boa Vista: Editora UFPA, 2008. pp. 127-152.

SILVA, Renato Ignácio. **Amazônia Paraíso e Inferno!** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2001.

*Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), 2009. Disponível em <<http://milexdata.sipri.org/>> Acessado em 14/08/2009.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva, Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no Continente. **Estudos Avançados (USP)**. São Paulo. 19 (53), 2005.

TILIONETO, Petronio de. **Soberania e Ingerência na Amazônia Brasileira**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello. USP. 2003.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza, Homem e Tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

TOCANTINS, Leandro. **O rio Comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

TOURNEAU, François-Michel le; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIII, n. 1. jan.-jun. 2010. p. 111-130.

URE, Jonh. **Invasores do Amazonas**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

VELOSO, Henrique Pimenta. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

VIANNA, H. **História das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Graf. Laemmert, 1948. 333 p. (Biblioteca militar, 132-133).

VIGEVANI, Tullo and RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. Pensamento brasileiro e integração regional. **Contexto Interno**. [online]. 2010, vol.32, n.2, pp. 437-487.

WEINSTEIN, Barbara. **Manaus durante o ciclo da borracha (1875-1920)**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZILKER, Daniel. A Third trough of democracy? Economic displacement corruption, political disenchantment personate insecurity expanded policing, civilian politics and the military in 2008. *In: Armed Forces and Society: New Challenges and environments*. June 25-28, 2008. Santiago – Chile. pp. 560-571.

ZYLBERSZTAJN, Decio (Coord.). LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. FILHO, Paulo Faveret. TAKAKI, Fabio Seiji. **Grupo André Maggi: financiando um novo corredor de exportação**. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <[www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/55200814334\\_CASMAGGI.pdf](http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/55200814334_CASMAGGI.pdf)> Acessado em: 08/10/2012.

## *DOCUMENTOS OFICIAIS E FONTES INSTITUCIONAIS*

BRASIL. **Decreto n.º 40.411**, de 21 de dezembro de 1956, Cria, no Ministério da Aeronáutica, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica.

BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para a ação de governo**. Brasília, 1970.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, PND**. Brasília, 1974.

BRASIL. **Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Valorização Econômica da Amazônia**. Belém: SPVEA, Setor de Coordenação e Divulgação. 1954. 169 pp.

BRASIL/MD. **PORTARIA NORMATIVA Nº 113 /SPEAI/MD**, 1º DE FEVEREIRO DE 2007. Dispõe sobre a “Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04”

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria N º 459-C. *In: Boletim do Exército nº 31/2004*. Brasília-DF, 30 de julho de 2004.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria Nº 1.138. *In: Boletim do Exército nº 47/2010*. Brasília-DF, 26 de novembro de 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria Nº 277, de 30 de Abril 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria Nº 386. *In: Boletim do Exército nº 29/2008*. Brasília-DF, 18 de julho de 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria Nº 570. *In: Boletim do Exército nº 46/2001*. Brasília-DF, 18 de julho de 2001.

EXÉRCITO BRASILEIRO/5º BIS, 2011. Disponível em:<<http://www.cfrn5bis.eb.mil.br/unidade/unidade.htm>>Acessado em: 02/03/2011.

Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira: Dos primórdios até 1920**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, 1990.

Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira: De 1921 até as vésperas da criação do Ministério da Aeronáutica**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, 1990.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diretrizes Estratégicas para o Programa Calha Norte (PCN)**. Ministério da Defesa/Departamento de Política e Estratégia: Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional-1996**. Brasília: Ministério da Defesa, 1996.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política de Defesa Nacional-2006**. Brasília: Ministério da Defesa, 2006.

Ministério da Marinha. **A Marinha de Guerra na Amazônia**. 1968 (edição Datilografada).

---

#### *FONTES (MILITARES)*

ANDRADE, João Walter de. Planos de Desenvolvimento: SUDAM. *In*: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et alii*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 149-172. [Coronel]

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso: um pouco da História do nosso Exército**. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1960. [General]

ARRUDA, João Rodrigues. **O Uso Político das Forças Armadas e outras questões militares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [Tenente]

BALIÚ, M. Monteiro. **À Sombra do Inferno Verde (Aspectos de um destacamento de Fronteira: Tabatinga)**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946. [Major]

BARRETO, Aníbal. **Fortificações no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. [Coronel]

BARRETO, Carlos Alberto Lima Menna. **A farsa lanomâmi**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. [Coronel]

BARROS, Glimesdes Rego. **Nos Confins do Extremo Oeste: alvorecer do poente acreano**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. [Capitão]

BARROSO, Gustavo. **O Brasil em Face do Prata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952. [1930] [ex-soldado]

BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia Brasileira: Conquista, Consolidação e Manutenção (1616-2002)**. Porto Alegre: Genesis, 2003. [Coronel]

BITTENCOURT, Armando. In: BRAGA, Cláudio da Costa. **A Guerra da Lagosta**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004. [Almirante da MB]

BOITEAUX, Nylson Reis. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.175-196. [Coronel]

BRAGA, Cláudio da Costa. **A Guerra da Lagosta**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 2004. [Comandante Marinha]

BRASIL, Altino Berthier et ali. **Amazônia II**. Rio de Janeiro: Editora Tauari, 2003.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico/Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 1992.

CAMINHA, João Carlos. **História Marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [Vice Almirante]

CAMPOS, Senna. **Logística na Guerra e na Paz**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952. [Coronel]

CARVALHO, Estevão Leitão de [General]. **A Paz do Chaco, como foi efetuada no campo de batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CARVALHO, Ferdinando. **Os sete matizes do Vermelho**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1977. [Gen.]

CAVALCANTI, José da Costa. Integração Nacional: SUDAM/SUDENE. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alli*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. [General]

CHAVES, Omar Emir. **Fronteiras do Brasil (Limites com a República da Colômbia) Os Tratados**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar/Bedeschi, 1943. [Capitão]

CIDADE, F. de Paula. **Notas de Geografia Militar Sul-Americana**. Biblioteca Militar: Rio de Janeiro: 1940. [Coronel]

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. [Tenente]

Da Gama, Saldanha. **Almanak do Ministério da Marinha**, de 1895 para 1896. 1896. (sem/ref.) (Almirante)

DINIZ, Esteves. **Documentos Históricos do Estado Maior do Exército**. Editora do Estado Maior do Exército. Brasília, 1996. [Coronel]

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas. Vol 1**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. [General]

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas. Vol 2**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. [General]

FILHO, Olympio Mourão. **Reforma para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga Editora, 1969.[General]

FLORES, Mário Cesar. **Bases para uma Política Militar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. [Almirante]

FLORES, Mário Cesar. **Panorama do Poder Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. [Almirante]

FLORES, Mário César. **Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional**. São Paulo: Editora Realizações, 2002. [Almirante]

FREGAPANI, Gelio. **Amazônia 1996, soberania ameaçada**. Brasília: Thesaurus, 1995. [Coronel]

FREGAPANI, Gelio. **No lado de dentro da Selva**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. [Coronel]

GOMES, Anapio. **Radiografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1955. [General]

GOMES, Eduardo. **Campanha de Libertação**. São Paulo; Livraria Martins Editora, 1945. [Major Brigadeiro]

GOYCHÊA, Castilhos. **O espírito militar na questão acreana**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. [1939] [ex-soldado]

GUIMARÃES, Leonan dos Santos; CONCEIÇÃO JÚNIOR. Sistemas de Armas Fluviais para região amazônica. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v121, n. 10-12, pp. 193-204, out/dez. 2001.[Capitão de Fragata]

JÚNIOR, Antônio de Souza. **O Brasil e a 3ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. [General]

LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. *In*: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et alii*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 11-64. [General]



LIMA, Marco Aurélio de Andrade. **A Iniciativa da Bacia do Atlântico: Um risco para o Brasil?** Rio de Janeiro: ESG, 2011. [Comandante de Mar e Guerra]

LIMA, Samuel Ayres de. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.428-443. [Suboficial FAB]

LOBO, Thomaz Thedim. Tecnologia e Desenvolvimento. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alli*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. (Comandante Marinha do Brasil)(necessidade de política de PD nacional)

MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasiliense, 1957. [1ª ed. 1863] [General]

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. [General][1958]

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [General]

MALAN, Alfredo Souto. **Uma Escolha Um Destino, vida do General Malan D'Angrogne**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]

MARTINS, Marseno Alvim. **A Amazônia e Nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. [Coronel]

MATTOS, Carlos de Meira. (Org.). **Castello Branco e a revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias Militares Dominantes, Sugestões para uma estratégia militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/José Olympio Editora, 1984. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Teoria de Fronteiras: Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Nova estratégia de defesa nuclear: guerra nas estrelas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. [General]

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [General]

MÉDICE, Emílio Garrastazu. **Ato de Fé na Amazônia**. Brasília: Departamento de Imprensa Oficial, 1970. Discurso de 8 de outubro de 1970. [General]

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Ato de Fé na Amazônia**. Publicação da Assessoria Espacial de Relações Públicas da Presidência da República, 1970. [General]

MÉLO, Hildebrando Bayard. **No Exército do meu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987. [General]

MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá (1905)**. Belo Horizonte: Itatiaia; Acre: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989. [General][1ª ed. 1907]

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984. [1964] (Marechal)

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Graficas, 1976. [Coronel]

MOURA, Lourival de A [Coronel]. **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. [Brasileira]

MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Palavras de um Soldado**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1971. [General]

NUNES, Richard Fernandez; COSTA, Sergio Aita Dias da; FERREIRA José Maria da Mota; LIMA, Reinaldo Nonato Oliveira; BAPTISTA, Ricardo Ribeiro Cavalcanti; SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes; COSTA, Jaime Flammarion Santos. Meio ambiente e Defesa Nacional: Brasil. **Coleção Meira Mattos**, Meio Ambiente e Defesa Nacional. v. 1, n. 25. Rio de Janeiro: 1º Quadrimestre 2012. [Tenente-Coronel; Coronel, alunos ECEME/ESG]

OLIVEIRA, Áthila de Faria. **O futuro do Corpo de Fuzileiros Navais e as Ameaças do século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), Rio de Janeiro: 2011. [Coronel]

PEIXOTO, João Baptista (Org.). **Os transportes no atual desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]

PEIXOTO, João Baptista. **Conquista de uma Década, radiografia sócio-econômica do Brasil revolucionário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Artenova Editora, 1975. [General]

Pereira, Augusto Heleno Ribeiro. Entrevista realizada em 11 de julho de 2012. Entrevistador Tássio Franchi [General]

PERES, Alberto Lopes. **Antes – Durante – Depois**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. [Brigadeiro] [1970]

PERI, Enzo Martins (Comandante do Exército). Palestra na A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Brasília 04 de outubro de 2007. **Diário do Senado Federal - Suplemento**. Brasília: 2007. p. 726. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/11/01112007/suplemento/00721.pdf>> Acessado em: 01/10/2009.

PESCE, Eduardo Ítalo. 'Forças Armadas e o Orçamento.' In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro v. 126 n. 04/06 abr./jun. 2006 pp.103-113.

PIMENTEL, Joaquim Silverio de Azevedo. **Episódios militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. [General]

PINHEIRO, Coronel Alvaro de Souza. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Military Review** 1º Trim 1995. pp14-30. (versão em português) [Coronel]

PINHEIRO, Coronel Alvaro de Souza. Guerrilhas in the Brazilian Amazon. **Military Review** 2º Trim 1996. [Coronel]

PINHEIRO, Ênio dos Santos [General]. **À Sombra de Rondon e Juarez**. São Paulo: EDICON, 1985.

PINTO, Lauro Alves. A participação das Forças Armadas na Ocupação da Amazônia. In: LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque, *et alii*. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971. pp. 301-322. [General]

RÊGO, José Luiz Guarany. As Perspectivas da Indústria Eletrônica Nacional. In: SANTIAGO, Alberto Alves *et alii*. **Brasil Potência**. São Paulo: Editoras Unidas, 1971. [Comandante Marinha do Brasil]

RODRIGUES, Lysias A. **Brasil Aeronáutico**. Rio de Janeiro: Coleção Brasil, 1944. [Brigadeiro]

RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar Brasil, 1947. [Brigadeiro]

RODRIGUES, Lysias A. **O rio dos Tocantins**. Tocantins: Edição Alexandre Acampora, 2001.[1<sup>ed</sup> 1945; Brigadeiro]

RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943.[Brigadeiro]

**RONDON**, 1919. [livreto de homenagens quando Rondon assume o posto de General]

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Conferências: Expedição Científica Roosevelt-Rondon e Comissão Telegraphica**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1916.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **História Natural/Ethnographia, anexo nº 5**. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 19??.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul de Matogrosso**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1946.

- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil, cabeceiras do Xingu/rio Araguaia e Oiapoque**. Vol. III, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1953.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Índios do Brasil, norte do rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1955.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Lectures: Roosevelt-Rondon Scientific Expedition and The Telegraph Line Commission**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger. 1916.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas/sob a direção do coronel de engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Missão Rondon**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1916. – Coletanea de artigos publicados no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro no ano de 1915.
- RONDON, Candido Mariano da Silva. **Rumo ao Oeste**. Rio de Janeiro: Biblioteca militar, 1942.
- RONDON, Frederico Augusto. **Amazônia Brasileira: problemas regionais**: Rio de Janeiro: Record, 1980. [General]
- RONDON, Frederico Augusto. **Pelo Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934. [Brasileira] [Capitão]
- ROOSEVELT, Theodore. **Nas Selvas do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de informação agrícola/Ministério da Agricultura, 1948. [1914en; 1922pt]
- SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em Surdina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. (cabo)
- SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional; O poder executivo[1967] & Geopolítica do Brasil [1980]**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1981. . [General]
- SILVA, Nilo Brasília. Entrevista. In: MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2007. pp.437-445. [Sgt. Esp. FAB]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: Radiografia de um modelo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975. [Coronel][1973]
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973. [1ªed. 1945] [Coronel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. [Coronel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Narrativas Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. [Ten Cel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. [Coronel][1945]

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. [Ten. Coronel]

SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. [Ten. Coronel]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Brasil França ao longo de 5 séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército, essa grande escola**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Brasil de minha Geração**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Exército Brasileiro visto pelo seu Ministro**. Recife: Universidade de Pernambuco Imprensa Universitária, 1968. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Organização Política e Administrativa do Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. [General]

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Temas do Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: edição do autor, 1978. [General]

TÁVORA, Juarez. **Organização para o Brasil**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1959. [General]

TÁVORA, Juarez. **Petróleo para o Brasil**. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro: 1955. [General]

TÁVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 1º - da planície à borda do altiplano**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. [Marechal]

TÁVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 2º - a caminhada no altiplano**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. [Marechal]

TÁVORA, Juarez. **Uma vida muitas lutas, 3º - voltando à planície**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. [Marechal]

TRAVASSOS, Mário. **As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca de a Defesa Nacional, 1941. Separata nº 51. [Tenente-Coronel]

TRAVASSOS, Mário. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942. [General]

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (Brasiliana). [1ª ed. 1931] [General]

VARGAS, Getúlio. **A política Nacionalista do Petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **11 de setembro de 2001**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2002. [Vice-Almirante]

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A Amazônia Azul, o ar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. [Vice-Almirante]

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. [Vice-Almirante]

WIEDEMANN, Luiz Felipe. (Coord.). **Brasil: Realidade e Desenvolvimento**. São Paulo: 1977. [4ª edição] [General]

## ANEXOS

MARINHA DO BRASIL  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA  
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

RESPOSTA A RECURSO 2ª INSTÂNCIA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

PROTOCOLO Nº:	60502000871201246
---------------	-------------------

RESPOSTA:

Distribuição de Militares por Unidade da Federação (cerca de)			Distribuição de Militares nos municípios da "Amazônia Legal" (cerca de)		
UF	Distrito Naval	Existente	UF	Município	Existente
AC	9º	0	AM	Manaus	2.560
AL	3º	100		Boca do acre	15
AM	9º	2.700		Eirunepé	10
AP	4º	80		Humaitá	15
BA	2º	3.000		Itacoatiara	15
CE	3º	1000		Parintins	15
DF	7º	3.000		Tefé	15
ES	1º	1000		Tabatinga	55
GO	7º	0	PA	Belém	2.940
MA	4º	100		Santarém	60
MG	2º	50	RO	Guajará-Mirim	15
MS	6º	2.000		Porto velho	35
MT	6º	50	AP	Santana	80
PA	4º	3.000	TO	Palmas	50
PB	3º	100	MA	São Luis	85
PE	3º	1.100		Imperatriz	15
PI	4º	100	MT	Cáceres	15
PR	5º	300		São Félix do Araguaia	15
RJ	1º	49.000		Cuiabá	20
RN	3º	2.500		<b>TOTAL</b>	<b>6.030</b>
RO	9º	50			
RR	9º	0			
RS	5º	2.200			
SC	5º	1200			
SE	2º	100			
SP	8º	1.200			
TO	7º	50			
	<b>TOTAL</b>	<b>73.980</b>			



MARINHA DO BRASIL  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA  
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

RESPOSTA A RECURSO 1ª INSTÂNCIA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

PROTOCOLO Nº:	60502000871201246
---------------	-------------------

RESPOSTA:

Distribuição de Militares por Distrito Naval (cerca de)

DN	Total	UF
1º	50.000	ES, RJ e parte de MG
2º	3.050	BA, SE e parte de MG
3º	4.900	AL, CE, PB, PE e RN
4º	3.280	AP, parte do MA, PA e PI
5º	3.700	PR, SC e RS
6º	2.050	MT e MS
7º	3.050	DF, parte de GO, TO e parte do MA
8º	1.200	SP, parte de MG e parte de GO
9º	2.750	AC, AM, RO e RR
TOTAL	73.980	

MARINHA DO BRASIL  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA  
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

PROTOCOLO Nº:	60502000416201241
---------------	-------------------

RESPOSTA:

Dados solicitados referentes a presença da Marinha do Brasil na Amazônia Legal:

Os municípios/localidades da Amazônia Legal (AM, PA, RO, RR, AP, AC, TO e MA) que a Marinha possui Organizações Militares são:

<b>Amazonas</b>	<b>Rondônia</b>	<b>Tocantins</b>	<b>Maranhão</b>
1) Manaus 2) Tefé 3) Eirunepé 4) Parintins 5) Itacoatiara 6) Tabatinga 7) Humaitá 8) Boca do Acre	1) Porto Velho 2) Guajará-Mirim	1) Palmas	1) São Luís 2) Imperatriz
<b>Pará</b>	<b>Amapá</b>		
1) Belém 2) Santarém	1) Santana		

A Marinha está presente nos seguintes locais desde:

<b>Amazonas</b>	<b>Rondônia</b>	<b>Tocantins</b>	<b>Maranhão</b>
1) Manaus: 1868 2) Tefé: 1978 3) Eirunepé: 1940 4) Parintins: 1980 5) Itacoatiara: 1919 6) Tabatinga: 1984 7) Humaitá: 2010 8) Boca do Acre: 1940	1) Porto Velho: 1941 2) Guajará-Mirim: 1940	1) Palmas: 2000	1) São Luís: em 1761 foi criado o Arsenal de Marinha do Maranhão, com sede no prédio da atual Câmara Municipal de São Luís. Em 1845 foi criada a Capitania dos Portos do Maranhão. 2) Imperatriz: 1989





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
GABINETE DO COMANDANTE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO**

Prezado Senhor Tássio Franchi,

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, o Serviço de Informação ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC-EB) acusa o recebimento do pedido formulado por V. Sa, registrado com o protocolo nº 60502000638201263.

A respeito do assunto o SIC-EB informa a V. Sa. que:

1. Segue abaixo as datas de início de operação das Organizações Militares (OM) solicitadas, quando foram transferidas para Amazônia:

<b>ORGANIZAÇÕES MILITARES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>
1ª Brigada Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI)	Boa Vista-RR	1º Jan 1992
2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf SI)	São Gabriel da Cachoeira-AM	5 Ago 2004
16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf SI)	Tefé-AM	1º Jan 1993
17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª Bda Inf SI)	Porto Velho-RO	23 Jul 1969
23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf SI)	Marabá-PA	9 Jun 1976
17º Batalhão de Infantaria de Selva (17º BIS)	Tefé-AM	1º Jan 1993
61º Batalhão de Infantaria de Selva (61º BIS)	Cruzeiro do Sul-AC	10 Jul 1992

2. Informamos, ainda, que as demais OM e suas respectivas datas de início de operação na Região Amazônica seguirão oportunamente via e-mail para V. Sa.

3. Por oportuno, esclarecemos que em nossos acervos há um vasto material sobre o assunto requerido e que incluem Boletins do Exército e mapeamento de acervos de Unidades, referentes às Organizações Militares existentes na Região Amazônica.

4. Caso V. Sa. deseje também pesquisar o assunto até o envio das informações complementares a esta resposta, está disponível a documentação referida no item 3, no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) no seguinte endereço:

- Arquivo Histórico do Exército (AHEx)
- Praça Duque de Caxias, Nr 25 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ
- Divisão de História e Acesso à Informação (DHAI)

**TIROS-DE-GUERRA DA 12ª REGIÃO MILITAR EXTINTOS OU COM AS ATIVIDADES SUSPENSAS**

TIRO-DE-GUERRA	CRIAÇÃO			SUSPENSÃO/EXTINÇÃO		SUSPENSÃO/EXTINÇÃO	
	Port Min Ex	Criação	Início das Atividades	Bol Reg	Data	Documento Autorizou a Suspensão/Extinção	Motivação
12-003 (Maués-AM)	Nº 393, de 15 Jul 97	01 Jan 97	21 Jul 97	Nº 129, de 11 Nov 02	01 Jan 03	Of nº 337 – SSMR.SS4, de 17 Maio 05	Falta de apoio das Prefeituras Municipais/ Criação de OMA da MB, do EB ou da FAB
12-004 (Eurinepê-AM)	-	-	-	-	-	2010	
12-005 (Boca do Acre-AM)	Nº 680, de 23 Out 96	01 Jan 97	21 Jul 97	Nº 112, de 03 Out 01	01 Jan 02	Of nº 031 – SSMR.SS4, de 27 Ago 04	
12-006 (Labrea-AM)	-	-	-	-	-	2010	
12-009 (Pimenta Bueno-RO)	Nº 611, de 22 Set 98	01 Jan 99	05 Jul 99	Nº 129, de 11 Nov 02	01 Jan 03	Of nº 337 – SSMR.SS4, de 17 Maio 05	
12-010 (Urucurituba-AM)	Nº 611, de 22 Set 98	01 Jan 99	01 Fev 99	Nº 112, de 03 Out 01	01 Jan 02	Of nº 031 – SSMR.SS4, de 27 Ago 04	
<b>12-011 (Xapuri-AC)</b>	Nº 611, de 22 Set 98	01 Jan 99	01 Fev 99	-	-	Port Cmt Ex 550, 26 Jul 05	
<b>12-013 (Mucajai-RR)</b>	Nº 611, de 22 Set 98	01 Jan 99	01 Fev 99	-	-	Port Cmt Ex 550, 26 Jul 05	
12-012 (Tarauacá-AC)	Nº 611, de 22 Set 98	01 Jan 99	01 Fev 99	Nº 112, de 03 Out 01	01 Jan 02	Of nº 031 – SSMR.SS4, de 27 Ago 04	
12-015 (Novo Aripuanã-AM)	Nº 070, de 09 Fev 99	09 Fev 99	05 Jul 99	Nº 112, de 03 Out 01	01 Jan 02	Of nº 031 – SSMR.SS4, de 27 Ago 04	
12-016 (São João da Baliza-RR)	Nº 071, de 09 Fev 99	09 Fev 99	05 Jul 99	Nº 112, de 03 Out 01	01 Jan 02	Of nº 031 – SSMR.SS4, de 27 Ago 04	

PEF\_HISTÓRICO

GU	OM	Cia, Pel OU Dst Esp Fron	LOCALIDADE
1ª Bda Inf SI	CFRR/7º BIS	1º PEF	Bonfim
		2º PEF	Normandia
		3º PEF	Pacaraima
		4º PEF	Surucucu
		5º PEF	Auaris
		6º PEF	Uiramutã
2ª Bda Inf SI	CFRN/5º BIS	1º PEF	Yauaretê
		2º PEF	Querari
		3º PEF	São Joaquim
		4º PEF	Cucuí
		5º PEF	Maturacá
		6º PEF	Pari-Cachoeira
		Dst Esp Fron	Tunuí
16ª Bda Inf SI	CFSol/8º BIS	1º PEF	Palmeira do Javari
		2º PEF	Ipiranga
		3º PEF	Vila Bittencourt
		4º PEF	Estirão do Equador
	61º BIS	Dst Esp Fron	São Salvador
		Dst Esp Fron	Marechal Thaumaturgo
17ª Bda Inf SI	CFAC/4º BIS	1º CEF	Epitaciolândia
		2º PEF	Assis Brasil
		3º PEF	Plácido de Castro
		4º PEF	Santa Rosa do Purus
	CFRO/6º BIS	1º PEF	Forte Príncipe da Beira
	8ª RM / 8ª DE	CFAP/34º BIS	1ª CEF
DEF			Vila Brasil
2º BIS		DEF	Tiriós

MARINHA DO BRASIL  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA  
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

PROTOCOLO Nº:	60502000640201232
---------------	-------------------

RESPOSTA:

<b>Informações solicitadas sobre as seguintes Organizações:</b>	<b>Criação</b>
<i>“Batalhão de Operações Ribeirinhas de Belém”</i>	A Marinha do Brasil não possui um Batalhão de Operações Ribeirinhas em Belém e sim em Manaus. Em Belém, havia a Segunda Companhia Regional de Fuzileiros Navais, criada em 13 de outubro de 1932, que, em 1963, passou a denominar-se Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém e está subordinado ao Comando do 4º Distrito Naval.
<i>“Agência Fluvial de Cuiabá”</i>	Criada em 12 de março de 1919, a Agência Fluvial de Cuiabá foi elevada à categoria de delegacia em 17 de novembro de 2009, passando à denominação atual de Delegacia Fluvial de Cuiabá e é subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval. <a href="https://www.mar.mil.br/cfnp/dlcuia.html">https://www.mar.mil.br/cfnp/dlcuia.html</a>
<i>“Agência Fluvial de Cáceres”</i>	Criada em 12 de março de 1919, subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval. <a href="https://www.mar.mil.br/cfnp/agcace.html">https://www.mar.mil.br/cfnp/agcace.html</a>
<i>“Agência Fluvial de São Félix do Araguaia”</i>	Criada em 30 de junho de 2000, subordinada ao Comando do 7º Distrito Naval.
<i>“Capitania dos Portos de Tabatinga”</i>	Criada como Delegacia Fluvial de Tabatinga, em 26 de novembro de 1969, foi elevada à categoria de Capitania dos Portos em 29 de janeiro de 2002 e é subordinada ao Comando do 9º Distrito Naval. <a href="http://www.mar.mil.br/9dn/OM/CFINGA.htm">http://www.mar.mil.br/9dn/OM/CFINGA.htm</a>

Com relação ao item dois do seu pedido, de forma a contribuir para sua tese acadêmica, colocamos à sua disposição a Biblioteca da Escola de Guerra Naval (EGN), para que possa efetuar suas consultas aos acervos disponíveis ao público, conforme previsto no Art. 15, § 1º, inciso II do Decreto nº 7.724/2012.

Biblioteca da Escola de Guerra Naval  
Endereço: Av. Pasteur, nº 480 – Urca – Rio de Janeiro RJ – CEP: 22.290-240  
Telefone: (21) 2295-7882 R. 9335  
e-mail: biblioteca@egn.mar.mil.br  
Site pra consulta online: <http://www.egn.mar.mil.br/biblioteca.php>

## Aniversário das Organizações Militares do Exército Brasileiro

ORGANIZAÇÃO MILITAR	S E D E	ANIVERSÁRIO
<b>JANEIRO</b>		
2º Pel Com Sl	São Gabriel da Cachoeira	1º JAN 2009
53º BIS	Itaituba	2 JAN 1918
54º BIS	Humaitá	2 JAN 1918
61º BIS	Cruzeiro do Sul	2 JAN 1943
28ª CSM	Belém	2 JAN 1918
29ª CSM	Manaus	2 JAN 1918
8ª RM/8ª DE	Belém	4 JAN 1908
4º CTA	Manaus	11 JAN 1978
21ª Cia E Cnst	São Gabriel da Cachoeira	19 JAN 1955
3ª/54º BIS	Porto Velho	30 JAN 1997
51º BIS	Altamira	31 JAN 1973
52º BIS	Marabá	31 JAN 1973
<b>FEVEREIRO</b>		
H Mil A Manaus	Manaus	14 FEV 1953
10º R C Mec	Bela Vista	22 FEV 1839
1º BIS (Amv)	Manaus	23 FEV 1915
2ª Bda Inf Sl	São Gabriel da Cachoeira	23 FEV 1915
5ª Cia Gd	Belém	23 FEV 1953
17º BIS	Tefé	28 FEV 1839
<b>MARÇO</b>		
4º B Av Ex	Manaus	1º MAR 1993
CIGS	Manaus	2 MAR 1964
C Fron Amapá/34º BIS Macapá	Macapá	14 MAR 1968
H Ge Belém	Belém	22 MAR 1890
<b>ABRIL</b>		
H Gu Marabá	Marabá	4 ABR 1989
H Gu São Gabriel da Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira	4 ABR 1989
1º GAC Sl	Marabá	16 ABR 1736
CRO/12	Manaus	19 ABR 1963
C Fron Roraima/7º BIS	Boa Vista	20 ABR 1961
H Gu Tabatinga	Tabatinga	28 ABR 1970
<b>MAIO</b>		
23º Esqd C Sl	Tucuruí	13 MAIO 1998
Pq R Mnt/8	Belém	15 MAIO 1946
<b>JUNHO</b>		
8º BEC	Santarém	4 JUN 1908
33º Pel PE	Marabá	4 JUN 1987
7º BEC	Rio Branco	6 JUN 1969
23ª Bda Inf Sl	Marabá	9 JUN 1976
34º Pel PE	Tefé	10 JUN 1992



## DADOS DOS TIROS-DE-GUERRA DA 12ª REGIÃO MILITAR

Existem na região amazônica 4 (quatro) Tiros de Guerra em funcionamento, o TG 12-001 no município de Colorado do Oeste-RO, o TG 12-002 no município de Manicoré-AM, o TG 12-008 no município de Vilhena-RO e o TG 12-014 no município de Carauri-AM.

**a. TG 12-001 – Colorado do Oeste-RO** (Port Min Nº 93, de 15 Jul 97)

1. Breve histórico do Município:

Município localizado ao sul do Estado de Rondônia teve sua origem no ano de 1981, apresenta clima equatorial úmido sendo banhado pela bacia do rio Guaporé. Possui uma população aproximada de 20.000 habitantes, as principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária. O transporte aéreo é realizado de Manaus até Vilhena pela empresa TRIP, com duração aproximada de cinco horas, mais trecho rodoviário de 70km.

2. Endereço: Av Tapajós, Nr 5187 Centro, Colorado do Oeste-RO - CEP 78996-000

3. Telefones e E-mail:

(69) 8127-1779 Tim  
E-mail: [tg\\_12-001@hotmail.com](mailto:tg_12-001@hotmail.com)

4. Efetivo (Determinado pela Port nº 209 – Cmt Ex, de 11 Abr 96):

01 (um) ST/Sgt Chefe de Instrução: 1º Sgt Inf JORGE LUIZ CANDIDO CUNHA  
Atiradores: no mínimo 30(trinta) e no máximo 50(cinquenta)

5. Dificuldades: O município de Colorado do Oeste possui atualmente uma população aproximada de 18.000 habitantes, sendo que boa parte reside em zona rural, nos últimos três anos 40 % dos matriculados forma desligados antes da conclusão do ano de instrução, existe na localidade uma cultura de que quem for desligado não sofrerá nenhuma sanção. Desta forma está ocorrendo dificuldades na seleção, matrícula e manutenção do efetivo do TG

6. Necessidades:

- Material: 01 (um) Gerador de 10 KVA, 10 (dez) Colchões, 10 (dez) Travesseiros, 01 (uma) Barraca de dez praças e 01 (uma) Rede de camuflagem.

**b. TG 12-002 – Manicoré-AM**

1. Breve histórico do Município:

Localiza-se às margens do Rio Madeira ao sul do Estado do Amazonas seu surgimento data de 1637 com a chegada à região da expedição de Pedro Teixeira. A distância até a capital do Estado é de 350 Km em linha reta e 450 Km por via fluvial. Estima-se a população em 45.000 habitantes, predominam como atividades econômicas o comércio varejista e a agricultura. Transporte aéreo de

Manaus tem duração de uma hora, é realizado pela empresa Apuí Taxi Aéreo (3652-1440) os vôos saem às terças e sábados.

2. Endereço: Estrada do Areal, S/N, Bairro Nossa Senhora do Rosário, Manicoré-AM, CEP 69280-000

3. Telefones e E-mail:

(97) 3385-1966 - 8805-6512-Oi/Ch Inst

E-mail: [tg12002@hotmail.com](mailto:tg12002@hotmail.com) - E-mail particular: awrxavier@hotmail.com

4. Efetivo (Determinado pela Port nº 209 – Cmt Ex, de 11 Abr 96)

01 (um) Of do QAO Ch Instr: 2º Ten CLAUDIO ROBERTO **XAVIER**

01 (um) Of OMT: 2º Ten ROBSON LUIS **DIAS PEREIRA**

01 (um) Of ODT: 1º Ten THIAGO CARNEIRO **BRAGA**

01 (um) ST/Sgt: ST WALDEMAR MACHADO **NOGUEIRA**

Atiradores: 50(cinquenta) Matriculados

5. Dificuldades: Precariedade no fornecimento de energia elétrica e de internet.

6. Necessidades:

- Material: 01 (um) Gerador de 10 KVA, 10 (dez) Colchões, 10 (dez) Travesseiros, 01 (uma) Barraca de dez praças e 01 (uma) Rede de camuflagem.

#### c. **TG 12-008 – Vilhena-RO**

1. Breve histórico do Município:

Surgiu em 1910 com a passagem da expedição chefiada pelo então Ten Cel RONDON, localiza-se no extremo sul do Estado de Rondônia a distância de 701 Km de Porto Velho. Sua população é de aproximadamente 75.000 habitantes, predominam economicamente a agricultura, a pecuária e o comércio varejista. O transporte aéreo é realizado de Manaus até Vilhena pela empresa TRIP, com duração aproximada de cinco horas, mais trecho rodoviário de 70km.

2. Endereço: Av Vitória Régia, 1676, Jardim Primavera, Vilhena-RO, CEP 78995-000

3. Telefones e E-mail:

(69) 8477-1092 Oi

E-mail: [tg12\\_008@hotmail.com](mailto:tg12_008@hotmail.com)

4. Efetivo (Determinado pela Port nº 209 – Cmt Ex, de 11 Abr 96)

01 (um) ST/Sgt Chefe de Instrução: 1º Sgt ROGÉRIO **DIAS DOS SANTOS**

Atiradores: 40(quarenta) Matriculados

5. Dificuldades: **Precariedade no fornecimento de energia elétrica e de internet.**

6. Necessidades:

- Material: 01 (um) Gerador de 10 KVA, 10 (dez) Colchões, 10 (dez) Travesseiros, 01 (uma) Barraca de dez praças e 01 (uma) Rede de camuflagem.

#### **d. TG 12-014 – Carauari-AM**

##### 1. Breve histórico do Município:

Foi uma das aldeias criadas em 1758 situa-se no sudoeste amazonense às margens do rio Juruá, economicamente predominam na região a agricultura de subsistência e a pesca. Possui aproximadamente 30.000 habitantes, a distância até a capital é de 790 Km em linha reta e de 1700 Km por via fluvial. Transporte aéreo de Manaus com duração de três horas, é realizado pela empresa Manaus Aéreo Taxi (3652-1251), os vôos saem às terças-feiras e quinta-feiras.

2. Endereço: Estrada do Riozinho, Km 01, Zona Rural, Carauari-AM, CEP 69500-000

##### 3. Telefones e E-mail:

(97) 3491-2058/9177-5560

E-mail: [tg12014carauari@hotmail.com](mailto:tg12014carauari@hotmail.com)

4. Efetivo (Determinado pela Port nº 209 – Cmt Ex, de 11 Abr 96)

01 (um) Of do QAO Ch Instr: 1º Ten ZONOLEI JOEL **SCHAFER**

01 (um) Of OMT: Asp **CLEUCIVAN BASTOS DE OLIVEIRA**

01 (um) Of ODT: 1º Ten MARCIO BRANDÃO **MOUTINHO** (Agregado)

01 (um) Of ODT: Asp WESLEY **VIANA LINO**

01 (um) ST/Sgt Instrutor: 1º Sgt VOLNEI **TABILE**

Secretário: Sr. John Audry – Servidor Municipal

Aux de Secretária: Sra Alcirene – Servidora Municipal

Atiradores: 29 (vinte e nove) Matriculados

5. Dificuldades: A administração municipal tem repassado mensalmente os recursos do convênio com atraso.

##### 6. Necessidades:

- Material: 01 (uma) Barraca de dez praças, 30 (trinta) Mochilas, 50 Metros de Corda de sisal 22mm.

Nove Tiros de Guerra encontram-se com as suas atividades suspensas e dois foram extintos, sabe-se da necessidade de reativação de algumas destas organizações, inclusive essa é uma das diretrizes do Exmo Sr Comandante Militar da Amazônia.

Alguns TG deixam de funcionar por terem sido instaladas na localidade de OMA da Marinha, do Exército ou da Aeronautica, uma vez que alguns jovens buscam no Serviço Militar uma opção de inserção no mercado de trabalho para contribuição na renda familiar, e o Atirador de TG não recebe remuneração.

Ocorre ainda que a maioria dos TG encerraram as suas atividades por falta de recursos para manutenção, os TG da Amazônia são instalados em áreas carentes, tem sido observado que na região existem ainda por parte das autoridades locais e dos próprios cidadãos uma cultura de assistencialismo federal, quando na realidade o TG em regra é mantido pelas prefeituras municipais.

Sugere-se a busca de recursos para a reforma e construção de instalações de Tiros de Guerra no Programa Calha Norte do Ministério da Defesa, que tem por objetivos principais o desenvolvimento e a soberania da Amazônia. Isso ocorreu no TG 12-001 de Colorado do Oeste-RO que foi totalmente revitalizado em meados de 2006 com recursos do PCN.

Por fim sugere-se ainda, se for o caso, a intensificação de visitas nos TG da amazônia pelos integrantes do Projeto Rondon, para que a sociedade de uma forma geral tome conhecimento e divulguem o importante trabalho que é realizado.

Manaus-AM, 27 de Junho de 2012.

---

**ITAMAR APARECIDO SIMÕES – 1º Ten**  
Chefe da Subseção de Tiro-de-Guerra da 12ª RM



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
GABINETE DO COMANDANTE  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO**

Prezado Senhor Tássio Franchi,

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, o Serviço de Informação ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC-EB) acusa o recebimento do pedido formulado por V. Sa, registrado com o protocolo nº 60502000870201200.

A respeito do assunto o SIC-EB informa a V. Sa. que a distribuição do efetivo do Exército Brasileiro na região referente à Amazônia Legal está conforme o quadro abaixo:

1. Efetivo por Unidade da Federação (Estados)

<b>UF</b>	<b>Efetivo Aproximado</b>
MT	2.900
TO	650
AM	11.670
AC	2.510
AP	1.100
PA	7.600
RR	3.360
RO	2.560
MA	600
<b>Total</b>	<b>32.950</b>

2. Efetivo por Comando Militar na Amazônia Legal

<b>Comando Militar de Área</b>	<b>Efetivo Aproximado</b>
Comando Militar do Oeste	2.900
Comando Militar do Planalto	650
Comando Militar da Amazônia	29.400
<b>Total</b>	<b>32.950</b>

3. Efetivo nos Municípios da Amazônia Legal (onde há Organização Militar do Exército)

<b>Municípios</b>	<b>Efetivo Aproximado</b>
Manaus-AM	6.200
Tefé-AM	1.100
São Gabriel da Cachoeira-AM	1.900
Tabatinga-AM	1.200
Humaitá-AM	550
Barcelos-AM	150
Manicoré-AM	50
Carauari-AM	40
Porto Velho-RO	1.700
Guajará-Mirim-RO	650
Colorado do Oeste-RO	30
Vilhena-RO	40
Rio Branco-AC	1.500
Cruzeiro do Sul-AC	600
Boa Vista-RR	3.000
Belém-PA	2.600
Marabá-PA	2.100
Altamira-PA	750
Itaituba-PA	750
Santarém-PA	900
Tucuruí-PA	230
Tiriós-PA	30
Cametá-PA	50
Bragança-PA	50
Abaetetuba-PA	40
Breves-PA	50
Castanhal-PA	50
Macapá-AP	800
Clevelândia do Norte-AP	250
Imperatriz-MA	600

<b>Municípios</b>	<b>Efetivo Aproximado</b>
Cuiabá-MT	1.500
Sinop-MT	100
Rondonópolis-MT	450
Cáceres-MT	849
São Félix do Araguaia-MT	1
Palmas-TO	650

4. Há de destacar os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) nas localidades abaixo, com efetivo aproximado de **60 (sessenta)** militares.

<b>Estado do Amazonas</b>	
Yauaretê-AM	Tunuí-AM
Querari-AM	Palmeiras do Javari-AM
São Joaquim-AM	Ipiranga-AM
Cucuí-AM	Vila Betencourt-AM
Maturacá-AM	Estirão do Equador-AM
Pari-Cachoeira-AM	-x-
<b>Estado do Acre</b>	
São Salvador-AC	Assis Brasil-AC
Marechal Thaumaturgo-AC	Plácido de Castro-AC
Epitaciolândia-AC	Santa Rosa do Purus-AC
<b>Estado de Roraima</b>	
Bonfim-RR	Surucucu-RR
Normandia-RR	Auari-RR
Pacaraima-RR	Uiramitã-RR
<b>Estado de Rondônia</b>	
Príncipe da Beira-RO	-x-

Cordialmente,

Serviço de Informação ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC-EB).

Efetivo de militares da ativa, por Unidade da Federação e círculo hierárquico

UF	Círculo Hierárquico								
	Total	Oficiais Gerais	Oficiais Superiores	Oficiais Intermediários	Oficiais Subalternos	Praça ST/SGT	Praça CB/SD	Praça Especial ASP	Não Informado
<b>Total</b>	<b>209.843</b>	<b>167</b>	<b>6.276</b>	<b>4.906</b>	<b>12.506</b>	<b>49.721</b>	<b>133.779</b>	<b>2.304</b>	<b>184</b>
NI	3.833	1	44	96	1.955	1.209	365	163	0
AC	2.168	0	16	26	90	403	1.607	26	0
AM	12.422	9	254	213	657	2.778	8.372	139	0
AP	734	0	4	7	32	170	513	8	0
AL	580	0	12	8	34	191	333	2	0
BA	5.013	0	134	101	254	961	3.510	53	0
CE	2.579	1	130	90	192	732	1.392	42	0
DF	16.846	85	1.362	535	1.489	4.037	9.186	152	0
GO	4.216	2	95	100	197	972	2.808	42	0
MA	1.111	0	17	14	53	287	723	17	0
MS	10.958	4	243	167	489	2.590	7.351	114	0
MG	10.247	3	249	241	560	2.584	6.523	87	0
MT	2.730	1	32	39	93	513	2.023	29	0
PA	8.437	2	126	124	307	1.618	6.180	80	0
PB	1.986	1	71	33	119	499	1.233	30	0
PE	7.783	4	250	163	470	2.129	4.682	85	0
PI	2.121	0	26	23	119	446	1.490	17	0
PR	9.936	4	228	174	482	2.707	6.213	128	0
RJ	38.338	27	1.751	1.618	2.023	9.052	23.251	433	183
RN	2.254	0	57	48	127	668	1.321	33	0
RO	2.786	1	46	29	115	544	2.023	28	0
RR	2.923	1	33	42	120	604	2.092	31	0
RS	33.123	12	500	540	1.309	8.298	22.170	293	1
SC	4.985	1	72	64	186	1.050	3.562	50	0
SE	627	0	10	8	30	179	393	7	0
SP	19.305	8	444	390	933	4.147	13.181	202	0
TO	789	0	6	3	18	149	608	5	0
ES	908	0	7	9	49	161	674	8	0
XX	105	0	57	1	4	43	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão (SIG) do Exército Brasileiro. Base de dados referente a agosto de 2012

NI = UF não identificada pela base de dados  
XX = fora do Brasil



**Efetivo de militares da ativa, por Comando Militar de Área e círculo hierárquico**

Comando Militar	Círculo Hierárquico								
	Total	Oficiais Gerais	Oficiais Superiores	Oficiais Intermediários	Oficiais Subalternos	Praça ST/SGT	Praça CB/SD	Praça Especial ASP	Não Informado
<b>Total</b>	<b>209.843</b>	<b>167</b>	<b>6.276</b>	<b>4.906</b>	<b>12.506</b>	<b>49.721</b>	<b>133.779</b>	<b>2.304</b>	<b>184</b>
NA	3.938	1	101	97	1.959	1.252	365	163	0
CMA	29.999	13	485	448	1.332	6.227	21.173	321	0
CMNE	23.525	6	701	481	1.387	5.982	14.691	277	0
CMP	24.031	87	1.476	684	1.777	5.604	14.192	211	0
CMO	13.688	5	275	206	582	3.103	9.374	143	0
CML	47.313	30	1.994	1.822	2.559	11.351	28.858	516	183
CMS	48.044	17	800	778	1.977	12.055	31.945	471	1
CMSE	19.305	8	444	390	933	4.147	13.181	202	0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão (SIG) do Exército Brasileiro. Base de dados referente a agosto de 2012

**Efetivo de militares da ativa na Amazônia Legal, por Município e círculo hierárquico**

Página 1 de 4

Cidade	UF	Círculo Hierárquico							
		Total	Oficiais Gerais	Oficiais Superiores	Oficiais Intermediários	Oficiais Subalternos	Praça ST/SGT	Praça CB/SD	Praça Especial ASP
<b>Total</b>		<b>34.100</b>	<b>14</b>	<b>534</b>	<b>497</b>	<b>1.485</b>	<b>7.066</b>	<b>24.141</b>	<b>363</b>
Abetetuba	PA	2	0	0	0	2	0	0	0
Alta Floresta	MT	2	0	0	0	0	2	0	0
Altamira	PA	771	0	4	12	16	128	608	3
Araguaína	TO	1	0	0	0	1	0	0	0
Balsas	MA	1	0	0	0	1	0	0	0
Barcelos	AM	166	0	4	3	6	39	112	2
Barra do Corda	MA	1	0	0	0	1	0	0	0
Barra do Garças	MT	1	0	0	0	1	0	0	0
Belém	PA	2.555	1	76	50	139	631	1.621	37
Boa Vista	RR	2.923	1	33	42	120	604	2.092	31
Bragança	PA	2	0	0	0	1	1	0	0
Breves	PA	1	0	0	0	1	0	0	0
Cáceres	MT	786	0	6	11	20	126	617	6
Cametá	PA	1	0	0	0	1	0	0	0
Carauari	AM	4	0	0	0	1	1	0	2
Castanhal	PA	2	0	0	1	0	1	0	0
Caxias	MA	3	0	0	0	1	2	0	0
Codó	MA	1	0	0	0	0	1	0	0
Colider	MT	2	0	0	0	1	1	0	0
Colorado d' Oeste	RO	1	0	0	0	0	1	0	0
Cruzeiro do Sul	AC	641	0	4	10	22	113	484	8
Cuiabá	MT	1.570	1	23	19	52	293	1.163	19
Guajará-Mirim	RO	714	0	7	8	22	135	537	5
Humaitá	AM	617	0	6	5	17	98	488	3
Imperatriz	MA	527	0	6	7	9	110	386	9
Itacoatiara	AM	1	0	0	1	0	0	0	0
Itaituba	PA	693	0	3	9	20	127	533	1
Ji-Paraná	RO	1	0	0	0	1	0	0	0
Juara	MT	2	0	0	0	0	2	0	0

Obs: compõem a Amazônia Legal os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e partes dos Estados do Mato Grosso e Maranhão. Uma lista dos municípios pode ser obtida no site do Sistema de Informações Energéticas da Universidade de São Paulo (IEE-USP) - [http://infoener.iee.usp.br/scripts/biomassa/aml\\_municipios.asp](http://infoener.iee.usp.br/scripts/biomassa/aml_municipios.asp)

## Efetivo de militares da ativa na Amazônia Legal, por Município e círculo hierárquico

Página 2 de 4

Cidade	UF	Círculo Hierárquico						
		Total	Oficiais Gerais	Oficiais Superiores	Oficiais Intermediários	Oficiais Subalternos	Praça ST/SGT	Praça CB/SD
Juina	MT	1	0	0	0	1	0	0
Macapá	AP	734	0	4	7	32	170	513
Manaus	AM	6.824	6	188	147	440	1.693	4.277
Manicoré	AM	2	0	0	0	1	1	0
Marabá	PA	2.308	1	38	37	97	537	1.572
Miracema do Tocantins	TO	1	0	0	0	0	1	0
Palmas	TO	785	0	6	3	17	146	608
Parintins	AM	1	0	0	0	1	0	0
Pedreiras	MA	1	0	0	0	0	1	0
Pedro Afonso	TO	1	0	0	0	0	1	0
Porto Nacional	TO	1	0	0	0	0	1	0
Porto Velho	RO	2.068	1	39	20	92	407	1.486
Redencao	PA	1	0	0	1	0	0	0
Rio Branco	AC	1.527	0	12	16	68	290	1.123
Rondonópolis	MT	361	0	3	8	16	87	243
Rosário Oeste	MT	1	0	0	0	1	0	0
Santa Isabel do Pará	PA	1	0	0	0	1	0	0
Santarém	PA	1.899	0	4	10	22	161	1.690
São Félix do Araguaia	MT	1	0	0	0	1	0	0
São Gabriel da Cachoeira	AM	1.951	1	21	24	87	401	1.391
São Luís	MA	576	0	11	7	40	173	337
São Mateus do Maranhão	MA	1	0	0	0	1	0	0
Sinop	MT	3	0	0	1	0	2	0
Tabatinga	AM	1.636	0	15	18	56	264	1.259
Tefé	AM	1.220	2	20	15	48	281	845
Tucuruí	PA	201	0	1	4	7	32	156
Vilhena	RO	2	0	0	1	0	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão (SIG) do Exército Brasileiro. Base de dados referente a agosto de 2012

Obs: compõem a Amazônia Legal os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e partes dos Estados do Mato Grosso e Maranhão. Uma lista dos municípios pode ser obtida no site do Sistema de Informações Energéticas da Universidade de São Paulo (IEE-USP) - [http://infoener.iee.usp.br/scripts/biomassa/aml\\_municipios.asp](http://infoener.iee.usp.br/scripts/biomassa/aml_municipios.asp)

## **OBRAS DA COMARA**

ATUALIZAÇÃO: MAR/2012

1 – INFRAESTRUTURA: 152 obras

1.1 – Pistas sem Revestimentos

1.2 – Tratamento Asfáltico

1.3 – Lama Asfáltica

1.4 – AAUQ / CBUQ

1.5 – Obras de revitalização realizadas pela COMARA

2 – EDIFICAÇÕES: 51 obras

Construção = 50 obras

Reforma = 01 obra

3 – OBRAS RECENTES (CONCLUÍDAS): 59 obras

Infraestrutura = 22 obras

Edificações = 37 obras

Construção = 34 obras

Reforma = 03 obras

4 – OBRAS EM EXECUÇÃO: 10 obras

Infraestrutura = 07 obras

Edificações = 03 obras

Total Geral das Obras Executadas = 262

Infraestrutura = 174 (Implantação básica = 41)

Edificações = 88 (Construção = 84)

## 1 – INFRAESTRUTURA: 152 obras

### 1.1–Pistas sem revestimento ( IB = Implantação Básica )

#### Estado do Acre

Localidade		Descrição	Término
Assis Brasil	IB	720 x 23m	SET/80
Plácido de Castro	IB	1.000 x 30m	1979

#### Estado do Amapá

Localidade		Descrição	Término
Amapari (Calha Norte)		900 x 30m	ABR/88
Cumaruã (Calha Norte)	IB	700 x 18m	DEZ/89
Palikur (Calha Norte)	IB	820 x 20m	SET/89

#### Estado do Amazonas

Localidade		Descrição	Término
Anamoim	IB	1.200 x 30m	MAR/83
Barcelos		1.500 x 45m	ABR/86
Boca do Acre		1.200 x 40m	NOV/59
Caruari		1.200 x 30m	JUN/63
Eirunepé		1.100 x 49m	JUN/69
Fonte Boa	IB	1.200 x 30m	MAIO/78
Humaitá		1.200 x 45m	JUN/63
Itacoatiara		1.500 x 45m	AGO/58
Içana	IB	900 x 30m	NOV/63
Jandu-Cachoeira (Calha Norte)		800 x 30m	JUN/89
Lábrea		1.200 x 40m	ABR/69
Manaus – Ponta Pelada (Tática)		600 x 20m	JUL/84
Manicoré		1.200 x 40m	ABR/63
Maturacá	IB	1.200 x 30m	MAIO/79
Maués		1.500 x 45m	ABR/69
Melo Franco (Calha Norte)		1.100 x 30m	SET/88
Moura	IB	1.100 x 30m	DEZ/60
Pari-Cachoeira	IB	1.250 x 30m	DEZ/60
Parintins		1.200 x 40m	JUL/64
Querari	IB	1.000 x 30m	SET/80
São Joaquim	IB	1.200 x 30m	JUN/79
São Gabriel da Cachoeira		1.500 x 45m	AGO/63
Santa Izabel do Rio Negro	IB	1.500 x 45m	DEZ/67
Santo Atanázio	IB	950 x 30m	JUN/81
Tabatinga		950 x 30m	NOV/59
Taracá	IB	1.500 x 30m	DEZ/67

Tefé		1.200 x 30m	DEZ/56
Tunuí-Cachoeira		870 x 30m	DEZ/87
Uapuí	IB	900 x 30m	JAN/80
Yauaretê	IB	1.200 x 30m	NOV/80
Yauaretê (Calha Norte)		1.200 x 30m	DEZ/87

#### Estado de Maranhão

Localidade		Descrição	Término
Barra do Corda		1.500 x 30m	ABR/76

#### Estado do Pará

Localidade		Descrição	Término
Almerim	IB	1.200 x 30m	ABR/76
Apalaí	IB	1.200 x 30m	ABR/76
Cururu	IB	1.150 x 25m	OUT/83
Cuxaré	IB	1.260 x 30m	MAI/78
Gorotire	IB	1.500 x 30m	MAI/79
Igarapé-Açu	IB	1.500 x 30m	MAI/70
Jacareacanga		1.500 x 30m	ABR/69
Mapuera	IB	1.200 x 25m	NOV/83
Marabá		1.600 x 45m	ABR/69
Marudjewara	IB	1.200 x 30m	NOV/83
Molocopote	IB	1.000 x 30m	MAR/84
Nilo Peçanha	IB	1.200 x 30m	MAI/74
Senador José Porfírio	IB	1.000 x 30m	SET/76
Serra Pelada	IB	540 x 33m	MAI/80
Uai-Uai	IB	1.100 x 30m	DEZ/75

#### Estado do Piauí

Localidade		Descrição	Término
Bom Jesus do Piauí	IB	1.500 x 45m	NOV/60
Gilbués	IB	1.000 x 30m	ABR/59

#### Estado de Rondônia

Localidade		Descrição	Término
Forte Príncipe da Beira	IB	1.800 x 30m	-

#### Estado de Roraima

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Anauá	900 x 30m	NOV/60
Auaris (Calha Norte)	1.200 x 30m	MAI/87
Baixo-Macujai (Calha Norte)	640 x 18m	JUN/89
Boa Vista	1.800 x 45m	DEZ/60
Bonfim IB	1.000 x 30m	ABR/66
Ericó (Calha Norte)	1.000 x 30m	NOV/87
Normandia IB	1.000 x 30m	ABR/66
Paa-Piú (Calha Norte)	850 x 25m	MAR/77
São João da Baliza	1.000 x 30m	MAI/91
São Luiz do Anauá IB	1.000 x 30m	MAI/91
Surucucu (Calha Norte)	1.100 x 30m	JUN//87
Uaicás (Calha Norte) IB	800 x 30m	JAN/87

#### **Estado do Tocantins**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Porto Nacional	1.500 x 30m	FEV/70
Xambioá IB	1.130 x 45m	FEV/70

## **1.2 – Tratamento Asfáltico**

#### **Estado do Acre**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Tarauacá	1.200 x 30m	NOV/83

#### **Estado do Amazonas**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Barcelos	1.200 x 30m	MAR/81
Boca do Acre	1.600 x 33m	FEV/89
Carauari	1.200 x 25m	AGO/77
Cucuí	1.500 x 45m	FEV/79
Itacoatiara	1.520 x 30m	MAI/81
Lábrea	1.200 x 30m	OUT/81
Maturacá (Calha Norte)	1.040 x 18m	JUL/90
Maués	1.200 x 30m	DEZ/81
Santa Izabel do Rio Negro	1.200 x 22m	ABR/90
Ypiranga	1.200 x 25m	ABR/83

#### **Estado do Mato Grosso**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Forte Coimbra	1.200 x 30m	OUT/75

#### **Estado do Pará**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Alenquer	950 x 21m	ABR/78
Altamira	1.580 x 30m	JUN/75
Cachimbo	2.600 x 45m	JUN/74
Cametá	1.150 x 15m	MAI/81
Jacareacanga	1.200 x 30m	OUT/82
Monte Alegre	1.400 x 30m	OUT/70
Óbidos	1.500 x 30m	DEZ/78
Porto de Moz	1.200 x 33m	MAR/78
Santarém	1.800 x 45m	JUL/75
Tiriós	1.280 x 30m	MAR/80

#### **Estado de Roraima**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Surucucu	1.080 x 30m	ABR/91

#### **Estado do Tocantins**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Porto Nacional	1.600 x 24m	AGO/82

### **1.3 – Lama Asfáltica**

#### **Estado do Amazonas**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
São Joaquim (Calha Norte)	1.200 x 30m	MAI/90

### **1.4 – Areia Asfáltica Usinada Quente e Concreto Betuminoso Usinado Quente**

#### **Estado do Acre**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Cruzeiro do Sul (A.A.U.Q)	2.400 x 45m	DEZ/75
Rio Branco-Aeroporto IB	2.600 x 45m	DEZ/74
Rio Branco-Novos Aeroportos IB	2.147 x 45m	DEZ/99

#### **Estado do Amapá**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Macapá	2.100 x 45m	SET/69
Oiapoque	1.200 x 30m	OUT/75

#### **Estado do Amazonas**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Coari (A.A.U.Q)	1.600 x 36m	DEZ/79
Eirunepé (A.A.U.Q)	1.600 x 30m	JAN/79
Estirão do Equador (A.A.U.Q)	1.200 x 30m	MAI/76
Manaus – Ponta Pelada	2.260 x 45m	DEZ/74
Manaus - Flores (A.A.U.Q)	800 x 30m	JUN/82
Palmeiras do Javari (A.A.U.Q/ C.B.U.Q)	1.200 x 30m	DEZ/75
Parintins (A.A.U.Q / C.B.U.Q)	1.600 x 30m	AGO/82
São Gabriel da Cachoeira	2.600 x 45m	OUT/80
Tabatinga	2.150 x 45m	JAN/74
Tefê	1.800 x 45m	AGO/74
Yauaretê	1.600 x 30m	MAR/90
Maturacá	1.200 x 30m	DEZ/93

#### **Estado do Tocantins**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Araguaina	1.800 x 45m	JAN/79
Porto Nacional	1.700 x 30m	JUL/87

#### **Estado do Maranhão**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Carolina	1.800 x 45m	MAR/66
Chapadinha	1.200 x 30m	AGO/89
Imperatriz	1.800 x 45m	OUT/73
Pinheiro	1.740 x 30m	FEV/89
São Luiz	2.350 x 45m	NOV/64

#### **Estado do Mato Grosso**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Alta Floresta	1.600 x 30m	MAR/84
Sinop	1.600 x 30m	NOV/84

#### **Estado do Pará**



<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Altamira	2.000 x 41m	DEZ/79
Belém-Júlio César	1.500 x 30m	JAN/76
Breves	1.600 x 30m	OUT/87
Cachimbo	2.600 x 45m	SET/79
Conceição do Araguaia	1.800 x 30m	DEZ/80
Itaituba	1.600 x 30m	AGO/81
Oriximiná	1.600 x 30m	MAR/84
Porto Trombetas IB	1.600 x 30m	MAI/86
Santarém	2.400 x 45m	MAR/77
São Felix do Xingu	1.600 x 33m	ABR/78
Tiriós (Calha Norte)	1.600 x 30m	JAN/88

#### **Estado de Pernambuco**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Petrolina	2.100 x 45m	MAR/80

#### **Estado de Piauí**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Floriano	1.800 x 45m	FEV/60
Teresina	1.800 x 45m	JAN/62

#### **Estado do Rio Grande do Norte**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Maxaranguape	2.200 x 30m	DEZ/82

#### **Estado de Rondônia**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Guajará-Mirim	1.800 x 45m	JAN/79
Ji-Paraná	1.800 x 45m	JAN/79
Porto Velho	2.400 x 45m	DEZ/68
Vilhena	2.600 x 30m	JAN/82

#### **Estado de Roraima**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Boa Vista	2.400 x 45m	DEZ/72

### **1.5 – Obras de revitalização realizadas pela COMARA**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Término</b>
Barra – BA	Recuperação em solo natural compactado – 1.200x30m	OUT/76
Cuiabá - MT	Rejuvenescimento em lama asfáltica – 2.300 x 30m	MAR/84
Formosa - GO	Recuperação em solo compactado – 1.200 x 30m	1976
Fortaleza - CE	Rejuvenescimento em lama asfáltica – 2.545 x 45m	SET/83
Guaratinguetá - SP	Recapamento da pista em CBUQ – 1.552 x 30m	DEZ/85
Issiara - GO	Recuperação em solo estabilizado – 1.400 x 32m	1976
Letícia - Colômbia	Recapamento da pista em CBUQ – 1.880 x 45m	OUT/ 83
Marabá - PA	Recapamento da pista em CBUQ – 2.000 x 45m	MAIO/87
Pirassununga - SP	Recapamento da pista em CBUQ – 1.900 x 45,8m	NOV/85
Recife – PE	Ampliação e recuperação do pátio do PAMA-RF em placas de concreto e CBUQ	DEZ/83
Val-de-Cans – BE - PA	Recapamento da 06/24 – 2.020 x 45m e 02/20 – 1.782 x 45m ambas em CBUQ	JUN/74 – SET/74
Val-de-Cans – BE - PA	Ampliação da 06/24 – 273 x 45m em CBUQ	ABR/91

## **2 – Edificações: 51 obras**

### **Estado do Acre**

<b>Localidade</b>	<b>Quant./Denom.</b>	<b>Término</b>
Cruzeiro do Sul – Habitação	04	1967
Rio Branco – Hab.	04	1966
Rio Branco – Hab.	02	1971
Rio Branco - Hotel	01	1981

### **Estado do Amapá**

<b>Localidade</b>	<b>Quant./Denom.</b>	<b>Término</b>
Macapá – Hab.	05	1966
Oiapoque – Hab.	04	1966

### Estado do Amazonas

Localidade	Quant./Denom.	Término
Itacoatiara – Habitação	02	1956
Itacoatiara – Hab.	01	1962
Japurá – Hab.	01	1971
Manaus – Hab.	04	1967
Manaus – Hab.	18	1968
Manaus – Hab.	47	1981
Manaus – Hab.	43	1969
Manicore – Hab.	02	1967
Moura – Hab.	01	1962
Pari-Cachoeira – Hab.	01	1968
Pari-Cachoeira – Hab.	01	1988
São Gabriel da Cach.– Hab.	01	1967
Tabatinga – Hab.	04	1975
Tarauaca – Hab.	01	1988
Tefé – Hab.	02	1966
Yauaretê – Hab.	01	1960
Tabatinga – Hotel	01	1980
São Gabriel da Cachoeira (SIVAM)	Construção de Sítio Radar	SET/93
Manaus (SIVAM)	Construção do Centro Regional de Vigilância	OUT/93
Tabatinga (SIVAM)	Construção de Sítio Radar	JAN/94
Tabatinga (Avenida da Amizade)	Construção da Avenida da Amizade	JUL/94

### Estado do Goiás

Localidade	Quant./Denom.	Término
Porto Nacional – Hab.	01	1962

### Estado Maranhão

Localidade	Quant./Denom.	Término
Carolina – Hab.	02	1967
Carolina – Hab.	03	1978

### Estado do Pará



<b>Localidade</b>	<b>Quant./Denom.</b>	<b>Término</b>
Abaetetuba – Habitação	01	1966
Belém – Hab.	84	1975
Belém – Hab.	20	1984
Belém – Hab.	85	1967
Marabá – Hab.	02	1967
Monte Dourado – Hab.	40	1985
Porto de Moz – Hab.	04	1964
Santarém – Hab.	09	1966
Monte Alegre - Hotel	01	1980

#### **Estado do Piauí**

<b>Localidade</b>	<b>Quant./Denom.</b>	<b>Término</b>
Parnaíba – Hab.	02	1967
Teresina – Hab.	02	1967

#### **Estado do Rio de Janeiro**

<b>Localidade</b>	<b>Quant./Denom.</b>	<b>Término</b>
Rio de Janeiro – TPAX	Reforma do antigo prédio do Galeão que abriga a DIRMA	OUT/98

#### **Estado de Rondônia**

<b>Localidade</b>	<b>Quant./Denom.</b>	<b>Término</b>
Guajará-Mirim – Hab.	04	1967
Porto Velho – Hab.	02	1967
Porto Velho – Hab.	04	1971
Porto Velho – Hab.	03	1979
Porto Velho – Hab.	05	1980

#### **Estado de Roraima**

<b>Localidade</b>	<b>Quant./Denom.</b>	<b>Término</b>
Boa Vista – Hab.	01	1962
Boa Vista – Hab.	02	1963
Boa Vista – Hab.	02	1967
Boa Vista (SIVAM)	Construção do Sítio do Radar	ABR/93

### **3 - Obras Recentes(Concluídas): 59 obras**

**Infraestrutura: 22 obras**

**Edificações: 37 obras**

• **2001:**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Belém (Base Aérea)	- Construção da Estrada de Contorno 1.788 x 11m (CBUQ)
São Gabriel da Cachoeira	- Ampliação do Pátio de Estacionamento 260 x 110m – CBUQ; - Estrada e Cerca Operacional 6.932 x 6m

• **2003:**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Eirunepé (SIVAM)	- Construção da Base do Radar
Caracaráí	- Construção do Terminal de Passageiros; - Ampliação da Pista de Pouso 2.500 x 45m
Boa Vista	- Construção do Hangar do R-99, Hangaretes A-29; - Ampliação do Pátio e Construção da Nova Pista de Táxi
Manaus	- Construção do Hangar Duplo do 2º/6º GAV
São Gabriel da Cachoeira	- Implantação do Núcleo da Base Aérea (Hangar/Pátio/Hangaretes)

• **2004:**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
São Gabriel da Cachoeira	- Construção de 2 Paióis do NUBAUA
Boa Vista	- Reforma das Instalações e Construção do Prédio do Simulador - Reforma do Hangar 1º/3º GAV e; - Construção da Torre de Secagem de Pára-Quedas

• **2005:**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
São Gabriel da Cachoeira	- Construção do Hangar e Hangaretes do NUBAUA; - Via de Acesso aos Paióis; - Ampliação do Pátio e Pista de Táxi.
Porto Velho	- Portão e Reforma das Instalações do Hangar do Hangar 2º/3º GAV; - Construção do Prédio do Simulador.
Cachimbo	- Construção da Seção Contra-Incêndio - Construção de 06 Paióis

Eirunepé	- Ampliação da Pista de Pouso 2.300 x 45m e Reforço dos Pavimentos
----------	--

- **2006:**

Localidade	Descrição
Porto Velho - RO	- Construção do Prédio do Simulador A-29

- **2007:**

Localidade	Descrição
Porto Velho - RO	- Reforma do Hangar de Lavagem e Pintura; - Construção da Torre de Secagem de Pára-Quedas

Localidade	Descrição
Cachimbo - PA	- 06 Paióis Igloo tipo II - CPBV

- **2008:**

Localidade	Descrição
Vila Bittencourt - AM	- Ampliação e reforço dos pavimentos em concreto cimento – 1.500 x 30m.

Localidade	Descrição
Ipiranga - AM	- Ampliação e reforço dos pavimentos em concreto cimento, pista 1.500 x 30m, táxi 80x18m e pátio 80x65m.

Localidade	Descrição
Eirunepé - AM	- Ampliação da pista de pouso para 2.300x45m em CBUQ.

Localidade	Descrição
Porto Velho - RO	- Construção do Hangar do R-99 da BAPV e serviços de infra-estrutura.

Localidade	Descrição
Maturacá - AM	- Ampliação da pista de pouso para 1.500 x 30m e reforço dos pavimentos em CBUQ.

- **2009:**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
São Gabriel da Cachoeira - AM	- Portões do hangar do NUBAUA.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Porto Velho - RO	- Constr. da subestação e revisão elétrica do hangar da BAPV.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Oiapoque - AP	- Ampliação da pista de pouso para 1.500x30m e reforço dos pavimentos em CBUQ, balizamento noturno e drenagem.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Belém - PA	- Galpão do porto Brucutu.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Manaus - AM	- Drenagem do simulador - BAMN

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Parintins - AM	- Terraço Panorâmico do aeroporto.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Vilhena - RO	- Acesso da BR-174 ao TPAX em CBUQ.

• **2010:**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Manaus - AM	- Pátio do DSM da BAMN; - Anexos do DSM da BAMN; - Reforma do TPS Ponta Pelada e Constr. do Anexo

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Eirunepé - AM	- SECINC - Ampliação do Pátio em CBUQ e execução de ilhas em concreto cimento. - Construção da nave central do hangar - NUBAEI

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Porto Velho - RO	- Constr. do Pátio e táxi em CBUQ do 2º/8º da BAPV.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Borba - AM	- SECINC



<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Fonte Boa - AM	- SECINC

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Manicoré - AM	- SECINC

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Maués - AM	- SECINC - Restauração dos pavimentos da pista, táxi, pátio e construção da cerca operacional.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Sta Isabel do Rio Negro - AM	- SECINC

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
S. Paulo de Olivença - AM	- SECINC

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Vilhena - RO	- Táxi e pátio do NUBAVH em CBUQ e placas de concreto cimento.

• **2011:**

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Tiriós - PA	- Ampliação da pista de pouso para 2.000x30m e reforço dos pavim. em CBUQ, balizamento noturno e drenagem. - Construção de rede de iluminação pública, fossa séptica, casa de força, garagem, duas cisternas de 20.000 lts e oito casas residenciais para o 1º PEF/2º BIS.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Alcântara - MA	- Instalação de 566 bueiros celulares em concreto cimento.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Barcelos - AM	- Recapeamento da pista, táxi e pátio em CBUQ e construção da cerca operacional.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Manicoré - AM	- Restauração dos pavimentos da pista de pouso, táxi e pátio.

<b>Localidade</b>	<b>Descrição</b>
Sta Isabel do Rio Negro - AM	- Restauração da pista, táxi e pátio do aeroporto.

#### **4 – Obras em execução: 10 obras**

##### **Local: SANTA ROSA DOS PURUS-AC**

- Obra: Ampliação e Reforço da Pista/Pátio em concreto cimento.
- Início: 2º semestre 2012
- OBS: Manutenção do canteiro e pista. Aguardando mobilização

##### **Local: TUNÚÍ CACHOEIRA-AM**

- Obra: Ampliação e Reforço da Pista/Pátio em CBUQ
- Início: 13/Abr/2005
- Percentual executado: 4,63%

##### **Local: YAUARETÊ - AM**

- Obra: Ampliação da pista de pouso para 2.000 x 30m em concreto cimento.
- Início: 03/05/2004
- Percentual executado: 58%

##### **Local: PALMEIRA DO JAVARI - AM**

- Obra: Ampliação da pista de pouso para 1.250 x 30m, pátio e táxi em concreto cimento.
- Início: 01/05/2004
- Percentual executado: 93%

##### **Local: ESTIRÃO DO EQUADOR - AM**

- Obra: Ampliação da pista de pouso para 1.500x30m em concreto cimento.
- Início: 01/05/2004
- Percentual executado: 27%

##### **Local: SURUCUCU - RR**

- Obra: Recuperação da pista do aeroporto em TSD.
- Início: 03/03/2008
- Percentual executado: 78%

##### **Local: MOURA - AM**

- Obra: Ampliação da pista de pouso para 1.200x30m com reforço dos pavimentos e revestimento em TSD.
- Início: 01/08/2008
- Percentual executado: 77%

**Local: EIRUNEPÉ - AM**

- Obra: Anexos do hangar, abrigo para o compressor, subestação, posto comclub, pcl, castelo d`água, cisterna, farol rotativo, portão de acesso, infra estrutura aeroportuária e urbana.
- Início: 04/11/2011
- Percentual executado: 6%

**Local: PORTO VELHO - RO**

- Obra: Construção da nave central e anexos do hangar, abrigo do compressor, hangaretes de pista e prédio do simulador do 2º/8º GAV.
- Início: 20/04/2010
- Percentual executado: 84%

**Local: SALVADOR - BA**

- Obra: CEMCOHA.
- Início: 20/04/2011
- Percentual executado: 25%

**Belém, 8 de março de 2012.**

## Mapa de Vegetação do Brasil

### Resumo

Mapa de Vegetação do Brasil. O mapa mostra os tipos de vegetação existentes no Brasil, bem como antropismos, representados por vegetação secundária, reflorestamento, pastagens e tratos agrícolas.

Palavras-chave

vegetação mapas brasil recurso natural 5000000

### Informação de Identificação

Título	Mapa Temático - Mapa de Vegetação do Brasil
Data	2006
Tipo de Data	Criação
Resumo	Mapa de Vegetação do Brasil. O mapa mostra os tipos de vegetação existentes no Brasil., bem como antropismos, representados por vegetação secundária, reflorestamento, pastagens e tratos agrícolas.
Status	Concluído
Responsável	
Nome	Diretoria de Geociências (IBGE/DGC)
Organização	Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais - CREN(IBGE)
Função	Autor
Telefone	(21) 2142-4581
Fax	(21) 2142-0005
Endereço	Av. República do Chile 500 15º andar Centro
Cidade	Rio de Janeiro
UF	RJ
CEP	20031-170
País	BR
E-mail	atendidgc@ibge.gov.br
Palavras-chave Descritivas	vegetação mapas brasil recurso natural 5000000 (theme).
Tipo de Representação Espacial	Matricial
Escala Equivalente	
Denominador da Escala	1:5000000
Idioma	Portuguese
Codificação de Caracteres	UTF8
Categoria Temática	Geociências
Extensão	
Retângulo Envolvente	

**Latitude Limítrofe Norte**

+5,2722

**Longitude Limítrofe Oeste**

-73,9908

**Longitude Limítrofe Leste**

-34,7930

**Latitude Limítrofe Sul**

-33,7516

Responsável  
Nome Diretoria de Geociências (IBGE/DGC)  
Organização Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais- CREN(IBGE)  
Função Autor  
Telefone (21) 2142-4581  
Fax (21) 2142-0005  
Endereço Av. República do Chile 500 15º andar Centro  
Cidade Rio de Janeiro  
UF RJ  
CEP 20031-170  
País BR  
E-mail atendidgc@ibge.gov.br

#### Informação de Sistema de Referência

Sistema de Referência Geographic Coordinate System: GCS\_SIRGAS\_2000  
Sistema de Projeção Coordenadas geográficas (lat e lon)

#### Informação da Qualidade do Dado

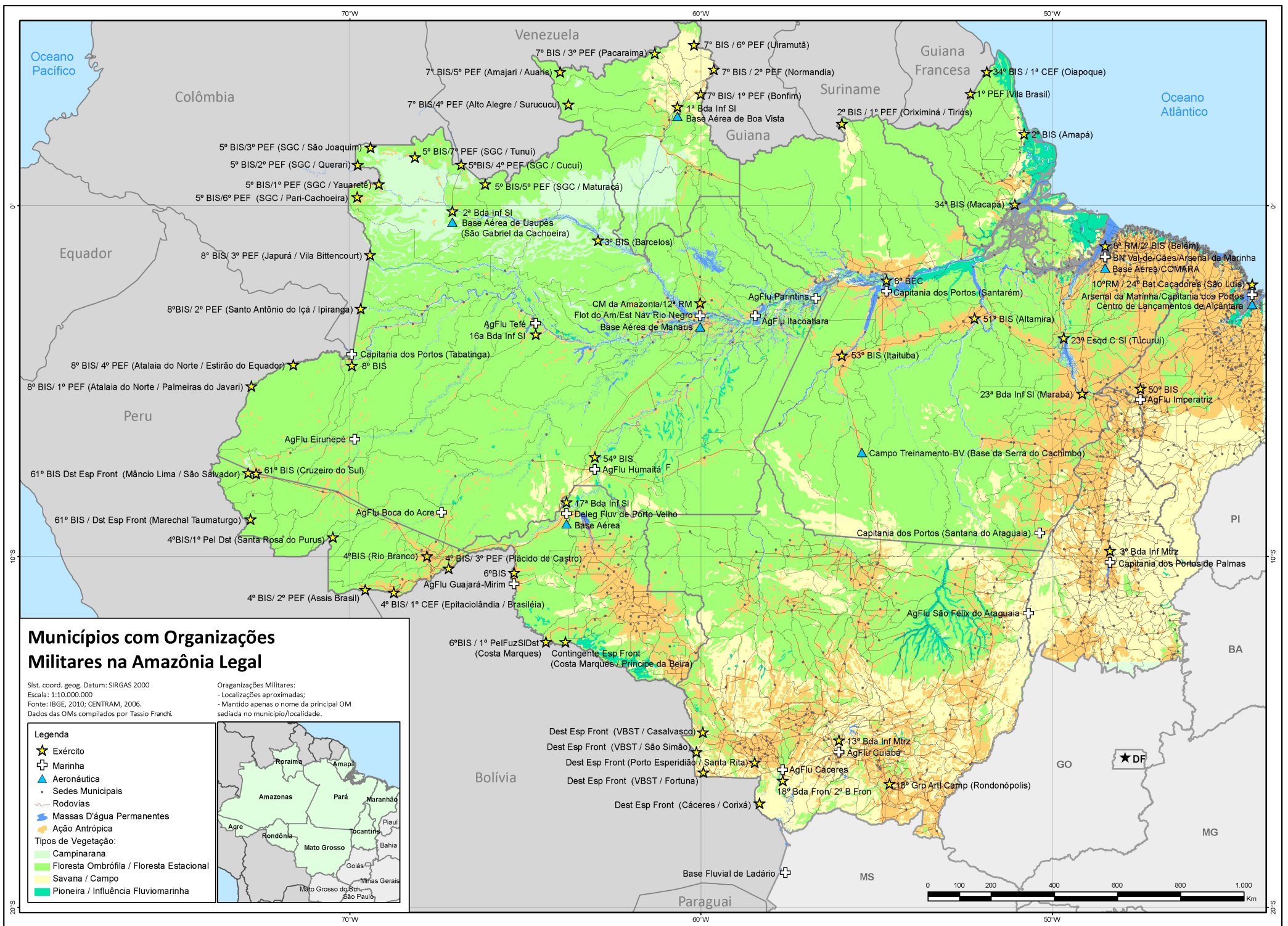
Nível Hierárquico Conjunto de Dados Geográficos

#### Metadados

Identificador 43a2238a-6daa-4f0d-b301-79bf8d3fe85d  
Metadados  
Idioma Portuguese  
Codificação de Caracteres UTF8  
Data dos Metadados 2010-11-30T14:38:04  
Norma e Perfil de Metadados ISO 19115:2003/19139  
Versão da Norma de Metadados 1.0

#### Autor do Metadado

Nome José Eduardo Mathias Brazão  
Organização Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais- CREN(IBGE)  
Função Fornecedor  
Telefone (21) 2142-0747  
Fax (21) 2142-0005  
Endereço Av. República do Chile 500 15º andar Centro  
Cidade Rio de Janeiro  
UF RJ  
CEP 20031-170  
País BR  
E-mail jose.brazao@ibge.gov.br



## Municípios com Organizações Militares na Amazônia Legal

Sist. coord. geog. Datum: SIRGAS 2000  
 Escala: 1:10.000.000  
 Fonte: IBGE, 2010; CENTRAM, 2006.  
 Dados das OMs compilados por Tassio Franchi.

Organizações Militares:  
 - Localizações aproximadas;  
 - Mantido apenas o nome da principal OM sediada no município/localidade.

Legenda	
★	Exército
⊕	Marinha
▲	Aeronáutica
•	Sedes Municipais
—	Rodovias
—	Massas D'água Permanentes
—	Ação Antrópica
Tipos de Vegetação:	
■	Campinarana
■	Floresta Ombrófila / Floresta Estacional
■	Savana / Campo
■	Pioneira / Influência Fluviomarina

